Capa de Processo

Processo: 5789/2025
Data da Abertura: 13/10/2025 15:37:26
Usuário Abertura: 7112 - GABRIEL PEDRO FABIANO FERREIRA/ESCRITURÁRIO
Tipo de Processo: 3 - ELETRÔNICO
Assunto: 255 - VISTORIA.
Local: 563 - A/C GABRIEL - COMUNICAÇÃO - SUBLOCAL
Requerente: ***.-** - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Situação: Aberto
Prioridade: Sem Prioridade
Observação: AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS MUNICIPAIS.
Súmula:

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

https://s106.asp.srv.br/adm.pm.pirassununga.sp/com.asp.protocolo.wpabreautenticacaoext

informando o código verificador 5657-4949-3548 ou diretamente pela imagem do QRCode.

Juntada de Documentos

Data e Hora:	13/10/2025 16:01:02
Usuário:	7112 - GABRIEL PEDRO FABIANO FERREIRA/ESCRITURÁRIO
Local:	A/C GABRIEL - COMUNICAÇÃO - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	3
Documento:	
Descrição:	SOLICITAÇÃO

Assunto: Abertura de protocolo
De: planejamento <planejamento@pirassununga.sp.gov.br>
Data: 13/10/2025, 08:20
Para: Sem Papel <sempapel@pirassununga.sp.gov.br>

Bom dia

Solicito a abertura de um protocolo com o tema Avaliação de imóveis municipais.
Após encaminhar a SEPLAN para juntadas.

Obrigado.
--
Secretaria Municipal de Planejamento
Tel: 3565-8041

Tramitação

Data Hora: 13/10/2025 16:12:27
Usuário: 7112 - GABRIEL PEDRO FABIANO FERREIRA/ESCRITURÁRIO
Local Origem: A/C GABRIEL - COMUNICAÇÃO - SUBLOCAL
Local Destino: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: SOLICITAÇÃO AUTENTICADA VIA E-MAIL SEGUEM OS AUTOS PARA PROVIDÊNCIAS

Tramitação

Data Hora: 22/10/2025 15:34:14
Usuário: AMAURI JUNQUEIRA ROSA JUNIOR/
Local Origem: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Local Destino: CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Despacho: TRAMITAÇÃO

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:11:09
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	7
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS 4782/2026

1. INFORMAÇÕES DA UNIDADE

Unidade Demandante: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Descrição sucinta do objeto: Contratação de serviço de assistência técnica de avaliação de imóveis da Secretaria de Planejamento.
Prioridade: MEDIA
Tipo de Contratação: Nova
Data da conclusão da contratação: 16/04/2026
Data de Criação: 09/03/2026
Valor Total: R$ 144.000,00

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A contratação de serviço de assistência técnica especializada para avaliação de imóveis mostra-se necessária para atender às demandas da Secretaria de Planejamento relacionadas à análise, estimativa e definição de valores de bens imóveis de interesse da Administração Pública.

Essas avaliações são fundamentais para subsidiar processos administrativos como desapropriações, aquisições, alienações, regularizações fundiárias, indenizações e demais ações que envolvam patrimônio imobiliário, garantindo que as decisões sejam tomadas com base em critérios técnicos, metodologias reconhecidas e parâmetros de mercado atualizados.

A realização das avaliações por profissional ou empresa especializada assegura maior precisão, imparcialidade e confiabilidade aos laudos técnicos, além de atender às normas técnicas aplicáveis e às boas práticas da área de engenharia de avaliações. Dessa forma, a contratação contribui para a correta gestão do patrimônio público, para a transparência dos atos administrativos e para a segurança jurídica dos processos conduzidos pela Secretaria de Planejamento.

3. ITENS

OUTRAS FONTES (R$ 144.000,00)

Nº	Código Catálogo	Produto	Item	Qtd	Val. Unit.	Un. de Medida	Valor Total
1	68129	Contratação de serviço de Assistência Técnica para a avaliação de imóveis municipais.	Serviços na modalidade assistência técnica para avaliação de imóveis.	1	R$ 144.000,00	SERVIÇO	R$ 144.000,00
					Total: R$ 144.000,00		

4. 4.1. RESPONSÁVEIS COM LOGIN PRÓPRIO

Nenhum responsável incluído.

4.2. RESPONSÁVEIS SEM LOGIN PRÓPRIO

Engenheiro Agrimensor: Edson Aquiles Sanches
Secretário: Fausto Victorelli Júnior

FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873

Assinado digitalmente por FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16749299000111, OU=videoconferencia, CN=FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: 28111991
Data: 2026.04.16 14:07:42-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:11:46
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	6
Página Início:	9
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

976/2026 - Avaliação de imóveis

Informações Básicas

Setor requisitante: Secretaria Municipal de Planejamento

Número do Processo: 5789/2025

Responsável(is): ALBERTO BUZZATTO JEREZ OROZCO

---

1 - Descrição da Necessidade de Contratação

A Administração Pública Municipal de Pirassununga identificou a necessidade de realizar a **avaliação técnica do valor de mercado de diversos imóveis urbanos de sua propriedade**, localizados em diferentes regiões do município. Esses imóveis possuem distintas características quanto à área de terreno, área construída, localização, tipologia e destinação, sendo atualmente utilizados ou passíveis de utilização em diversas políticas públicas municipais.

A inexistência de avaliações atualizadas e tecnicamente fundamentadas desses ativos imobiliários dificulta a adequada gestão patrimonial e a tomada de decisões estratégicas relacionadas à implementação de políticas públicas. Nesse contexto, torna-se necessária a realização de **laudos de avaliação imobiliária elaborados com base em metodologia técnica reconhecida**, em especial conforme os critérios da **ABNT NBR 14.653 – Avaliação de Bens**, utilizando preferencialmente o método comparativo direto de dados de mercado.

A contratação de serviços especializados para **diagnóstico, análise documental, caracterização dos ativos imobiliários, vistoria técnica e elaboração de laudos de avaliação** mostra-se necessária para garantir que o município disponha de informações confiáveis e atualizadas sobre o valor de seus imóveis urbanos.

2 - Previsão da Contratação no PCA

Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual (PCA):

Previsto

Observações:

Previsto sob a DFD 4782/2026

3 - Requisitos da Contratação

A contratação de serviços técnicos especializados para avaliação de imóveis urbanos deverá observar requisitos mínimos de natureza técnica, profissional, operacional e normativa, garantindo a qualidade dos laudos produzidos e a segurança técnica das informações que subsidiarão a gestão patrimonial e as políticas públicas do Município.

1. Requisitos Mínimos

1.1 Qualificação Técnica

A empresa ou profissional contratado deverá comprovar capacidade técnica para a execução de serviços de **avaliação imobiliária**, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem experiência na realização de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

1.2 Responsabilidade Técnica

Os serviços deverão ser executados por **profissional legalmente habilitado**, com registro ativo no respectivo conselho profissional competente, tais como:

- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); ou
- Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Deverá ser apresentada a correspondente **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** ou **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)** referente aos serviços executados.

1.3 Conformidade com Normas Técnicas

As avaliações deverão ser realizadas em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente:

- **ABNT NBR 14.653 – Avaliação de Bens** (partes aplicáveis);
- demais normas técnicas relacionadas à avaliação imobiliária e engenharia de avaliações.

1.4 Escopo Técnico dos Serviços

A prestação dos serviços deverá contemplar, no mínimo, as seguintes atividades:

- análise da documentação imobiliária apresentada pelo Município, incluindo matrículas e demais registros disponíveis;
- caracterização e identificação dos imóveis;
- mapeamento e segregação dos ativos imobiliários;
- vistoria técnica dos imóveis, preferencialmente externa e interna, quando possível;
- levantamento de dados de mercado imobiliário comparáveis;
- aplicação de metodologia adequada para determinação do valor de mercado;
- elaboração de laudos técnicos de avaliação.

1.5 Metodologia de Avaliação

A determinação do valor de mercado deverá ser realizada preferencialmente por meio do **método comparativo direto de dados de mercado**, podendo ser utilizada **regressão linear múltipla**, conforme previsto na norma técnica aplicável, quando houver disponibilidade de dados suficientes.

1.6 Conteúdo Mínimo dos Laudos

Os laudos de avaliação deverão conter, no mínimo:

- identificação e caracterização do imóvel avaliado;
- descrição da localização e características físicas;
- análise da documentação disponível;
- metodologia de avaliação adotada;
- análise de mercado e dados comparativos;
- memória de cálculo;
- valor de mercado estimado;

- registros fotográficos e demais anexos técnicos necessários.

1.7 Forma de Execução

Os serviços deverão ser executados **sob demanda da Administração Municipal**, conforme cronograma ou solicitações emitidas pelo órgão responsável durante a vigência contratual.

1.8 Produtos da Contratação

A contratação deverá resultar na entrega de:

- laudos técnicos de avaliação imobiliária devidamente assinados pelo responsável técnico;
- documentação técnica que comprove a metodologia e os dados utilizados;
- registros fotográficos das vistorias realizadas;
- planilhas e memórias de cálculo utilizadas nas avaliações.

1.9 Delimitação do Escopo

A contratação deverá abranger **apenas imóveis classificados como urbanos**, não contemplando imóveis rurais, salvo eventual redefinição do objeto pela Administração.

4 - Levantamento de Mercado

Opções selecionadas:

- Programa Caixa Políticas Públicas
  - Pontos positivos:
    - Elevado nível de credibilidade institucional
    - Metodologia padronizada e aderente às normas técnicas
    - Rede técnica especializada
    - Apoio à gestão de políticas públicas; implantação de empreendimentos habitacionais; instalação de equipamentos públicos (saúde, educação, assistência social, segurança); gestão estratégica do patrimônio imobiliário público.
    - Redução de riscos técnicos e jurídicos
    - Possibilidade de contratação como assistência técnica especializada.
  - Pontos negativos:
    - Custo potencialmente mais elevado
    - Menor flexibilidade operacional
    - Dependência da estrutura operacional da instituição
    - Escopo restrito em determinadas situações
    - Necessidade de formalização institucional

5 - Consolidação do Levantamento

Primeira alternativa - Programa Caixa Políticas Públicas:

O programa Caixa Políticas Públicas tem como finalidade definir valores de avaliação de imóveis urbanos, visando subsidiar os municípios em suas operações voltadas à implementação e à gestão de políticas públicas. Dessa forma, a Avaliação dos Imóveis Urbanos ofertada como uma assistência técnica da CAIXA, objetiva a subsidiar a tomada de decisão do cliente na implementação de políticas públicas para fins de implantação de unidades/empreendimentos habitacionais e/ou de equipamentos públicos de saúde, educação, lazer, assistência social, segurança e demais ações necessárias à implantação de políticas públicas

Vantagens:

Elevado nível de credibilidade institucional
Metodologia padronizada e aderente às normas técnicas
Rede técnica especializada
Apoio à gestão de políticas públicas; implantação de empreendimentos habitacionais; instalação de equipamentos públicos (saúde, educação, assistência social, segurança); gestão estratégica do patrimônio imobiliário público.
Redução de riscos técnicos e jurídicos
Possibilidade de contratação como assistência técnica especializada.

Desvantagens:
Custo potencialmente mais elevado
Menor flexibilidade operacional
Dependência da estrutura operacional da instituição
Escopo restrito em determinadas situações
Necessidade de formalização institucional

Opção Escolhida

Programa Caixa Políticas Públicas

Justificativa da Opção Escolhida

Após análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade de avaliação do valor de mercado dos imóveis pertencentes ao Município, conclui-se que a contratação por meio do Programa CAIXA Políticas Públicas se apresenta como a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e de segurança jurídica.

No que se refere ao enquadramento jurídico, a presente contratação fundamenta-se no art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, incluindo aqueles relacionados a avaliações, perícias e vistorias técnicas, quando caracterizada a inviabilidade de competição.

No caso em análise, verifica-se que os serviços de avaliação imobiliária demandam elevado grau de especialização técnica, utilização de metodologia específica e conhecimento aprofundado do mercado imobiliário, sendo prestados no âmbito de programa institucional estruturado, com características próprias de execução, o que reforça a inviabilidade de competição em condições equivalentes.

Dessa forma, a escolha da solução mostra-se adequada e devidamente justificada, atendendo ao interesse público, à necessidade administrativa identificada e aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e segurança jurídica.

6 - Descrição da Solução Como um Todo:

A solução escolhida para atender à necessidade da Administração Pública Municipal de Pirassununga consiste na contratação dos serviços de Avaliação de Imóveis Urbanos por meio do Programa Caixa Políticas Públicas, ofertado pela Caixa Econômica Federal. Essa solução fundamenta-se na expertise técnica consolidada da Caixa, que conta com uma rede de profissionais especializados e metodologia padronizada e reconhecida nacionalmente, compatível com as melhores práticas do setor e aderente às normas técnicas aplicáveis, especialmente à ABNT NBR 14.653 – Avaliação de Bens. O programa oferece avaliações baseadas, prioritariamente, no método comparativo direto de dados de mercado, utilizando fontes atualizadas e reconhecidas de informações do segmento imobiliário local, o que assegura a consistência dos resultados. Os laudos técnicos elaborados atendem a todos os requisitos essenciais para a gestão eficiente do patrimônio público municipal, incluindo detalhamento da caracterização dos ativos imobiliários, análise documental, vistorias técnicas qualitativas e quantitativas, exposição criteriosa da metodologia empregada, memória de cálculo, registros fotográficos e fundamentação das conclusões sobre o valor de mercado dos imóveis avaliados. Ao adotar essa solução, o Município passa a contar com informações objetivas, confiáveis e atualizadas sobre o valor de seus imóveis urbanos, promovendo maior segurança para tomadas de decisão estratégicas relacionadas à adoção, à ampliação ou à reestruturação de políticas públicas nas áreas de habitação, saúde, educação, assistência social, segurança, lazer e em demais equipamentos públicos. A credibilidade institucional da Caixa e seu histórico de apoio aos entes públicos na implantação de políticas públicas contribuem para a redução de riscos técnicos e jurídicos associados à avaliação patrimonial, além de proporcionar maior transparência e rastreabilidade aos atos administrativos. A estrutura técnica da Caixa assegura que as avaliações sejam realizadas por

profissionais devidamente qualificados e registrados nos conselhos competentes, com emissão dos devidos registros de responsabilidade técnica, cumprindo todas as exigências normativas e legais pertinentes. A entrega dos produtos contratados — laudos de avaliação e documentação técnica de suporte — ocorre de forma estruturada, garantindo a adequada formalização das informações e o atendimento ao interesse público. Com esta solução, o Município de Pirassununga supre a carência identificada de avaliações imobiliárias atualizadas, qualificadas e formalmente reconhecidas, fortalecendo a gestão patrimonial e permitindo que suas ações sejam pautadas por informações técnicas de alto nível, indispensáveis tanto para a gestão cotidiana como para o suporte à tomada de decisões estratégicas de longo prazo, em alinhamento pleno aos requisitos normativos e ao interesse público municipal.

7 - Estimativa do Quantitativo

No total são 51 (cinquenta e um) imóveis a serem avaliados, com distintas área de terreno, localização e área construída.

Observações

A avaliação será realizada conforme demanda da administração, autorizado pelo Secretário da pasta do Planejamento ou substituto nomeado.

8 - Estimativa de Preço

Os quantitativos estão referenciados no(s) anexo(s):

- avaliação de imóveis.csv

9 - Justificativa Para Parcelamento

Não Parcelamento, em virtude do(s) seguinte(s) motivo(s):

- A economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor.

10 - Providências a Serem Tomadas Previamente ao Contrato

- Capacitação dos fiscais e gestores de contratos.

11 - Contratações Correlatas / Interdependentes

Contratações Correlatas / Interdependentes

Não há.

12 - Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

No contexto da contratação de serviços especializados para avaliação de imóveis urbanos pela Administração Pública Municipal de Pirassununga, com base no Programa Caixa Políticas Públicas, é fundamental a análise dos possíveis impactos ambientais relacionados à execução dos serviços, mesmo que o objeto principal da contratação seja a elaboração de laudos técnicos e não envolva diretamente intervenções físicas nos imóveis. Contudo, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, a dimensão ambiental da sustentabilidade deve ser considerada em todas as fases da contratação pública, inclusive nos serviços técnicos. Possíveis Impactos Ambientais O principal impacto ambiental relacionado à contratação está associado às atividades de vistoria e inspeção dos imóveis, que envolvem o deslocamento de equipes técnicas – seja por transporte individual motorizado (automóveis, motocicletas) ou coletivo – e o acesso, em alguns casos, ao interior de edificações e áreas urbanas. Esse deslocamento resulta em emissões de gases de efeito estufa (GEE), consumo de combustíveis fósseis e potencial geração de resíduos em pequena escala (como impressão de documentos, consumo de materiais descartáveis, etc.). Adicionalmente, se as vistorias envolverem imóveis com áreas verdes remanescentes ou edificações históricas, há uma possibilidade, ainda que remota, de impactos decorrentes do acesso humano, como pisoteio de vegetação, perturbação da fauna urbana ou contato inadequado com áreas de interesse ambiental ou cultural. Outro aspecto ambiental diz respeito ao uso racional de recursos naturais durante as atividades de campo e escritório, como consumo de energia elétrica, papel e água. Embora a natureza do serviço seja predominantemente intelectual, o elevado número de imóveis a serem avaliados

pode, cumulativamente, potencializar seu impacto ambiental indireto. Por fim, destaca-se a eventual manipulação ou descarte de documentos, materiais de escritório e resíduos eletrônicos, provenientes da digitalização, impressão e armazenamento das informações nos sistemas da contratada, com potencial geração de resíduos sólidos urbanos. Medidas Mitigadoras Com o objetivo de mitigar esses impactos, a Administração pode adotar um conjunto de ações preventivas e de contingência, tanto em seus requisitos contratuais quanto nas orientações aos profissionais envolvidos. Inicialmente, recomenda-se a priorização do uso de ferramentas digitais e meios eletrônicos para a condução das atividades, promovendo a digitalização de documentos, compartilhamento de informações em formato eletrônico e minimização da necessidade de impressões. Para os registros fotográficos, recomenda-se a utilização de dispositivos eletrônicos que possibilitem a transferência de dados sem impressão, reduzindo significativamente o consumo de papel e de outros insumos. Em relação aos deslocamentos para vistoria, a mitigação pode ser alcançada pela adoção de roteirização otimizada, de modo a reduzir o número de viagens e, consequentemente, as emissões veiculares. Sempre que possível, deve-se encorajar o uso de veículos com menor impacto ambiental, preferencialmente da frota com baixa emissão ou veículos compartilhados. A realização de vistorias externas, quando suficiente ao objeto, ou a utilização de soluções remotas – como vistorias assistidas por videoconferência, especialmente em imóveis com acesso restrito ou previamente mapeados – também contribuem para a minimização dos deslocamentos e, assim, da pegada de carbono associada ao serviço. Durante a execução das vistorias presenciais, é fundamental estabelecer boas práticas de acesso e circulação nos imóveis, evitando danos à vegetação, à fauna e a elementos edificados ou tombados. Recomenda-se treinamento prévio das equipes sobre respeito a áreas verdes, o não acesso a áreas ambientalmente sensíveis sem autorização, bem como a observância das normas de proteção do patrimônio histórico-cultural, caso os imóveis apresentem essa característica. Em relação ao consumo de energia, papel e água, tanto na sede da contratada quanto nas atividades de campo, sugere-se a adoção de procedimentos de uso restrito e racional, como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis (quando possível), equipamentos eletrônicos eficientes, reutilização de folhas para impressões provisórias, destinação adequada de resíduos e reciclagem de todos os resíduos gerados. Deve-se também requerer que a contratada promova a correta destinação dos resíduos eletrônicos e de materiais obsoletos, em conformidade com a legislação ambiental vigente. Além dessas ações, é pertinente incluir nos instrumentos de contratação cláusulas de respeito aos princípios da sustentabilidade, exigindo da contratada a implementação de práticas de gestão ambiental durante a execução dos serviços, bem como evidências de cumprimento dessas práticas em relatórios de acompanhamento ou auditorias. Considerando que a contratação não abrange intervenções construtivas, supressão de vegetação, movimentação de solo nem alteração de uso do solo urbano, ressalta-se que os impactos ambientais previstos são de relativa baixa magnitude e facilmente controláveis com o conjunto de medidas preventivas e corretivas mencionadas. Ainda assim, seu reconhecimento e tratamento demonstram o compromisso da Administração com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental na gestão pública. Dessa forma, ao incorporar tais medidas mitigadoras ao planejamento, acompanhamento e fiscalização do contrato, o Município de Pirassununga fortalece a responsabilidade ambiental de sua atuação, garantindo que mesmo atividades predominantemente técnicas sejam conduzidas de modo eficiente, sustentável e alinhado às diretrizes legais e normativas aplicáveis à gestão pública contemporânea.

13 - Resultados Pretendidos

Resultados Pretendidos

- Atendimento da necessidade registrada no Título 1 deste Estudo Técnico Preliminar.
- Ganho em termos de:
  - Economia.
  - Potencial de execução de política pública.
  - Segurança institucional.
  - Otimização processual.

14 - Posicionamento Conclusivo Sobre a Viabilidade da Contratação

Em face dos dados e análises expostas nas seções pretéritas deste documento, consigna-se a viabilidade da contratação, de forma a atender a necessidade em tela.

Anexos:

- Proposta de Negócio Pirassununga - Avaliação imóveis.pdf
- Subsídios ao Cliente para Contratação do CPP.pdf

AURELIO PALAVERI ZAMARO: 25996750813
Assinado digitalmente por AURELIO PALAVERI ZAMARO:25996750813
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16749299000111, OU=videoconferencia, CN=AURELIO PALAVERI ZAMARO:25996750813
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026.04.15 11:29:51-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.4

FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
Assinado digitalmente por FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16749299000111, OU=videoconferencia, CN=FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: 28111991
Data: 2026.04.15 11:35:55-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:12:14
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	13
Página Início:	16
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação do Programa Caixa Políticas Públicas – Avaliação de Imóveis, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Unidade medida	Quantidade (imóveis)	Valor unit. (médio)	Valor total
01	Serviços na modalidade assistência técnica para avaliação de imóveis.	Serviço	51	R$ 8.455,85	R$ 431.248,44

1.2 O custo estimado total da contratação é de R$ 431.248,44 (quatrocentos e trinta e um mil e duzentos e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), conforme custos apostos na tabela acima, o valor é dividido por imóveis, que possuem distintas características quanto à área de terreno, área construída, localização, tipologia e destinação, conforme tabela anexa.

1.3. Da justificativa da aquisição: A Administração Pública Municipal de Pirassununga identificou a necessidade de realizar a avaliação técnica do valor de mercado de diversos imóveis urbanos de sua propriedade, localizados em diferentes regiões do município. Esses imóveis possuem distintas características quanto à área de terreno, área construída, localização, tipologia e destinação, sendo atualmente utilizados ou passíveis de utilização em diversas políticas públicas municipais. A inexistência de avaliações atualizadas

e tecnicamente fundamentadas desses ativos imobiliários dificulta a adequada gestão patrimonial e a tomada de decisões estratégicas relacionadas à implementação de políticas públicas. Nesse contexto, torna-se necessária a realização de laudos de avaliação imobiliárias elaboradas com base em metodologia técnica reconhecida, em especial conforme os critérios da ABNT NBR 14.653 – Avaliação de Bens, utilizando preferencialmente o método comparativo direto de dados de mercado.

1.4. Histórico médio de consumo dos últimos 06 meses: não há histórico de consumo por se tratar de item novo, conforme anexo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 As empresas participantes do certame deverão apresentar documentação de Regularidade Jurídica, Fiscal, Social, Trabalhista e Econômico-Financeiro, nos moldes nos artigos 66, 68 e 69, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Requisitos Mínimos:

4.3.1 Qualificação Técnica

A empresa ou profissional contratado deverá comprovar capacidade técnica para a execução de serviços de avaliação imobiliária, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem experiência na realização de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

4.3.2 Responsabilidade Técnica

Os serviços deverão ser executados por profissional legalmente habilitado, com registro ativo no respectivo conselho profissional competente, tais como:

- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); ou
- Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Deverá ser apresentada a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente aos serviços executados.

4.3.3 Conformidade com Normas Técnicas

As avaliações deverão ser realizadas em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente:

- ABNT NBR 14.653 – Avaliação de Bens (partes aplicáveis);
- demais normas técnicas relacionadas à avaliação imobiliária e engenharia de avaliações.

4.3.4 Escopo Técnico dos Serviços

A prestação dos serviços deverá contemplar, no mínimo, as seguintes atividades:

- análise da documentação imobiliária apresentada pelo Município, incluindo matrículas e demais registros disponíveis;

- caracterização e identificação dos imóveis;
- mapeamento e segregação dos ativos imobiliários;
- vistoria técnica dos imóveis, preferencialmente externa e interna, quando possível;
- levantamento de dados de mercado imobiliário comparáveis;
- aplicação de metodologia adequada para determinação do valor de mercado;
- elaboração de laudos técnicos de avaliação.

4.3.5 Metodologia de Avaliação

A determinação do valor de mercado deverá ser realizada preferencialmente por meio do método comparativo direto de dados de mercado, podendo ser utilizada regressão linear múltipla, conforme previsto na norma técnica aplicável, quando houver disponibilidade de dados suficientes.

4.3.6 Conteúdo Mínimo dos Laudos

Os laudos de avaliação deverão conter, no mínimo:

- identificação e caracterização do imóvel avaliado;
- descrição da localização e características físicas;
- análise da documentação disponível;
- metodologia de avaliação adotada;
- análise de mercado e dados comparativos;
- memória de cálculo;
- valor de mercado estimado;
- registros fotográficos e demais anexos técnicos necessários.

4.3.7 Forma de Execução

Os serviços deverão ser executados sob demanda da Administração Municipal, conforme cronograma ou solicitações emitidas pelo órgão responsável durante a vigência contratual.

4.3.8 Produtos da Contratação

A contratação deverá resultar na entrega de:

- laudos técnicos de avaliação imobiliária devidamente assinados pelo responsável técnico;
- documentação técnica que comprove a metodologia e os dados utilizados;
- registros fotográficos das vistorias realizadas;
- planilhas e memórias de cálculo utilizadas nas avaliações.

4.3.9 Delimitação do Escopo

A contratação deverá abranger apenas imóveis classificados como urbanos, não contemplando imóveis rurais, salvo eventual redefinição do objeto pela Administração.

4.4. DA VISITA TÉCNICA: Não será exigida das licitantes visita técnica obrigatória no local onde serão realizados os serviços. Caso a empresa tenha interesse em conhecer o local onde os serviços serão executados, poderá agendar visita junto ao Responsável, através do telefone (19) 3565-8041 ou pelo e-mail planejamento@pirassununga.sp.gov.br. A visita técnica deverá ser executada por representante da empresa interessada, desde que esteja devidamente credenciado através de instrumento público ou particular de procuração com poderes para praticar a visita. A não apresentação da credencial impossibilitará a realização da visita técnica.

O não comparecimento ou falta de interesse do licitante em realizar a visita técnica, implicará seu pleno conhecimento e total aceitação quanto as condições para a execução dos serviços, não podendo alegar qualquer ignorância e/ou desconhecimento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO OBJETO

5.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com o descrito no item 01 deste Termo de Referência.

5.1.1. Todas as ordens no decorrer da execução dos serviços deverão ser dadas expressamente pelo Senhor Secretário Municipal de Planejamento ou por seu preposto expressamente nomeado.

5.2. Prazo de vigência contratual e prazo de execução dos serviços: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, observadas as condições estabelecidas nos artigos 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. O prazo para início dos serviços será de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço pela Unidade Requisitante.

5.3.1 A realização das avaliações serão conforme demandas previamente aprovadas pela Secretaria Municipal de Planejamento.

5.4. REQUISITOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO:

5.4.1. Serão condições de aceitabilidade dos serviços, sua execução em total acordo com o discriminado neste Termo de Referência e conferido pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização.

5.4.2. Ocorrendo na execução do objeto contrato incompatibilidades, erros, ou falhas, a Unidade Requisitante não aceitará o mesmo, devendo a Contratada proceder as devidas correções no prazo estipulado pela Administração, sem qualquer ônus ao município.

5.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.5.1. Organizar-se técnica e administrativamente, de modo a cumprir com eficiência o objeto licitado.

5.5.2. Permitir e facilitar à Contratante o acompanhamento e verificação dos serviços em realização, o que não isentará a Contratada de suas responsabilidades.

5.5.3. Refazer, às suas expensas, os serviços executados com erro ou imperfeição técnica, salvo se decorrentes de informação errônea da Contratante, sem prejuízo das multas contratuais.

5.5.4. As irregularidades deverão ser sanadas de acordo com a indicação da Contratante, no prazo máximo estipulado pela Contratante, contados do recebimento pela Contratada da notificação por escrito.

5.5.5. Responsabilizar-se pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como tomando ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

5.5.6. Comunicar formalmente à Contratante a ocorrência de qualquer anormalidade ou irregularidade nos serviços, bem como, eventuais motivos que impeçam a realização dos trabalhos;

5.5.7. Responsabilizar-se-á civil e criminalmente por todo e qualquer dano causado ao Município ou a terceiros, decorrente da má qualidade ou defeito dos materiais empregados;

5.5.8. Manter preposto, para representá-la na execução do contrato;

5.5.9. Todas as despesas diretas, indiretas, funcionários em geral, combustível, alimentação, estadia, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato, sem qualquer exceção, que incidirem sobre o contrato ou sobre os serviços contratados, encargos sociais, fiscais e o que mais de direito, correrão por conta exclusiva da contratada.

5.5.10. É de responsabilidade da contratada a apresentação e comprovante de recolhimento da ART.

5.5.11. É responsabilidade da contratada civil e criminalmente pelos funcionários registrados e também na área de segurança e saúde do trabalhador, regida pela Legislação vigente, bem como fornecimento de todos os equipamentos de segurança (EPI´s).

5.5.12. Será de responsabilidade da Contratada apresentação de laudos de segurança exigidos pelo Ministério do Trabalho e Ministério da Previdência Social (PCMAT/PPRA, LTCAT, PCMSO), quando couber.

5.5.13. A contratada responsabilizar-se-á civil e criminalmente por todo e qualquer dano causado ao Município ou a terceiros, decorrente da má qualidade ou defeito dos materiais desde a sua produção, bem como falha, erro ou inobservância das normas legais relativa à execução dos serviços.

5.5.14. Atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos em lei.

5.6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.6.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.6.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado;

5.6.3 Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

5.6.4 Pagar ao contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital da licitação;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:

6.1.1. O objeto contratado deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2. A execução do objeto contratado deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos, obedecido ao disposto nos artigos 26, 27 e 28 do Decreto Municipal nº 8.819/2024, disponível no seguinte endereço: www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos

6.1.2.1. As ocorrências relacionadas à execução do contrato, deverão obedecer ao disposto no artigo 25 do Decreto Municipal nº 8.819/2024, disponível no seguinte endereço: www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos.

6.1.3. A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato, obedecido ao disposto no artigo 24 do Decreto Municipal nº 8.819/2024, disponível no seguinte endereço: www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos.

6.1.4 As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica (e-mail) para esse fim.

6.1.5 A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.6. Ficará o contratado, sujeito às penalidades descritas no campo Sanções Administrativas do edital da licitação, pelo não cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

6.2 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO:

6.2.1. A avaliação da execução do objeto será realizada pelo Fiscal do contrato ou por servidor habilitado, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.2.2. A contratada deverá encaminhar a Nota Fiscal no e-mail do Fiscal do Contrato (planejamento@pirassununga.sp.gov.br).

6.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente, indicados pelo contratado.

6.2.4. O prazo pagamento será indicado pela Secretaria Municipal de Finanças e constará no Edital da licitação em campo próprio.

6.3. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:

6.3.1 Executado, o objeto será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo de homologação detalhado, **em até 5 (cinco) dias úteis,** quando verificado o cumprimentos das exigências de caráter técnico.

b) Definitivamente, pelo Fiscal do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, **em até 5 (cinco) dias úteis** da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório.

6.3.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o Contrato/Termo de Referência.

6.3.3. Constatadas irregulares no objeto, o Fiscal do Contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

6.3.3.1. Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações deste Termo de Referência, determinando sua correção.

6.3.3.2. Determinar sua complementação ou se houver diferença de quantidades ou de partes.

6.3.3.3. As irregularidades deverão ser sanadas pela contratada, no prazo máximo estipulado pela Administração, contados do recebimento por ela da notificação por escrito mantido o preço inicialmente ofertado.

6.4.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.4.4. O recebimento provisório e definitivo também deverão obedecer, no que couber, o disposto no artigo 29 do Decreto Municipal nº 8.819/2024, disponível no seguinte endereço: www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O objeto será contratado mediante ***DISPENSA ELTRÔNICA*** e a modalidade **será indicada pela Seção de Contratações com base na documentação apresentada pelo requisitante no respectivo protocolo do processo de compras.**

7.2. O critério de julgamento será o de menor preço.

7.3. Por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, será realizada

consulta aos seguintes cadastros:

7.3.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

7.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União; e

7.3.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da 6.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Não há necessidade do parcelamento da solução, por se tratar de um único item.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Funcional programática: 04.122.1033-2.055

Ficha: 83

Código de Aplicação: 110.0000

N° do órgão: 05

Fonte e Recurso: Próprio

9.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. RESPONSÁVEIS

Aurélio Palaveri Zamaro
Engenheiro Agrimensor
CPF 259.96.508-13

AURELIO PALAVERI ZAMARO: 25996750813

Assinado digitalmente por AURELIO PALAVERI ZAMARO:25996750813
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16749299000111, OU=videoconferencia, CN=AURELIO PALAVERI ZAMARO:25996750813
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026.04.15 11:31:20-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.4

O futuro fiscal será o responsável pela fase de planejamento (Art. 22 do Decreto Municipal nº 8819/2024).

Pirassununga, 15 de abril de 2026.

FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873

Assinado digitalmente por FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16749299000111, OU=videoconferencia, CN=FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: 28111991
Data: 2026.04.15 11:36:40-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

Fausto Victorelli Júnior

Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:12:42
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	30
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	MAPA DE RISCO

MAPA DE RISCOS

Processo Administrativo: 5789/2025

Objeto: Serviços na modalidade assistência técnica para avaliação de imóveis.

Fase de Planejamento/Preparatória

Risco	Ação Preventiva	Setor	Ação de Contingência	Setor	Impacto	Grau de Risco
Falta de ETP, TR, Solicitação, Reserva, etc	Verificação de Check-list	Unidade requisitante	Devolução para correções	Seção de Contratações	Médio	Baixo
Falta de Recursos Financeiros	Consulta PCA e peças orçamentárias e/ou contingenciamento	Unidade requisitante	Adequações orçamentárias	Secretaria de Finanças	Alto	Médio
Especificações Deficientes	Pesquisa de objetos afins e outras contratações. Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando unidade de medida, locais de execução, quantidade e prazos.	Unidade requisitante	Devolução para correções e adequações	Seção de Contratações	Médio	Baixo
Não realização de ampla pesquisa de preços	Cumprimento do Decreto Municipal nº 8435/23 – Art. 8º	Unidade requisitante	Devolução para complementação de fontes de pesquisas	Seção de Contratações	Alto	Baixo
Falha na elaboração do ETP e TR	Acompanhamento e preenchimento conforme modelos fornecidos	Unidade requisitante	Devolução para complementação de informações	Seção de Contratações	Médio	Médio

Fase da Execução e Fiscalização Contratual

Risco	Ação Preventiva	Setor	Ação de Contingência	Setor	Impacto	Grau de Risco
Ausência de critérios para recebimento do objeto	Melhorar a elaboração do Termo de Referência	Unidade requisitante	Devolução para correções	Contratações/Licitação	Médio	Baixo
Desconhecimento dos termos da contratação	Acompanhamento do gestor de contrato na fase preparatória	Unidade requisitante	Verificação do contrato	Gestor de Contrato	Médio	Baixo
Demora na contratação da solução	Acompanhar o processo de aquisição	Unidade requisitante	Maior celeridade no processo	Contratações/Licitação Procuradoria Administração Secretaria de Finanças	Médio	Alto
Inércia frente ao descumprimento de obrigações contratuais	Gestor do contrato acompanhar toda a execução, com anotações e comunicações à contratada	Gestor do Contrato	Acompanhamento da execução e prazos estabelecidos	Unidade requisitante Procuradoria	Alto	Baixo
Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato.	Gestor do contrato acompanhar toda a execução, com anotações e comunicações à contratada	Gestor do Contrato	Reuniões com Gestor	Unidade requisitante	Médio	Baixo
Falta de pessoal para a fiscalização e gestão do contrato	Indicação de servidor competente	Unidade requisitante	Treinamento de pessoal	Administração/ Governança	Baixo	Baixo
Qualificação insuficiente dos fiscais do contrato	Indicação de servidor competente	Unidade requisitante	Treinamento de pessoal	Administração/ Governança	Baixo	Baixo

FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873

Assinado digitalmente por FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16749299000111, OU=videoconferencia, CN=FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: 28111991
Data: 2026.04.15 11:37:16-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

AURELIO PALAVERI ZAMARO: 25996750813

Assinado digitalmente por AURELIO PALAVERI ZAMARO:25996750813
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16749299000111, OU=videoconferencia, CN=AURELIO PALAVERI ZAMARO:25996750813
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026.04.15 11:30:49-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.4

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:13:26
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	3
Página Início:	32
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	JUSTIFICATIVA DE ENQUADRAMENTO NO ARTIGO E DE PREÇOS

JUSTIFICATIVA DISPENSA E JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados para **avaliação de imóveis urbanos pertencentes ao Município**, com a finalidade de subsidiar a gestão patrimonial e a implementação de políticas públicas.

A solução pretendida consiste na contratação do **Programa CAIXA Políticas Públicas**, operacionalizado por instituição financeira pública federal, que atua como agente técnico na prestação de serviços de apoio à Administração Pública.

O enquadramento da presente contratação por **dispensa de licitação** encontra fundamento no **art. 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021**, o qual dispõe ser dispensável a licitação para a contratação de bens ou serviços com órgão ou entidade da Administração Pública que possua atribuição legal compatível com o objeto da contratação.

No caso em análise, verifica-se que:

- **Natureza da entidade contratada**
  A instituição a ser contratada integra a Administração Pública Federal, possuindo natureza jurídica de empresa pública, com atuação consolidada no apoio técnico a entes federativos.
- **Compatibilidade institucional com o objeto**
  A prestação de serviços no âmbito do programa em questão está diretamente relacionada às atribuições institucionais da entidade, que incluem a execução de atividades de assistência técnica, avaliação de imóveis e suporte à implementação de políticas públicas.
- **Especialização e estrutura técnica**
  A contratada dispõe de estrutura técnica qualificada e rede credenciada de profissionais especializados, garantindo a execução dos serviços com elevado padrão de qualidade, em conformidade com normas técnicas aplicáveis, especialmente a ABNT NBR 14.653.
- **Interesse público na contratação**
  A contratação permitirá ao Município obter avaliações imobiliárias confiáveis e tecnicamente fundamentadas, essenciais para a correta gestão do patrimônio público, planejamento urbano e tomada de decisões estratégicas relacionadas à implementação de políticas públicas.
- **Vantajosidade da contratação**
  A solução apresenta vantagens relacionadas à segurança técnica, padronização metodológica e credibilidade institucional, reduzindo riscos de questionamentos futuros e conferindo maior robustez aos atos administrativos que dependam das avaliações realizadas.

Variabilidade dos preços no mercado

Ressalta-se que, por se tratar de serviços de **avaliação de imóveis**, os valores obtidos na pesquisa de preços abaixo, tendem a apresentar significativa variação, em razão das particularidades de cada

bem avaliado, tais como **área de terreno, área construída, localização, tipologia e estado de conservação**. Essas variáveis impactam diretamente na complexidade do serviço e na metodologia a ser aplicada, dificultando a obtenção de parâmetros homogêneos e comparáveis no mercado.

PESQUISA DE PREÇO



Editais

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 6/2026

Última atualização 28/01/2026

Local: Belo Horizonte/MG **Órgão:** TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6A REGIAO **Unidade compradora:** 090059 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO/MG

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, I **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica

Registro de preço: Não **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 28/01/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 47784477000179-1-000005/2026 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Contratação de empresa especializada, devidamente habilitada, para elaboração de laudo técnico, prestação de serviços na modalidade Assistência Técnica - Avaliação de Imóveis Urbanos, a serem realizados pela CAIXA no empreendimento detalhado no item posterior, conforme demanda apresentada pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região - TRF6-MG, conforme Termo de Referência 1580131.

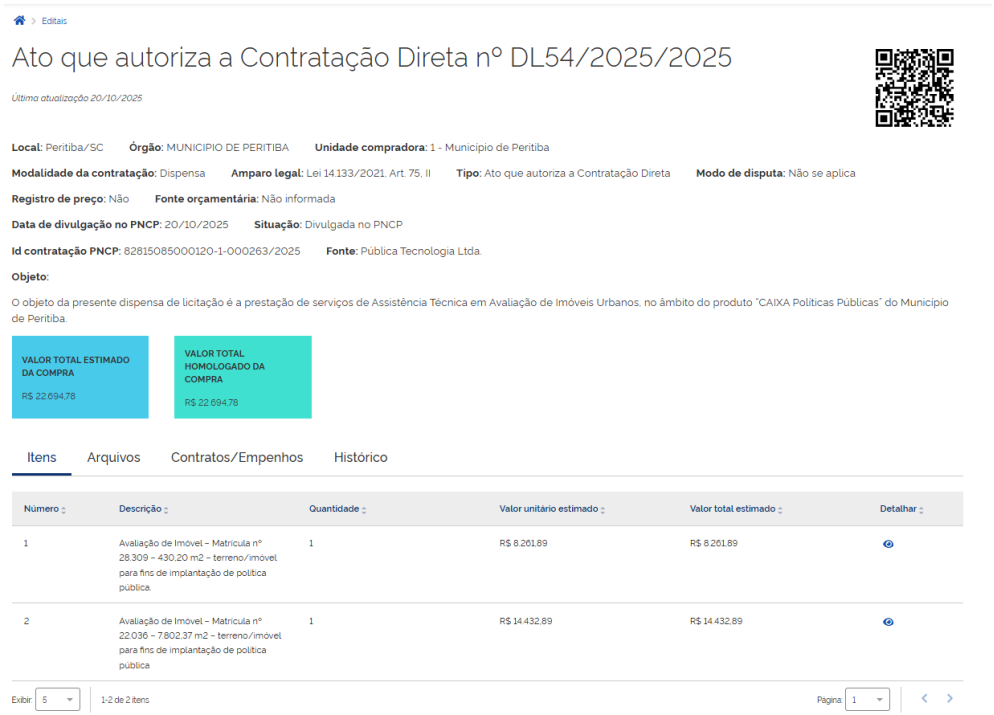
VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA
R$ 27.678,25

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 27.678,25

Itens | Arquivos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Estudo, Avaliação, Projeto - Imóveis Estudo, Avaliação, Projeto - Imóveis	1	R$ 27.678,25	R$ 27.678,25	

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1



Editais

Ato que autoriza a Contratação Direta nº DL54/2025/2025

Última atualização 20/10/2025

Local: Peritiba/SC **Órgão:** MUNICIPIO DE PERITIBA **Unidade compradora:** 1 - Municipio de Peritiba

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica

Registro de preço: Não **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 20/10/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 82815085000120-1-000263/2025 **Fonte:** Pública Tecnologia Ltda.

Objeto:

O objeto da presente dispensa de licitação é a prestação de serviços de Assistência Técnica em Avaliação de Imóveis Urbanos, no âmbito do produto "CAIXA Políticas Públicas" do Municipio de Peritiba.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA
R$ 22.694,78

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 22.694,78

Itens | Arquivos | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Avaliação de Imóvel – Matrícula nº 28.309 – 430,20 m2 – terreno/imóvel para fins de implantação de política pública.	1	R$ 8.261,89	R$ 8.261,89	
2	Avaliação de Imóvel – Matrícula nº 22.036 – 7.802,37 m2 – terreno/imóvel para fins de implantação de política pública	1	R$ 14.432,89	R$ 14.432,89	

Exibir: 5 | 1-2 de 2 itens | Página: 1

Editais

Ato que autoriza a Contratação Direta nº DL 44/2025

Última atualização 26/06/2025

Local: Saltinho/SC **Órgão:** MUNICIPIO DE SALTINHO **Unidade compradora:** CIN509 - MUNICÍPIO DE SALTINHO

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, IX **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica

Registro de preço: Não **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 26/06/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 01612844000156-1-000061/2025 **Fonte:** Betha Sistemas

Objeto:

CONTRATAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, EMPRESA PÚBLICA FEDERAL QUE DETÉM ATUAÇÃO EXCLUSIVA NO ÂMBITO DO PRODUTO "CAIXA POLÍTICAS PÚBLICAS", PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE SALTINHO, ESTADO DE SANTA CATARINA, COMPREENDENDO: TERRENO URBANO MATRICULADO SOB O Nº 12.388, COM ÁREA DE 362,50 M²; TERRENO URBANO MATRICULADO SOB O Nº 12.417, COM ÁREA DE 362,50 M².

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 15.336,96	R$ 15.336,96

Itens | Arquivos | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Assistência Técnica Avaliação de Imóveis Urbanos Terreno 1 – matricula nº 12.388 – Área de 362,50 m2 Parecer de Assistência Técnica acompanhado do Laudo de Avaliação	1	R$ 7.668,48	R$ 7.668,48	
2	Assistência Técnica Avaliação de Imóveis Urbanos Terreno 2 – matricula nº 12.417 – Área de 362,50 m2 Parecer de Assistência Técnica acompanhado do Laudo de Avaliação	1	R$ 7.668,48	R$ 7.668,48	

Exibir: 5 | 1-2 de 2 itens | Página: 1

FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873

Assinado digitalmente por FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16749299000111, OU=videoconferencia, CN=FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: 28111991
Data: 2026.04.16 14:06:46-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:13:46
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	2
Página Início:	36
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	HISTÓRICO DE CONSUMO

Assunto **Re: Histórico de consumo de 6 meses - SEPLAN**
Remetente material <material@pirassununga.sp.gov.br>
Para planejamento <planejamento@pirassununga.sp.gov.br>
Data 27-03-2026 4:09 pm

Prefeitura Municipal de PIRASSUNUNGA

- Relatório de consumo.jpg (113 KB)

Boa tarde, Letícia!

Segue anexo.

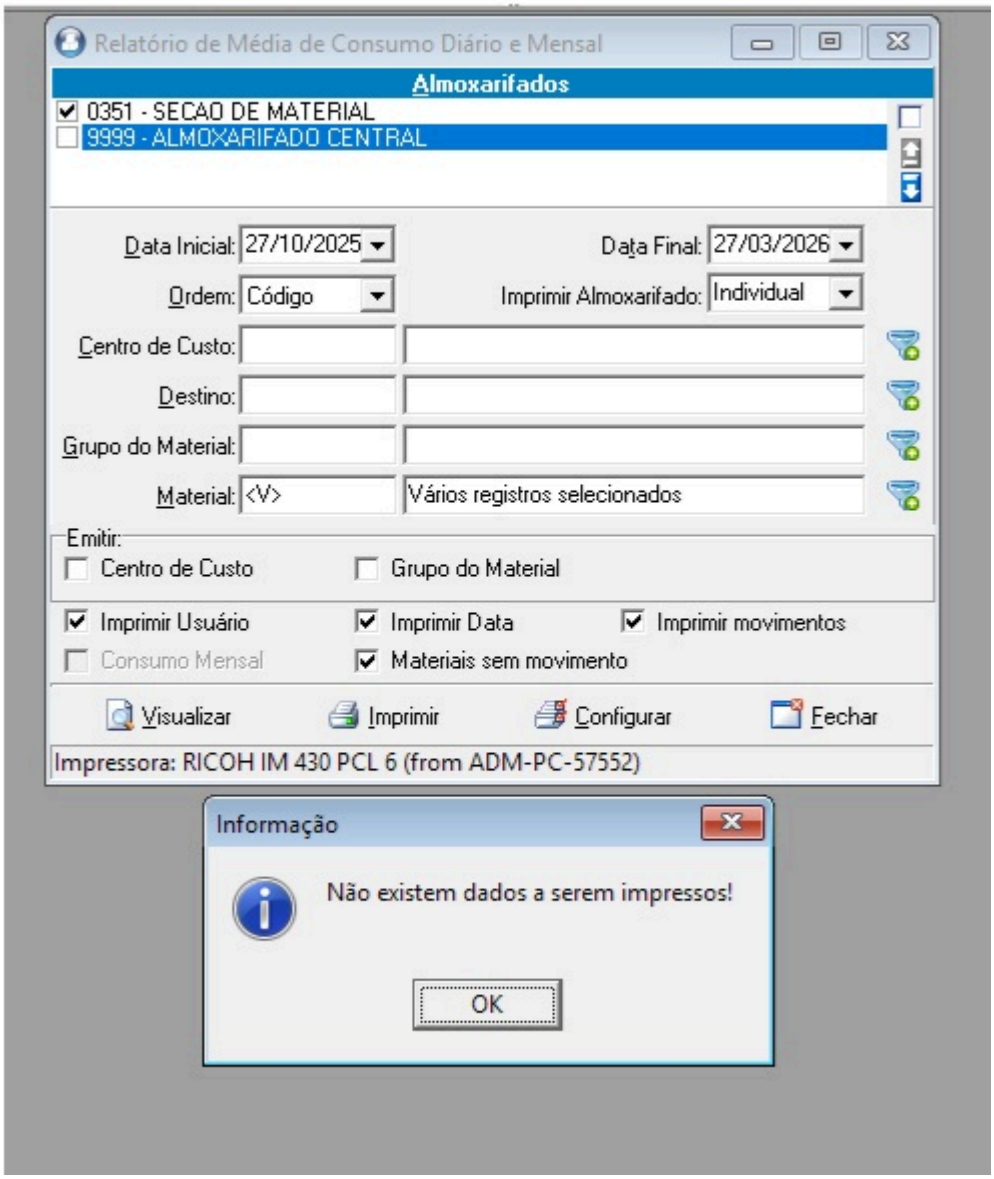
Foi consultado os itens 68128 e 68129.

At.te,

Carina.

Em 26/03/2026 10:09, planejamento escreveu:

> Bom dia
>
> Solicito o histórico de consumo de 6 meses do item 68128.
>
> Obrigada.
>
> Att, Letícia.


Relatório de Média de Consumo Diário e Mensal
Almoxarifados
0351 - SECAO DE MATERIAL
9999 - ALMOXARIFADO CENTRAL
Data Inicial: 27/10/2025
Data Final: 27/03/2026
Ordem: Código
Imprimir Almoxarifado: Individual
Centro de Custo:
Destino:
Grupo do Material:
Material: <V>
Vários registros selecionados
Emitir:
Centro de Custo
Grupo do Material
Imprimir Usuário
Imprimir Data
Imprimir movimentos
Consumo Mensal
Materiais sem movimento
Visualizar
Imprimir
Configurar
Fechar
Impressora: RICOH IM 430 PCL 6 (from ADM-PC-57552)
Informação
Não existem dados a serem impressos!
OK

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:14:53
Usuário:	LETÍCIA HAITER SCATOLINI
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Nome Arquivo:	8 - Proposta de Negocio Pirassununga - Avaliacao imoveis 1.pdf
Qtd. Páginas:	11
Página Início:	39
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	PROPOSTA E PRORROGAÇÃO DA CAIXA
Nome Arquivo:	Webmail_da_Prefeitura_de_Pirassununga____RES__GIGOVPK_96_2026-CPP_Avalia
Qtd. Páginas:	6
Página Início:	50
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	PROPOSTA E PRORROGAÇÃO DA CAIXA

CAIXA POLÍTICAS PÚBLICAS
PROPOSTA DE NEGÓCIO – 17907
PIRACICABA – SP – 02/02/2026

VICE PRESIDÊNCIA DE GOVERNO

caixa.gov.br

SUMÁRIO

SUMÁRIO 2
1. OBJETIVO 3
2. DESCRIÇÃO 3
3. ESCOPO DO SERVIÇO 7
4. PREÇO DOS SERVIÇOS 9

1. OBJETIVO

1.1 O CAIXA Políticas Públicas tem como objetivo prestar serviços de análise, acompanhamento, assessoria e consultoria em políticas públicas, relacionados às atividades de engenharia, arquitetura, trabalho social e operacional aos órgãos e entes públicos.

1.2 O objetivo deste documento é apresentar proposta para prestação de serviços na modalidade de Assistência Técnica – Avaliação de imóveis, a serem realizadas pela CAIXA no Município de Pirassununga/SP, conforme demanda apresentada pelo município/SP.

2. DESCRIÇÃO

2.1 A Prefeitura Municipal de Pirassununga/SP solicitou os serviços de Assistência Técnica para a avaliação do valor de mercado dos imóveis pertencentes ao município apresentados abaixo:

Denominação	Matricula	Área Terreno	Área Construída	Loteam.	Endereço	Nº
Faculdade de Agrimensura De Pirassununga	40268	40843,2	4977	Posto De Monta	R. Germano Dix	3527
Biscoitos Cosme e Damiao Ltda Epp		7517,21	1872,99	Jardim Brasilia	R. Antenor Pereira	961
Gleba: Remanescente 09 - Posto de Monta	27344	97979	1738,49	Polo Industrial Orlando Poggi (Posto De Monta)	R. Maria Silveira Therense	3680
Incubadora de Empresas “Agostinho Alves Lindo” (Sociedade de Alimentos De Pirassununga Ltda) - Lei 4194/2012 (antiga Lei 3630-2007)	49600	3237,58	850,27	Jardim Santa Rita	R. Felipe Boller Junior	4734
Sala: térreo do Prédio Anexo II	T 10262	372	656	Centro	R. Duque De Caxias	1338
Restaurante Ponto Chic	T 10262	372	656	Centro	R. Duque De Caxias	1338
Empresa J. A. Pedretti & Cia Ltda-Me		3784,8	323,07	Jardim Brasilia	R. Antenor Pereira	985
Escola CPM - Curso Preparatório Ltda	T 7351	1939,94	259	Centro	Av. Newton Prado	1660
Jasel Equipasf Ltda		2347,48	248,65	Jardim Brasilia	R. Projetada Do Jd Brasilia	860
Valdir de Jesus Bichoff - Me		958,57	181,95	Jardim Morumbi	R. Antenor Pereira	811
Eliene da Silva Gomes	20475	200,5	99	Vila Brasil	R. Santa Catarina	3734
Sem Denominação	26351	37020,2	70,16	Rural	Sp 225	s/n
MSM Industria e Comercio LTDA - EPP (Stroke) - Lei 3400/2005; Prot. 638/2005	40015	11539,7		Posto De Monta	R. Liduíno Postal	s/n

Remanescente 8A	40015	11539,7		Posto De Monta	R. Liduíno Postal	s/n
Fernado Sérgio Piva – Decreto 7393/2019; Prot. 2722/2019	40015	11539,7		Posto De Monta	R. Liduíno Postal	s/n
Sem Denominação	39977	9000		Polo Industrial Orlando Poggi	R. José Rosim	s/n
Sem Denominação	17920	6632,56		Recanto Dos Colibris	R. 05 Do Recanto Dos Colibris	s/n
Sem Denominação	32281	5016,24		Jardim Santa Rita	Av. Eng. Josias De Oliveira	s/n
Lote 7 Quadra B	35147	3000		Polo Ind. Guilherme Muller Filho	Hideo Miamoto	160
Lote 8 Quadra B	35148	3000		Polo Ind. Guilherme Muller Filho	R. Hideo Miamoto	200
Sem Denominação		1885		Jardim Petrópolis	R. Pereira Bueno	s/n
Sem Denominação	38868	1681,13		Desm. Cap. Antonio J. Mendes (Atual Terramerica Rs)	Av. Engenheiro Antonio Carlos Marucci	s/n
Sem Denominação		1615		Jardim Cachoeira	R. Major Levy	s/n
Sem Denominação	41004	1362,01		Vila Paulista Desmembramento	R. Brigadeiro Haroldo Coimbra Veloso	1491
Sem Denominação	20782	700		Jardim Brasília	R. Antenor Pereira	s/n
Terreno (Pesqueiro – Tubulação do SAEP)	32536	380,53		Pesqueiros Cach.Emas	Av. Paulo Furlan	s/n
Sem Denominação	32049	332,62		Jardim Ferrari II	R. Milton Machado Franco	s/n
Sem Denominação	20696	332,6		Jardim Residencial Margarida	R. Joaquim Do Marco	s/n
Sem Denominação	20494	332,6		Jardim Residencial Margarida	R. Joaquim Do Marco	s/n
Sem Denominação	20710	332,6		Jardim Residencial Margarida	R. Mario C. D'elia	s/n
Sem Denominação		330,25		Vila São Judas Tadeu	R. Francisco Pereira Oliveira	s/n
Sem Denominação	20714	250		Jardim Residencial Margarida	R. Joaquim Do Marco	s/n
Sem Denominação	20459	250		Jardim Residencial Margarida	R. Joaquim Do Marco	s/n

Sem Denominação	20713	250		Jardim Residencial Margarida	R. Joaquim Do Marco	s/n
Sem Denominação	20491	250		Jardim Residencial Margarida	R. Joaquim Do Marco	s/n
Sem Denominação	20534	250		Jardim Residencial Margarida	R. Joaquim Do Marco	s/n
Sem Denominação	20460	250		Jardim Residencial Margarida	R. Joaquim Do Marco	s/n
Sem Denominação	20715	250		Jardim Residencial Margarida	R. Joaquim Do Marco	s/n
Sem Denominação	20709	250		Jardim Residencial Margarida	R. Joaquim Do Marco	s/n
Sem Denominação	20695	250		Jardim Residencial Margarida	R. Joaquim Do Marco	s/n
Sem Denominação	20450	250		Jardim Residencial Margarida	R. Joaquim Do Marco	s/n
Sem Denominação	20688	250		Jardim Residencial Margarida	R. Joaquim Do Marco	s/n
Sem Denominação	20693	250		Jardim Residencial Margarida	R. Joaquim Do Marco	s/n
Sem Denominação	20687	250		Jardim Residencial Margarida	R. Joaquim Do Marco	s/n
Sem Denominação	46266	175,63		Posto De Monta	R. Felippe Malaman	2013
Gleba: Leito da FEPASA - CAR Número: 35393010346406	18095	41998,5		Bairro Laranja Azeda	Sp 201 Rodovia Euberto Nemésio Pereira De Godoy	s/n
Gleba de terras (Rural: em frente ao aterro sanitário)	48765	30001,2		Sítio Retiro I	Estr. Png 142	s/n
Gleba: Leito da FEPASA - CAR Número: 35393010346406	18091	21204,5		Bairro Laranja Azeda	Sp 201 Rodovia Euberto Nemésio Pereira De Godoy	s/n

Gleba: Leito da FEPASA - CAR Número: 35393010346406	18092	13271,5		Bairro Laranja Azeda	Sp 201 Rodovia Euberto Nemésio Pereira De Godoy	s/n
Associação dos Guardas Municipais de Pirassununga e Região	T 9391	12100		Bairro Da Balsa	Sp 225 - Km 35,1	s/n
Imóvel: (Antiga Associação dos Criadores de Bicudos e Curiós de Pirassununga)	46961	5065,59		Posto De Monta	R. Francisco Eugenio Malaman	s/n
Sem Denominação	49699	4496,65		Recanto dos Tico Ticos	Estr.Png 472	s/n
Sem Denominação	46960	3779,71		Posto De Monta	Av. Presidente Medici	s/n
Sem Denominação	46956	3462,29		Posto De Monta	R. Vicente Sgambatti	s/n
Sem Denominação	18094	2979,5		Vila São Bento	Av. São Lucas	s/n
Sem Denominação	49601	2479,58		Jardim Santa Rita	R. Felipe Boller Junior	s/n
Terreno: Antiga Escola Municipal do Itupeva - CAR Número: 35393010346332	1127-R/57	1100		Bairro Itupeva	Estr. Png 112	s/n
Sem Denominação	5410	600		Rural	Sp 328	s/n
Sem Denominação	T 2388	420		Rural	Estr. Png 141	s/n
Sem Denominação	1527	352		Vila Pinheiro	R. Angelo Aldriguetti	s/n
Sem Denominação		241,9		Vila Malachias	R. Joaquim Jorge Port	s/n
Sem Denominação	T 2535			Rural	Estr. Png 319	s/n
Sem Denominação	T 3508			Rural	Estr. Png 319	s/n

3.1 O escopo de serviços previstos no âmbito do programa Caixa Políticas Públicas tem como finalidade definir valores de avaliação de imóveis urbanos, visando subsidiar os municípios em suas operações voltadas à implementação e à gestão de políticas públicas.

Dessa forma, a Avaliação dos Imóveis Urbanos ofertada como uma assistência técnica da CAIXA, objetiva subsidiar a tomada de decisão do cliente na implementação de políticas públicas para fins de implantação de unidades/empreendimentos habitacionais e/ou de equipamentos públicos de saúde, educação, lazer, assistência social, segurança e demais ações necessárias à implantação de políticas públicas, **não estando inclusos terrenos rurais**.

Isto posto, esclarecemos que os 12 (doze) imóveis rurais listados a seguir não se enquadram na categoria de imóveis objetos de atuação da CAIXA por esse programa. Sendo assim, esses imóveis **não foram considerados na oferta de prestação de serviço apresentada nessa proposta**.

IMÓVEIS NÃO CONSIDERADOS NA PRECIFICAÇÃO

3. ESCOPO DO SERVIÇO

Matricula	Área Terreno	Área Construída	Loteamento	Via	Endereço	Número
26351	37020,215	70,16	Rural	Rodovia	Sp 225	s/n
18095	41998,5		Bairro Laranja Azeda	Rodovia	Sp 201 Rodovia Euberto Nemésio Pereira De Godoy	s/n
48765	30001,185		Sítio Retiro I	Estrada	Png 142	s/n
18091	21204,5		Bairro Laranja Azeda	Rodovia	Sp 201 Rodovia Euberto Nemésio Pereira De Godoy	s/n

18092	13271,5		Bairro Laranja Azeda	Rodovia	Sp 201 Rodovia Euberto Nemésio Pereira De Godoy	s/n
T 9391	12100		Bairro Da Balsa	Rodovia	Sp 225 - Km 35,1	s/n
49699	4496,65		Recanto dos Tico Ticos	Estrada	Png 472	s/n
1127-R/57	1100		Bairro Itupeva	Estrada	Png 112	s/n
5410	600		Rural	Rodovia	Sp 328	s/n
T 2388	420		Rural	Estrada	Png 141	s/n
T 2535			Rural	Estrada	Png 319	s/n
T 3508			Rural	Estrada	Png 319	s/n

3.1 AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS

3.1.1 Escopo dos Serviços:

A Assistência Técnica para avaliação de imóveis urbanos ofertada pela CAIXA, tem como principal objetivo assessorar a monetização do ativo imobiliário, tornando-o estrategicamente adequado ao processo de levantamento de valor a ser realizado pelo município. Sendo assim, foi estruturada a prestação dos referidos serviços:

a) Diagnósticos e estudos preliminares, que consiste nas seguintes atividades:

Análise de documentação inicial apresentada pelo Município:

Referente à análise da documentação apresentada pelo Cliente relacionada ao imóvel, necessária para proceder à avaliação do mesmo, qual seja: certidões de Inteiro Teor da Matrícula dos imóveis no Registro Geral de Imóveis e/ ou outros documentos que contenham a área do imóvel, de forma a caracterizar os imóvel avaliado;

Mapeamento, segregação e caracterização do ativo imobiliário:

Consiste na análise do imóvel com mapeamento do ativo imobiliário, segregado e caracterizado segundo tipologia, uso/destinação, localização, condição de regularização, e valor de referência;

b) Contratação e monitoramento das atividades de avaliação de imóveis:

Consiste na análise técnica dos imóveis do Cliente com vistas a identificar o valor do imóvel, seus custos, frutos e direitos. A atividade será contratada pela CAIXA utilizando sua rede credenciada e será monitorada em todas suas fases de execução. Como regra geral, o imóvel avaliado é vistoriado externa e internamente.

O resultado desta atividade serão os laudos de avaliação de imóvel, a serem desenvolvidos no formato e conforme metodologia adotada pela CAIXA, e deverão conter todas as informações necessárias de forma descritiva, consubstanciada, detalhada, com todos os anexos exigidos ou necessários, utilizando-se, preferencialmente, o

método comparativo direto de dados de mercado com a utilização de regressão linear múltipla, conforme NBR 14.653.

4.1 Abaixo apresentamos a proposta de negócio para a prestação dos serviços acima descritos.

Esclarecemos que os serviços serão realizados sob demanda do contratante dentro do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços a ser estabelecido, e consequentemente os pagamentos pela prestação de serviços ocorrerão ao final de cada serviço realizado.

4.2 Havendo interesse na contratação, o valor somatória das tarifas para a prestação dos serviços é **R$ 431.248,44 (Quatrocentos e Trinta e Um Mil, Duzentos e Quarenta e Oito Reais e Quarenta e Quatro Centavos)** conforme discriminado no quadro abaixo:

4.2.1 Terrenos

4. PREÇO DOS SERVIÇOS

Local	Área do terreno	Logradouro Rua/Avenida/Via	Valor do investimento
Posto De Monta	175,63	Felippe Malaman	R$ 6.328,65
Vila Malachias	241,90	Joaquim Jorge Port	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Vila São Judas Tadeu	330,25	Francisco Pereira Oliveira	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	332,60	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65

Jardim Residencial Margarida	332,60	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	332,60	Mario C. D'elia	R$ 6.328,65
Jardim Ferrari II	332,62	Milton Machado Franco	R$ 6.328,65
Vila Pinheiro	352,00	Angelo Aldriguetti	R$ 6.328,65
Pesqueiros Cach.Emas	380,53	Paulo Furlan	R$ 6.328,65
Jardim Brasília	700,00	Antenor Pereira	R$ 6.328,65
Vila Paulista Desmembramento	1.362,01	Brigadeiro Haroldo Coimbra Veloso	R$ 6.328,65
Jardim Cachoeira	1.615,00	Major Levy	R$ 6.328,65
Desm. Cap. Antonio J. Mendes	1.681,13	Engenheiro Antonio Carlos Marucci	R$ 6.328,65
Jardim Petrópolis	1.885,00	Pereira Bueno	R$ 6.328,65
Jardim Santa Rita	2.479,58	Felipe Boller Junior	R$ 8.310,61
Vila São Bento	2.979,50	São Lucas	R$ 8.310,61
Polo Ind. Guilherme Muller Filho	3.000,00	Hideo Miamoto	R$ 8.310,61
Polo Ind. Guilherme Muller Filho	3.000,00	Hideo Miamoto	R$ 8.310,61
Posto De Monta	3.462,29	Vicente Sgambatti	R$ 8.310,61
Posto De Monta	3.779,71	Presidente Medici	R$ 8.310,61
Jardim Santa Rita	5.016,24	Eng. Josias De Oliveira	R$ 8.310,61
Posto De Monta	5.065,59	Francisco Eugenio Malaman	R$ 8.310,61
Recanto Dos Colibris	6.632,56	05 Do Recanto Dos Colibris	R$ 8.310,61
Polo Industrial Orlando Poggi	9.000,00	José Rosim	R$ 8.310,61
Posto De Monta	11.539,70	Liduíno Postal	R$ 15.207,60
Posto De Monta	11.539,70	Liduíno Postal	R$ 15.207,60
Posto De Monta	11.539,70	Liduíno Postal	R$ 15.207,60

4.1.2 Terrenos com construções

Loteamento	Área do terreno	Área de construção	Logradouro	Precificação
Vila Brasil	200,50	99,00	Santa Catarina	R$ 8.310,61
Jardim Morumbi	958,57	181,95	Antenor Pereira	R$ 8.310,61
Jardim Brasilia	2.347,48	248,65	Projetada Do Jd Brasilia	R$ 10.883,65
Centro	1.939,94	259,00	Newton Prado	R$ 10.883,65
Jardim Brasilia	3.784,80	323,07	Antenor Pereira	R$ 10.883,65
Centro	372,00	656,00	Duque De Caxias	R$ 8.310,61
Centro	372,00	656,00	Duque De Caxias	R$ 8.310,61
Jardim Santa Rita	3.237,58	850,27	Felipe Boller Junior	R$ 10.883,65
Polo Industrial Orlando Poggi	97.979,01	1.738,49	Maria Silveira Therense	R$ 18.289,65
Jardim Brasilia	7.517,21	1.872,99	Antenor Pereira	R$ 18.289,65
Posto De Monta	40.843,21	4.977,00	Germano Dix	R$ 18.289,65

INVESTIMENTO TOTAL PREVISTO	**R$ 431.248,44**

4.3 – Havendo anuência, o presente Contrato terá a duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante Termos Aditivos.

4.4 Esta proposta é válida até 30/04/2026.

Atenciosamente,

OTONIEL PEREIRA DA COSTA:27967935837
Assinado de forma digital por OTONIEL PEREIRA DA COSTA:27967935837
Dados: 2026.02.02 16:49:49 -03'00'

Otoniel Pereira da Costa
Coordenador de Filial
Gerência Executiva de Governo Campinas/SP

MARCIO ANTONIO DE PAULA CAPATO:18336903895
Assinado de forma digital por MARCIO ANTONIO DE PAULA CAPATO:18336903895
Dados: 2026.02.03 10:42:55 -03'00'

Márcio Antonio de Paula Capato
Gerente de Filial
Gerência Executiva de Governo Piracicaba/SP

Assunto	**RES: GIGOVPK 96/2026 - CPP Avaliação de Imóveis - Pirassununga/SP**
Remetente	GIGOVPK02 - Gestão de Contratos Carteira A <gigovpk02@caixa.gov.br>
Para	planejamento <planejamento@pirassununga.sp.gov.br>
Cópia	GIGOVPK02 - Gestão de Contratos Carteira A <gigovpk02@caixa.gov.br>, GIGOVPK - GE Governo Piracicaba/SP <gigovpk@caixa.gov.br>, Erick Moura Fabbri Petrilli <erick.petrilli@caixa.gov.br>
Data	23-04-2026 12:19 pm

Prefeitura Municipal de PIRASSUNUNGA

E-mail classificado como #PUBLICO

À
Prefeitura de Pirassununga/SP

Prezados,

1 Entendemos perfeitamente a necessidade de maior prazo para a municipalidade concluir os trâmites legais e administrativos para a contratação da proposta.

2 Dessa forma, conseguimos prorrogar a validade da proposta apresentada para 30 de junho de 2026.

3 Aguardamos posicionamento, assim que concluídas as etapas pendentes.

Atenciosamente

Otoniel Pereira da Costa
Coordenador de Filial
Gerência Executiva de Governo de Piracicaba/SP

Márcio Antonio de Paula Capato
Gerente de Filial
Gerência Executiva de Governo de Piracicaba/SP

De: planejamento <planejamento@pirassununga.sp.gov.br>
Enviada em: quarta-feira, 22 de abril de 2026 11:20
Para: GIGOVPK02 - Gestão de Contratos Carteira A <gigovpk02@caixa.gov.br>
Assunto: Re: GIGOVPK 96/2026 - CPP Avaliação de Imóveis - Pirassununga/SP

Prezados,

Bom dia,

Venho, por meio deste, solicitar a prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias do orçamento referente ao Programa Caixa Políticas Públicas, destinado à avaliação de imóveis.

Informamos que, no âmbito desta Secretaria, o processo encontra-se devidamente instruído e concluído. No entanto, sua finalização depende da análise por parte de outras seções envolvidas, as quais atualmente enfrentam elevada demanda de trabalho, o que tem impactado diretamente no cumprimento do prazo inicialmente estabelecido.

Diante do exposto, e considerando a necessidade de tramitação adequada e criteriosa do processo, solicitamos a gentileza de deferimento da presente prorrogação, a fim de garantir a regular conclusão das etapas pendentes.

Ressaltamos, ainda, que para formalização da prorrogação, será suficiente a confirmação por meio de resposta a este e-mail.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Secretaria Municipal de Planejamento
Tel: 3565-8041

Em 09-01-2026 11:25 am, planejamento escreveu:

> Bom dia
>
> Solicitamos uma nova precificação do programa CAIXA Políticas Públicas
> para avaliação de imóveis.
>
> E informamos também que os imóveis avaliados permanecerão os mesmos da
> proposta anterior.
>
> Aguardamos retorno,
> Att,
> Secretaria Municipal de Planejamento
> Tel: 3565-8041
>
> Em 08-01-2026 1:43 pm, GIGOVPK02 - Gestão de Contratos Carteira A escreveu:
>
> > E-mail classificado como #PUBLICO À Prefeitura Municipal de Pirassununga Assunto: Pedido prorrogação da proposta Referente: Prestação de serviços via programa CAIXA Políticas Públicas para avaliação de imóveis. Prezados senhores: 1. A prorrogação da proposta do serviço mantendo a precificação já foi concedida uma vez em 12/11/2025 (doc. anexo) , alterando sua validade de 30/10/2025 para 30/12/2025. 2. Considerando o lapso temporal entre a primeira entrega da proposta e seu novo vencimento sem efetivação da contratação, faz-se necessário atualização da precificação dos serviços e posteriormente elaboração de nova proposta a ser encaminhada ao município. 3. Diante ao exposto, aguardamos envio de email solicitando nova precificação, informando-nos se os imóveis a serem avaliados permanecerão os mesmo contidos na proposta anterior (doc. anexo). 4. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos. Atenciosamente, Érick Moura Fabbri Petrilli Supervisor de Filial Gerência Executiva de Governo Piracicaba/SP CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Cleber Edilson Sartori Coordenador de Filial S.E. Gerência Executiva de Governo Piracicaba/SP CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Léia Aparecida Dias da Silva Ferreira Gerente de Filial S.E. Gerência Executiva de Governo Piracicaba/SP -----Mensagem original-----

> De: planejamento <planejamento@pirassununga.sp.gov.br> Enviada em: quarta-feira, 7 de janeiro de 2026 15:08 Para: GIGOVPK02 - Gestão de Contratos Carteira A <gigovpk02@caixa.gov.br> Assunto: Re: GIGOVPK 2953/2025 - CPP Avaliação de Imóveis - Pirassununga/SP Boa tarde Devido a problemas orçamentários internos, o processo de contratação não pode ser iniciado no ano passado. Solicitamos gentilmente a prorrogação da proposta de avaliação de imóveis até o mês de junho de 2026. Aguardamos retorno. Obrigado. Att, Secretaria Municipal de Planejamento Tel: 3565-8041 ---------- ---------- ---------- Em 13-11-2025 7:31 am, GIGOVPK02 - Gestão de Contratos Carteira A escreveu: E-mail classificado como #PUBLICO À Prefeitura Municipal de Pirassununga Assunto: Documentos, Certidões e Minuta de contrato de proposta de Avaliação de imóveis. Referente: Prestação de serviços via programa CAIXA Políticas Públicas. Prezados, 1 Conforme acordado com o Sr. Fausto, segue anexo proposta revalidada e certidões atualizadas, para auxílio da instrução do processo de > contratação. 2 Caso necessitem de documentos complementares aos apresentados, nos colocamos à disposição para atendimento. Atenciosamente, Érick Moura Fabbri Petrilli Supervisor de Filial Gerência Executiva de Governo Piracicaba/SP CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Otoniel Pereira da Costa Coordenador de Filial Gerência Executiva de Governo Piracicaba/SP CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Márcio Antônio de Paula Capato Gerente de Filial Gerência Executiva de Governo Piracicaba/SP CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ---------- ---------- ---------- ---------- ---------- DE: Erick Moura Fabbri Petrilli <erick.petrilli@caixa.gov.br> ENVIADA EM: terça-feira, 21 de outubro de 2025 08:56 PARA: urbanismo.fausto <urbanismo.fausto@pirassununga.sp.gov.br>;
>
> fausto.victorelli.fvj@gmail.com CC: GIGOVPK02 - Gestão de Contratos Carteira A <gigovpk02@caixa.gov.br>
>
> ASSUNTO: Fw: Documentos, Certidões e Minuta de contrato de proposta de Avaliação de imóveis - Pirassununga E-mail classificado como #PUBLICO Bom. dia. Sr. Fausto. Reenvio conforme vossa solicitação via fone na data de hoje. At.te Erick Obter o Outlook para Android [1]
>
> ---------- ---------- ---------- FROM: GIGOVPK02 - Gestão de Contratos Carteira A > <gigovpk02@caixa.gov.br [2]> SENT: Thursday, September 4, 2025 5:16:00 PM TO: 'assessoria@pirassununga.sp.gov.br'>

<assessoria@pirassununga.sp.gov.br [3]>;>
'gabinete@pirassununga.sp.gov.br'
<gabinete@pirassununga.sp.gov.br> [4]>;
'governo@pirassununga.sp.gov.br'

<governo@pirassununga.sp.gov.br> [5]>;
'planejamento@pirassununga.sp.gov.br'>
<planejamento@pirassununga.sp.gov.br [6]>;>
urbanismo.fausto@pirassununga.sp.gov.br [7]>
<urbanismo.fausto@pirassununga.sp.gov.br [8] CC: GIGOVPK02 - Gestão de Contratos Carteira A> <gigovpk02@caixa.gov.br [9]>; Erick Moura Fabbri Petrilli > <erick.petrilli@caixa.gov.br [10]>; Cleber Edilson Sartori > <cleber.sartori@caixa.gov.br [11]>; GIGOVPK - GE Governo Piracicaba/SP> <gigovpk@caixa.gov.br[12]> SUBJECT: Documentos, Certidões e Minuta de contrato de proposta de Avaliação de imóveis - Pirassununga E-mail classificado como #PUBLICO À Prefeitura Municipal de Pirassununga Assunto: Documentos, Certidões e Minuta de contrato de proposta de Avaliação de imóveis. Referente: Prestação de serviços via programa CAIXA Políticas Públicas. Prezados, 1 Considerando o interesse dessa administração na prestação de serviços referentes às Avaliações dos imóveis municípios, apresentamos em anexo documentos para auxílio da instrução do processo de contratação. 2 Caso necessitem de documentos complementares aos apresentados, nos colocamos à disposição para atendimento. 3 Encaminhamos ainda, minuta do contrato de prestação de serviços para análise e preenchimento. Caso o município entenda necessária qualquer alteração na minuta, solicitamos a gentileza de nos informar quais cláusulas necessitam de alterações para análise posterior da CAIXA. 4 Nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimento necessários, nem como para envio de qualquer documentação adicional. Atenciosamente Otoniel Pereira da Costa Coordenador de Filial Gerência Executiva de Governo de Piracicaba/SP Márcio Antonio de Paula Capato Gerente de Filial Gerência Executiva de Governo de Piracicaba/SP

Links: ------ [1] https://aka.ms/AAb9ysg [2]
mailto:gigovpk02@caixa.gov.br [3]
mailto:assessoria@pirassununga.sp.gov.br [4]
mailto:gabinete@pirassununga.sp.gov.br [5]
mailto:governo@pirassununga.sp.gov.br [6]
mailto:planejamento@pirassununga.sp.gov.br [7]
mailto:urbanismo.fausto@pirassununga.sp.gov.br [8]
mailto:urbanismo.fausto@pirassununga.sp.gov.br [9]
mailto:gigovpk02@caixa.gov.br [10]
mailto:erick.petrilli@caixa.gov.br [11]
mailto:cleber.sartori@caixa.gov.br [12]
mailto:gigovpk@caixa.gov.br

-- Secretaria Municipal de Planejamento Tel: 3565-8041

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:15:19
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	57
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	SOLICITAÇÃO DE COMPRA

Prefeitura Municipal de Pirassununga Data: 10/04/2026
CNPJ 45.731.650/0001-45 - SP
Autorização de Compra de SERVIÇO

Solicitacão: 250 / 2026

Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Pirassununga

Autorização/Centro de Custo: 250/050100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Destino: - Ficha: 83

Código	Descrição do Material/Serviço	Quantidade	Unidade
68129	**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A AVALIAÇÃO DE** Serviços na modalidade assistência técnica para avaliação de imóveis.	1,0000	SV

OBS:

JUS: A Administração Pública Municipal de Pirassununga identificou a necessidade de realizar a avaliação técnica do valor de mercado de diversos imóveis urbanos de sua propriedade, localizados em diferentes regiões do município.Nesse contexto, torna-se necessária a realização de laudos de avaliação imobiliárias elaboradas com base em metodologia técnica reconhecida, em especial conforme os critérios da ABNT NBR 14.653 Avaliação de Bens, utilizando preferencialmente o método comparativo direto de dados de mercado.

LETICIA HAITER SCATOLINI:45178858875
Assinado de forma digital por LETICIA HAITER SCATOLINI:45178858875
Dados: 2026.04.16 15:48:55 -03'00'

Requisitante

Conferente

FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
Assinado digitalmente por FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16749299000111, OU=videoconferencia, CN=FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: 28111991
Data: 2026.04.16 14:06:10-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

Ordenador de Despesas por delegação cf decreto 8908/25

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:17:06
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	59
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	COTAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS

Cotação por Item nº 67/2026 - Classificação

Serviços na modalidade assistência técnica para avaliação de imóveis.

	FORNECEDOR	CONTATO	TELEFONE	FORNECEDOR	CONTATO	TELEFONE
1	306 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		1935653150			
	CNPJ/CPF 00.360.305/0001-04			CNPJ/CPF		
	CNPJ/CPF			CNPJ/CPF		
	CNPJ/CPF			CNPJ/CPF		
	CNPJ/CPF			CNPJ/CPF		
	CNPJ/CPF			CNPJ/CPF		

ITEM	QTDE	UNID.	OBJETO	1										MÉDIA
1	1,0000	SV	68129 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS MUNICIPAIS.	431.248,4400										431.248,4400
				431.248,4400										431.248,4400
														<-- Marca

Descr. Detalhada: Serviços na modalidade assistência técnica para avaliação de imóveis.

TOTAL GERAL DA COTAÇÃO POR FORNECEDOR R$:	431.248,44											
TOTAL DO FORNECEDOR (ITENS VENCIDOS) R$:												431.248,44

Observação:

TOTAL GERAL DA COTAÇÃO R$:	0,00
MÉDIA TOTAL + TOTAL MENOR PREÇO / 2:	215.624,22
DATA EXPIRAÇÃO:	ELABORADO POR:
DATA: ___/___/_____	CONFERIDO POR:

LETICIA HAITER SCATOLINI:45178858875

Assinado de forma digital por LETICIA HAITER SCATOLINI:45178858875
Dados: 2026.04.24 08:19:26 -03'00'

Assinatura e Carimbo

Data: ___/___/_____

gov.br

Documento assinado digitalmente
FAUSTO VICTORELLI JUNIOR
Data: 24/04/2026 14:32:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura e Carimbo

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:17:53
Usuário:	LETÍCIA HAITER SCATOLINI
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Nome Arquivo:	12 - Estatuto_Social_da_Caixa_Economica_Federal.pdf
Qtd. Páginas:	41
Página Início:	61
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	CONTRATO SOCIAL E PROCURAÇÃO
Nome Arquivo:	Procuracao_Marcio_Capato-Gerente_GIGOVPK.pdf
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	102
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	CONTRATO SOCIAL E PROCURAÇÃO

ANEXO – ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2025

CNPJ/MF nº 00.360.305/0001-04

NIRE: 53.5.0000038-1

Estatuto Social da Caixa Econômica Federal – CEF

Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14/12/2017, arquivado no Registro do Comércio, sob o número 1018255 em 23/02/2018, e alterado pelas seguintes Assembleias Gerais e seus respectivos registros: de 19/01/2018 (1016518 em 16/02/2018); de 16/07/2018 (1096696 em 03/09/2018); de 29/04/2019 (1299017 em 13/08/2019); de 17/12/2019 (1372586 em 27/03/2020); de 23/04/2020 (1384051 em 20/05/2020); de 04/08/2021 (1754108 em 19/11/2021); de 27/06/2023 (2507401 em 27/02/2024); de 11/01/2024 (2544270 em 16/05/2024); de 25/03/2024 (2625781 em 31/10/2024); de 15/08/2024 (2634155 em 19/11/2024); de 18/03/2025 (2761715 em 29/04/2025); e de 28/03/2025 (2768201 em 13/05/2025).

CAPÍTULO I

DESCRIÇÃO DA EMPRESA

Seção I

Razão Social, Natureza Jurídica e Prazo de Duração

Art. 1º A Caixa Econômica Federal, doravante denominada CEF, é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda, regida por este Estatuto, pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

Parágrafo único. A CEF adota como nome fantasia a denominação CAIXA.

Art. 2º A CEF é instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, auxiliar da execução de políticas do Governo Federal e sujeita-se às normas e decisões dos órgãos competentes e à fiscalização do Banco Central do Brasil.

Art. 3º A CEF tem prazo de duração indeterminado, sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e pode criar e suprimir filiais, agências, escritórios, representações ou quaisquer outros estabelecimentos no País e no exterior.

Seção II

Objeto Social e Vedações

Art. 4º A CEF tem por objeto social, além das atribuições previstas em lei, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional e do Mercado de Capitais, inclusive por meio de plataformas digitais, competindo-lhe ainda:

I - administrar e prestar os serviços das loterias, exercer o monopólio das operações de penhor civil;

II - realizar aplicações não reembolsáveis ou parcialmente reembolsáveis destinadas especificamente a apoiar projetos e investimentos de caráter socioambiental, que se enquadrem em seus programas e ações, que beneficiem prioritariamente a população de baixa renda;

III - atuar como instrumento de execução de políticas públicas do Governo Federal, administrar fundos e atuar como agente financeiro e operador de programas delegados pelo Governo Federal ou concedidos mediante contrato ou convênio firmado com outros entes e entidades da federação, observadas as condições de retorno, que deverão, no mínimo, ressarcir os custos operacionais de captação e de capital alocado;

IV - realizar operações de corretagem de seguros, atuar no mercado de meios de pagamento, incluindo o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, em todas as modalidades, e operar no recebimento de depósitos judiciais, de disponibilidade de caixa dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, observada a legislação pertinente;

V - prestar serviços de assessoria, consultoria, administração e gerenciamento de atividades econômicas, de políticas públicas, de previdência, de avaliação de ativos e patrimônios imobiliários e de outras matérias relacionadas a sua área de atuação, diretamente ou mediante convênio, contrato ou consórcio com órgãos, entidades ou empresas;

VI - realizar a administração de carteiras de valores mobiliários;

VII - atuar como agente financeiro dos programas oficiais de habitação, saneamento e infraestrutura, como principal órgão de execução da política habitacional e de saneamento do Governo Federal, e operar como sociedade de crédito imobiliário para promover o acesso à moradia, especialmente para a população de menor renda; e

VIII - atuar como agente operador e principal agente financeiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Parágrafo único. A CEF poderá, para a consecução do seu objeto social, constituir empresas controladas, assumir o controle acionário e/ou participar do capital de outras empresas relacionadas ao seu objeto social, nos termos da Constituição da República e da legislação aplicável.

Art. 5º À CEF é vedado, além das proibições fixadas em lei:

I - realizar operações com garantia exclusiva de ações de outras instituições financeiras;

II - realizar operações, prestar serviços ou transferir recursos a suas partes relacionadas em desacordo com o conteúdo da política definida em âmbito interno; e

III - participar do capital de outras sociedades não relacionadas ao seu objeto social.

Parágrafo único. A vedação do inciso III do *caput* não alcança as participações societárias, no Brasil ou no exterior, em:

I - sociedades das quais a CEF participe na data da aprovação do presente Estatuto; e

II - sociedades em que a participação decorra de amparo em dispositivo legal ou de operações de renegociação ou recuperação de créditos, tais como dação em pagamento, arrematação ou adjudicação judicial e conversão de debêntures em ações.

Seção III

Interesse Público

Art. 6º A CEF poderá ter suas atividades, sempre que consentâneas com seu objeto social, orientadas pelo controlador, de modo a contribuir para o interesse público que justificou sua criação.

§ 1º No exercício da prerrogativa de que trata o *caput*, o controlador único somente poderá orientar a CEF a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos e/ou resultados operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando:

I - estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e

II - tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§ 2º Para fins de atendimento ao inciso II do § 1° deste artigo, a administração da CEF deverá:

I - evidenciar as obrigações ou responsabilidades assumidas em notas específicas das demonstrações contábeis de encerramento do exercício; e

II - descrevê-las em tópico específico do Relatório de Administração.

§ 3° Quando orientada pela União nos termos do *caput* deste artigo, a CEF somente assumirá obrigações ou responsabilidades que se adequem ao disposto nos incisos I e II do § 1° deste artigo, sendo que, nesta hipótese, a União compensará, a cada exercício social, a CEF pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida, desde que a compensação não esteja ocorrendo por outros meios.

§ 4º A CEF explicitará, por meio da Carta Anual, o exercício das prerrogativas de que tratam os parágrafos acima, assim como seus compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas, em atendimento ao interesse coletivo que justificou sua criação, com a definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim e dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, tal qual previsto no art. 8º, inciso I, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Seção IV

Capital Social e Autorizado

Art. 7º O capital social da CEF é de R$ 105.300.000.000,00 (cento e cinco bilhões e trezentos milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado pela União.

§ 1º A modificação do capital social será realizada mediante deliberação da Assembleia Geral, após aprovação da proposta pelo Conselho de Administração, ouvidos o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal e atendidas as disposições do art. 79.

§ 2º O capital social poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado previsto no art. 8º, independentemente de alteração estatutária.

Art. 8º O capital autorizado da CEF é de R$ 160.000.000.000,00 (cento e sessenta bilhões de reais).

CAPÍTULO II

ASSEMBLEIA GERAL

Seção I

Caracterização e Composição

Art. 9º A Assembleia Geral, constituída pelo controlador único da CEF, a União, é o órgão com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, nos termos da Lei e deste Estatuto.

Art. 10. As Assembleias Gerais realizar-se-ão:

I - ordinariamente, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e

II - extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, a legislação ou as disposições deste Estatuto exigirem.

Art. 11. Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração da CEF ou pelo substituto que este vier a designar, que escolherá o secretário da Assembleia Geral.

Seção II

Convocação, Instalação e Deliberação

Art. 12. Ressalvadas as exceções previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, ou ainda, nas hipóteses admitidas em lei, pelo Conselho Diretor, pelo Conselho Fiscal ou pela União.

Art. 13. A Assembleia Geral será instalada com a presença do controlador da CEF.

Parágrafo único. As Assembleias Gerais tratarão exclusivamente do objeto previsto nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão de assuntos gerais na pauta da Assembleia.

Seção III

Competências

Art. 14. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinária ou extraordinariamente, para deliberar sobre as matérias previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no Decreto nº 1.091, de 21 de março de 1994, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO III

REGRAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO DA CEF

Seção I

Órgãos Estatutários e Diretoria Executiva

Art. 15. A CEF terá Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

I - Conselho de Administração;

II - Conselho Diretor;

III - Conselho Fiscal;

IV - Comitê de Auditoria;

V - Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; e

VI - Comitê Independente de Riscos e Capital.

Art. 16. A Diretoria Executiva da CEF é formada por até 40 (quarenta) membros estatutários, dentre os quais seu Presidente, até 12 Vice-Presidentes, até 25 Diretores Executivos, o Diretor Jurídico e o Diretor da Auditoria.

Art. 17. A CEF será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto.

§ 1º Observadas as normas legais relativas à administração pública indireta, os administradores deverão orientar a execução das atividades da CEF com observância dos princípios e das melhores práticas adotados e formulados por instituições e fóruns nacionais e internacionais que sejam referência no tema da governança corporativa.

§ 2º O Presidente da CEF será nomeado e destituído, *ad nutum*, pelo Presidente da República.

§ 3º A indicação e eleição dos Vice-Presidentes e Diretores serão realizadas pelo Conselho de Administração, decorrente de seleção, observando os requisitos e vedações legais e os critérios da política de sucessão de administradores, ouvido o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

§ 4º Para composição da Diretoria Executiva, observar-se-á que, no mínimo 1/3 dos membros titulares efetivos serão mulheres, conforme gênero declarado no momento da indicação e de acordo com as diretrizes da política de sucessão de administradores da CEF, à exceção do(a) Presidente da CAIXA, que será indicado pelo Presidente da República.

§ 5º Os cargos de Diretores são privativos do quadro de empregados ativos da CEF, observando-se o seguinte:

I - o Diretor Jurídico deverá ser titular do cargo de advogado da ativa do quadro permanente da CEF e deter notório domínio técnico, a ser comprovado por formação acadêmica, experiência profissional ou outros quesitos julgados relevantes pelo Conselho de Administração; e

II - o Diretor da Auditoria terá sua nomeação, designação, exoneração ou dispensa sujeita à aprovação do Conselho de Administração, submetida à posterior aprovação da Controladoria-Geral da União – CGU e comunicada ao Banco Central do Brasil, conforme regulamento específico e observada a legislação pertinente.

§ 6º Os Diretores Jurídico e da Auditoria são vinculados, respectivamente, à Presidência da CEF e ao Conselho de Administração.

Seção II

Requisitos e Vedações para Administradores

Art. 18. Os administradores da CEF, inclusive os conselheiros representantes dos empregados, deverão atender aos requisitos e vedações estatutários e legais, em especial os previstos nas Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

§ 1º A política de sucessão de administradores da CEF poderá contemplar requisitos adicionais àqueles previstos em lei,-prever a observância de aspectos de diversidade na composição dos órgãos estatutários, bem como contemplar os critérios de seleção ao processo de indicação dos conselhos e órgãos de administração de empresas e instituições de que a CEF participe ou tenha direito de indicar representante.

§ 2º O Conselho de Administração fará recomendação não vinculante de novos membros desse Colegiado e perfis para aprovação da Assembleia Geral, observando as diretrizes da política e do plano de sucessão de administradores da CEF.

§ 3º Sem prejuízo dos requisitos, vedações e impedimentos constantes deste Estatuto Social, os requisitos legais quanto à experiência profissional poderão ser dispensados, exceto aqueles exigidos por legislação específica do cargo, no caso de indicação de empregado da CEF para os cargos do Conselho de Administração e de seus Órgãos de Assessoramento, do Conselho Diretor, do(s) Conselho(s) Segregado(s), ou como membro de comitê, desde que atendidos os seguintes quesitos mínimos:

I - tenha ingressado na CEF por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;

II - tenha mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo na CEF; e

III - tenha exercido cargo na gestão superior da CEF, comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades dos cargos de que trata o *caput*.

§ 4º Não se aplica a dispensa de requisitos legais quanto à experiência profissional, prevista no parágrafo anterior, no caso de indicação de empregados da CEF para os cargos do Comitê de Auditoria e do Comitê Independente de Riscos e Capital, bem como para demais colegiados que sejam regulados por legislação específica.

§ 5º Para o exercício do cargo de Presidente, Vice-Presidentes e Diretores, os candidatos deverão, além de cumprir os requisitos legais, ter exercido nos últimos dez anos, isolada ou cumulativamente, inclusive entre eles, os seguintes cargos:

I - gerenciais em instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional por, no mínimo, dois anos; ou

II - relevantes em órgãos ou entidades da Administração Pública por, no mínimo, 2 (dois) anos; ou

III - gerenciais nas entidades ligadas à CAIXA, compreendendo suas controladas e empresas de cujo capital a CAIXA participe sem deter o controle, patrocinadas e fundações por, no mínimo, dois anos; ou

IV - gerenciais em sociedade empresária, detentora de patrimônio líquido não inferior a um quarto dos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido da CEF, em atividades que guardem afinidade com as atribuições do cargo para o qual se deu a indicação, por, no mínimo, dois anos.

§ 6º O exercício dos cargos de Presidente, de Vice-Presidente e de Diretores requer dedicação integral, vedado a qualquer de seus integrantes, sob pena de perda do cargo, o exercício de atividades em outras sociedades com fim lucrativo, exceto:

I - em sociedades de que a CEF participe, direta ou indiretamente, incluindo sociedades investidas por meio de fundos de investimentos em que a CEF tenha direito a indicar membros de conselhos, comitês ou administradores, sendo certo de que as atividades remuneradas de que tratam esse inciso não poderão ser em número superior a 2 (duas); e

II - em outras sociedades, com autorização prévia e expressa do Conselho de Administração, observada a regulamentação em vigor.

§ 7º Sem prejuízo das normas da legislação aplicável, a CEF deve observar ainda as seguintes condições para a indicação de cargos nos órgãos estatutários:

I - não possuir pendências comerciais ou financeiras objeto de protesto ou de inclusão em cadastros oficiais de inadimplentes;

II - não possuir inabilitação de órgão de controle interno ou externo para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública;

III - não ter sofrido penalidade de demissão em decorrência de processo disciplinar, no âmbito da CEF, ou em qualquer empresa controlada ou de cujo capital a CEF participe sem deter o controle;

IV - não ter sofrido penalidade de demissão decorrente de falta grave ou não ter sofrido, nos últimos 3 (três) anos, demais penalidades administrativas e trabalhistas em outra pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 8º Fica autorizada a apresentação de esclarecimentos à CEF sobre as hipóteses deste artigo, que deverão ser avaliados pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Art. 19. Os requisitos e as vedações exigíveis para os administradores deverão ser respeitados em todas as nomeações e eleições realizadas, inclusive em caso de recondução.

§ 1º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado, nos moldes previstos em lei, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, e disponibilizado no sítio eletrônico da CEF.

§ 2º A ausência dos documentos referidos no parágrafo anterior do *caput* importará em rejeição do formulário pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da CEF.

Art. 20. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da CEF deverá verificar se os requisitos e vedações estão atendidos, por meio da análise da autodeclaração apresentada pelo indicado, nos moldes do formulário padronizado previsto em lei, e sua respectiva documentação.

Seção III

Posse

Art. 21. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do respectivo colegiado, no prazo máximo de até trinta dias, contados a partir da eleição ou nomeação, nos termos dos respectivos regimentos internos.

§ 1º O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade:

I - a indicação de, pelo menos, um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, cuja modificação somente será válida após comunicação por escrito à CEF.

§ 2º O termo de posse contemplará a sujeição do administrador ao Código de Ética, Conduta e Integridade e às políticas da CEF.

§ 3º É condição para investidura em cargo de Diretoria da CEF a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento.

§ 4º Antes de entrar no exercício da função e ao deixar o cargo, os membros dos órgãos estatutários deverão apresentar à CEF, que zelará pelo sigilo legal, Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Receita Federal do Brasil ou autorização de acesso às informações nela contidas.

Art. 22. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição ou nomeação.

Art. 23. Os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

Seção IV

Perda do Cargo para Administradores, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento

Art. 24. Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando:

I - o membro dos Conselhos de Administração ou Fiscal ou dos Comitês de Assessoramento deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, nas últimas doze reuniões, sem justificativa; e

II - o membro da Diretoria Executiva se afastar do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de licença, inclusive férias, ou afastamentos autorizados, conforme estabelecido neste Estatuto.

Seção V

Remuneração

Art. 25. A remuneração dos membros dos órgãos estatutários e, quando aplicável, dos demais Comitês de Assessoramento, será fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração por ela não prevista.

§ 1º A CEF divulgará toda e qualquer remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Presidente, dos Vice-Presidentes, dos Diretores, dos membros dos Comitês estatutários remunerados e dos membros do Conselho Fiscal.

§ 2º Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê Independente de Riscos e Capital e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião.

§ 3º A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da CEF não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos Diretores da CEF, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da CEF.

§ 4º A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será fixada em Assembleia Geral em montante não inferior à remuneração dos conselheiros fiscais.

§ 5º O programa de remuneração variável dos dirigentes deverá considerar, inclusive, metas associadas ao cumprimento das recomendações da auditoria interna.

Seção VI

Treinamento

Art. 26. Os administradores e os conselheiros fiscais, inclusive o representante dos empregados, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pela CEF, conforme disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e seu Decreto regulamentador.

Parágrafo único. É vedada a recondução do administrador ou do conselheiro fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela CEF nos últimos dois anos.

Art. 27. Os demais membros de comitês estatutários deverão participar dos treinamentos disponibilizados direta ou indiretamente pela CEF.

Seção VII

Código de Ética, Conduta e Integridade

Art. 28. A CEF dispõe de Código de Ética, Conduta e Integridade, elaborado e divulgado na forma da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e seu Decreto regulamentador.

Seção VIII

Conflito de Interesses

Art. 29. Nas reuniões dos órgãos colegiados, anteriormente à deliberação, o membro que esteja em conflito com a matéria em discussão, ou possua interesse particular em relação a ela, deverá declarar seu impedimento, retirando-se da reunião.

Parágrafo único. Caso não o faça, qualquer outra pessoa poderá suscitar o conflito, em tendo ciência, devendo o órgão colegiado deliberar sobre a questão conforme seu Regimento Interno e legislação aplicável.

Seção IX

Defesa Judicial e Administrativa, Seguro de Responsabilidade e Contrato de Indenidade

Art. 30. Os administradores e os conselheiros fiscais são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições.

Art. 31. A CEF, por intermédio de sua consultoria jurídica ou mediante advogado especialmente contratado, deverá assegurar aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da CEF.

Parágrafo único. Fica assegurado aos administradores e ex-administradores, integrantes e ex-integrantes dos Conselhos e Comitês Estatutários, bem como a todos os empregados que atuem em nome e interesse da CEF, que figuram no polo passivo de processo judicial ou administrativo, em decorrência de atos que tenham praticado no exercício de suas atribuições, o conhecimento de informações e documentos constantes de registros ou de banco de dados da CEF indispensáveis à sua defesa.

Art. 32. A CEF poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor de integrantes e ex-integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários, bem como aos empregados que legalmente atuem por delegação de seus administradores, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados em face deles, relativos às suas atribuições junto à CEF.

§ 1º A contratação da apólice do seguro de responsabilidade civil de que trata o *caput*, a critério do Conselho de Administração, contemplará, no mínimo, o pagamento e/ou reembolso de custas judiciais e extrajudiciais, despesas processuais, garantias, honorários advocatícios e condenações judiciais e administrativas decorrentes da referida responsabilidade civil.

§ 2º Os contratos de seguro de responsabilidade civil não abarcarão:

I - atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes de seus signatários;

II - atos com dolo ou culpa grave;

III - atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em conflito de interesse com a CEF;

IV - indenizações decorrentes de ação social prevista no art. 159 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e

V - demais casos previstos no contrato de seguro de responsabilidade civil.

§ 3º Os contratos de indenidade não abarcarão:

I - atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes de seus signatários;

II - atos com dolo ou culpa grave;

III - atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em conflito de interesse com a CEF;

IV - indenizações decorrentes de ação social prevista no art. 159 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou ressarcimento de prejuízos de que trata o art. 11 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, exceto se o beneficiário assinar termo de compromisso junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para correção das irregularidades e indenização dos prejuízos; e

V - demais casos previstos no contrato de indenidade.

Art. 33. Em caso de comprovação arbitral, judicial ou administrativa, mediante decisão final irrecorrível, da prática de ato com dolo ou culpa grave pelo beneficiário das disposições desta Seção, fica este responsável pela devolução dos valores que lhe tenham sido adiantados ou reembolsados, além do ressarcimento de eventuais prejuízos causados e demais custos e despesas decorrentes da defesa.

Seção X

Quarentena para Diretoria

Art. 34. Após o término da gestão, os ex-membros da Diretoria Executiva ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesse, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente.

§ 1º Durante o impedimento de que trata o *caput*, o ex-membro da Diretoria Executiva poderá receber compensação que compreenderá esse período, no valor equivalente ao honorário mensal da função que ocupava.

§ 2º Não terá direito à remuneração compensatória o ex-membro da Diretoria Executiva que retornar, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função que ocupava na Administração pública ou privada.

§ 3º A configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República – CEP/PR.

Seção XI

Conselho de Administração

Subseção I

Caracterização e Composição

Art. 35. O Conselho de Administração é o órgão de deliberação estratégica e colegiada da CEF e deve exercer suas atribuições considerando os interesses de longo prazo da CEF, os impactos decorrentes de suas atividades na sociedade e no meio ambiente e os deveres fiduciários de seus membros, em alinhamento ao disposto em lei.

Art. 36. O Conselho de Administração será composto por oito conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral, a saber:

I - cinco conselheiros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, dentre eles incluídos os membros independentes;

II - um conselheiro indicado pelo Ministro de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;

III - o Presidente da CEF, como membro nato, que não poderá assumir a Presidência do Conselho de Administração, mesmo que interinamente; e

IV - um conselheiro representante dos empregados, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010.

§ 1º O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão escolhidos na primeira reunião do órgão que ocorrer após a eleição de seus membros, devendo o Presidente ser um dos membros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes, nos termos da legislação societária, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do art. 22, § 1º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e do art. 36, § 1º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

§ 3º Quando, em decorrência da observância do percentual acima mencionado, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro:

I - imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou

II - imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Subseção II

Prazo de Gestão

Art. 37. O Conselho de Administração terá prazo de gestão unificado de dois anos, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

§ 1º No prazo do *caput* serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de dois anos.

§ 2º Atingido o limite a que se refere o *caput*, o membro do Conselho de Administração somente poderá retornar à composição do Órgão após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§ 3º O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração prorrogar-se-á até a efetiva investidura de novos membros.

§ 4º O conselheiro que completar o prazo de gestão do substituído poderá ser reconduzido, observado o prazo máximo, nos termos do *caput*.

Subseção III

Vacância e Substituição

Art. 38. Em caso de vacância no curso da gestão de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira assembleia geral subsequente.

§ 1º Caso ocorra a vacância da maioria dos cargos, será convocada assembleia geral para proceder a nova eleição.

§ 2º Para o Conselho de Administração proceder à nomeação de membros para o Colegiado na forma do *caput*, deverão ser verificados pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração os mesmos requisitos de elegibilidade exigidos para eleição em assembleia geral da CEF.

§ 3º A função de conselheiro de Administração é pessoal e não se admite substituto temporário ou suplente, inclusive para representante dos empregados.

Subseção IV

Reunião

Art. 39. O Conselho de Administração reunir-se-á, com a presença da maioria absoluta dos seus membros, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo único. São legitimados a submeter propostas para deliberação do Conselho de Administração, observado o estabelecido no Regimento Interno do Conselho:

I - seus próprios membros;

II - os Vice-Presidentes da CEF, mediante delegação do Presidente da CEF;

III - os titulares máximos das áreas vinculadas diretamente ao Conselho de Administração; e

IV - os dirigentes responsáveis pelas áreas de Controles Internos, Conformidade, Integridade e de Gerenciamento de Riscos, quando houver previsão legal ou estatutária de que a proposta deva ser submetida diretamente ao Conselho de Administração.

Subseção V

Competências

Art. 40. Compete ao Conselho de Administração:

I - aprovar a orientação geral dos negócios da CEF e de suas controladas;

II - aprovar a estratégia corporativa, o plano de negócios, o modelo de gestão, o plano de capital e o orçamento da CEF e suas reprogramações, que deverão ser apresentados pelo Conselho Diretor, zelando por sua boa execução;

III - monitorar a gestão e cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva da CEF, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da CEF, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou sobre quaisquer outros atos;

IV - promover, anualmente, a análise do atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e estratégia de longo prazo, sob pena de omissão, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas, ressalvadas as informações de natureza sigilosa, nos termos da lei;

V - atuar, por meio de seu Presidente, como organismo de interlocução entre a CEF e seu controlador;

VI - aprovar a indicação e a orientação da destituição, que lhe cabe de membros para integrar os conselhos e órgãos de administração das empresas controladas, observados os requisitos e vedações previstos na legislação aplicável e as diretrizes da política e do plano de sucessão de administradores da CEF;

VII - orientar os votos do representante da CEF nas assembleias de empresas controladas por proposta do Conselho Diretor da CEF, nos termos da lei, estatutos e acordos de acionistas, se houver, para:

a) distribuição de resultados sob a forma de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio;

b) modificação do capital social e do capital autorizado; e

c) cisão, fusão, reorganização societária ou incorporação das referidas empresas;

VIII - monitorar anualmente, ou quando necessário, o alinhamento estratégico e financeiro das participações da CEF ao seu objeto social, devendo, a partir dessa avaliação, recomendar a sua manutenção, a transferência total ou parcial de suas atividades para outra estrutura da Administração Pública ou o desinvestimento da participação;

IX - autorizar a constituição de empresas controladas, bem como a aquisição de participações minoritárias, sempre com vistas ao cumprimento de atividades de seu objeto social, nos termos da lei e deste Estatuto;

X - aprovar, revisar e monitorar a eficácia das políticas e o Código de Ética, Conduta e Integridade da CEF;

XI - discutir, deliberar e monitorar práticas de governança corporativa da CEF e relacionamento com partes interessadas;

XII - deliberar, previamente, sobre as propostas a serem submetidas à decisão da Assembleia Geral;

XIII - determinar a implantação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a CEF, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XIV - avaliar os relatórios anuais relacionados ao sistema de gerenciamento de riscos e controles internos da CEF;

XV - aprovar os níveis de apetite por riscos da instituição na Declaração de Apetite por Riscos e revisá-los, com o auxílio do Comitê Independente de Riscos e Capital, do Conselho Diretor e do Vice-Presidente designado para a função de gerenciamento de riscos;

XVI - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva;

XVII - autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, bem como a renovação e a rescisão dos respectivos contratos;

XVIII - aprovar o orçamento anual, o regulamento de funcionamento e a estrutura organizacional da Auditoria Interna;

XIX - aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, e eventuais alterações, e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna – RAINT, sem a presença do Presidente da CEF;

XX - aprovar, monitorar e revisar o plano e a política de sucessão de administradores da CEF;

XXI - estabelecer a política de remuneração de administradores da CEF e respectivas empresas controladas e supervisionar o planejamento, operacionalização, controle e revisão desta política;

XXII - aprovar as diretrizes e parâmetros para fins de remuneração global dos membros dos órgãos estatutários das empresas controladas e que deverão ser observados pela CEF, nas votações das Assembleias Gerais das referidas empresas, nos termos da lei;

XXIII - propor à Assembleia Geral a remuneração dos administradores e dos membros dos demais órgãos estatutários da CEF;

XXIV - monitorar a execução da remuneração de que trata o inciso XXIII deste artigo, inclusive quanto à remuneração variável de dirigentes e demais benefícios, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral;

XXV - avaliar os membros da Diretoria Executiva e de comitês vinculados ao Conselho de Administração, nos termos do inciso III do art. 13 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;

XXVI - realizar, sob supervisão do Presidente do Conselho, a autoavaliação anual de seu desempenho;

XXVII - aprovar o regulamento de pessoal, bem como quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, acordos coletivos de trabalho, quantitativo máximo de pessoal próprio, planos de cargos e salários, programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, programas de desligamento

de empregados e políticas de gestão de pessoas da CEF, observando as diretrizes da SEST e da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR;

XXVIII - julgar e determinar a aplicação de penalidades e sanções decorrentes de processos administrativos e disciplinares, descumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal ou Código de Ética, Conduta e Integridade dos Empregados e Dirigentes da CEF, envolvendo membros da Diretoria Executiva e dos Comitês vinculados ao Conselho de Administração, observada a legislação vigente;

XXIX - avaliar o relatório consolidado, referente ao exercício anterior, sobre o custeio do benefício de assistência à saúde ofertado aos empregados na modalidade autogestão e, semestralmente, monitorar a execução de medidas corretivas contidas no próprio relatório ou em plano de ação que lhe seja submetido pelo Conselho Diretor;

XXX - monitorar o plano de metas do benefício de assistência à saúde ofertado aos empregados;

XXXI - aprovar:

a) seu Regimento Interno, dos Comitês de Assessoramento a ele subordinados e do(s) Conselho(s) Segregado(s);

b) proposta orçamentária da CEF;

c) proposta orçamentária dos fundos e programas sociais administrados ou operados pela CEF e não subordinados a gestores externos, em consonância com a política econômico-financeira do Governo Federal, com exceção dos programas e fundos sociais administrados ou operacionalizados pela Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal;

d) demonstrações financeiras da CEF, de acordo com a legislação aplicável;

e) demonstrações financeiras dos fundos sociais e programas administrados ou operados pela CEF, conforme leis e normas aplicáveis, sem prejuízo de atuação do Conselho Fiscal, com exceção dos programas e fundos sociais administrados ou operacionalizados pela Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluindo o FGTS;

f) regulamento de licitações e contratos da CEF;

g) sistema de gerenciamento de riscos e de controles internos e suas revisões periódicas;

h) a inclusão de matérias no instrumento de convocação para a Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica “assuntos gerais”;

i) definição dos assuntos e valores para alçada decisória do próprio Conselho de Administração, do Conselho Diretor e do(s) Conselho(s) Segregado(s) e comitês de assessoramento;

j) captação por meio de instrumentos elegíveis ao capital principal ou complementar;

k) participação dos empregados nos lucros da CEF, por proposta do Conselho Diretor, respeitadas as orientações e diretrizes da SEST e demais normas aplicáveis;

l) criação de conselhos segregados e de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, não estatutários, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo Colegiado seja tecnicamente bem fundamentada;

m) alienação, no todo ou em parte, de ações em empresas de cujo capital a CEF participe diretamente sem deter o controle;

n) atos da CEF consistentes em firmar acordos de acionistas ou renunciar a direitos neles previstos, ou, ainda, em assumir compromissos de natureza societária, referentes ao disposto na legislação aplicável, com relação às empresas em que a CEF detém o controle; e

o) proposta de emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior;

XXXII - deliberar sobre as matérias a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral, dentre elas:

a) as contas dos administradores, de acordo com a legislação aplicável;

b) alienação, no todo ou em parte, de ações de propriedade da CEF em empresas controladas; subscrição ou renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações em empresas controladas; venda de debêntures conversíveis em ações de titularidade e de emissão de empresas controladas;

c) cisão, fusão, reorganização societária ou incorporação de empresas controladas pela CEF;

d) permuta de ações ou outros valores mobiliários representativos da participação da CEF no capital de empresas controladas;

e) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio;

f) modificação do capital da CEF; e

g) dispêndios globais, destinação do resultado líquido, distribuição e aplicação dos lucros apurados, constituição de fundos de reservas e a absorção de eventuais prejuízos com as reservas de lucros;

XXXIII - eleger e destituir os Vice-Presidentes e os Diretores da CEF, fixando-lhes as atribuições;

XXXIV - aprovar as nomeações e destituições do(s) titular(es) responsável(is) pela Auditoria Interna, Corregedoria e Ouvidoria, submetendo-as à aprovação da Controladoria-Geral da União e designando o titular responsável pela Ouvidoria perante o Banco Central do Brasil;

XXXV - estabelecer as áreas de atuação dos Vice-Presidentes e dos Diretores, observados os limites deste Estatuto;

XXXVI - aprovar a criação, instalação e supressão de Superintendências Nacionais e outras unidades hierarquicamente superiores;

XXXVII - comunicar ao Banco Central do Brasil a nomeação e exoneração do Presidente da CEF;

XXXVIII - designar o Vice-Presidente que substituirá o Presidente da CEF nos seus impedimentos;

XXXIX - atribuir formalmente a responsabilidade pelas áreas de conformidade, controles internos e gerenciamento de riscos a membros da Diretoria Executiva;

XL - aprovar a indicação, nomeação e substituição dos representantes da CEF nos Conselhos Deliberativo e Fiscal e na Diretoria Executiva da entidade de previdência privada por ela patrocinada, mediante proposta do Presidente da CEF;

XLI - eleger e destituir os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, estatutários ou não estatutários;

XLII - conceder afastamento e licença ao Presidente da CEF, inclusive a título de férias;

XLIII - aprovar as atribuições para os membros da Diretoria Executiva não previstas neste Estatuto Social;

XLIV - aprovar o plano de trabalho anual dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e o orçamento destinado a cobrir as despesas necessárias à sua implementação;

XLV - aprovar proposta de criação, instalação e supressão de agências, filiais, representações e escritórios no exterior;

XLVI - solicitar a realização de auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra plano de benefício patrocinado pela CEF;

XLVII - manifestar-se sobre o relatório resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade patrocinada de previdência complementar, para posterior envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;

XLVIII - fiscalizar a entidade de previdência, incluída a convocação e membros da Diretoria Executiva da CEF que tenham a atribuição de acompanhar a referida entidade, para prestar esclarecimentos e apresentar os resultados anuais;

XLIX - aprovar o patrocínio a plano de benefícios e a adesão a entidade fechada de previdência complementar;

L - identificar a existência de ativos não de uso próprio da CEF e avaliar a necessidade de mantê-los, de acordo com as informações prestadas pelo Conselho Diretor;

LI - aprovar e divulgar a Carta Anual com explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas e governança corporativa, na forma prevista na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

LII - manifestar-se previamente sobre atos ou contratos relativos à sua alçada decisória já fixados nos termos do inciso XXXI, alínea "i";

LIII - autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; e

LIV - exercer as demais atribuições atinentes ao seu poder de fiscalização e deliberar sobre as omissões deste Estatuto, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 1º O monitoramento de que trata o inciso III deste artigo poderá ser exercida isoladamente pelos conselheiros, que terão acesso aos livros e papéis da CEF, e poderão requisitar aos membros do Conselho Diretor as informações que considerem necessárias ao desempenho de suas funções.

§ 2º Os resultados decorrentes da fiscalização de que trata o § 1º deste artigo serão submetidas à deliberação do Conselho de Administração.

§ 3º O Conselho de Administração deverá publicar anualmente o resultado da autoavaliação de desempenho dos seus membros no Relatório Anual.

§ 4º As atas das reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre as eleições de membros estatutários deverão ser divulgadas.

§ 5º Na hipótese de o Conselho considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da CEF ou sigilo, apenas o seu extrato será divulgado.

Subseção VI

Competências do Presidente do Conselho de Administração

Art. 41. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

I - presidir as reuniões do órgão, observando o cumprimento deste Estatuto Social e do respectivo Regimento Interno;

II - interagir com o Ministério Supervisor e demais representantes do controlador, no sentido de esclarecer a orientação geral dos negócios, assim como questões relacionadas ao interesse público a ser perseguido pela CEF, observado o disposto no art. 89 da Lei nº 13.303/2016; e

III - estabelecer os canais e processos para interação entre o controlador e o Conselho de Administração, especialmente no que tange às questões de estratégia, governança, remuneração, sucessão e formação do Conselho de Administração, observado o disposto no art. 89 da Lei nº 13.303/2016.

Seção XII

Diretoria Executiva

Subseção I

Caracterização e Prazo de Gestão

Art. 42. A Diretoria Executiva é responsável pela gestão e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da CEF em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração.

Art. 43. O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva da CEF será unificado e de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

§ 1º Atingido o limite a que se refere o *caput*, o membro somente poderá retornar à composição da Diretoria Executiva após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§ 2º No prazo a que se refere o *caput* serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de dois anos.

§ 3º Para fins do disposto no *caput*, não é considerada recondução a eleição de membro para atuar em outra área da Diretoria Executiva.

§ 4º O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva prorrogar-se-á até a efetiva investidura dos novos membros eleitos.

§ 5º O Diretor da Auditoria que for destituído do cargo, inclusive a pedido, só poderá voltar a ocupar a mesma função na empresa após decorrido período equivalente a um prazo de três anos.

Subseção II

Licença, Vacância e Substituição

Art. 44. Em caso de vacância, ausências ou impedimentos eventuais dos Vice-Presidentes, o Presidente da CEF designará o substituto dentre os membros da Diretoria Executiva.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva farão jus, anualmente, a trinta dias de licença remunerada a título de férias que podem ser acumulados até o máximo de dois períodos, sendo vedada sua conversão em espécie e indenização.

§ 2º Os Diretores serão substituídos por outro membro da Diretoria Executiva ou por empregado em grau de hierarquia imediatamente inferior, designados pelo Presidente.

§ 3º A substituição de membro da Diretoria Executiva por empregado em grau de hierarquia imediatamente inferior se dará por um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 4º Os Diretores das áreas Jurídica, Riscos e Segregadas serão substituídos por empregados da unidade em grau de hierarquia imediatamente inferior, designados pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente de vinculação.

§ 5º O Diretor da Auditoria será substituído por empregado da unidade em grau de hierarquia imediatamente inferior, designado pelo Conselho de Administração.

§ 6º Os empregados que substituem os Diretores devem atender a todos os requisitos e não incidir nos impedimentos e vedações aplicáveis aos administradores, nos termos da lei e deste Estatuto, sujeito à análise do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

§ 7º Não haverá acréscimo de remuneração nos casos em que o Diretor acumular suas funções com as de outro Diretor.

Art. 45. Em caso de vacância, ausência ou impedimentos eventuais do Presidente da CEF, o Conselho de Administração designará o seu substituto.

Seção XIII

Conselho Diretor

Art. 46. O Conselho Diretor é órgão colegiado responsável pela gestão e representação da CEF.

Subseção I

Composição

Art. 47. O Conselho Diretor é composto pelo Presidente da CEF, que o presidirá, e pelos Vice-Presidentes, exceto os de áreas segregadas.

Subseção II

Reunião

Art. 48. O Conselho Diretor se reunirá ordinariamente uma vez por semana, e extraordinariamente sempre que necessário.

Subseção III

Competências

Art. 49. Além das competências definidas em lei, são atribuições do Conselho Diretor, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

I - gerir as atividades da CEF e avaliar os seus resultados;

II - apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, a quem compete sua aprovação:

a) o plano de negócios para o exercício anual seguinte; e

b) a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos;

III - monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, promovendo a elaboração de relatórios gerenciais com indicadores de gestão;

IV - promover a elaboração do relatório da administração, de acordo com a legislação aplicável, contendo informações e comentários sobre a organização, desempenho financeiro, fatores de risco material, eventos significativos, relações com as partes interessadas, efeitos das orientações do controlador e demais assuntos, assim como promover a elaboração das demonstrações financeiras, submetendo essas últimas à auditoria independente, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;

V - distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma da deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação vigente;

VI - comunicar formalmente ao auditor independente e ao Comitê de Auditoria a existência ou evidência de situações cuja ocorrência importe notificação aos órgãos fiscalizadores, no prazo de vinte e quatro horas da identificação;

VII - aprovar os Regimentos Internos:

a) do próprio Órgão;

b) da Comissão de Ética;

c) dos Comitês não estatutários não vinculados ao Conselho de Administração; e

d) dos Comitês criados e vinculados ao Conselho Diretor;

VIII - criar Comitês que sejam integrados por membros da Diretoria Executiva, conforme seu âmbito de atuação, fixando-lhes atribuições deliberativas e/ou opinativas, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo Conselho seja tecnicamente bem qualificada;

IX - colocar, à disposição dos outros órgãos estatutários, pessoal qualificado para secretariá-los e prestar-lhes o apoio técnico necessário;

X - aprovar as alçadas propostas pelo Presidente e pelos Vice-Presidentes, exceto as relativas a áreas segregadas;

XI - submeter, instruir e preparar os assuntos, em seu âmbito de atuação, que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesses;

XII - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal;

XIII - deliberar sobre as seguintes matérias a serem submetidas à aprovação do Conselho de Administração:

a) proposta de instituição e revisão das políticas de atuação da CEF, o modelo de gestão, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos e de capital, de liquidez e o orçamento da CEF e suas reprogramações;

b) propostas de destinação do resultado líquido, de pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, de modificação de capital, de constituição de reservas e de absorção de eventuais prejuízos com as reservas de lucros da CEF e dos programas e fundos sociais por ela administrados ou operacionalizados e não subordinados a gestores externos, com exceção dos programas e fundos sociais administrados ou operacionalizados pela Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluído o FGTS;

c) demonstrações financeiras da CEF e dos programas e fundos sociais por ela operados ou administrados, de acordo com a legislação e normas aplicáveis, com exceção dos programas e fundos sociais administrados ou operacionalizados pela Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluído o FGTS,

submetendo-as, além do Conselho de Administração conforme inciso XI do *caput*, à auditoria independente e ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal, este com as exceções descritas no art. 60, deste Estatuto;

d) as contas dos administradores, de acordo com a legislação aplicável;

e) regulamento de licitações e contratos, nos termos da Lei;

f) sistema de controles internos e suas revisões periódicas, apresentando anualmente os relatórios de situação ao Conselho de Administração;

g) proposta de constituição de empresas controladas e a aquisição de participações acionárias minoritárias para cumprir o objeto social da CEF, nos termos da lei e deste Estatuto;

h) proposta de emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior;

i) proposta de medidas para aperfeiçoar e revisar o sistema de governança corporativa da CEF;

j) alienação, no todo ou em parte, de ações em empresas de cujo capital a CEF participe diretamente sem deter o controle; e

k) planos de cargos, carreiras, salários, vantagens e benefícios, criação de empregos, quadro de pessoal e suas alterações, observada a legislação vigente e este Estatuto;

XIV - autorizar, facultada a outorga destes poderes com limitação expressa, a:

a) alienação de bens do ativo permanente, com exceção das participações acionárias em empresas controladas e em empresas de cujo capital a CEF participe diretamente sem deter o controle;

b) constituição de ônus reais;

c) prestação de garantias a obrigações de terceiros;

d) renúncia de direitos; e

e) transação ou redução do valor de créditos em negociação;

XV - decidir sobre a criação, instalação e supressão de agências, escritórios, representações, dependências, filiais e outros pontos de atendimento no País;

XVI - aprovar a estrutura organizacional da CEF, exceto aquelas relativas a áreas segregadas, observadas as áreas de atuação estabelecidas pelo Conselho de Administração;

XVII - aprovar a designação e a dispensa dos titulares de Superintendências Nacionais, mediante proposta do Presidente da CEF;

XVIII - aprovar a indicação e a orientação da destituição, que lhe cabe, de membros para integrar os conselhos e órgãos de administração de empresas cujo capital a CEF participe sem deter o controle, por proposta do Presidente da CEF, observados os requisitos e vedações previstos na legislação aplicável e as diretrizes da política de sucessão de administradores da CEF;

XIX - aprovar proposta de orientação de voto, nos termos da lei, estatutos e acordos de acionistas, se houver, para alienação, no todo ou em parte, de ações de participação indireta da CEF;

XX - aprovar proposta de orientação de Voto do representante nos órgãos de administração de empresas em que a CEF participe sem deter o controle, nos termos da lei, estatutos e acordos de acionistas, se houver, para: distribuição de resultados sob a forma de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio; cisão, fusão ou incorporação e modificação do capital social;

XXI - aprovar, sem prejuízo das competências do Conselho de Administração, em relação às empresas de cujo capital a CEF participe sem deter o controle, os seguintes atos societários:

a) subscrição ou renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações nas empresas; venda de debêntures conversíveis em ações de titularidade e de emissão das empresas;

b) cisão, fusão, reorganização societária ou incorporação das empresas;

c) permuta de ações ou outros valores mobiliários representativos da participação da CEF no capital das sociedades; e

d) atos consistentes em firmar acordos de acionistas ou renunciar a direitos neles previstos ou, ainda, assumir quaisquer compromissos de natureza societária referentes ao disposto na legislação aplicável;

XXII - aprovar a cessão de empregados da CEF a suas empresas controladas e a outros órgãos da Administração Pública, quando caracterize ônus para a CEF, por proposta do Presidente;

XXIII - autorizar a CEF a firmar termos, convênios ou acordos operacionais com sua(s) empresas controladas para fins de compartilhamento de custos, estruturas, políticas e mecanismos de divulgação nos termos da lei, inclusive extensivo à entidade fechada de previdência complementar que administra plano de benefício que patrocina;

XXIV - solicitar à entidade fechada de previdência complementar a apresentação de plano de ação para correção de possíveis irregularidades encontradas quando da realização da auditoria interna periódica, fazendo o devido acompanhamento e sua implementação, devendo ser dado conhecimento aos Conselhos Deliberativo e Fiscal da referida entidade, bem como ao Conselho de Administração da CEF;

XXV - fornecer orientação e assessoramento técnico aos membros indicados pela CEF aos Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade fechada de previdência complementar;

XXVI - apresentar relatório consolidado ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal sobre o custeio do benefício de assistência à saúde, nos termos da legislação vigente; e

XXVII - aprovar o plano de metas do benefício de assistência à saúde.

§ 1º A subscrição e a apresentação de propostas para o exercício de competência do Conselho Diretor caberão ao Presidente e aos Vice-Presidentes que o compõem.

§ 2º O Conselho Diretor, para melhor desempenho de suas funções e maior agilidade no processo decisório, poderá constituir comitês integrados por membros da Diretoria Executiva, delegando-lhes competências e alçadas específicas, observadas as disposições legais.

Seção XIV

Conselho(s) Segregados(s)

Art. 50. O(s) Conselhos Segregado(s) são órgãos deliberativos, vinculados ao Conselho de Administração, a quem compete:

I - fixar a orientação dos negócios e serviços e estabelecer diretrizes para atuação da Vice-Presidência que lhe é vinculada;

II - aprovar as políticas de atuação da Vice-Presidência que lhe é vinculada, a serem submetidas à deliberação do Conselho de Administração; e

III - aprovar alçadas no seu âmbito da atuação, inclusive para contratação de bens e serviços, quando não estiverem contempladas nas competências de outras Vice-Presidências da CEF.

§ 1º A composição, competências e as regras de funcionamento do(s) Conselho(s) Segregado(s) serão estabelecidas em regimento interno, cuja aprovação compete ao Conselho de Administração.

§ 2º São consideradas áreas segregadas a(s) Vice-Presidência(s), Diretoria(s) e sua(s) unidade(s) vinculada(s), responsáveis pela administração e gestão de ativos de terceiros e pela administração das loterias e dos fundos de Governo, incluído o FGTS.

§ 3º As atividades das áreas de atuação das Vice-Presidências de que trata o § 2º serão desenvolvidas conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração e Conselho(s) Segregado(s).

§ 4º O Vice-Presidente e os Diretores Executivos da área de administração e gestão de ativos de terceiros devem ser habilitados perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

§ 5º É vedado aos membros da Diretoria Executiva não vinculados ao(s) Conselho(s) Segregado(s) e àqueles responsáveis pela administração de recursos próprios da CEF, intervir na condução das áreas segregadas, observados os termos das disposições legais e deste Estatuto.

§ 6º Os membros da Diretoria Executiva vinculados ao Conselho Diretor respondem solidariamente apenas pelas atividades sob a sua administração, assim como a mesma solidariedade apenas existirá aqueles vinculados ao(s) Conselho(s) Segregado(s), observados o regime de segregação de atividades definido neste Estatuto.

Seção XV

Atribuições Individuais dos Membros da Diretoria Executiva

Subseção I

Presidente

Art. 51. Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria Executiva, compete especificamente ao Presidente da CEF:

I - dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades da CEF;

II - coordenar as atividades dos membros da Diretoria Executiva;

III - representar a CEF em juízo e fora dele, podendo, para tanto, constituir procuradores *ad negotia* e *ad judicia*, especificando os atos que poderão praticar nos respectivos instrumentos do mandato;

IV - apresentar ao Banco Central do Brasil as matérias que dependam de sua audiência ou de deliberação do Conselho Monetário Nacional, podendo delegar para seu substituto ou outro Vice-Presidente da CEF;

V - expedir atos de gestão de pessoal, a exemplo de admissão, designação, promoção, transferência e dispensa de empregados;

VI - conceder afastamento e licenças aos demais membros da Diretoria Executiva, inclusive a título de férias;

VII - designar os substitutos dos membros da Diretoria Executiva, exceto o Diretor da Auditoria;

VIII - convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor e dos Conselho(s) Segregado(s);

IX- conduzir as atividades vinculadas a governança e estratégia em seu âmbito de atuação;

X - manter o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal informados das atividades da CEF;

XI - propor ao Conselho de Administração o nome dos Diretores para eleição e destituição, observando as diretrizes da política e do plano de sucessão de administradores da CEF; e

XII - exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. O Presidente da CEF poderá delegar suas atribuições a seu substituto ou a outro membro da Diretoria Executiva, nos termos da legislação vigente e deste Estatuto.

Subseção II

Vice-Presidentes

Art. 52. São atribuições dos Vice-Presidentes da CEF:

I - gerir as atividades da sua área de atuação;

II - participar das reuniões do Conselho Diretor, do(s) Conselho(s) Segregado(s) e dos comitês a eles vinculados, respeitadas as regras legais e normativas quanto à segregação de atividades, contribuindo para a definição do Plano Estratégico a ser seguido pela CEF e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação;

III - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da CEF estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação;

IV - supervisionar a atuação dos Diretores Executivos responsáveis pelas atividades da sua área de atuação; e

V - representar a CEF em juízo e fora dele, nos limites das suas respectivas competências legais e estatutárias e atribuições definidas pelo Conselho de Administração, isoladamente, podendo, para tanto, constituir procuradores, especificando os atos que poderão praticar nos respectivos instrumentos de mandato.

Parágrafo único. As demais atribuições e poderes dos Vice-Presidentes serão estabelecidos em Regimento Interno de cada Colegiado vinculado, ou em normas e/ou códigos de conduta internos.

Subseção III

Diretores

Art. 53. São atribuições dos Diretores:

I - administrar, supervisionar e coordenar as atividades da Diretoria Executiva e unidades sob sua responsabilidade, na busca dos resultados estabelecidos pelos órgãos de administração para a CEF;

II - participar das reuniões dos Colegiados para os quais forem designados, respeitadas as regras legais e normativas quanto à segregação de atividades, auxiliando estrategicamente os demais administradores da CEF em sua área de atuação;

III - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da CEF estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação; e

IV - representar a CEF em juízo e fora dele, nos limites das suas respectivas competências legais e estatutárias e atribuições definidas pelo Conselho de Administração, isoladamente, podendo, para tanto, constituir procuradores, especificando os atos que poderão praticar nos respectivos instrumentos de mandato.

§ 1º Compete ao Diretor Jurídico representar judicialmente a CEF e outorgar mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado, bem como prestar assessoria e consultoria jurídica aos órgãos estatutários

de administração e Conselho Fiscal, no âmbito das respectivas competências e nos termos da lei e deste Estatuto.

§ 2º As demais atribuições e poderes dos Diretores serão estabelecidos em Regimento Interno de cada Colegiado vinculado, ou em normas e/ou códigos de conduta internos.

Seção XVI

Conselho Fiscal

Subseção I

Caracterização e Composição

Art. 54. O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual.

Parágrafo único. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e sua regulamentação, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da CEF as disposições para esse Colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração.

Art. 55. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, sendo:

I - dois indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda; e

II - um indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública Federal.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral.

Subseção II

Prazo de Atuação

Art. 56. O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal será de dois anos, permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas.

§ 1º Atingido o limite a que se refere o *caput*, o membro do Conselho Fiscal só poderá retornar à composição do Órgão após decorrido período equivalente a um prazo de atuação.

§ 2º No prazo a que se refere o *caput* serão considerados os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de dois anos.

§ 3º Na primeira reunião após a eleição, os membros do Conselho Fiscal:

I - assinarão o termo de adesão ao Código de Ética, Conduta e Integridade e às políticas da CEF; e

II - escolherão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do Órgão, com registro no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal.

Subseção III

Requisitos

Art. 57. Os membros do Conselho Fiscal deverão atender aos requisitos obrigatórios e observar as vedações para exercício das suas atividades determinados pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e demais normas que regulamentem a matéria.

Parágrafo único. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para investidura dos membros.

Subseção IV

Vacância e Substituição Eventual

Art. 58. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais pelos respectivos suplentes.

Parágrafo único. Na hipótese de vacância, o suplente assume até a realização da primeira Assembleia Geral para a eleição de novo membro, respeitados os prazos máximos previstos legalmente.

Subseção V

Reunião

Art. 59. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez a cada mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Subseção VI

Competências

Art. 60. Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação e em seu Regimento Interno:

I - opinar sobre o resultado da prestação de contas anual da CEF e dos programas e fundos sociais operados e administrados pela CEF, fazendo constar do seu parecer as informações complementares necessárias ou úteis, com exceção dos programas e fundos sociais administrados ou operacionalizados pela Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluído o FGTS;

II - analisar, ao menos trimestralmente, os balancetes e demais demonstrativos contábeis da CEF e dos programas e fundos sociais operados ou administrados pela CEF, com exceção dos programas e fundos sociais administrados ou operacionalizados pela Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluído o FGTS;

III - examinar o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras semestrais e anuais da CEF e as de encerramento do exercício social dos programas e fundos sociais operados ou administrados pela CEF, manifestando sua opinião, inclusive sobre a situação econômico-financeira da CEF, com exceção dos programas e fundos sociais administrados ou operacionalizados pela Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluído o FGTS;

IV - opinar sobre as propostas:

a) orçamentárias da CEF e dos programas e fundos sociais operados ou administrados pela CEF, com exceção dos programas e fundos sociais administrados ou operacionalizados pela Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluído o FGTS;

b) de destinação do resultado líquido;

c) de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio;

d) de modificação de capital;

e) de constituição de fundos de reservas;

f) de absorção de eventuais prejuízos com as reservas de lucros;

g) de planos de investimento ou orçamento de capital; e

h) transformação, incorporação, fusão ou cisão;

V - avaliar os relatórios anuais relacionados com os sistemas de controles internos da CEF;

VI - apreciar os resultados dos trabalhos produzidos pelas auditorias externa e interna, relacionados com a avaliação dos processos de gestão de crédito, de análise de mercado e de deferimento de operações da CEF e respectivos programas e fundos sociais operados ou administrados pela CEF;

VII - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

VIII - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da CEF, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências;

IX - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos de administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes;

X - fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre matéria de sua competência à União, na qualidade de seu controlador único;

XI - assistir às reuniões do Conselho de Administração ou do Conselho Diretor em que se deliberar sobre assuntos que ensejam parecer do Conselho Fiscal;

XII - aprovar seu Regimento Interno e seu plano de trabalho anual;

XIII - realizar, até o mês de março do exercício seguinte, sob supervisão do Presidente do Conselho, a autoavaliação anual de seu desempenho, devendo ser encaminhada para conhecimento ao ministério supervisor da CEF e à Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos da legislação vigente;

XIV - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;

XV - avaliar o relatório consolidado, referente ao exercício anterior, sobre o custeio do benefício de assistência à saúde ofertado aos empregados na modalidade autogestão;

XVI - fiscalizar o cumprimento do limite de participação da CEF no custeio dos benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar;

XVII - exercer essas atribuições durante a eventual liquidação da CEF; e

XVIII - exercer as demais atribuições atinentes ao seu poder de fiscalização, consoante à legislação vigente.

Seção XVII

Comitê de Auditoria

Subseção I

Caracterização e Composição

Art. 61. O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente, auxiliando este, entre outros, no monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.

§ 1º O Comitê de Auditoria também poderá exercer, por deliberação do Conselho de Administração, suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pela CEF, que adotarem o regime de Comitê de Auditoria único.

§ 2º O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas independentes.

Art. 62. O Comitê de Auditoria será integrado por quatro membros, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, em sua maioria independentes.

§ 1º Ao menos 1 (um) dos integrantes deve ser membro do Conselho de Administração que não participe da Diretoria Executiva da CEF, observadas as condições previstas no § 3º do *caput*.

§ 2º O Presidente do Comitê de Auditoria e seu substituto serão escolhidos pelo Conselho de Administração.

§ 3º O Presidente do Comitê de Auditoria deverá ser membro independente.

§ 4º São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria as estabelecidas no art. 25 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no art. 39 do Decreto n º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, além das demais normas aplicáveis.

§ 5º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para os membros.

§ 6º É indelegável o cargo de integrante do Comitê de Auditoria e não se admite substituto temporário ou suplente.

Subseção II

Mandato

Art. 63. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será de dois anos, não coincidente para cada membro, permitida uma única reeleição.

§1º O prazo de gestão dos membros do Comitê de Auditoria prorrogar-se-á até a posse dos novos membros eleitos pelo Conselho de Administração, respeitados os limites máximos de permanência no cargo previstos nas normas aplicáveis.

§ 2º Atingido o limite a que se refere o *caput*, o anterior ocupante do cargo só será nomeado novamente se já contar três anos sem ocupar o cargo de membro do Comitê de Auditoria da CEF.

§ 3º Os membros do Comitê de Auditoria poderão ser destituídos pelo voto justificado pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração.

Subseção III

Vacância e Substituição

Art. 64. No caso de vacância de membro do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração elegerá novo membro.

Parágrafo único. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Comitê, este deliberará com os remanescentes.

Subseção IV

Reunião

Art. 65. O Comitê de Auditoria deverá realizar pelo menos quatro reuniões mensais.

§ 1º A CEF deverá divulgar as atas de reuniões do Comitê de Auditoria.

§ 2º Na hipótese de o Conselho de Administração considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da CEF, apenas o seu extrato será divulgado.

§ 3º A restrição de que trata o parágrafo anterior não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria, observada a transferência de sigilo.

Subseção V

Competências

Art. 66. Compete ao Comitê de Auditoria, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação, em seu Regimento Interno ou determinadas pelo Banco Central do Brasil:

I - opinar sobre a contratação, a renovação de contrato e a destituição de auditor independente, observada a legislação específica;

II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliar sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da CEF;

III - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da CEF;

IV - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela CEF;

V - avaliar e monitorar, em seu âmbito de atuação, sem prejuízo das atribuições do Comitê Independente de Riscos e Capital, exposições de risco da CEF, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

a) remuneração da administração;

b) utilização de ativos da CEF; e

c) gastos incorridos em nome da CEF;

VI - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas e o fiel cumprimento aos critérios estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas e sua divulgação;

VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras;

VIII - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais e o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão vinculados à entidade fechada de previdência complementar patrocinada pela CEF;

IX - avaliar o cumprimento, pela administração da CEF, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;

X - verificar o cumprimento de suas recomendações à Diretoria Executiva da CEF;

XI - reunir-se com o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, por solicitação destes, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;

XII - comunicar ao Banco Central do Brasil e ao Conselho de Administração, na forma e nos prazos estabelecidos pelas normas específicas, a existência ou evidência de erro ou fraude;

XIII - elaborar e encaminhar para deliberação do Conselho de Administração, até o final do terceiro trimestre, proposta de plano de trabalho para o ano subsequente;

XIV - acompanhar a elaboração e a implementação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e examinar o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna – RAINT;

XV - auxiliar o Conselho de Administração nas providências a serem adotadas em relação a desvios e atos ilícitos praticados por dirigentes e empregados da CEF, bem como nas apurações de infrações e violações ao Código de Ética, Conduta e Integridade e às rupturas de conduta anticorrupção e concorrencial;

XVI - avaliar a efetividade da Diretoria Executiva responsável pela condução da gestão da integridade, bem como da Ouvidoria e da Corregedoria da CEF e seus relatórios de atividades;

XVII - revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;

XVIII - avaliar, previamente ao Conselho de Administração, o relatório consolidado sobre o custeio e o plano de metas do benefício de assistência à saúde;

XIX - analisar e manifestar-se, a pedido do próprio Conselho de Administração, sobre situações de potencial conflito de interesses entre os conselheiros e sociedades integrantes do Conglomerado CEF, em especial sobre situações decorrentes de atividades externas desenvolvidas pelos conselheiros, tais como a participação de membros do Conselho ou da Diretoria em órgãos estatutários de outras sociedades civis, não participantes do Conglomerado CEF; e

XX - reunir-se, no mínimo trimestralmente, com o Conselho Diretor, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria.

§ 1º Ao menos um dos membros do Comitê de Auditoria deverá participar das reuniões do Conselho de Administração que tratem das demonstrações contábeis periódicas, da contratação do auditor independente e do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT.

§ 2º O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à CEF, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

Seção XVIII

Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração

Subseção I

Caracterização e Composição

Art. 67. A CEF dispõe de Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, que assessora o Conselho de Administração nos processos de indicação, de avaliação, de sucessão, de remuneração e de elegibilidade dos administradores, conselheiros fiscais e demais membros de órgãos estatutários.

Art. 68. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração será integrado por quatro membros, integrantes do Conselho de Administração ou de seus comitês de assessoramento, sem remuneração adicional, ou por membros externos remunerados, observados os arts. 156 e 165 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 1º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá ter, no mínimo, dois membros escolhidos dentre os conselheiros de Administração independente.

§ 2º Ao menos 1 (um) dos membros não deve ser administrador da CEF.

§ 3º O Presidente do Comitê e seu substituto serão escolhidos pelo Conselho de Administração dentre os membros que sejam conselheiros independentes.

Subseção II

Eleição e Mandato

Art. 69. Os membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração serão escolhidos e nomeados pelo Conselho de Administração, entre os quais o Presidente e seu substituto, com mandato de dois anos, não coincidente para cada membro, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas, e só poderão ser destituídos, neste período, mediante decisão motivada da maioria dos membros do referido Órgão de Administração.

§1º O prazo de gestão dos membros Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração prorrogar-se-á até a posse dos novos membros eleitos pelo Conselho de Administração, respeitados os limites máximos de permanência no cargo previstos nas normas aplicáveis.

§2º Atingido o limite a que se refere o *caput*, o anterior ocupante do cargo só será nomeado novamente se já contar três anos sem ocupar o cargo de membro do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Subseção III

Vacância e Substituição

Art. 70. No caso de vacância de membro do Comitê, o Conselho de Administração selecionará e elegerá o substituto para completar o mandato do membro anterior.

Subseção IV

Competências

Art. 71. Compete ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação e em seu Regimento Interno:

I - verificar a conformidade e opinar, de modo a auxiliar a União e a CEF, na indicação e eleição de conselheiros de administração e conselheiros fiscais, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de impedimentos e vedações para as respectivas eleições;

II - verificar a conformidade e opinar, de modo a auxiliar os membros do Conselho de Administração na indicação, eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva da CEF, de suas empresas controladas e de cujo capital a CAIXA participe sem deter o controle, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de impedimentos e vedações para as respectivas eleições;

III - verificar a conformidade e opinar, de modo a auxiliar os membros do Conselho de Administração na indicação e eleição dos membros dos Comitês vinculados ao Conselho de Administração, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de impedimentos e vedações para as respectivas eleições;

IV - verificar a conformidade do processo de avaliação e dos treinamentos dos administradores e conselheiros fiscais da CEF;

V - auxiliar o Conselho de Administração na elaboração e no acompanhamento da política e do plano de sucessão de administradores da CEF;

VI - auxiliar o Conselho de Administração na avaliação das propostas relativas à política e gestão de pessoal e no seu acompanhamento;

VII - auxiliar o Conselho de Administração na elaboração da proposta de remuneração dos administradores para submissão à Assembleia Geral;

VIII - analisar a política de remuneração dos administradores da CEF em relação às práticas de mercado, para identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;

IX - elaborar, com periodicidade anual, no prazo de noventa dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, o Relatório do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, nos termos da legislação específica;

X - recomendar candidatos para ocupar a função de membro de Comitê subordinado ao Conselho de Administração, que atendam ao perfil técnico exigido para o cargo, com base em análise curricular;

XI - prestar apoio metodológico e procedimental e assessorar o Conselho de Administração da CEF na avaliação de desempenho de que trata o Estatuto da CEF;

XII - assessorar o Conselho de Administração da CEF em assuntos relacionados à indicação de dirigentes; e

XIII - promover e acompanhar a adoção de práticas de governança corporativa relativas à remuneração e à sucessão para o Conglomerado CEF, propondo atualizações e melhorias quando necessário.

Seção XIX

Comitê Independente de Riscos e Capital

Subseção I

Caracterização e Composição

Art. 72. O Comitê Independente de Riscos e Capital é órgão colegiado estatutário que se reporta ao Conselho de Administração da CEF, com independência em relação aos demais órgãos, submete-se à regulamentação do Conselho Monetário Nacional e tem a finalidade de assessorar o Conselho de Administração nas questões relacionadas à gestão de riscos e de capital.

Parágrafo único. As demais disposições relativas à instalação, deliberação, remuneração, requisitos, impedimentos e vedações estão previstos neste Estatuto, na legislação e em normas vigentes, sem prejuízo às competências do Conselho de Administração e dos demais órgãos de controle e fiscalização da CEF, além daquelas contidas no Regimento Interno do Comitê.

Art. 73. O Comitê funciona de forma permanente e será integrado por, no mínimo, três membros, escolhidos e nomeados pelo Conselho de Administração, com as seguintes regras:

I - um membro será escolhido dentre os conselheiros de administração da CEF;

II - dois membros serão externos;

III - ser graduado em curso superior;

IV - possuir comprovados conhecimentos e experiência nas áreas de atuação do Comitê;

V - não deter o controle da Instituição e não participar das decisões em nível executivo da CEF ou de quaisquer de suas entidades ligadas;

VI - não ser e não ter sido, nos últimos seis meses, dirigente responsável pelo gerenciamento de riscos da CEF ou membro do Comitê de Auditoria;

VII - não ser e não ter sido empregado da CEF nos últimos seis meses;

VIII - não ser cônjuge, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas no inciso anterior;

IX - não figurar como autor de ação judicial contra a CEF ou quaisquer de suas entidades ligadas;

X - não exercer influência significativa sobre a CEF ou sobre quaisquer de suas entidades ligadas; e

XI - não receber da CEF qualquer outro tipo de remuneração que não decorra do exercício da função de integrante do Comitê.

Subseção II

Mandato

Art. 74. Os membros do Comitê Independente de Riscos e Capital terão mandato de dois anos, renováveis por igual período, admitidas até três reconduções, obedecidas, além da legislação aplicável, os requisitos, impedimentos e vedações neste Estatuto.

§ 1º Os membros do Comitê só poderão ser destituídos mediante decisão motivada da maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração, observado o Estatuto da CEF e a legislação aplicável.

§ 2º O Presidente do Comitê Independente de Riscos será escolhido pelo Conselho de Administração da CEF, observados os requisitos e as vedações legais.

§ 3º O prazo de gestão dos membros do Comitê Independente de Riscos e Capital prorrogar-se-á até a posse dos novos membros eleitos pelo Conselho de Administração, respeitados os limites máximos de permanência no cargo previstos nas normas aplicáveis.

§ 4º Atingido o limite a que se refere o *caput*, o anterior ocupante do cargo só será nomeado novamente se já contar dois anos sem ocupar o cargo de membro do Comitê.

Subseção III

Vacância e Substituição

Art. 75. No caso de vacância de membro do Comitê Independente de Riscos e Capital, o Conselho de Administração escolherá e elegerá o substituto para completar o mandato do membro anterior.

Subseção IV

Competências

Art. 76. Compete ao Comitê Independente de Riscos e Capital, sem prejuízo de outras competências legais, além de outras atribuições previstas em seu Regimento Interno:

I - assessorar o Conselho de Administração na gestão de riscos e de capital, proporcionando ao Colegiado uma visão abrangente e integrada dos riscos e seus impactos;

II - avaliar propostas da Declaração de Apetite por Riscos e do Plano de Capital, bem como das correspondentes revisões;

III - avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite por Riscos e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada;

IV - monitorar e avaliar as propostas oriundas do Conselho Diretor da CEF relacionadas com a estratégia corporativa, a definição dos seus riscos materiais, o apetite por risco, o Plano de Capital, os requerimentos de Basiléia e outros assuntos relevantes, com uma perspectiva analítica de médio e longo prazo;

V - avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital às políticas estabelecidas;

VI - supervisionar a observância, pelo Conselho Diretor, dos termos da Declaração de Apetite por Riscos;

VII - supervisionar o cumprimento das políticas relacionadas à gestão de riscos e de capital;

VIII - supervisionar a atuação e o desempenho do Vice-Presidente de Riscos;

IX - avaliar e reportar ao Conselho de Administração relatórios que tratem de processos de gestão de riscos e de capital;

X - propor, com periodicidade mínima anual, recomendações ao Conselho de Administração sobre:

a) fixação e revisão dos níveis de apetite por riscos da CEF na Declaração de Apetite por Riscos;

b) as políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos e de capital;

c) o programa de testes de estresse, conforme legislação vigente;

d) as políticas e as estratégias para a gestão de continuidade de negócios;

e) o plano de contingência de liquidez;

f) o plano de recuperação; e

g) o plano de capital e o plano de contingência de capital;

XI - elaborar, com periodicidade anual, no prazo de noventa dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê Independente de Riscos e Capital", contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) descrição de sua composição;

b) relato das atividades exercidas no período;

c) avaliação anual de seu próprio desempenho;

d) execução do seu Plano de Trabalho;

e) principais medidas adotadas para garantir o cumprimento das políticas relacionadas à gestão de riscos e de capital; e

f) descrição das modificações nas políticas relacionadas à gestão de riscos e de capital realizadas no período e suas implicações para a CEF e suas partes interessadas;

XII - elaborar e encaminhar para deliberação do Conselho de Administração, até o final do terceiro trimestre, proposta de plano de trabalho para o ano subsequente.

Seção XX

Normas Comuns de Funcionamento dos Órgãos Estatutários

Art. 77. O funcionamento dos órgãos estatutários da CEF observará as seguintes disposições:

I - as reuniões serão convocadas pelo Presidente do Colegiado ou pela maioria dos seus membros;

II - as reuniões devem, em regra, ser presenciais, admitindo-se a reunião virtual ou a participação de membro por tele ou videoconferência;

III - as deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária;

IV - nas deliberações, o Presidente do Colegiado terá o voto de desempate, além do voto pessoal;

V - as atas devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto;

VI - em caso de decisão não unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o membro dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Colegiado; e

VII - a pauta das reuniões e as respectivas documentações serão distribuídas com antecedência mínima de cinco dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas pela CEF e acatadas pelo Colegiado.

Parágrafo único. A CEF poderá estabelecer em regimento interno regras de funcionamento e secretariado dos órgãos estatutários, bem como acrescentar competências, desde que observada a finalidade estatutária dos colegiados.

CAPÍTULO IV

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, LUCROS, RESERVAS, DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Seção I

Exercício Social

Art. 78. O exercício social da CEF coincidirá com o ano civil e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos deste Estatuto e da legislação pertinente.

Seção II

Destinação do Lucro

Art. 79. A CEF deverá elaborar demonstrações financeiras ao final de cada trimestre e divulgá-las em sítio eletrônico, conforme as regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, assim como as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado naquela autarquia, e balanços intermediários em qualquer data ou período, para fins de antecipação de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, observadas, ainda, as prescrições deste Estatuto.

§ 1º Outras demonstrações financeiras trimestrais, intermediárias ou extraordinárias serão preparadas, caso necessárias ou exigidas por legislação específica.

§ 2º Ao fim de cada exercício social, o Conselho Diretor fará elaborar, com base na Lei nº 6.404, e 15 de dezembro de 1976 e nas normas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e na escrituração contábil, as demonstrações financeiras aplicáveis às empresas de capital aberto, discriminando com clareza a situação do patrimônio da CEF e as mutações ocorridas no exercício.

§ 3º Após a absorção de eventuais prejuízos acumulados e deduzida a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, o Conselho de Administração fixará a destinação dos resultados, para fins de aprovação da Assembleia Geral, observados os limites e as condições exigidos por lei, e na ordem a saber:

I - cinco por cento para constituição da reserva legal, destinada a assegurar a integridade do capital, observados os limites estipulados em lei;

II - constituição, se for o caso, de Reserva de Contingência, de Reservas de Lucros a Realizar e de Reserva de Incentivos Fiscais;

III - pagamento de dividendos, observado o disposto no art. 80 deste Estatuto;

IV - reserva de retenção de lucros; e

V - reservas estatutárias, assim consideradas:

a) reserva de loterias, destinada à incorporação ao capital da CEF, conforme deliberação do Conselho de Administração, constituída por cem por cento do resultado das loterias, apurado na forma da legislação pertinente;

b) reserva de margem operacional, destinada à manutenção do desenvolvimento das operações ativas da CEF, a ser constituída mediante justificativa do percentual considerado de até cem por cento do saldo do lucro líquido após a destinação prevista nos incisos I a V do § 3º deste artigo, até o limite de oitenta por cento do capital social; e

c) reserva para equalização de dividendos, destinada a assegurar recursos para o pagamento de dividendos, constituída pela parcela de até vinte e cinco por cento do saldo do lucro líquido após a destinação prevista nos incisos de I a V do § 3º deste artigo, até o limite de vinte por cento do capital social.

§ 4º O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

§ 5º Caso o saldo das reservas de lucros referido no § 4º ultrapasse o valor do capital social, o Conselho de Administração deliberará sobre aplicação do excesso na modificação do capital da CEF ou na distribuição de dividendos.

§ 6º O montante referente à reserva de loterias, que tenha sido realizado no exercício anterior, constituirá, na forma do disposto na legislação pertinente, objeto de proposta de modificação do capital da CEF.

§ 7º A CEF fará constar, em nota explicativa às suas demonstrações financeiras, a quantidade de empregados contratados, os valores, na data da elaboração, da maior e menor remuneração pagas a seus empregados e administradores, computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, o salário médio de seus empregados, administradores e conselheiros fiscais e o valor médio global dos benefícios oferecidos aos empregados.

Seção III

Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

Art. 80. À União é assegurado recebimento de dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, como definido em lei e neste Estatuto.

§ 1º Para efeito do pagamento da remuneração de que trata o *caput*, poderá ser computado o valor creditado a título de juros sobre o capital próprio.

§ 2º Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre capital próprio, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei ou assembleia geral, devendo ser considerada como a taxa diária, para a atualização desse valor durante os cinco dias úteis anteriores à data do pagamento ou recolhimento, a mesma taxa SELIC divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação.

§ 3º Após levantado o balanço relativo ao primeiro semestre, poderá ser deliberado pelo Conselho de Administração, por proposta do Conselho Diretor, o pagamento de dividendo e juros sobre o capital próprio, a título de adiantamento por conta do dividendo do exercício, e, na forma da lei, no mínimo, vinte e cinco por cento do lucro líquido até então apurado, observadas as exceções e deduções previstas no *caput* e § 3º do art. 79.

§ 4º Os valores antecipados, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, serão corrigidos pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social.

§ 5º A proposta sobre a destinação do lucro do exercício, após análise conclusiva dos órgãos internos da CEF, será submetida à aprovação da Assembleia Geral.

§ 6º O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

CAPÍTULO V

UNIDADES INTERNAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Seção I

Descrição

Art. 81. A CEF terá auditoria interna, ouvidoria, corregedoria, área de controles internos, conformidade e gestão de riscos.

Parágrafo único. O Conselho de Administração estabelecerá Política de Seleção para os titulares dessas unidades, com assessoramento do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Seção II

Auditoria Interna

Art. 82. A Auditoria Interna da CEF vincula-se diretamente ao Conselho de Administração e se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Parágrafo único. As atividades da auditoria interna da CEF serão desenvolvidas com independência, autonomia, imparcialidade, zelo, integridade e ética.

Art. 83. Compete à área de Auditoria Interna, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação e em seu regulamento interno:

I - executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional da CEF;

II - propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados;

III - verificar o cumprimento e a implementação pela CEF das recomendações ou determinações da Controladoria-Geral da União – CGU, do Tribunal de Contas da União – TCU e do Conselho Fiscal;

IV - outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração; e

V - avaliar a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança corporativa e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

Parágrafo único. Serão enviados relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas pela área de auditoria interna.

Seção III

Áreas de Controles Internos, Conformidade, Integridade e Gerenciamento de Riscos

Art. 84. As áreas de Controles Internos, Conformidade, Integridade e de Gerenciamento de Riscos ficarão sob a supervisão direta do Vice-Presidente Riscos, vinculado à Presidência da CEF, e podendo ter outras competências na forma da lei, normas e deste Estatuto.

§ 1º A gestão da integridade será conduzida pelo Diretor Executivo responsável pela área de Controles Internos.

§ 2º O Vice-Presidente designado para as áreas descritas no *caput* responderá perante o Banco Central do Brasil pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento de normas, processos e controles relativos à estrutura de gerenciamento de riscos e de capital.

§ 3º As unidades responsáveis pela formulação de políticas e gestão de risco de crédito devem ser segregadas das unidades de negociação e da unidade executora da atividade de auditoria interna.

§ 4º Os dirigentes designados para as áreas descritas no *caput* podem se reportar, diretamente e sem a presença dos demais membros da Diretoria Executiva, ao Presidente da CEF, ao Comitê Independente de Riscos e Capital, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

§ 5º Os dirigentes responsáveis pelas áreas de Controles Internos, Conformidade, Integridade e de Gerenciamento de Riscos reportar-se-ão diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do Presidente, do Diretor da Auditoria, do Ouvidor ou do Corregedor da CEF em irregularidades ou quando estes se furtarem à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a eles relatada.

§ 6º A CEF deverá criar condições adequadas para o funcionamento e independência da área de riscos, controles internos, conformidade e integridade, bem como assegurar o seu acesso às informações necessárias ao exercício de suas atividades.

Art. 85. Às áreas de Controles Internos, Conformidade, Integridade e de Gerenciamento de Riscos competem:

I - propor políticas de conformidade e gerenciamento de riscos para a CEF, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização;

II - verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da CEF às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;

III - comunicar ao Conselho Diretor, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à CEF;

IV - verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes;

V - verificar o cumprimento do Código Ética, Conduta e Integridade, conforme art. 18 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes da CEF sobre o tema;

VI - coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a CEF;

VII - coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos;

VIII - estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização;

IX - elaborar relatórios, com periodicidade mínima anual, de suas atividades, submetendo-os aos Conselhos Diretor, de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;

X - disseminar a importância da Conformidade, dos Controles Internos, Integridade e do Gerenciamento de Riscos, bem como a responsabilidade de cada área da CEF nestes aspectos;

XI - coordenar as atividades relativas à prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades, ilícitos e outros desvios éticos e de conduta, de violação ou desrespeito a direitos, valores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucional, bem como coordenar a prevenção e combate de ilícitos de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa; e

XII - outras atividades correlatas definidas pelo Vice-Presidente ao qual se vincula.

Parágrafo único. Os titulares máximos, não estatutários, das áreas de gestão de riscos, compliance, conformidade e controle interno poderão ser destituídos pelo Conselho de Administração a qualquer tempo, nos casos de descumprimento das atribuições previstas neste Estatuto, perda do vínculo funcional, conduta incompatível com o Código de Ética, Conduta e Integridade da CEF ou caso não apresente o desempenho acordado, de forma objetiva, com a Administração.

Seção IV

Ouvidoria

Art. 86. A CEF dispõe de uma Ouvidoria em sua estrutura organizacional, que se vincula ao Conselho de Administração, ao qual deve se reportar diretamente, com a finalidade de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a CEF e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos, nos termos da lei, deste Estatuto e regulamento interno.

§ 1º O Ouvidor da CEF será designado por meio de escolha do Conselho de Administração, a partir de lista tríplice elaborada pelo Presidente da CEF, conforme regulamento específico, observada a legislação pertinente.

§ 2º A função de Ouvidor da CEF será desempenhada por empregado(a) que compõe o quadro de pessoal próprio da CEF.

§ 3º O tempo de duração máximo do mandato de Ouvidor da CEF é de 36 (trinta e seis) meses de permanência, prorrogável por igual período pelo Conselho de Administração, observada a legislação pertinente.

§ 4º O Ouvidor da CEF que for destituído do cargo, inclusive a pedido, só poderá voltar a ocupar a mesma função na empresa após o interstício de 36 (trinta e seis) meses.

§ 5º A atuação da Ouvidoria será pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, sendo dotada de condições adequadas para o seu efetivo funcionamento.

§ 6º A Ouvidoria terá assegurado o acesso às informações necessárias para a sua atuação, podendo, para tanto, requisitar informações e documentos, observada a legislação relativa ao sigilo bancário.

Art. 87. Compete à Ouvidoria, sem prejuízo de outras competências legais:

I - receber e examinar sugestões e reclamações, visando melhorar o atendimento da CEF em relação a demandas de clientes, usuários e sociedade em geral;

II - receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da CEF;

III - prestar esclarecimentos aos interessados acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta final, na forma de legislação vigente;

IV - encaminhar resposta conclusiva para as demandas no prazo de lei;

V - manter o Conselho de Administração informado sobre os problemas e deficiências detectadas no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores para solucioná-los;

VI - elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições;

VII - informar a respeito das atividades da Ouvidoria, conforme periodicidade exigida em lei, ao Conselho de Administração; e

VIII - outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração.

§ 1º A Ouvidoria da CEF deverá dar encaminhamento aos procedimentos necessários para a solução dos problemas suscitados, e fornecer meios suficientes para os interessados acompanharem as providências adotadas.

§ 2º O Ouvidor responderá perante o Banco Central do Brasil pelo acompanhamento e supervisão das atividades afetas à Ouvidoria.

§ 3º O Ouvidor poderá ser destituído pelo Conselho de Administração a qualquer tempo, nos casos de descumprimento das atribuições previstas neste artigo, perda do vínculo funcional, conduta incompatível com o Código de Ética, Conduta e Integridade da CEF ou caso não apresente o desempenho acordado, de forma objetiva, com a Administração.

Seção V

Corregedoria

Art. 88. A CEF contará em sua estrutura organizacional com uma área de Corregedoria, vinculada ao Conselho de Administração, ao qual deverá se reportar diretamente, responsável pela gestão da ética e correição da conduta dos seus empregados e membros dos órgãos estatutários, inclusive de forma

preventiva e pedagógica, com sugestões de melhoria das atividades e processos de trabalhos, nos termos da lei e deste Estatuto.

§ 1º A nomeação, designação ou recondução do titular da área de corregedoria, após aprovada pelo Conselho de administração, será submetida à aprovação da Controladoria-Geral da União.

§ 2º A atuação da área de Corregedoria será pautada pela transparência, independência técnica, imparcialidade e isenção, sendo dotada de condições adequadas para o seu efetivo funcionamento.

§ 3º A área de Corregedoria terá assegurado o acesso às informações necessárias para a sua atuação, podendo, para tanto, requisitar informações e documentos para o exclusivo exercício de suas atividades.

§ 4º A pretensão disciplinar decorrente da atividade de correição será exercida nos termos deste Estatuto e das normas internas da CEF.

§ 5º O tempo de duração máximo do mandato do titular da área de Corregedoria é de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, duas reconduções por igual período.

§ 6º O titular da área de Corregedoria da CEF que for destituído do cargo, inclusive a pedido, só poderá voltar a ocupar a mesma função na empresa após o interstício de 03 (três) anos.

§ 7º O Corregedor poderá ser destituído pelo Conselho de Administração a qualquer tempo, devendo o ato ser motivado e submetido previamente à aprovação da Controladoria-Geral da União, nos casos de descumprimento das atribuições previstas neste artigo, perda do vínculo funcional, conduta incompatível com o Código de Ética, Conduta e Integridade da CEF ou caso não apresente o desempenho acordado, de forma objetiva, com a Administração.

Art. 89. Compete ao Corregedor, sem prejuízo de outras atribuições previstas na legislação pertinente:

I - planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades da Corregedoria;

II - zelar pela adequada, tempestiva e completa apuração ética, correcional e de entes privados;

III - instaurar e julgar processos disciplinares, inclusive delegar tal atribuição, consoantes previsão em norma interna;

IV - instaurar e julgar processos de responsabilização de entes privados por atos lesivos à administração pública, por delegação do Presidente da CEF;

V - atuar, de forma preventiva e pedagógica, com recomendações de melhoria de processos e atividades das empresas do Conglomerado; e

VI - representar a CAIXA e suas empresas controladas no âmbito das suas atribuições previstas neste Estatuto.

CAPÍTULO VI

PESSOAL

Seção I

Regras Gerais

Art. 90. Os empregados estarão sujeitos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, à legislação complementar e aos regulamentos internos da CEF.

§ 1º A admissão de empregados será realizada mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 2º Os requisitos para o provimento de cargos, exercício de funções e respectivos salários, serão fixados em plano de cargos e salários e plano de funções.

§ 3º Os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, aprovados pelo Conselho de Administração nos termos deste Estatuto, assim como o seu quantitativo, serão submetidos à manifestação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.

§ 4º A participação da CEF no custeio dos benefícios de assistência à saúde será limitada ao percentual de 6,5% (seis e meio por cento) das folhas de pagamento e proventos, excluídos os valores referentes ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

§ 5º O cálculo estabelecido no § 4º deste artigo deverá levar em consideração os gastos com o custeio da assistência à saúde dos aposentados e pensionistas e o valor de sua respectiva folha de proventos, exceto os valores referentes ao RGPS.

§ 6º Para efeito do cálculo estabelecido no *caput* deste parágrafo consideram-se:

I - benefício de assistência à saúde: oferta de plano de assistência à saúde por autogestão ou adquirido no mercado, reembolso de despesas, auxílio saúde ou qualquer outra modalidade de fornecimento de benefícios;

II - custeio de benefícios de assistência à saúde: valores gastos pela CEF para custear o benefício de assistência à saúde dos seus empregados, inclusive para aqueles que possuam o benefício no pós-emprego, incluídos os custos administrativos e tributários;

III - folha de pagamento: corresponde à soma das verbas salariais pagas no ano pela CEF aos seus empregados, incluído o salário-condição e os encargos sociais e excluídos os valores pagos a título de diárias, de conversão em espécie de direitos, de indenização, de reembolsos, de auxílios e demais verbas de caráter não salarial e o salário in natura; e

IV - folha de proventos: corresponde à soma dos valores recebidos pelos aposentados e pensionistas a título de renda anual de aposentadoria ou pensão, pagos pela CEF e pela entidade fechada de previdência complementar que decorreu do contrato de trabalho com a empresa estatal, excluídos os valores recebidos do RGPS, estes últimos, independentemente da fonte pagadora.

§ 7º Até o exercício de 2020, o valor do custeio de benefícios de assistência à saúde deverá estar adequado ao limite estabelecido no § 4º, após esse período, a CEF não poderá arcar com custeio superior a esse limite.

Joacy Muniz Almeida
Escrevente
CARTÓRIO DA CAPITAL
2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA

SUBSTABELECIMENTO DE PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ **EMERSON LEAL ROCHA,** NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco **(17/02/2025)**, nesta Cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, neste Serviço Notarial, perante mim, Escrevente Notarial, compareceu como outorgante, **EMERSON LEAL ROCHA,** brasileiro, casado, economiário, portador da carteira nacional de habilitação digital n.º 04215736493-DETRAN/MG e inscrito no CPF/MF sob n.º 085.933.766-90, com endereço profissional no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, Brasília/DF, o qual se declara na qualidade de Superintendente Nacional da SUGOV, identificado e reconhecido como o próprio do que dou fé. E por ele me foi dito que, por este instrumento público substabelece, como de fato substabelecido tem, **com reserva de iguais poderes,** no âmbito da **GIGOVPK**, nas pessoas de: **MÁRCIO ANTÔNIO DE PAULA CAPATO**, brasileiro, casado, economiário, portador da cédula de identidade RG nº 22.727.612-7-SSP/SP e inscrito no CPF nº 183.369.038-95, na qualidade de gerente de filial, e/ou **LÉIA APARECIDA DIAS DA SILVA FERREIRA**, brasileira, casada, economiária, portadora da cédula de identidade RG nº 82.764.984-9-MEX e inscrita no CPF n.º 072.728.248-40, na qualidade de gerente de filial substituta eventual, e/ou **OTONIEL PEREIRA DA COSTA**, brasileiro, casado, economiário, portador da cédula de identidade RG nº 27.861.175-8-SSP/SP e inscrito no CPF n.º 279.679.358-37, na qualidade de coordenador, todos com endereço profissional na Av. Independência, 3415, 1° andar, Bairro dos Alemães, Piracicaba/SP, CEP: 13.416-240, (dados fornecidos por declaração, ficando o outorgante responsável pela sua veracidade, bem como por qualquer incorreção), **todos os poderes** que lhe foram conferidos por **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF,** nos termos da procuração pública lavrada **NESTAS NOTAS,** livro **3577-P,** fls. **065,** em data de cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três **(05/09/2023),** para, **em conjunto ou isoladamente,** representar extrajudicialmente a CAIXA, ativa e passivamente, perante a Administração Pública Direta e Indireta, concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos, empresas e órgãos públicos vinculados aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em operações correlatas às atividades previstas no Estatuto da CAIXA celebradas no âmbito das unidades vinculadas à estrutura organizacional da Vice Presidência de Governo, podendo: Assinar contratos de financiamento, Contratos de Repasse, Contratos de Transferência e Termos de Compromisso, e seus respectivos aditivos, demais documentos oficiais que representem a CAIXA junto aos Convenentes, na qualidade de mandatária da União, por ocasião da operacionalização das transferências de recursos da União, termos e convênios de credenciamento, acordos e convênios de cooperação técnica, pactos vinculados ao Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda e prestação de serviços para operação de programas sociais, comunicações/notificações; Rescindir contratos e outros (instrumentos; Participar em processos licitatórios e negociações no âmbito da Administração Pública Direta e indireta, podendo para tanto, formular lances, negociar preços, prestar esclarecimentos, assinar atas, declarações, contratos ou quaisquer outros documentos, receber notificações, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame praticando assim todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato. **O presente instrumento tem o prazo de validade até o dia 26/07/2026, a contar desta data,** podendo ser revogado a qualquer momento, a critério da OUTORGANTE. Os poderes aqui conferidos poderão, ainda, ser substabelecidos parcial ou totalmente, com ou sem reservas de iguais poderes, para empregado(a) da CEF que exerça cargo ou função compatível com o exercício dos poderes que lhe serão substabelecidos. (Lavrada sob minuta). Nos termos do art. 165-A do Provimento nº 149/2023 do CNJ, o(s) signatário(s) do presente ato declara(m), sob as penas da lei, que NÃO é(são) pessoa(s) politicamente exposta, assim compreendida(s) com base no art. 1º da Resolução COAF nº 40/2021. Cientifico o(a)(s) outorgante(s) de que haverá cobrança de emolumentos por eventual correção de erros materiais advindos de suas declarações (PGC/TJDFT, art. 15, parágrafo único). Se advindos de erro atribuível à serventia, serão corrigidos sem qualquer cobrança em até 48 horas após o pedido. DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS POR VONTADE DAS PARTES.Fica aqui arquivada a guia de recolhimento nº 00547504, paga no valor total de R$ 123,64, sendo valor dos emolumentos: R$ 110,05, valor do CCRCPN: R$ 7,70 e valor do ISS: R$ 5,89. Eu, (JOACY MUNIZ ALMEIDA), Escrevente, digitei, lavrei, conferi, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. Eu, RAELSON FRANCISCO DA SILVA BERTO, Tabelião Substituto, subscrevi, dou fé e assino. (aa) - EMERSON LEAL ROCHA; RAELSON FRANCISCO DA SILVA BERTO. Trasladada na mesma data. Eu, _____, a conferi, subscrevi, dou fé e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO _____ DA VERDADE.
Selo de segurança: TJDFT20250020008715NDQT
Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

Joacy Muniz Almeida
Escrevente
CARTÓRIO DA CAPITAL
2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:18:19
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	104
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	CND RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
CNPJ: 00.360.305/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:17:28 do dia 02/04/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/09/2026.
Código de controle da certidão: **BDA4.888E.594F.16EA**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:20:23
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	106
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	CND FGTS

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.360.305/0001-04

Razão Social: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Endereço: Q SBS QUADRA 4 BLOCO A LOTES 3/4 S/N QUADRA4 / ASA SUL / BRASILIA / DF / 70092-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:27/03/2026 a 25/04/2026

Certificação Número: 2026032710530226804283

Informação obtida em 13/04/2026 10:45:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:20:43
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	11
Página Início:	108
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	CND TRABALHISTA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome: CAIXA ECONOMICA FEDERAL (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 00.360.305/0001-04
Certidão nº: 38409886/2026
Expedição: 10/04/2026, às 15:27:56
Validade: 07/10/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CAIXA ECONOMICA FEDERAL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **00.360.305/0001-04**, **CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0173500-64.2005.5.01.0007 - TRT 01ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0133300-88.2005.5.01.0015 - TRT 01ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0010760-33.2013.5.01.0023 - TRT 01ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0000402-05.2010.5.01.0026 - TRT 01ª Região * (26ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0100465-81.2023.5.01.0026 - TRT 01ª Região * (26ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0000400-02.2005.5.01.0029 - TRT 01ª Região * (29ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0175700-75.2005.5.01.0029 - TRT 01ª Região * (29ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0013700-80.2009.5.01.0032 - TRT 01ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0182000-14.2005.5.01.0042 - TRT 01ª Região * (42ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0028200-77.1993.5.01.0044 - TRT 01ª Região * (44ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0010100-69.1996.5.01.0044 - TRT 01ª Região * (44ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0057800-79.2003.5.01.0049 - TRT 01ª Região * (49ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0284700-03.2000.5.01.0282 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES)
0101780-08.2017.5.01.0301 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

PETRÓPOLIS)
0001255-54.2013.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)
0084500-36.2008.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)
0187500-18.2009.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)
0001386-37.2011.5.01.0322 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DE MERITI)
0010021-02.2015.5.01.0343 - TRT 01ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE VOLTA REDONDA)
0103900-88.2008.5.01.0511 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE NOVA FRIBURGO)
1001905-27.2017.5.02.0008 - TRT 02ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0319900-45.2000.5.02.0023 - TRT 02ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0092700-41.2000.5.02.0025 - TRT 02ª Região ** (25ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0236800-97.2002.5.02.0032 - TRT 02ª Região ** (32ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0174700-91.2007.5.02.0045 - TRT 02ª Região * (45ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0309800-58.2003.5.02.0077 - TRT 02ª Região ** (77ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
1001325-78.2015.5.02.0521 - TRT 02ª Região * (VARA DO TRABALHO DE ARUJÁ)
0010603-93.2021.5.03.0065 - TRT 03ª Região ** (VARA DO TRABALHO DE LAVRAS)
0000892-63.2012.5.03.0135 - TRT 03ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE GOVERNADOR VALADARES)
0091600-48.2009.5.04.0003 - TRT 04ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0080000-89.2007.5.04.0006 - TRT 04ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0114200-56.2002.5.04.0020 - TRT 04ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0090800-71.2006.5.04.0020 - TRT 04ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0001024-84.2011.5.04.0020 - TRT 04ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0001612-57.2012.5.04.0020 - TRT 04ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0048400-61.2005.5.04.0025 - TRT 04ª Região * (25ª VARA DO TRABALHO DE

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

PORTO ALEGRE)
0000970-94.2011.5.04.0028 - TRT 04ª Região * (28ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0000033-50.2011.5.04.0104 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE PELOTAS)
0010923-66.2010.5.04.0271 - TRT 04ª Região * (VARA DO TRABALHO DE OSÓRIO)
0000895-28.2010.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0022079-64.2015.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0043200-66.2009.5.04.0661 - TRT 04ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE PASSO FUNDO)
0020913-68.2024.5.04.0731 - TRT 04ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA CRUZ DO SUL)
0020902-36.2024.5.04.0732 - TRT 04ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA CRUZ DO SUL)
0025800-44.2009.5.04.0821 - TRT 04ª Região ** (VARA DO TRABALHO DE ALEGRETE)
0198000-72.2003.5.05.0002 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0320900-74.1991.5.05.0003 - TRT 05ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0104100-90.2007.5.05.0003 - TRT 05ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0026600-67.2006.5.05.0007 - TRT 05ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0007600-78.2006.5.05.0008 - TRT 05ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0049100-31.2000.5.05.0010 - TRT 05ª Região * (10ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0236900-80.1992.5.05.0012 - TRT 05ª Região * (12ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000365-83.2022.5.05.0013 - TRT 05ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000274-22.2024.5.05.0013 - TRT 05ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000822-44.2024.5.05.0014 - TRT 05ª Região * (14ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0055900-16.2007.5.05.0015 - TRT 05ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0111000-53.2007.5.05.0015 - TRT 05ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0171800-49.2004.5.05.0016 - TRT 05ª Região * (16ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0046000-06.2007.5.05.0016 - TRT 05ª Região * (16ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0058100-22.2009.5.05.0016 - TRT 05ª Região * (16ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0001119-65.2012.5.05.0016 - TRT 05ª Região * (16ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0193100-37.1999.5.05.0018 - TRT 05ª Região * (18ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000812-42.2011.5.05.0018 - TRT 05ª Região * (18ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0002800-97.2008.5.05.0020 - TRT 05ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000578-20.2012.5.05.0020 - TRT 05ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000118-83.2019.5.05.0021 - TRT 05ª Região * (21ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000762-93.2014.5.05.0023 - TRT 05ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000789-71.2017.5.05.0023 - TRT 05ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0009019-05.2017.5.05.0023 - TRT 05ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000300-12.2009.5.05.0024 - TRT 05ª Região * (24ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0134500-75.2008.5.05.0028 - TRT 05ª Região * (28ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0024500-07.2005.5.05.0030 - TRT 05ª Região * (30ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000772-14.2017.5.05.0030 - TRT 05ª Região * (30ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0155100-42.2007.5.05.0032 - TRT 05ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000484-02.2013.5.05.0032 - TRT 05ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000588-52.2017.5.05.0032 - TRT 05ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000646-55.2017.5.05.0032 - TRT 05ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000800-73.2017.5.05.0032 - TRT 05ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0000361-86.2022.5.05.0032 - TRT 05ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000062-41.2024.5.05.0032 - TRT 05ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0026600-52.2007.5.05.0033 - TRT 05ª Região * (33ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000692-17.2012.5.05.0033 - TRT 05ª Região * (33ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000315-07.2016.5.05.0033 - TRT 05ª Região * (33ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000080-98.2020.5.05.0033 - TRT 05ª Região * (33ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000489-06.2022.5.05.0033 - TRT 05ª Região * (33ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0165300-33.2006.5.05.0036 - TRT 05ª Região * (36ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0037300-09.2006.5.05.0038 - TRT 05ª Região ** (38ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000472-67.2013.5.05.0038 - TRT 05ª Região * (38ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000205-32.2021.5.05.0421 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS)
0000196-56.2012.5.05.0463 - TRT 05ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE ITABUNA)
0071300-68.2005.5.05.0491 - TRT 05ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE ILHÉUS)
0000124-30.2022.5.05.0492 - TRT 05ª Região ** (2ª VARA DO TRABALHO DE ILHÉUS)
0000391-95.2011.5.05.0521 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE ITAMARAJU)
0000792-04.2011.5.05.0551 - TRT 05ª Região * (VARA DO TRABALHO DE JEQUIÉ)
0000414-25.2012.5.05.0612 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA DA CONQUISTA)
0082000-77.1994.5.06.0001 - TRT 06ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0031000-96.1998.5.06.0001 - TRT 06ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0070400-73.2005.5.06.0001 - TRT 06ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0151400-27.2007.5.06.0001 - TRT 06ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0141600-04.2009.5.06.0001 - TRT 06ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

RECIFE)
0048300-24.2005.5.06.0002 - TRT 06ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0106500-53.2007.5.06.0002 - TRT 06ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0011400-37.2008.5.06.0002 - TRT 06ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0091800-38.2008.5.06.0002 - TRT 06ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0073500-91.2009.5.06.0002 - TRT 06ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0148800-59.2009.5.06.0002 - TRT 06ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0081100-34.2007.5.06.0003 - TRT 06ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0025900-08.2008.5.06.0003 - TRT 06ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0160300-56.2008.5.06.0003 - TRT 06ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0067900-86.2009.5.06.0003 - TRT 06ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0000591-14.2010.5.06.0003 - TRT 06ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0000869-78.2011.5.06.0003 - TRT 06ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0072900-69.2006.5.06.0004 - TRT 06ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0034000-80.2007.5.06.0004 - TRT 06ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0115900-85.2007.5.06.0004 - TRT 06ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0103000-36.2008.5.06.0004 - TRT 06ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0166000-17.2002.5.06.0005 - TRT 06ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0173900-12.2006.5.06.0005 - TRT 06ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0171600-65.1992.5.06.0006 - TRT 06ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0055500-80.1999.5.06.0006 - TRT 06ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0038700-29.2003.5.06.0008 - TRT 06ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

RECIFE)
0153500-31.2007.5.06.0008 - TRT 06ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0172000-11.2008.5.06.0009 - TRT 06ª Região * (9ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0000239-30.2013.5.06.0010 - TRT 06ª Região * (10ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0101800-41.2006.5.06.0011 - TRT 06ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0175800-12.2006.5.06.0011 - TRT 06ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0153700-29.2007.5.06.0011 - TRT 06ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0004800-77.2002.5.06.0012 - TRT 06ª Região * (12ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0104700-57.2007.5.06.0012 - TRT 06ª Região * (12ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0115700-54.2007.5.06.0012 - TRT 06ª Região * (12ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0067400-27.2008.5.06.0012 - TRT 06ª Região * (12ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0080200-53.2009.5.06.0012 - TRT 06ª Região * (12ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0020100-32.2009.5.06.0013 - TRT 06ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0093400-27.2009.5.06.0013 - TRT 06ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0000329-97.2011.5.06.0013 - TRT 06ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0000294-06.2012.5.06.0013 - TRT 06ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0009800-47.2005.5.06.0014 - TRT 06ª Região ** (14ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0079600-91.2007.5.06.0015 - TRT 06ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0085300-48.2007.5.06.0015 - TRT 06ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0085400-03.2007.5.06.0015 - TRT 06ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0000189-91.2010.5.06.0015 - TRT 06ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0000688-75.2010.5.06.0015 - TRT 06ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

RECIFE)
0000400-61.2009.5.06.0016 - TRT 06ª Região * (16ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0065700-64.2009.5.06.0017 - TRT 06ª Região * (17ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0079200-59.2007.5.06.0021 - TRT 06ª Região ** (21ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0013500-33.2007.5.06.0023 - TRT 06ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0102100-30.2007.5.06.0023 - TRT 06ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0077400-53.2008.5.06.0023 - TRT 06ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0027000-98.2009.5.06.0023 - TRT 06ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0016700-76.2007.5.06.0143 - TRT 06ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE JABOATÃO)
0171300-41.2008.5.06.0201 - TRT 06ª Região ** (VARA ÚNICA DO TRABALHO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO)
0000179-32.2010.5.06.0311 - TRT 06ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE CARUARU)
0000989-07.2010.5.06.0311 - TRT 06ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE CARUARU)
0035800-24.2009.5.06.0312 - TRT 06ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE CARUARU)
0143800-55.2008.5.06.0312 - TRT 06ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE CARUARU)
0153300-48.2008.5.06.0312 - TRT 06ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE CARUARU)
0000532-55.2012.5.06.0391 - TRT 06ª Região ** (VARA ÚNICA DO TRABALHO DE SALGUEIRO)
0175300-96.2009.5.08.0006 - TRT 08ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM)
0000762-87.2010.5.08.0011 - TRT 08ª Região ** (11ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM)
0000545-80.2020.5.08.0015 - TRT 08ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM)
0000327-52.2011.5.08.0117 - TRT 08ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE MARABÁ)
2058100-74.2004.5.09.0008 - TRT 09ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
1767600-71.2003.5.09.0010 - TRT 09ª Região * (10ª VARA DO TRABALHO DE

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CURITIBA)
0001769-10.2012.5.09.0014 - TRT 09ª Região * (14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0001406-73.2024.5.09.0023 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE PARANAVAÍ)
0221300-74.2005.5.09.0069 - TRT 09ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE CASCAVEL)
0052901-44.2003.5.09.0072 - TRT 09ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO)
0134500-87.2003.5.09.0659 - TRT 09ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE GUARAPUAVA)
0283500-42.2009.5.09.0663 - TRT 09ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE LONDRINA)
0005500-28.2008.5.09.0669 - TRT 09ª Região ** (VARA DO TRABALHO DE ROLÂNDIA)
0515900-37.2005.5.09.0673 - TRT 09ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE LONDRINA)
0009000-43.2007.5.10.0012 - TRT 10ª Região * (12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF)
0203500-41.2009.5.10.0012 - TRT 10ª Região * (12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF)
0001650-62.2011.5.10.0012 - TRT 10ª Região * (12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF)
0001803-84.2011.5.12.0030 - TRT 12ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE)
0000546-45.2016.5.13.0022 - TRT 13ª Região ** (7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA)
0001094-25.2011.5.15.0011 - TRT 15ª Região * (VARA DO TRABALHO DE BARRETOS)
0200700-62.2006.5.15.0026 - TRT 15ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE PRUDENTE)
0168700-60.2003.5.15.0043 - TRT 15ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS)
0001013-74.2011.5.15.0044 - TRT 15ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)
0071000-84.2008.5.15.0051 - TRT 15ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PIRACICABA)
0102100-82.1998.5.15.0059 - TRT 15ª Região ** (VARA DO TRABALHO DE PINDAMONHANGABA)
0001069-33.2010.5.15.0080 - TRT 15ª Região * (VARA DO TRABALHO DE JALES)
0222900-39.2009.5.15.0097 - TRT 15ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE JUNDIAÍ)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0111000-16.2008.5.15.0120 - TRT 15ª Região ** (2ª VARA DO TRABALHO DE JABOTICABAL)
0001002-45.2010.5.15.0120 - TRT 15ª Região ** (2ª VARA DO TRABALHO DE JABOTICABAL)
0017000-20.2005.5.15.0123 - TRT 15ª Região ** (VARA DO TRABALHO DE CAPÃO BONITO)
0000202-16.2012.5.15.0130 - TRT 15ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS)
0102000-35.2008.5.15.0138 - TRT 15ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE JACAREÍ)
0001570-37.2015.5.19.0003 - TRT 19ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE MACEIÓ)
0021400-08.2005.5.20.0004 - TRT 20ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE ARACAJU)
0104400-97.2005.5.20.0005 - TRT 20ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DE ARACAJU)
0098900-11.2009.5.20.0005 - TRT 20ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DE ARACAJU)
0000671-21.2011.5.20.0013 - TRT 20ª Região * (VARA DO TRABALHO DE ITABAIANA)
0000316-16.2022.5.20.0016 - TRT 20ª Região * (VARA DO TRABALHO DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA)
0000504-17.2019.5.21.0006 - TRT 21ª Região ** (6ª VARA DO TRABALHO DE NATAL)
0203900-89.2008.5.22.0001 - TRT 22ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE TERESINA)
0091300-91.2009.5.22.0001 - TRT 22ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE TERESINA)
0001366-88.2010.5.22.0001 - TRT 22ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE TERESINA)
0002139-33.2010.5.22.0002 - TRT 22ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE TERESINA)
0160200-28.2006.5.22.0003 - TRT 22ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE TERESINA)
0001962-66.2010.5.22.0003 - TRT 22ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE TERESINA)
0001571-77.2011.5.22.0003 - TRT 22ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE TERESINA)
0001725-95.2011.5.22.0003 - TRT 22ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE TERESINA)
0001726-80.2011.5.22.0003 - TRT 22ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE TERESINA)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0002534-85.2011.5.22.0003 - TRT 22ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE TERESINA)
0000495-49.2010.5.22.0004 - TRT 22ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE TERESINA)
0081500-66.2003.5.23.0051 - TRT 23ª Região ** (1ª VARA DO TRABALHO DE TANGARÁ DA SERRA)
* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.
** Débito com exigibilidade suspensa.
Total de processos: 208.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2°, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário, penhora de bens suficientes ou, ainda, tenha sido deferida, no caso de empresa, a sua recuperação judicial, de acordo com a Lei 11.101/2005.

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:21:09
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	120
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	CND CEIS/CNEP

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **CAIXA ECONOMICA FEDERAL**

CPF/CNPJ: **00.360.305/0001-04**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 10:42:35 do dia 13/04/2026 , com validade até o dia 13/05/2026.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: i9wcmFoM7vUEkv5WJPdh

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:21:29
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	122
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	CND APENADOS

CERTIDÃO DE APENADOS

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo CERTIFICA que, de acordo com seus assentamentos, ressalvando-se os atos que sobrevenham a esta pesquisa, NÃO constam, até a presente data, 13/04/2026, às 10h58, IMPEDIMENTOS DE LICITAÇÃO/CONTRATO/CHAMAMENTO PÚBLICO/CELEBRAÇÃO DE PARCERIA relacionados ao CNPJ 00.360.305/0001-04 informado.

Este documento foi certificado digitalmente e é válido até 13/04/2026, às 10h58.

Para conferência:
acesse o site **https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico**
e informe o código: **36046366-0ad5-4ab3-8e10-d3105a46fe02**
ou acesse utilizando o **QR Code**

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:22:58
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	12
Página Início:	124
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	MINUTA DO CONTRATO

Grau de Sigilo

#PÚBLICO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXXXXX/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA/ SP **E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DESTINADOS A APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Pelo presente instrumento particular, de um lado Prefeitura Municipal de Pirassununga, CNPJ nº 45.731.650/0001-45 doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fernando Lubrechet, inscrito no CPF sob o nº 190.434.078-44, residente e domiciliado em Pirassununga/SP e, de outro lado, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, doravante denominada CONTRATADA, Empresa Pública de Direito Privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida atualmente pelo Estatuto Social aprovado pela Ata da Assembleia Extraordinária em 16/07/2018, com publicação no DOU em 05/09/2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27/12/2016 e suas alterações, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília – DF, no SBS, Quadra 4 Lotes 3/4, Edifício Matriz I, neste ato representada Gerente de Filial, Márcio Antônio de Paula Capato, brasileiro, CPF nº 183.369.038-95, conforme Substabelecimento de Procuração PROT.062477, lavrada em notas do 2 Tabelião de Notas e Protesto de Brasília – Distrito Federal, no livro 3620-P, fls. 40, em 17/02/2025, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº XXXX, referente à Dispensa de Licitação nº XXXX/20XX, com fundamento no caput do Art. 75, Inciso IX da Lei 14.133/2021, sendo regido pelas seguintes cláusulas:

CONDIÇÕES GERAIS

I – OBJETO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1 – O presente Contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Assistência Técnica, no âmbito do produto “CAIXA Políticas Públicas”, conforme detalhado nos “Anexo I – Detalhamento dos Serviços” e “Anexo II – Detalhamento dos Preços”, sendo esses anexos integrantes deste Contrato.

1.1 – O escopo dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA, bem como a documentação a ser apresentada pelo CONTRATANTE e a formalização da entrega do produto constam no "Anexo I – Detalhamento dos Serviços".

1.2 – O detalhamento dos preços dos serviços consta no "Anexo II – Detalhamento dos Preços".

1.3 – Não é objeto deste Contrato nem responsabilidade da CONTRATADA a fiscalização técnica da execução das obras e serviços públicos, incluindo a verificação de itens que são afetos unicamente à relação entre CONTRATANTE e empresas executoras, como suficiência de equipamentos e materiais alocados nas obras e serviços, manutenção adequada de diário de obras e de canteiro de obras e verificação de itens de qualidade, atividades essas que são de responsabilidade exclusiva do profissional (engenheiro ou arquiteto) do CONTRATANTE identificado na respectiva ART/RRT registrada no CREA/CAU de competência.

II – ENDEREÇOS

Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATANTE: Rua Galício Del Nero, 51 – Centro- Pirassununga/SP.CEP: 13.630-900.
Endereço eletrônico do CONTRATANTE: assessoria@pirassununga.sp.gov.br
Endereço para entrega de correspondências à CONTRATADA: Avenida Independência 3415 - Bairro Alemães - Piracicaba/SP. CEP: 13416.240.
Endereço eletrônico da CONTRATADA: gigovpk@caixa.gov.br.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

1 – Os serviços descritos no "Anexo I – Detalhamento dos Serviços" deverão ser executados pela CONTRATADA de forma direta, podendo, na medida da necessidade, ser parcialmente executados de forma indireta, permanecendo a responsabilidade da CONTRATADA.

1.1 – A CONTRATADA, ao prestar os serviços técnicos destinados a apoiar a implantação de políticas públicas, está amparada pelo art. 173 da Constituição da República quanto a explorar atividade econômica, e por disposição expressa em seu Estatuto Social quanto seu objeto social de prestar serviços de assessoria, consultoria, administração e gerenciamento de atividades econômicas e de políticas públicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2 – A CONTRATADA iniciará a prestação dos serviços detalhados no "Anexo I – Detalhamento dos Serviços" em até 7 (sete) dias corridos após o recebimento da documentação técnica e ordem de início para o serviço a ser prestado no momento, ambos apresentados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto deste Contrato, são obrigações das partes:

3.1 – DO CONTRATANTE:

I. Encaminhar documentação técnica à CONTRATADA que permita a prestação dos serviços ora contratados, de acordo com relação de documentos fornecida pela CONTRATADA;

II. Atestar o recebimento do serviço e encaminhar à CONTRATADA o documento com o ateste de recebimento assinado, no prazo previsto na Cláusula Quarta;

III. Definir o enquadramento legal/específico para a efetivação da presente contratação e a opção pela prévia realização ou não de eventuais certames licitatórios;

IV. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, no que for cabível, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação por ela efetuada;

V. Notificar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços;

VI. Efetuar o pagamento da tarifa conforme estipulado na Cláusula Quinta deste Contrato;

VII. Indicar formalmente preposto para representar o CONTRATANTE durante a vigência do contrato;

VIII. Exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato por meio do representante especialmente designado, comunicando previamente à CONTRATADA a metodologia a ser utilizada;

IX. Indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços e garantir o acesso seguro da CONTRATADA nas dependências do CONTRATANTE ou local da intervenção;

X. Não utilizar, por si e por seus prepostos, o nome ou a logomarca da CONTRATADA sem sua prévia autorização, respondendo civil e criminalmente pela inobservância desta obrigação;

XI. Providenciar a publicação do extrato deste Contrato na imprensa oficial e dos eventuais aditivos ou termo de rescisão, na forma da lei.

3.2 – DA CONTRATADA:

I. Elaborar, em conjunto com o CONTRATANTE, a programação dos serviços a serem prestados, objeto do presente termo;

II. Manter, durante todo o Contrato, equipe técnica regular, qualificada e suficiente para a prestação dos serviços aqui descritos;

III. Executar integralmente os serviços contratados, nos prazos ajustados, por meio de pessoas tecnicamente capacitadas;

IV. Não empregar, na realização dos serviços objeto do presente Contrato, pessoas físicas ou jurídicas envolvidas nos projetos, serviços e obras licitados pelo CONTRATANTE, para a execução da intervenção elencada e definida, devendo prestar os serviços por intermédio de profissionais devidamente habilitados, selecionados e qualificados, na forma da legislação aplicável;

V. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas neste ato;

VI. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

VII. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na prestação dos serviços, que ponha em risco a segurança e a qualidade dos serviços e sua execução, dentro do prazo pactuado;

VIII. Comunicar ao CONTRATANTE os eventuais casos fortuitos ou de força maior, que possam impedir ou atrasar a consecução do objeto deste Contrato;

IX. Manter, por si e por seus prepostos, completo sigilo sobre os dados, informações, documentos e pormenores fornecidos pelo CONTRATANTE, bem como a não divulgar a terceiros quaisquer informações relacionadas com o objeto deste Contrato, exceto quanto aos órgãos legalmente incumbidos de fiscalização, sem a prévia autorização dada pelo CONTRATANTE, por escrito, obrigando-se, também, a não utilizar o nome ou a logomarca do CONTRATANTE sem sua

prévia autorização, respondendo civil e criminalmente pela inobservância destas obrigações;

X. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste Contrato;

XI. Encaminhar ao CONTRATANTE o laudo de avaliação, acompanhado do documento para o ateste do recebimento, após a execução de cada serviço.

XII. No caso de serviço de Acompanhamento, fornecer ao CONTRATANTE relatório consolidado, conforme periodicidade previamente definida entre as partes, acompanhado da pertinente documentação sobre a evolução das obras e/ou serviços, resumindo todas as análises e acompanhamentos realizados no período;

XIII. No caso de serviço de Acompanhamento, informar ao CONTRATANTE toda e qualquer impropriedade e/ou irregularidade que puder ser constatada durante as vistorias de acompanhamento, podendo sugerir as correções necessárias para o fiel cumprimento das intervenções no âmbito do projeto de que trata a Cláusula Primeira, sendo de responsabilidade exclusiva do CONTRATANTE adotar as providências cabíveis**.**

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DO PRODUTO E ATESTE DE RECEBIMENTO

4 - Após a execução de cada serviço, a CONTRATADA encaminhará ao CONTRATANTE o laudo de avaliação com a conclusão da prestação do serviço, acompanhado de documento para o ateste de recebimento e informações sobre o pagamento.

4.1 – O CONTRATANTE tem o prazo de 10 (dez) dias corridos para manifestar-se sobre o ateste de recebimento do serviço e apresentar o documento de ateste assinado à CONTRATADA ou a contestação da prestação do serviço.

4.1.1 – A CONTRATADA considerará a entrega do produto como aceita pelo CONTRATANTE após encerramento do prazo previsto sem manifestação do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA TARIFA E FORMA DE PAGAMENTO

5.4.2 - Caso não haja tarifa a ser paga no mês subsequente, caberá o pagamento dos valores devidos correspondentes à retenção não comprovada pelo CONTRATANTE, até 30 (trinta) dias após o prazo legal previsto.

5.4.2.1 – Os valores devidos serão atualizados nos termos do item 5.5 deste contrato observado(s) o(s) respectivo(s) mês(es) de competência da(s) retenção(ões) não comprovada(s).

5.4.3 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) deve ser calculado pela alíquota aplicável ao tipo de serviço prestado, conforme disposto na lei municipal onde o serviço foi efetivamente realizado.

5.5 – O pagamento após o prazo estabelecido no item 5.2 sujeitará o CONTRATANTE ao pagamento de juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, e de atualização mensal do valor cobrado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou índice oficial que vier a substituí-lo, calculado a partir do 1º dia útil subsequente ao vencimento até a data da efetivação do pagamento, aplicando-se como base o índice do mês anterior ao da cobrança.

5.6 – Ocorrendo inadimplência por parte do CONTRATANTE por período superior a 30 (trinta) dias corridos, a contar do vencimento da obrigação, a CONTRATADA notificará o CONTRATANTE para efetuar a quitação do débito devidamente corrigido, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, findo esse prazo a CONTRATADA poderá suspender a execução de todos os serviços firmados neste Contrato.

5.7 – A prestação dos serviços, pela CONTRATADA, poderá ser encerrada nos atrasos superiores a 60 (sessenta) dias corridos do vencimento da obrigação.

5.8 – Caso o CONTRATANTE desista do contrato, antes da conclusão de todos os serviços contratados, fica obrigado a pagar os serviços já executados à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6 – Os preços dos serviços poderão ser reajustados somente após 1 (um) ano da vigência deste Contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou índice oficial que vier a substituí-lo.
6.1 – O reajuste dos preços dos serviços é realizado mediante termo de apostilamento, sendo dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7 – As despesas com o presente Contrato correrão à conta dos recursos alocados no orçamento do CONTRATANTE (por meio do Programa de Trabalho XXXX, Natureza de Despesa XXXX e Nota de Empenho XXXXNEXXXXXX, emitida em XX de XXXXXXX de XXXX), em conformidade com (especificar o documento orçamentário)..

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8 – O presente Contrato terá a duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante Termos Aditivos.

8.1 – Eventual impedimento das partes para cumprir as etapas e o prazo contratual deve ser alegado, por escrito, no mínimo 30 (trinta) dias antes do término da vigência.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9 – No curso da execução deste Contrato caberá ao CONTRATANTE fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento, diretamente ou por quem vier a indicar, conforme Art. 117 da Lei nº 14.133 de 2021.

9.1 – O representante do CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10 – Este Contrato é passível de alteração na quantidade dos serviços já contratados, restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e alteração do prazo de vigência, devendo ser observado o disposto no Art. 124 da Lei nº 14.133/2021no que for aplicável.

10.1 – A solicitação de alteração contratual deverá ser acompanhada de justificativa.

10.2 – No caso de acréscimo de atividades ou serviços a serem prestados pela CONTRATADA, a alteração é precedida de reavaliação do preço pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

11 – A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas na legislação aplicável, garantida a defesa prévia.

11.1 – Constituem motivo de rescisão do Contrato, independentemente de interpelação judicial:

I. Descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. Lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;

III. Atraso injustificado no início do serviço;

IV. Paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

V. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VI. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

VII. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

VIII. Supressão de serviços, por parte do CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) permitido na Lei 14.133/2021;

IX. Atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos dos pagamentos devidos pela CONTRATADA, salvo em caso de calamidade pública grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

X. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

XI. Não liberação, por parte do CONTRATANTE, da área, local ou objeto para execução do(s) serviço(s), nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto

11.2 – Havendo a rescisão do Contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA relativamente à prestação dos serviços contratados.

11.3 – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos de VII a X, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

12 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução deste Contrato deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

12.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, nos endereços descritos no item de CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13 – Incumbir-se-á o CONTRATANTE da publicação do extrato deste Contrato e subsequentes termos aditivos, de acordo com o disposto no Art. 94 da Lei 14.133/2021, correndo às despesas por conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14 – Fica estabelecido que os casos omissos serão resolvidos entre as partes respeitados o objeto do presente contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei 14.133/2021, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

15 – O presente contrato é celebrado de acordo com a lei 14133/21, com fundamento no caput do Art. 75, Inciso IX.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – – DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD

16 – Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17 – Fica eleito o Foro da Justiça Federal de _____, Seção Judiciária _____ para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

_____	_____
Assinatura do CONTRATANTE	Assinatura da CONTRATADA
Nome: Fernando Lubrechet	Nome: Márcio Antônio de Paula Capato
CPF: 190.434.078-44	CPF: 183.369.038-95

Testemunhas

_____ _____

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

ANEXO I – DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

1 MODALIDADE(S) CONTRATADA(S)

Assistência Técnica

2 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Nome da Modalidade

Avaliação de Imóveis

2.1.1 Objetivo

Avaliação de Valor de Mercado para Imóveis Urbanos

2.1.2 Escopo do Serviço

O escopo de serviços previstos no âmbito do programa Caixa Políticas Públicas tem como finalidade definir valores de avaliação de imóveis urbanos, visando subsidiar os municípios em suas operações voltadas à implementação e à gestão de políticas públicas.

2.1.3 Documentos a serem apresentados pelo CONTRATANTE

Matrícula Atualizada do Imóvel e demais documentos considerados necessários à execução do serviço.

2.1.4 Conclusão do Serviço

Os serviços serão realizados sob demanda do contratante dentro do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços. A cada avaliação, será entregue um laudo de avaliação de imóvel, a ser desenvolvido no formato e conforme metodologia adotada pela CAIXA.

ANEXO II – DETALHAMENTO DOS PREÇOS

1 PAGAMENTO DA TARIFA

Os serviços serão pagos pelo Contratante após o recebimento do Ofício de Cobrança e Guia de Pagamento, conforme disposto na Cláusula Quinta deste Contrato de Prestação de Serviço.

2 PREÇOS

2.1 – Empreendimento/Localidade

Avaliação de cinquenta e um imóveis urbanos, da Comarca de Pirassununga, visando subsidiar o cliente em suas operações voltadas à implementação e à gestão de políticas públicas, no município de Pirassununga/SP.

2.2 – Os preços dos serviços praticados no âmbito deste Contrato de Prestação de Serviços serão os seguintes:

2.2.1 Terrenos

Local	Área do terreno	Matrícula	Logradouro Rua/Avenida/Via	Valor do investimento
Posto De Monta	175,63	46266	Felippe Malaman	R$ 6.328,65
Vila Malachias	241,90		Joaquim Jorge Port	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20714	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20459	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20713	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20491	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20534	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20460	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20715	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20709	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20695	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20450	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65

Jardim Residencial Margarida	250,00	20688	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20693	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20687	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Vila São Judas Tadeu	330,25		Francisco Pereira Oliveira	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	332,60	20696	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	332,60	20494	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	332,60	20710	Mario C. D'elia	R$ 6.328,65
Jardim Ferrari II	332,62	32049	Milton Machado Franco	R$ 6.328,65
Vila Pinheiro	352,00	1527	Angelo Aldriguetti	R$ 6.328,65
Pesqueiros Cach.Emas	380,53	32536	Paulo Furlan	R$ 6.328,65
Jardim Brasília	700,00	20782	Antenor Pereira	R$ 6.328,65
Vila Paulista Desmembramento	1.362,01	41004	Brigadeiro Haroldo Coimbra Veloso	R$ 6.328,65
Jardim Cachoeira	1.615,00		Major Levy	R$ 6.328,65
Desm. Cap. Antonio J. Mendes	1.681,13	38868	Engenheiro Antonio Carlos Marucci	R$ 6.328,65
Jardim Petrópolis	1.885,00		Pereira Bueno	R$ 6.328,65
Jardim Santa Rita	2.479,58	49301	Felipe Boller Junior	R$ 8.310,61
Vila São Bento	2.979,50	18094	São Lucas	R$ 8.310,61
Polo Ind. Guilherme Muller Filho	3.000,00	35147	Hideo Miamoto	R$ 8.310,61
Polo Ind. Guilherme Muller Filho	3.000,00	35148	Hideo Miamoto	R$ 8.310,61
Posto De Monta	3.462,29	46956	Vicente Sgambatti	R$ 8.310,61
Posto De Monta	3.779,71	46960	Presidente Medici	R$ 8.310,61
Jardim Santa Rita	5.016,24	32281	Eng. Josias De Oliveira	R$ 8.310,61
Posto De Monta	5.065,59	46961	Francisco Eugenio Malaman	R$ 8.310,61
Recanto Dos Colibris	6.632,56	17920	05 Do Recanto Dos Colibris	R$ 8.310,61
Polo Industrial Orlando Poggi	9.000,00	39977	José Rosim	R$ 8.310,61
Posto De Monta	11.539,70	40015	Liduíno Postal	R$ 15.207,60

Posto De Monta	11.539,70	40015	Liduíno Postal	R$ 15.207,60
Posto De Monta	11.539,70	40015	Liduíno Postal	R$ 15.207,60

2.2.2 Terrenos com construção

Loteamento	Área do terreno	Área de construção	Matrícula	Logradouro	Precificação
Vila Brasil	200,50	99,00	20475	Santa Catarina	R$ 8.310,61
Jardim Morumbi	958,57	181,95		Antenor Pereira	R$ 8.310,61
Jardim Brasilia	2.347,48	248,65		Projetada Do Jd Brasilia	R$ 10.883,65
Centro	1.939,94	259,00	T7351	Newton Prado	R$ 10.883,65
Jardim Brasilia	3.784,80	323,07		Antenor Pereira	R$ 10.883,65
Centro	372,00	656,00	T10262	Duque De Caxias	R$ 8.310,61
Centro	372,00	656,00	T10262	Duque De Caxias	R$ 8.310,61
Jardim Santa Rita	3.237,58	850,27	49600	Felipe Boller Junior	R$ 10.883,65
Polo Industrial Orlando Poggi	97.979,01	1.738,49	27344	Maria Silveira Therense	R$ 18.289,65
Jardim Brasilia	7.517,21	1.872,99		Antenor Pereira	R$ 18.289,65
Posto De Monta	40.843,21	4.977,00	40268	Germano Dix	R$ 18.289,65

Modalidade(s)	**Descrição(s)**	**Serviço(s)**			**Valor**
		N°	**Marco (Entrega)**	**Prazo de Conclusão**	
Assistência Técnica	Avaliação de imóveis urbanos	51	Entrega de um laudo de avaliação de imóvel por imóvel	30 dias corridos por laudo	R$ 431.248,44 (Quatrocentos e Trinta e Um Mil, Duzentos e Quarenta e Oito Reais e Quarenta e Quatro Centavos)

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:26:26
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	17
Página Início:	137
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	CND MUNICIPAL

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 2331509 - 2025

CPF/CNPJ Raiz: 00.360.305/
Contribuinte: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Liberação: 23/12/2025
Validade: 21/06/2026

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 3.821.676-0- Inicio atv :02/01/2003 (PC DA SE, 00111 - CEP: 01001-001 - Cancelado em: 15/07/2014)
CCM 3.821.691-4- Inicio atv :02/01/2003 (R PAIS LEME, 00195 - CEP: 05424-150 - Cancelado em: 15/07/2014)
CCM 8.476.852-5- Inicio atv :15/09/1969 (PC DA SE, 00111 - CEP: 01001-000)
CCM 3.129.617-3- Inicio atv :10/04/2002 (R BOA VISTA, 00304 - CEP: 01014-000 - Cancelado em: 27/04/2004)
CCM 3.821.680-9- Inicio atv :02/01/2003 (AV DO ESTADO, 03500 - CEP: 01025-020 - Cancelado em: 15/07/2014)
CCM 3.821.637-0- Inicio atv :02/01/2003 (AV FERNANDO DO E. S. A. DE MATTOS, 01000 - CEP: 08265-045 - Cancelado em: 15/07/2014)
CCM 3.821.697-3- Inicio atv :02/01/2003 (AV MANUEL ALVES SOARES, 01100 - CEP: 04821-270 - Cancelado em: 15/07/2014)
CCM 3.821.699-0- Inicio atv :02/01/2003 (R DO CARMO, 00088 - CEP: 01019-020 - Cancelado em: 15/07/2014)
CCM 1.236.343-0- Inicio atv :12/01/1961 (R FERNANDO FALCAO, 00059 - CEP: 03180-001)
CCM 9.175.362-7- Inicio atv :24/12/1984 (R SIQUEIRA BUENO, 02065 - CEP: 03172-010 - Cancelado em: 26/01/1988)
CCM 8.360.464-2- Inicio atv :31/03/1974 (R BOA VISTA, 00304 - CEP: 01014-000)
CCM 1.223.282-3- Inicio atv :01/07/1959 (AV PAULISTA, 01842 - CEP: 01310-200)
CCM 5.048.905-4- Inicio atv :18/07/2014 (AV PAULISTA, 02064 - CEP: 01310-200 - Cancelado em: 03/07/2020)
CCM 5.048.910-0- Inicio atv :18/07/2014 (AV PAULISTA, 02064 - CEP: 01310-200 - Cancelado em: 03/07/2020)
CCM 3.081.455-3- Inicio atv :16/01/2001 (AL JOAQUIM EUGENIO DE LIMA, 00079 - CEP: 01403-001 - Cancelado em: 23/03/2016)
CCM 3.821.647-7- Inicio atv :02/01/2003 (AV PAULISTA, 02278 - CEP: 01310-300 - Cancelado em: 03/07/2020)
CCM 3.881.781-0- Inicio atv :02/01/2009 (AV PAULISTA, 02073 - CEP: 01311-300)
CCM 1.238.873-4- Inicio atv :25/08/1955 (R AUGUSTA, 2514 - CEP: 01412-100)
CCM 8.367.281-8- Inicio atv :14/06/1973 (AV BRIGADEIRO LUIS ANTONIO, 00900 - CEP: 01318-001)
CCM 1.222.641-6- Inicio atv :01/09/1958 (R BELEM, 00072 - CEP: 03057-010 - Cancelado em: 31/12/1988)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

SITUAÇÃO REGULAR

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 4.998.480-2- Inicio atv :04/06/2014 (AV SERRA JAIRE, 00026 - CEP: 03302-000)

CCM 9.810.668-6- Inicio atv :01/01/1989 (LG S JOSE DO BELEM, 00162 - CEP: 03057-040)

CCM 1.246.662-0- Inicio atv :01/09/1920 (LRG DA CONCORDIA, 211 - CEP: 03012-010)

CCM 1.213.211-0- Inicio atv :08/09/1960 (R CLIMACO BARBOSA, 00116 - CEP: 01523-000)

CCM 1.243.460-4- Inicio atv :14/09/1960 (R DOUTOR CESAR CASTIGLIONI JR, 00091 - CEP: 02515-000 - Cancelado em: 31/12/1989)

CCM 9.810.667-8- Inicio atv :01/01/1990 (R DOUTOR CESAR CASTIGLIONI JR, 00091 - CEP: 02515-000)

CCM 4.979.535-0- Inicio atv :07/04/2013 (R DOSPINHEIROS, 00619 - CEP: 05422-011 - Cancelado em: 07/12/2015)

CCM 5.083.498-3- Inicio atv :06/04/2011 (AV DOUTOR GASTAO VIDIGAL, 01946 - CEP: 05314-000 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 1.239.952-3- Inicio atv :06/10/1967 (AV DOUTOR GASTAO VIDIGAL, 01437 - CEP: 05314-000)

CCM 4.979.546-5- Inicio atv :01/02/2013 (AV DASNACOES UNIDAS, 04777 - CEP: 05477-000 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 3.821.655-8- Inicio atv :02/01/2003 (R MERGENTHALER, 00568 - CEP: 05311-030)

CCM 1.244.657-2- Inicio atv :24/02/1964 (AV VEREADOR JOAO DE LUCA, 00820 - CEP: 04381-000)

CCM 9.193.314-5- Inicio atv :18/03/1985 (AV CUPECE, 02772 - CEP: 04366-000 - Cancelado em: 21/08/1989)

CCM 1.205.708-8- Inicio atv :01/09/1965 (R SETE DE ABRIL, 345 - CEP: 01043-908)

CCM 1.246.990-4- Inicio atv :08/07/1965 (AV MOEMA, 00084 - CEP: 04077-020 - Cancelado em: 09/12/1993)

CCM 9.043.912-0- Inicio atv :27/09/1982 (AV IBIRAPUERA, 01865 - CEP: 04029-100)

CCM 3.129.624-6- Inicio atv :10/04/2002 (R SILVA BUENO, 02591 - CEP: 04208-052 - Cancelado em: 14/04/2005)

CCM 1.186.239-4- Inicio atv :16/10/1952 (R SILVA BUENO, 01884 - CEP: 04208-001)

CCM 5.083.482-7- Inicio atv :29/08/2014 (R SILVA BUENO, 02109 - CEP: 04208-052 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 9.750.473-4- Inicio atv :01/01/1990 (AV SENADOR QUEIROZ, 111 - CEP: 01026-001)

CCM 3.821.700-7- Inicio atv :02/01/2003 (AV PRESTES MAIA, 00733 - CEP: 01031-001 - Cancelado em: 15/07/2014)

CCM 8.359.019-6- Inicio atv :01/07/1963 (AV SENADOR QUEIROS, 00067 - CEP: 01026-001 - Cancelado em: 31/12/1989)

CCM 1.236.705-2- Inicio atv :29/12/1969 (R JOAQUIM FLORIANO, 00456 - CEP: 04534-002)

CCM 8.367.269-9- Inicio atv :21/12/1953 (AV JABAQUARA, 00442 - CEP: 04046-000)

CCM 8.356.216-8- Inicio atv :23/05/1949 (R AFONSO SARDINHA, 00254 - CEP: 05076-000)

CCM 3.821.707-4- Inicio atv :02/01/2003 (R SAMUEL KLABIN, 00193 - CEP: 05089-140 - Cancelado em: 18/04/2011)

CCM 1.062.384-1- Inicio atv :05/06/1962 (R GUAICURUS, 01365 - CEP: 05033-002)

CCM 3.821.671-0- Inicio atv :02/01/2003 (R CATAO, 00072 - CEP: 05049-000 - Cancelado em: 19/04/2011)

CCM 5.083.484-3- Inicio atv :28/08/2014 (R CAPITAO PACHECO E CHAVES, 00313 - CEP: 03126-000)

CCM 1.251.183-8- Inicio atv :06/10/1955 (R DA MOOCA, 01973 - CEP: 03103-003)

CCM 4.979.537-6- Inicio atv :03/12/2012 (R CAP PACHECO E CHAVES, 00313 - CEP: 03126-000 - Cancelado em: 04/08/2014)

CCM 1.020.538-1- Inicio atv :26/05/1964 (R BONIFACIO CUBAS, 00002 - CEP: 02731-000)

CCM 1.228.138-7- Inicio atv :10/05/1955 (AV. PAULISTA, 00332 - CEP: 00000-000 - Cancelado em: 31/12/1989)

CCM 1.239.937-0- Inicio atv :01/09/1952 (AV AMADOR BUENO DA VEIGA, 00070 - CEP: 03636-000 - Cancelado em: 31/12/1983)

CCM 9.167.062-4- Inicio atv :01/01/1984 (R COMENDADOR CANTINHO, 00458 - CEP: 03603-020)

CCM 9.161.831-2- Inicio atv :15/07/1983 (R CRISTOVAO GONCALVES, 00042 - CEP: 05426-050 - Cancelado em: 31/12/1998)

CCM 1.236.730-3- Inicio atv :23/09/1952 (AV PEDROSO DE MORAIS, 00644 - CEP: 05420-001 - Cancelado em: 31/12/1989)

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 9.815.045-6- Inicio atv :01/01/1990 (AV PEDROSO DE MORAIS, 00644 - CEP: 05420-001)

CCM 9.224.414-9- Inicio atv :28/05/1985 (RUA CUNHA GAGO, 00371 - CEP: 05421-000 - Cancelado em: 31/12/1991)

CCM 9.819.667-7- Inicio atv :01/01/1988 (AV PAULISTA, 01682 - CEP: 01310-200)

CCM 8.632.557-4- Inicio atv :01/01/1981 (PC DA REPUBLICA, 00299 - CEP: 01045-001 - Cancelado em: 22/11/1982)

CCM 9.156.325-9- Inicio atv :23/11/1982 (AV PAULISTA, 01682 - CEP: 01310-200 - Cancelado em: 31/12/1987)

CCM 9.750.500-5- Inicio atv :01/01/1990 (AV SARGENTO MARIO KOZEL FILHO, 00222 - CEP: 04005-080 - Cancelado em: 02/05/2000)

CCM 1.237.302-8- Inicio atv :21/06/1968 (RUA MANUEL DA NOBREGA, 01600 - CEP: 00000-000 - Cancelado em: 31/12/1989)

CCM 1.234.437-0- Inicio atv :11/06/1962 (R DAS PALMEIRAS, 00233 - CEP: 01226-010 - Cancelado em: 31/12/1989)

CCM 9.810.659-7- Inicio atv :01/01/1990 (R DAS PALMEIRAS, 00233 - CEP: 01226-010)

CCM 9.158.730-1- Inicio atv :30/04/1982 (R VOLUNTARIOS DA PATRIA, 01492 - CEP: 02010-300 - Cancelado em: 31/12/1989)

CCM 3.821.673-6- Inicio atv :02/01/2003 (R CONS MOREIRA DE BARROS, 00240 - CEP: 02018-010 - Cancelado em: 15/07/2014)

CCM 9.085.344-0- Inicio atv :11/01/1984 (R DOUTOR ZUQUIM, 01925 - CEP: 02035-012 - Cancelado em: 21/05/1987)

CCM 8.360.940-7- Inicio atv :14/04/1955 (R VOLUNTARIOS DA PATRIA, 01512 - CEP: 02010-300)

CCM 3.129.618-1- Inicio atv :10/04/2002 (AV CRUZEIRO DO SUL, 01709 - CEP: 02031-000 - Cancelado em: 14/04/2005)

CCM 9.158.728-0- Inicio atv :16/04/1982 (R VOLUNTARIOS DA PATRIA, 01496 - CEP: 02010-300 - Cancelado em: 31/12/1989)

CCM 3.821.709-0- Inicio atv :02/01/2003 (AV CRUZEIRO DO SUL, 01800 - CEP: 02030-000 - Cancelado em: 15/07/2014)

CCM 3.129.620-3- Inicio atv :10/04/2002 (R BARAO DE DUPRAT, 00052 - CEP: 04743-060 - Cancelado em: 10/11/2003)

CCM 1.237.536-5- Inicio atv :08/01/1953 (AV ADOLFO PINHEIRO, 02019 - CEP: 04733-400)

CCM 3.821.622-1- Inicio atv :02/01/2003 (R PADRE JOSE MARIA, 00400 - CEP: 04753-060 - Cancelado em: 03/07/2014)

CCM 4.976.873-5- Inicio atv :08/04/2013 (R BELA VISTA, 00360 - CEP: 04709-000 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 9.155.900-6- Inicio atv :25/04/1983 (PCA FLORIANO PEIXOTO, 00422 - CEP: 00000-000 - Cancelado em: 28/09/1987)

CCM 3.821.640-0- Inicio atv :02/01/2003 (R GALVAO BUENO, 00256 - CEP: 01506-000 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 1.011.027-5- Inicio atv :19/10/1960 (AV CELSO GARCIA, 03520 - CEP: 03064-000)

CCM 1.233.047-7- Inicio atv :01/10/1960 (AV MAZZEI, 00799 - CEP: 02310-001)

CCM 1.232.989-4- Inicio atv :10/10/1960 (AV CONS CARRAO, 02216 - CEP: 03402-002)

CCM 4.998.471-3- Inicio atv :05/07/2013 (AV CONS CARRAO, 01624 - CEP: 03402-001 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 1.196.793-5- Inicio atv :17/09/1957 (AV GUILHERME COTCHING, 01170 - CEP: 02113-012)

CCM 8.487.155-5- Inicio atv :27/12/1976 (AV PROFESSOR ALFONSO BOVERO, 01175 - CEP: 05019-011 - Cancelado em: 31/12/1983)

CCM 9.162.848-2- Inicio atv :01/01/1984 (AV PROFESSOR ALFONSO BOVERO, 01175 - CEP: 05019-011)

CCM 1.215.023-1- Inicio atv :10/11/1960 (PC PDE DAMIAO, 00067 - CEP: 03126-050)

CCM 9.155.869-7- Inicio atv :15/08/1984 (AV DOUTOR SYLVIO DE CAMPOS, 00357 - CEP: 05204-000 - Cancelado em: 31/12/1991)

CCM 3.821.650-7- Inicio atv :02/01/2003 (AV LEAO MACHADO, 00100 - CEP: 05328-020 - Cancelado em: 31/07/2017)

CCM 8.666.525-1- Inicio atv :01/01/1981 (R AUGUSTA, 02516 - CEP: 01412-000 - Cancelado em: 30/07/1982)

CCM 4.979.547-3- Inicio atv :14/03/2013 (AV S MIGUEL, 08400 - CEP: 08070-001)

CCM 8.637.808-2- Inicio atv :08/05/1974 (R SERRA DOURADA, 00234 - CEP: 08010-000)

CCM 8.750.306-9- Inicio atv :26/04/1982 (R BAR DO TRIUNFO, 491 - CEP: 04602-001)

CCM 5.083.489-4- Inicio atv :10/12/2013 (AV WASHINGTON LUIS, 00000 - CEP: 04626-911 - Cancelado em: 03/07/2020)

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 8.358.316-5- Inicio atv :01/07/1974 (R BERNARDINO DE CAMPOS, 00202 - CEP: 04620-000 - Cancelado em: 24/04/1982)

CCM 3.882.387-0- Inicio atv :02/01/2009 (AV WASHINGTON LUIS, 00000 - CEP: 04626-911 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 9.203.181-1- Inicio atv :15/03/1985 (R BARAO DO TRIUNFO, 00491 - CEP: 04602-001 - Cancelado em: 21/05/1987)

CCM 8.761.665-3- Inicio atv :17/11/1976 (AV DO CURSINO, 01348 - CEP: 04132-001)

CCM 3.821.668-0- Inicio atv :02/01/2003 (AV PROF ABRAAO DE MORAIS, 00100 - CEP: 04123-000 - Cancelado em: 15/03/2016)

CCM 3.821.690-6- Inicio atv :02/01/2003 (R TRAITUBA, 00109 - CEP: 04142-050 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 9.439.551-9- Inicio atv :01/01/1987 (LG DA CONCORDIA, 00191 - CEP: 03012-010 - Cancelado em: 31/12/1999)

CCM 9.439.542-0- Inicio atv :01/01/1987 (LG DA CONCORDIA, 00191 - CEP: 03012-010 - Cancelado em: 31/12/1999)

CCM 8.426.213-3- Inicio atv :29/12/1977 (R ANTONIO DE GODOI, 00023 - CEP: 01034-001 - Cancelado em: 31/03/2000)

CCM 5.048.904-6- Inicio atv :31/03/2014 (R CEL XAVIER DE TOLEDO, 00023 - CEP: 01048-100 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 5.048.911-9- Inicio atv :18/07/2014 (R CEL XAVIER DE TOLEDO, 00023 - CEP: 01048-100 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 9.810.663-5- Inicio atv :01/01/1988 (R DA CONSOLACAO, 00075 - CEP: 01301-000)

CCM 8.430.521-5- Inicio atv :02/06/1978 (RUA DA CONSOLACAO, 00075 - CEP: 00000-000 - Cancelado em: 31/12/1987)

CCM 5.048.912-7- Inicio atv :18/07/2014 (R DA CONSOLACAO, 00424 - CEP: 01302-000)

CCM 2.370.933-2- Inicio atv :01/01/1988 (ES DE ITAPECERICA, 00023 - CEP: 05835-001 - Cancelado em: 03/10/2002)

CCM 9.161.833-9- Inicio atv :28/10/1983 (EST DE ITAPECERICA, 00023 - CEP: 00000-000 - Cancelado em: 31/12/1987)

CCM 9.161.834-7- Inicio atv :15/01/1980 (AV DOM PEDRO I, 00100 - CEP: 01552-000 - Cancelado em: 18/01/2001)

CCM 9.023.903-2- Inicio atv :20/02/1981 (PC ALFREDO ISSA, 00046 - CEP: 01033-040 - Cancelado em: 31/12/1997)

CCM 9.482.109-7- Inicio atv :05/10/1987 (AV PADRE ANTONIO JOSE DOS SANTOS, 00459 - CEP: 04563-011)

CCM 8.661.584-0- Inicio atv :01/06/1981 (AV LINS DE VASCONCELOS, 02220 - CEP: 04112-000)

CCM 8.704.608-3- Inicio atv :03/06/1981 (R DESEMB ARMANDO FAIRBANKS, 00280 - CEP: 05501-040 - Cancelado em: 31/12/1989)

CCM 9.810.650-3- Inicio atv :01/01/1990 (AV VITAL BRASIL, 00495 - CEP: 05503-001)

CCM 8.684.119-0- Inicio atv :27/03/1981 (R SAO BENTO, 00397 - CEP: 01011-100)

CCM 4.998.469-1- Inicio atv :11/02/2014 (R ENG STEVENSON, 00030 - CEP: 05003-110 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 8.702.255-9- Inicio atv :17/03/1981 (AV SUMARE, 01123 - CEP: 05016-110)

CCM 3.821.633-7- Inicio atv :02/01/2003 (AV ANTARTICA, 00380 - CEP: 05003-020 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 8.661.854-7- Inicio atv :05/06/1981 (AV DOUTOR EDUARDO COTCHING, 01482 - CEP: 03356-001 - Cancelado em: 31/12/1983)

CCM 9.156.297-0- Inicio atv :01/01/1984 (PC DOUTOR SAMPAIO VIDAL, 00040 - CEP: 03356-060)

CCM 4.998.475-6- Inicio atv :16/05/2014 (R MARIA CANDIDA, 01850 - CEP: 02071-003 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 8.657.699-2- Inicio atv :05/06/1981 (R MARIA CANDIDA, 00807 - CEP: 02071-011 - Cancelado em: 31/12/1989)

CCM 9.810.651-1- Inicio atv :01/01/1990 (R MARIA CANDIDA, 01280 - CEP: 02071-002)

CCM 9.162.851-2- Inicio atv :01/01/1984 (AV MARCONDES DE BRITO, 01460 - CEP: 03509-000 - Cancelado em: 31/12/1988)

CCM 9.810.716-0- Inicio atv :01/01/1989 (R DONA MATILDE, 00734 - CEP: 03512-000)

CCM 8.683.556-4- Inicio atv :23/06/1981 (AV MARCONDES DE BRITO, 01460 - CEP: 03509-000 - Cancelado em: 31/12/1983)

CCM 8.756.412-2- Inicio atv :06/08/1981 (VIA ANCHIETA, 01558 - CEP: 04246-002)

CCM 9.147.717-4- Inicio atv :13/08/1984 (R SAO SILVESTRE, 00450 - CEP: 04255-080 - Cancelado em: 21/07/1986)

CCM 8.685.452-6- Inicio atv :23/06/1981 (R PADRE VIEGAS DE MENEZES, 00014 - CEP: 08220-510 - Cancelado em: 31/12/1989)

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 9.810.664-3- Inicio atv :01/01/1990 (R AMERICO SALVADOR NOVELLI, 00427 - CEP: 08210-090)

CCM 3.821.624-8- Inicio atv :02/01/2003 (AV DO CONTORNO, 00060 - CEP: 08220-380 - Cancelado em: 30/09/2016)

CCM 8.706.686-6- Inicio atv :24/04/1981 (R HEITOR PENTEADO, 01010 - CEP: 05438-100)

CCM 8.679.875-8- Inicio atv :29/04/1981 (R VINTE E CINCO DE MARCO, 00246 - CEP: 01021-000 - Cancelado em: 13/04/2000)

CCM 9.712.428-1- Inicio atv :04/12/1989 (AV IBIRAPUERA, 03024 - CEP: 04028-003)

CCM 5.048.915-1- Inicio atv :17/03/2014 (R AFONSO BRAZ, 00431 - CEP: 04511-011)

CCM 4.998.474-8- Inicio atv :15/05/2014 (AV IBIRAPUERA, 03103 - CEP: 04029-200 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 3.821.652-3- Inicio atv :02/01/2003 (AV IBIRAPUERA, 03103 - CEP: 04029-200 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 2.314.850-0- Inicio atv :24/11/1992 (R VOLUNTARIOS DA PATRIA, 03987 - CEP: 02401-300 - Cancelado em: 29/01/2002)

CCM 9.191.244-0- Inicio atv :04/03/1985 (AV PAULISTA, 01904 - CEP: 01310-200 - Cancelado em: 23/11/1992)

CCM 8.690.172-9- Inicio atv :27/07/1981 (AV CARLOS DE CAMPOS, 00160 - CEP: 03028-000 - Cancelado em: 31/12/1989)

CCM 9.815.027-8- Inicio atv :01/01/1990 (AV CARLOS DE CAMPOS, 00160 - CEP: 03028-000)

CCM 1.238.878-5- Inicio atv :08/01/1953 (R CORONEL LUIS BARROSO, 00509 - CEP: 04750-030 - Cancelado em: 18/10/2002)

CCM 9.730.692-4- Inicio atv :18/10/1989 (AV PAULISTA, 01842 - CEP: 01310-200)

CCM 9.753.117-0- Inicio atv :09/03/1990 (R CERRO CORA, 00420 - CEP: 05061-000 - Cancelado em: 02/05/2000)

CCM 9.157.734-9- Inicio atv :15/09/1980 (R DA INDEPENDENCIA, 00334 - CEP: 01524-000 - Cancelado em: 31/12/1999)

CCM 9.086.801-3- Inicio atv :09/01/1984 (R COMENDADOR CANTINHO, 00440 - CEP: 03603-020 - Cancelado em: 29/09/1998)

CCM 8.673.485-7- Inicio atv :18/08/1981 (R AFONSO BRAZ, 00254 - CEP: 04511-000)

CCM 8.791.189-2- Inicio atv :28/08/1981 (AV PROF FRANCISCO MORATO, 01415 - CEP: 05513-100 - Cancelado em: 31/12/1987)

CCM 9.083.618-9- Inicio atv :21/03/1983 (AV PROF FRANCISCO MORATO, 03909 - CEP: 05521-100 - Cancelado em: 31/12/1989)

CCM 9.811.750-5- Inicio atv :01/01/1990 (AV PROF FRANCISCO MORATO, 01415 - CEP: 05513-100)

CCM 8.701.186-7- Inicio atv :28/08/1981 (R JOSE PAULINO, 00510 - CEP: 01120-000 - Cancelado em: 25/10/1999)

CCM 8.681.278-5- Inicio atv :31/08/1981 (AV DUQUE DE CAXIAS, 00130 - CEP: 01214-000)

CCM 9.811.751-3- Inicio atv :01/01/1989 (AV RIO BRANCO, 01675 - CEP: 01205-001)

CCM 8.679.199-0- Inicio atv :31/08/1981 (R BARRA FUNDA, 00637 - CEP: 01152-000 - Cancelado em: 31/12/1988)

CCM 3.821.661-2- Inicio atv :02/01/2003 (R MARIO DE ANDRADE, 00664 - CEP: 01154-060)

CCM 9.810.665-1- Inicio atv :01/01/1988 (AV SAO MIGUEL, 04333 - CEP: 03871-000)

CCM 8.692.553-9- Inicio atv :24/08/1981 (AV SAO MIGUEL, 05256 - CEP: 03870-100 - Cancelado em: 31/12/1987)

CCM 3.821.656-6- Inicio atv :02/01/2003 (R OLAVO EGIDIO DE SOUZA ARANHA, 01820 - CEP: 03822-000 - Cancelado em: 15/07/2014)

CCM 8.680.666-1- Inicio atv :28/08/1981 (AV DA LIBERDADE, 01030 - CEP: 01502-001)

CCM 9.810.657-0- Inicio atv :01/01/1989 (R PAMPLONA, 01681 - CEP: 01405-002 - Cancelado em: 10/11/2000)

CCM 8.711.989-7- Inicio atv :17/08/1981 (RUA PAMPLONA, 01681 - CEP: 00000-000 - Cancelado em: 31/12/1988)

CCM 8.706.273-9- Inicio atv :02/09/1981 (AV CIDADE JARDIM, 00087 - CEP: 01453-000)

CCM 8.687.208-7- Inicio atv :03/09/1981 (AV JABAQUARA, 01784 - CEP: 04046-300 - Cancelado em: 31/12/1987)

CCM 9.810.655-4- Inicio atv :01/01/1988 (AV JABAQUARA, 01784 - CEP: 04046-300 - Cancelado em: 31/03/2000)

CCM 5.048.903-8- Inicio atv :18/07/2014 (AV AUGUSTO BARBOSA TAVARES, 00577 - CEP: 05790-140)

CCM 9.810.654-6- Inicio atv :01/01/1989 (ES DO CAMPO LIMPO, 03877 - CEP: 05777-001)

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 8.735.838-7- Inicio atv :30/09/1981 (ES DO CAMPO LIMPO, 05083 - CEP: 05787-000 - Cancelado em: 31/12/1988)

CCM 4.979.536-8- Inicio atv :01/02/2013 (AV ENG ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA, 02734 - CEP: 04308-001)

CCM 8.696.001-6- Inicio atv :30/10/1981 (R DAS PEROBAS, 00466 - CEP: 04321-120 - Cancelado em: 31/12/1983)

CCM 9.162.850-4- Inicio atv :01/01/1984 (R FARJALLA KORAICHO, 00611 - CEP: 04321-130)

CCM 3.821.615-9- Inicio atv :02/01/2003 (R DOS BURITIS, 00040 - CEP: 04321-000 - Cancelado em: 15/07/2014)

CCM 9.810.666-0- Inicio atv :01/01/1988 (AV IMIRIM, 01271 - CEP: 02465-100)

CCM 8.702.056-4- Inicio atv :05/10/1981 (AV IMIRIM, 01443 - CEP: 02465-100 - Cancelado em: 31/12/1987)

CCM 9.810.649-0- Inicio atv :01/01/1989 (R ESTADOS UNIDOS, 00476 - CEP: 01427-000)

CCM 8.736.814-5- Inicio atv :25/03/1982 (AV BRIGADEIRO LUIS ANTONIO, 03370 - CEP: 01402-001 - Cancelado em: 31/12/1988)

CCM 3.794.656-0- Inicio atv :14/10/2003 (AV BRIG LUIS ANTONIO, 00613 - CEP: 01317-000)

CCM 3.794.652-8- Inicio atv :08/04/2002 (AV SARGENTO MARIO KOZEL FILHO, 00222 - CEP: 04005-080)

CCM 3.821.635-3- Inicio atv :02/01/2003 (AV PARADA PINTO, 02262 - CEP: 02611-001 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 8.695.706-6- Inicio atv :05/10/1981 (AV DEPUTADO EMILIO CARLOS, 03902 - CEP: 02720-200)

CCM 3.129.621-1- Inicio atv :10/04/2002 (AV DEPUTADO EMILIO CARLOS, 03033 - CEP: 02721-200 - Cancelado em: 10/11/2003)

CCM 5.083.478-9- Inicio atv :21/02/2002 (AV PARADA PINTO, 02262 - CEP: 02611-001)

CCM 4.979.542-2- Inicio atv :23/01/2013 (R TITO, 01053 - CEP: 05051-001 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 8.702.238-9- Inicio atv :05/10/1981 (R CLELIA, 01813 - CEP: 05042-001 - Cancelado em: 31/12/1983)

CCM 9.810.717-8- Inicio atv :01/01/1988 (R CLELIA, 01619 - CEP: 05042-000)

CCM 9.162.849-0- Inicio atv :01/01/1984 (R CLELIA, 01813 - CEP: 00000-000 - Cancelado em: 31/12/1987)

CCM 3.129.619-0- Inicio atv :10/04/2002 (R DOMINGOS DE MORAIS, 01302 - CEP: 04010-200 - Cancelado em: 14/04/2005)

CCM 9.810.653-8- Inicio atv :01/01/1990 (R DOMINGOS DE MORAIS, 02444 - CEP: 04036-000)

CCM 8.730.925-4- Inicio atv :22/03/1982 (R DOMINGOS DE MORAIS, 01964 - CEP: 04036-000 - Cancelado em: 31/12/1989)

CCM 3.821.666-3- Inicio atv :02/01/2003 (R DOMINGOS DE MORAIS, 02564 - CEP: 04036-100 - Cancelado em: 15/07/2014)

CCM 9.012.117-1- Inicio atv :03/11/1980 (AV PAULISTA, 02083 - CEP: 01311-300 - Cancelado em: 31/12/1999)

CCM 8.791.186-8- Inicio atv :02/05/1982 (AV PEDROSO DE MORAIS, 00698 - CEP: 05420-001 - Cancelado em: 21/05/1987)

CCM 9.161.837-1- Inicio atv :28/04/1980 (AV PEDROSO DE MORAIS, 00604 - CEP: 05420-001 - Cancelado em: 30/10/1992)

CCM 8.764.194-1- Inicio atv :26/10/1981 (AV ADOLFO PINHEIRO, 02051 - CEP: 04733-400 - Cancelado em: 29/09/1998)

CCM 8.777.371-6- Inicio atv :25/09/1981 (AV PAES DE BARROS, 03063 - CEP: 03149-100)

CCM 8.785.429-5- Inicio atv :25/09/1981 (AV BERNARDINO DE CAMPOS, 00268 - CEP: 04004-041 - Cancelado em: 31/12/1989)

CCM 9.810.662-7- Inicio atv :01/01/1990 (R TREZE DE MAIO, 01970 - CEP: 01327-002)

CCM 3.821.674-4- Inicio atv :02/01/2003 (R TREZE DE MAIO, 01947 - CEP: 01327-001 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 8.791.190-6- Inicio atv :28/09/1981 (R TURIASSU, 00681 - CEP: 05005-001 - Cancelado em: 22/09/1998)

CCM 8.791.191-4- Inicio atv :29/09/1981 (R TEODORO SAMPAIO, 00429 - CEP: 05405-000)

CCM 3.129.623-8- Inicio atv :10/04/2002 (R OLIVIA GUEDES PENTEADO, 00067 - CEP: 04766-001 - Cancelado em: 10/11/2003)

CCM 8.764.195-0- Inicio atv :26/10/1981 (AV DE PINEDO, 00228 - CEP: 04764-000)

CCM 3.821.683-3- Inicio atv :02/01/2003 (R OLIVIA GUEDES PENTEADO, 00941 - CEP: 04766-001 - Cancelado em: 03/06/2025)

CCM 4.998.481-0- Inicio atv :04/12/2013 (AV ATLANTICA, 06551 - CEP: 04805-000 - Cancelado em: 31/07/2014)

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 9.810.661-9- Inicio atv :01/01/1990 (AV NAZARE, 01632 - CEP: 04262-200 - Cancelado em: 31/12/1999)

CCM 8.765.859-3- Inicio atv :30/09/1981 (RUA VERGUEIRO, 06120 - CEP: 00000-000 - Cancelado em: 31/12/1989)

CCM 8.743.305-2- Inicio atv :30/09/1981 (R COSTA BARROS, 01051 - CEP: 03210-000)

CCM 3.821.702-3- Inicio atv :02/01/2003 (AV DO ORATORIO, 04450 - CEP: 03220-200)

CCM 8.721.546-2- Inicio atv :29/09/1981 (AV JOAO PEDRO CARDOSO, 00247 - CEP: 04355-000 - Cancelado em: 31/12/1989)

CCM 9.819.637-5- Inicio atv :01/01/1990 (AV JOAO PEDRO CARDOSO, 375 - CEP: 04355-001)

CCM 8.690.828-6- Inicio atv :30/09/1981 (AV CELSO GARCIA, 05519 - CEP: 00000-000 - Cancelado em: 31/12/1987)

CCM 9.810.660-0- Inicio atv :01/01/1988 (R ANTONIO DE BARROS, 00319 - CEP: 03089-000)

CCM 8.791.187-6- Inicio atv :08/01/1982 (AV OTACILIO TOMANIK, 00252 - CEP: 05363-000 - Cancelado em: 31/12/1989)

CCM 9.810.652-0- Inicio atv :01/01/1990 (AV CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES, 02733 - CEP: 05339-000 - Cancelado em: 23/07/1997)

CCM 8.751.956-9- Inicio atv :30/09/1981 (AV DA ACLIMACAO, 00094 - CEP: 01531-000)

CCM 8.750.286-0- Inicio atv :28/10/1981 (R VIEIRA DE MORAIS, 00900 - CEP: 04617-002)

CCM 8.756.565-0- Inicio atv :28/10/1981 (R DOUTOR GABRIEL DE RESENDE, 00573 - CEP: 03350-005)

CCM 4.998.479-9- Inicio atv :16/12/2013 (AV SAPOPEMBA, 01790 - CEP: 03345-000)

CCM 8.785.430-9- Inicio atv :30/10/1981 (R CUBATAO, 00430 - CEP: 04013-001 - Cancelado em: 12/11/1982)

CCM 9.054.590-7- Inicio atv :16/11/1982 (AV AMADOR BUENO DA VEIGA, 01959 - CEP: 03635-001)

CCM 8.795.832-5- Inicio atv :28/06/1982 (R DR VEIGA FILHO, 00035 - CEP: 01299-001)

CCM 8.799.405-4- Inicio atv :28/06/1982 (AV MARECHAL TITO, 04207 - CEP: 08115-100)

CCM 8.791.188-4- Inicio atv :28/06/1982 (AV INDIANOPOLIS, 02125 - CEP: 04063-004)

CCM 3.821.705-8- Inicio atv :02/01/2003 (AV REG FEIJO, 01739 - CEP: 03342-000 - Cancelado em: 15/07/2014)

CCM 8.785.876-2- Inicio atv :28/06/1982 (R SERRA DE BRAGANCA, 00336 - CEP: 03318-000)

CCM 9.087.124-3- Inicio atv :28/06/1982 (AV CEL SEZEFREDO FAGUNDES, 2284 - CEP: 02306-002)

CCM 9.725.986-1- Inicio atv :27/06/1988 (R BENTO FRIAS, 00248 - CEP: 05423-050 - Cancelado em: 23/11/1992)

CCM 9.748.034-7- Inicio atv :04/03/1990 (R ROBERTO SIMONSEN, 00097 - CEP: 01017-020 - Cancelado em: 23/11/1992)

CCM 9.603.629-0- Inicio atv :24/02/1989 (AV PAULISTA, 302 - CEP: 01310-000)

CCM 9.798.112-5- Inicio atv :23/02/1990 (AV JULIO BUONO, 02407 - CEP: 02201-002 - Cancelado em: 16/05/1997)

CCM 9.157.736-5- Inicio atv :21/03/1983 (AV RIO BRANCO, 01675 - CEP: 01205-001 - Cancelado em: 20/11/2003)

CCM 9.757.874-6- Inicio atv :29/05/1990 (AV SANTO AMARO, 07237 - CEP: 04701-200 - Cancelado em: 29/09/1998)

CCM 9.224.409-2- Inicio atv :15/07/1985 (R DOZE DE OUTUBRO, 00458 - CEP: 05073-000 - Cancelado em: 30/11/1992)

CCM 9.671.989-3- Inicio atv :29/08/1989 (AV BRASIL, 01121 - CEP: 01431-001 - Cancelado em: 31/03/2000)

CCM 9.737.716-3- Inicio atv :09/03/1990 (R MIGUEL ANGELO LAPENA, 00051 - CEP: 08010-040 - Cancelado em: 30/10/1992)

CCM 5.083.481-9- Inicio atv :28/08/2014 (R PEDRO CRISTI, 00089 - CEP: 05421-040 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 4.979.550-3- Inicio atv :02/04/2013 (AV REBOUCAS, 03970 - CEP: 05402-600 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 9.670.436-5- Inicio atv :10/07/1989 (AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 01355 - CEP: 01452-002)

CCM 9.712.427-3- Inicio atv :30/08/1989 (AV SANTO AMARO, 07237 - CEP: 04701-200)

CCM 9.827.406-6- Inicio atv :07/11/1990 (R SAO BENTO, 00365 - CEP: 01011-100 - Cancelado em: 29/09/1998)

CCM 9.843.115-3- Inicio atv :03/01/1991 (PC DA SE, 00111 - CEP: 01001-000 - Cancelado em: 31/12/1996)

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 9.846.889-8- Inicio atv :03/01/1991 (R CARLOS SAMPAIO, 00324 - CEP: 01333-020 - Cancelado em: 29/09/1998)

CCM 9.763.274-0- Inicio atv :23/02/1990 (AV BRIGADEIRO LUIS ANTONIO, 02478 - CEP: 01402-000 - Cancelado em: 31/12/1993)

CCM 9.659.484-5- Inicio atv :22/12/1987 (R JOAO GUIMARAES ROSA, 00183 - CEP: 01303-030 - Cancelado em: 31/12/1999)

CCM 9.866.847-1- Inicio atv :22/03/1991 (R DOMINGOS DE MORAIS, 02010 - CEP: 04036-000 - Cancelado em: 03/10/1999)

CCM 9.851.771-6- Inicio atv :15/12/1990 (PC DA REPUBLICA, 00299 - CEP: 01045-001 - Cancelado em: 18/12/2001)

CCM 2.060.965-5- Inicio atv :10/04/1991 (R ANTONIO DE BARROS, 00319 - CEP: 03089-000 - Cancelado em: 31/12/1999)

CCM 9.712.541-5- Inicio atv :15/05/1989 (R DOM JOSE DE BARROS, 00090 - CEP: 01038-000 - Cancelado em: 31/03/2000)

CCM 9.748.021-5- Inicio atv :09/03/1990 (AV PAULISTA, 01842 - CEP: 01310-200 - Cancelado em: 29/01/2002)

CCM 9.785.434-4- Inicio atv :19/07/1990 (RUA DO ANFITEATRO, 00181 - CEP: 05508-000 - Cancelado em: 23/11/1992)

CCM 9.231.489-9- Inicio atv :13/08/1984 (R OLIVIA GUEDES PENTEADO, 00941 - CEP: 04766-001 - Cancelado em: 29/09/1998)

CCM 8.750.305-0- Inicio atv :26/04/1982 (RUA BARAO DO TRIUNFO, 00515 - CEP: 04602-000 - Cancelado em: 31/12/1999)

CCM 9.295.704-8- Inicio atv :07/04/1986 (R VENCESLAU BRAS, 00067 - CEP: 01016-000 - Cancelado em: 29/01/2002)

CCM 9.659.488-8- Inicio atv :17/06/1986 (R VOLUNTARIOS DA PATRIA, 03987 - CEP: 02401-300 - Cancelado em: 31/12/1992)

CCM 2.139.130-0- Inicio atv :18/02/1993 (PC FRANKLIN ROOSEVELT, 00215 - CEP: 01303-020)

CCM 3.593.642-8- Inicio atv :31/01/1996 (AV PAULISTA, 01842 - CEP: 01310-200 - Cancelado em: 04/08/2020)

CCM 3.837.932-5- Inicio atv :31/01/1996 (PC DA SE, 00111 - CEP: 01001-001)

CCM 3.837.942-2- Inicio atv :31/01/1996 (AV PEDROSO DE MORAIS, 00644 - CEP: 05420-001)

CCM 3.837.930-9- Inicio atv :31/01/1996 (R VOLUNTARIOS DA PATRIA, 01512 - CEP: 02010-300)

CCM 2.740.026-3- Inicio atv :01/03/1998 (AV PAULISTA, 01294 - CEP: 01310-100)

CCM 2.734.947-0- Inicio atv :01/03/1998 (R TRAITUBA, 00109 - CEP: 04142-050 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 3.513.685-5- Inicio atv :13/03/2001 (R DOUTOR CESARIO MOTA JUNIOR, 00112 - CEP: 01221-020 - Cancelado em: 30/11/2013)

CCM 3.146.582-0- Inicio atv :29/05/2002 (AV PAULISTA, 01345 - CEP: 01311-200)

CCM 3.178.104-7- Inicio atv :23/07/2002 (R GALVAO BUENO, 00780 - CEP: 01506-000 - Cancelado em: 31/01/2019)

CCM 3.307.987-0- Inicio atv :18/07/2003 (R HUGO D'ANTOLA, 00095 - CEP: 05038-090)

CCM 3.272.940-5- Inicio atv :22/06/2001 (R DA CONSOLACAO, 01272 - CEP: 01302-001)

CCM 3.295.371-2- Inicio atv :18/12/2003 (AV ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI, 00550 - CEP: 04571-000)

CCM 3.295.373-9- Inicio atv :29/01/2004 (PAT DO COLEGIO, 1 - CEP: 01016-040)

CCM 3.307.534-4- Inicio atv :03/03/2004 (R FREI CANECA, 00569 - CEP: 01307-001)

CCM 3.312.636-4- Inicio atv :03/03/2004 (R MARIA CANDIDA, 00177 - CEP: 02071-010)

CCM 3.307.485-2- Inicio atv :03/03/2004 (R ESTADOS UNIDOS, 01898 - CEP: 01427-002)

CCM 3.314.160-6- Inicio atv :03/03/2004 (AV NOVA CANTAREIRA, 02851 - CEP: 02341-000)

CCM 3.332.154-0- Inicio atv :19/03/2004 (AV BRIGADEIRO LUIS ANTONIO, 00580 - CEP: 01318-000)

CCM 3.321.741-6- Inicio atv :12/04/2004 (AV DA LIBERDADE, 00009 - CEP: 01503-000)

CCM 3.332.153-1- Inicio atv :19/03/2004 (R HENRIQUE SCHAUMANN, 566 - CEP: 05413-010)

CCM 4.976.816-6- Inicio atv :14/03/2013 (AV LEAO MACHADO, 00100 - CEP: 05328-020 - Cancelado em: 16/07/2014)

CCM 3.332.157-4- Inicio atv :21/05/2004 (R EMILIA MARENGO, 00731 - CEP: 03336-000)

CCM 3.332.152-3- Inicio atv :21/05/2004 (R DOUTOR CESAR, 00840 - CEP: 02013-003)

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 3.335.394-8- Inicio atv :21/05/2004 (R OLIMPIADAS, 00205 - CEP: 04551-000)

CCM 3.326.123-7- Inicio atv :31/05/2004 (AV JOAO DIAS, 01669 - CEP: 04723-002)

CCM 3.332.158-2- Inicio atv :31/05/2004 (AV SAPOPEMBA, 13486 - CEP: 03989-010)

CCM 3.332.155-8- Inicio atv :02/07/2004 (R TURIASSU, 01371 - CEP: 05005-001)

CCM 3.332.156-6- Inicio atv :02/07/2004 (AV PAES DE BARROS, 01155 - CEP: 03115-020)

CCM 3.340.731-2- Inicio atv :02/07/2004 (AV ZELINA, 694 - CEP: 03143-000)

CCM 3.821.664-7- Inicio atv :02/01/2003 (R MARIO DE ANDRADE, 00664 - CEP: 01154-060)

CCM 3.821.658-2- Inicio atv :02/01/2003 (R MARIO DE ANDRADE, 00664 - CEP: 01154-060)

CCM 3.359.380-9- Inicio atv :22/07/2004 (AV AURO SOARES DE MOURA ANDRADE, 00684 - CEP: 01156-001 - Cancelado em: 27/05/2009)

CCM 5.048.902-0- Inicio atv :25/10/2013 (AV BRIG FARIA LIMA, 01999 - CEP: 01452-001)

CCM 3.335.389-1- Inicio atv :22/07/2004 (AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 02587 - CEP: 01452-000)

CCM 3.340.732-0- Inicio atv :20/07/2004 (AV ROLAND GARROS, 01551 - CEP: 02235-001)

CCM 3.402.668-1- Inicio atv :15/10/2004 (R DOMINGOS DE MORAIS, 01302 - CEP: 04010-200)

CCM 3.400.834-9- Inicio atv :25/04/2005 (AL DOS MARACATINS, 00634 - CEP: 04089-001)

CCM 3.400.837-3- Inicio atv :17/11/2004 (R BORGES LAGOA, 01151 - CEP: 04038-033)

CCM 3.359.375-2- Inicio atv :17/11/2004 (AV MORUMBI, 6918 - CEP: 05650-002)

CCM 3.359.376-0- Inicio atv :17/11/2004 (AL SANTOS, 00960 - CEP: 91418-100)

CCM 3.359.379-5- Inicio atv :17/11/2004 (AV BRIGADEIRO LUIZ ANTONIO, 03380 - CEP: 01405-001)

CCM 3.359.377-9- Inicio atv :24/11/2004 (AV MARQUES DE SAO VICENTE, 121 - CEP: 01139-001)

CCM 5.048.909-7- Inicio atv :18/07/2014 (AV MUTINGA, 04922 - CEP: 05110-000 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 3.359.378-7- Inicio atv :24/11/2004 (AV MUTINGA, 01698 - CEP: 95110-000)

CCM 3.402.662-2- Inicio atv :24/11/2004 (RUA MARIA AMALIA LOPES AZEVEDO, 01000 - CEP: 02350-001)

CCM 3.384.548-4- Inicio atv :20/12/2004 (AV BRASIL, 00067 - CEP: 01431-000)

CCM 3.384.827-0- Inicio atv :27/12/2004 (R TUTOIA, 01074 - CEP: 04007-005)

CCM 3.384.549-2- Inicio atv :06/01/2005 (R ALVARES PENTEADO, 00195 - CEP: 01012-001)

CCM 3.390.538-0- Inicio atv :01/02/2005 (R AUGUSTA, 00551 - CEP: 01305-000)

CCM 3.401.718-6- Inicio atv :01/02/2005 (AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 04023 - CEP: 04538-133)

CCM 3.484.004-4- Inicio atv :01/02/2005 (R MONTEIRO DE MELO, 00187 - CEP: 05050-000)

CCM 3.402.667-3- Inicio atv :07/10/2004 (R LIBERO BADARO, 00509 - CEP: 01009-000)

CCM 3.414.905-8- Inicio atv :03/02/2005 (R DOUTOR PLINIO BARRETO, 00285 - CEP: 01313-020 - Cancelado em: 30/11/2005)

CCM 3.401.715-1- Inicio atv :03/02/2005 (R ALEXANDRE DUMAS, 01232 - CEP: 04717-002)

CCM 3.407.116-4- Inicio atv :07/10/2004 (R DIREITA, 00200 - CEP: 01002-000)

CCM 3.428.842-2- Inicio atv :07/10/2004 (AV DOS REMEDIOS, 00844 - CEP: 05107-001)

CCM 3.462.762-6- Inicio atv :08/02/2005 (R ESTUARIO, 00036 - CEP: 04645-100)

CCM 3.402.666-5- Inicio atv :10/03/2005 (R FUNCHAL, 00491 - CEP: 04551-060)

CCM 3.401.713-5- Inicio atv :04/03/2005 (AV PACAEMBU, 00966 - CEP: 01234-000 - Cancelado em: 12/11/2025)

CCM 3.406.316-1- Inicio atv :05/05/2005 (AV DA ACLIMACAO, 00775 - CEP: 01531-001)

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 3.406.319-6- Inicio atv :05/05/2005 (AV DO ORATORIO, 04450 - CEP: 03220-200)

CCM 3.410.513-1- Inicio atv :05/05/2005 (AV PROF. VICENTE RAO, 01229 - CEP: 04636-001)

CCM 3.410.514-0- Inicio atv :10/05/2005 (AV JABAQUARA, 01185 - CEP: 04045-002)

CCM 3.425.209-6- Inicio atv :06/05/2005 (R SAO JOAO CLIMACO, 00602 - CEP: 04255-000)

CCM 3.425.212-6- Inicio atv :28/06/2005 (AV CONSELHEIRO CARRAO, 03257 - CEP: 03403-003)

CCM 3.457.279-1- Inicio atv :13/09/2005 (R RUI BARBOSA, 00161 - CEP: 01326-010)

CCM 3.479.887-0- Inicio atv :25/10/2005 (AV DOUTOR JOAO RIBEIRO, 00304 - CEP: 03643-900)

CCM 3.470.537-6- Inicio atv :30/11/2005 (AV ENGENHEIRO GEORGE CORBISIER, 00086 - CEP: 04345-000)

CCM 3.473.795-2- Inicio atv :30/11/2005 (AV VEREADOR JOSE DINIZ, 03600 - CEP: 04604-005)

CCM 3.482.459-6- Inicio atv :11/01/2006 (R SERRA DE BRAGANCA, 01280 - CEP: 03318-000)

CCM 3.486.669-8- Inicio atv :11/01/2006 (R LUIS GOIS, 02095 - CEP: 04043-400)

CCM 3.492.797-2- Inicio atv :03/02/2006 (AV DONA BELMIRA MARIN, 01117 - CEP: 04846-010)

CCM 3.492.799-9- Inicio atv :03/02/2006 (R SILVA TELES, 00060 - CEP: 03026-000)

CCM 4.998.484-5- Inicio atv :17/07/2013 (AV VAUTIER, 00248 - CEP: 03031-030 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 3.589.938-7- Inicio atv :03/02/2006 (R TAMANDARE, 00649 - CEP: 01525-001)

CCM 3.529.810-3- Inicio atv :06/04/2006 (AV ALBERTO BYINGTON, 02023 - CEP: 02127-002)

CCM 3.593.890-0- Inicio atv :27/03/2006 (AV SANTO AMARO, 00180 - CEP: 04506-000)

CCM 3.575.809-0- Inicio atv :10/07/2006 (AV DOUTOR GUILHERME DUMONT VILLARES, 01375 - CEP: 05640-003)

CCM 3.585.422-7- Inicio atv :11/08/2006 (R BARTOLOMEU PAES, 00810 - CEP: 05092-000)

CCM 3.585.430-8- Inicio atv :11/08/2006 (AV ENGENHEIRO HEITOR ANTONIO EIRAS GARCIA, 04185 - CEP: 05564-100)

CCM 3.585.429-4- Inicio atv :08/09/2006 (R FRADIQUE COUTINHO, 01339 - CEP: 05416-011)

CCM 5.083.497-5- Inicio atv :03/09/2012 (R TURIASSU, 02100 - CEP: 05005-000 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 4.979.541-4- Inicio atv :10/08/2012 (AV FRANCISCO MATARAZZO, 01500 - CEP: 05001-100)

CCM 3.585.423-5- Inicio atv :08/09/2006 (AV FRANCISCO MATARAZZO, 00342 - CEP: 05001-000)

CCM 3.585.426-0- Inicio atv :08/09/2006 (ES DO MBOI MIRIM, 04153 - CEP: 04905-023)

CCM 3.589.936-0- Inicio atv :27/09/2006 (AV AGUIA DE HAIA, 01586 - CEP: 03694-000)

CCM 3.622.504-5- Inicio atv :27/09/2006 (AV DO RIO PEQUENO, 00865 - CEP: 05379-000 - Cancelado em: 08/08/2008)

CCM 3.622.503-7- Inicio atv :11/08/2006 (AV CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES, 01506 - CEP: 05582-001)

CCM 3.604.379-6- Inicio atv :05/01/2007 (R HEITOR PENTEADO, 02200 - CEP: 05438-300)

CCM 3.631.970-8- Inicio atv :20/03/2007 (RUA ARLINDO FRAGA DE OLIVEIRA, 00005 - CEP: 05843-160)

CCM 5.048.900-3- Inicio atv :18/07/2014 (AV PRESTES MAIA, 00241 - CEP: 01031-001)

CCM 5.048.901-1- Inicio atv :21/03/2014 (AV DOSBANDEIRANTES, 03686 - CEP: 04071-000 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 3.631.306-8- Inicio atv :10/04/2007 (AV WASHINGTON LUIS, 06971 - CEP: 04627-005)

CCM 3.631.305-0- Inicio atv :10/04/2007 (AV VITAL BRASIL, 00900 - CEP: 05503-000 - Cancelado em: 12/01/2009)

CCM 3.648.013-4- Inicio atv :03/07/2007 (AV SAPOPEMBA, 03975 - CEP: 03374-000)

CCM 3.675.565-6- Inicio atv :31/07/2007 (R BUTANTA, 00182 - CEP: 05424-000)

CCM 3.692.971-9- Inicio atv :06/08/2007 (AV PAULISTA, 01912 - CEP: 01310-200)

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 4.293.936-4- Inicio atv :14/12/2010 (AV SADAMU INOUE, 00291 - CEP: 04890-380)

CCM 4.293.940-2- Inicio atv :14/12/2010 (AV RAIMUNDO PEREIRA DE MAGALHAES, 12495 - CEP: 02990-175)

CCM 4.293.942-9- Inicio atv :09/02/2011 (AV PAULISTA, 00901 - CEP: 01311-100 - Cancelado em: 01/06/2011)

CCM 4.297.293-0- Inicio atv :09/02/2011 (AV PAULISTA, 00901 - CEP: 01311-100)

CCM 4.293.938-0- Inicio atv :14/03/2011 (AV GUIDO CALOI, 01000 - CEP: 05802-140)

CCM 4.422.119-3- Inicio atv :09/05/2011 (PC DA SE, 00111 - CEP: 01001-001)

CCM 4.445.468-6- Inicio atv :18/08/2011 (AV MARQ DE SAO VICENTE, 00637 - CEP: 01139-003)

CCM 4.464.590-2- Inicio atv :05/12/2011 (R PAULA SOUSA, 00146 - CEP: 01027-000)

CCM 4.464.594-5- Inicio atv :05/12/2011 (AV RANGEL PESTANA, 01341 - CEP: 03001-000)

CCM 4.915.427-3- Inicio atv :12/12/2012 (AV RAGUEB CHOHFI, 03711 - CEP: 08375-000)

CCM 2.708.489-2- Inicio atv :25/05/1998 (R NOSSA SENHORA DAS MERCES, 01450 - CEP: 04165-011)

CCM 2.718.663-6- Inicio atv :02/07/1998 (AV RIO DAS PEDRAS, 01907 - CEP: 03453-100)

CCM 4.998.472-1- Inicio atv :03/09/2013 (AV DR PEREIRA VERGUEIRO, 00537 - CEP: 03563-000)

CCM 2.718.645-8- Inicio atv :02/07/1998 (R MACIEL MONTEIRO, 00152 - CEP: 03566-000)

CCM 2.719.862-6- Inicio atv :02/07/1998 (AV MATEO BEI, 01525 - CEP: 03949-011)

CCM 3.821.695-7- Inicio atv :02/01/2003 (AV INTERLAGOS, 02255 - CEP: 04661-200 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 2.719.857-0- Inicio atv :02/07/1998 (AV INTERLAGOS, 03610 - CEP: 04660-006)

CCM 3.129.616-5- Inicio atv :10/04/2002 (AV SAPOPEMBA, 03796 - CEP: 03374-000 - Cancelado em: 04/06/2003)

CCM 2.717.083-7- Inicio atv :02/07/1998 (AV SAPOPEMBA, 07375 - CEP: 03374-001)

CCM 3.837.935-0- Inicio atv :09/06/1998 (AV AMADOR BUENO DA VEIGA, 01963 - CEP: 03635-001)

CCM 2.735.587-0- Inicio atv :29/07/1998 (R SALVADOR GIANETTI, 00436 - CEP: 08410-000)

CCM 2.735.580-2- Inicio atv :29/07/1998 (AV SAO LUCAS, 00180 - CEP: 03239-000)

CCM 2.732.698-5- Inicio atv :21/07/1998 (AV TUCURUVI, 00878 - CEP: 02304-002)

CCM 2.735.929-8- Inicio atv :03/02/1998 (AV MANUEL ALVES SOARES, 01100 - CEP: 04821-270 - Cancelado em: 25/04/2001)

CCM 2.732.883-0- Inicio atv :03/06/1998 (AV PROJETADA, 01000 - CEP: 08265-000 - Cancelado em: 25/04/2001)

CCM 2.732.877-5- Inicio atv :03/06/1998 (R CLELIA, 00093 - CEP: 05042-000 - Cancelado em: 25/04/2001)

CCM 2.731.028-0- Inicio atv :01/09/1998 (R SCHILLING, 478 - CEP: 05302-001)

CCM 5.048.898-8- Inicio atv :17/07/2014 (AV DIOGENES RIBEIRO DE LIMA, 02282 - CEP: 05458-001)

CCM 2.737.546-3- Inicio atv :27/08/1998 (AV PAULISTA, 01842 - CEP: 01310-200 - Cancelado em: 12/06/2002)

CCM 3.181.500-6- Inicio atv :27/08/1998 (AV PAULISTA, 02300 - CEP: 01310-300)

CCM 2.735.933-6- Inicio atv :29/07/1998 (PC NOVO MUNDO, 00211 - CEP: 02185-000)

CCM 2.793.678-3- Inicio atv :01/09/1998 (R DONA MARIA JOVITA DA CONCEICAO, 00056 - CEP: 03809-150)

CCM 5.083.493-2- Inicio atv :02/05/2002 (AV GENERAL EDGAR FACO, 00720 - CEP: 02924-000 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 4.976.869-7- Inicio atv :10/08/2012 (AV BENEDITO ANDRADE, 00081 - CEP: 02936-000 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 4.976.876-0- Inicio atv :23/01/2013 (AV BENEDITO ANDRADE, 00081 - CEP: 02936-000 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 3.821.627-2- Inicio atv :02/01/2003 (AV GAL EDGAR FACO, 00720 - CEP: 02924-000 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 2.735.601-9- Inicio atv :29/07/1998 (R GUERINO GIOVANI LEARDINI, 63 - CEP: 02937-040)

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 2.735.591-8- Inicio atv :21/07/1998 (R DA CONSOLACAO, 02382 - CEP: 01302-001)

CCM 2.742.219-4- Inicio atv :21/07/1998 (AV SENADOR TEOTONIO VILELA, 01109 - CEP: 04801-010)

CCM 4.976.871-9- Inicio atv :23/01/2013 (AV ATLANTICA, 03771 - CEP: 04772-004 - Cancelado em: 29/11/2017)

CCM 3.821.631-0- Inicio atv :02/01/2003 (AV CARLOS OBERHUBER, 00136 - CEP: 04836-130 - Cancelado em: 15/07/2014)

CCM 3.821.686-8- Inicio atv :02/01/2003 (R SINFONIA ITALIANA, 00100 - CEP: 04844-610 - Cancelado em: 15/07/2014)

CCM 2.735.596-9- Inicio atv :29/07/1998 (AV GUAPIRA, 02440 - CEP: 02265-002)

CCM 2.753.479-0- Inicio atv :29/07/1998 (AV ITABERABA, 01270 - CEP: 02734-000)

CCM 2.747.128-4- Inicio atv :25/11/1998 (AV CANGAIBA, 01345 - CEP: 03711-012)

CCM 2.793.111-0- Inicio atv :25/11/1998 (AV PROF CELESTINO BOURROUL, 00814 - CEP: 02710-001)

CCM 2.745.952-7- Inicio atv :25/11/1998 (PC DA REPUBLICA, 00309 - CEP: 01045-001)

CCM 2.752.093-5- Inicio atv :25/11/1998 (ES DE ITAPECERICA, 03429 - CEP: 05835-005)

CCM 3.821.613-2- Inicio atv :02/01/2003 (AV COMEN SANT ANNA, 00895 - CEP: 05866-000 - Cancelado em: 15/07/2014)

CCM 3.821.619-1- Inicio atv :02/01/2003 (ES DE ITAPECERICA, 03222 - CEP: 05835-004 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 2.747.135-7- Inicio atv :25/11/1998 (AV SANTA CATARINA, 01796 - CEP: 04378-100)

CCM 5.083.495-9- Inicio atv :22/11/2006 (R CONSELHEIRO MOREIRA DE BARROS, 02075 - CEP: 02430-000 - Cancelado em: 22/02/2016)

CCM 3.821.614-0- Inicio atv :02/01/2003 (R CONSELHEIRO MOREIRA DE BARROS, 02075 - CEP: 02430-000 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 2.747.118-7- Inicio atv :25/11/1998 (AV ZUMKELLER, 00155 - CEP: 02420-000)

CCM 2.752.110-9- Inicio atv :25/11/1998 (AV PROFESSOR FRANCISCO MORATO, 3381 - CEP: 05521-000)

CCM 2.752.076-5- Inicio atv :25/11/1998 (R DA GRACA, 00121 - CEP: 01125-001)

CCM 2.776.232-7- Inicio atv :25/11/1998 (AV PRESIDENTE ALTINO, 823 - CEP: 05323-002)

CCM 3.821.693-0- Inicio atv :02/01/2003 (AV CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES, 04060 - CEP: 05340-002 - Cancelado em: 15/07/2014)

CCM 2.758.826-2- Inicio atv :23/12/1998 (AV MARECHAL TITO, 01587 - CEP: 08022-010)

CCM 3.821.704-0- Inicio atv :02/01/2003 (AV ROLAND GARROS, 01765 - CEP: 02235-001 - Cancelado em: 15/07/2017)

CCM 2.793.179-0- Inicio atv :01/03/1999 (AV GUSTAVO ADOLFO, 02915 - CEP: 02209-001)

CCM 2.790.168-8- Inicio atv :26/04/1999 (R PAULO EIRO, 00433 - CEP: 04752-010)

CCM 2.790.149-1- Inicio atv :06/05/1999 (AV MORUMBI, 7976 - CEP: 04703-001)

CCM 4.979.548-1- Inicio atv :15/04/2013 (AV DEP CANTIDIO SAMPAIO, 01420 - CEP: 02860-001)

CCM 2.796.349-7- Inicio atv :06/05/1999 (R JUVENCIO DE ARAUJO FIGUEIREDO, 00633 - CEP: 05204-140)

CCM 3.821.643-4- Inicio atv :02/01/2003 (ES DASTAIPAS, 00997 - CEP: 02991-000 - Cancelado em: 15/07/2014)

CCM 2.827.498-9- Inicio atv :28/07/1999 (R ANTONIO DE BARROS, 00400 - CEP: 03089-000 - Cancelado em: 26/06/2002)

CCM 2.793.831-0- Inicio atv :06/05/1999 (R DOUTOR ZUQUIM, 01844 - CEP: 02035-022)

CCM 2.793.825-5- Inicio atv :06/05/1999 (R ITINGUCU, 01054 - CEP: 03658-000)

CCM 2.793.683-0- Inicio atv :06/05/1999 (AV INTERLAGOS, 02255 - CEP: 04661-200 - Cancelado em: 26/06/2002)

CCM 2.874.001-7- Inicio atv :06/05/1999 (R DONA MATILDE, 00736 - CEP: 03512-000 - Cancelado em: 12/06/2002)

CCM 2.874.003-3- Inicio atv :06/02/1999 (AV GIOVANNI GRONCHI, 6230 - CEP: 05724-002)

CCM 3.821.618-3- Inicio atv :02/01/2003 (AV JOAO DIAS, 03589 - CEP: 05801-000 - Cancelado em: 16/07/2014)

CCM 2.790.137-8- Inicio atv :06/05/1999 (AV GUARAPIRANGA, 00752 - CEP: 04762-000)

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 2.796.358-6- Inicio atv :06/05/1999 (R TIBURCIO DE SOUSA, 00190 - CEP: 08140-000)

CCM 2.793.174-9- Inicio atv :06/05/1999 (AV DO RIO PEQUENO, 00865 - CEP: 05379-000)

CCM 2.790.129-7- Inicio atv :06/05/1999 (AV DAS NACOES UNIDAS, 22351 - CEP: 04795-904)

CCM 2.802.815-5- Inicio atv :06/05/1999 (PC CHARLES MILLER, 00016 - CEP: 01240-060)

CCM 4.979.545-7- Inicio atv :23/01/2013 (AV WASHINGTON LUIS, 01354 - CEP: 04662-002 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 2.790.166-1- Inicio atv :06/05/1999 (AV NOSSA SENHORA DE SABARA, 00705 - CEP: 04685-002)

CCM 2.874.105-6- Inicio atv :06/05/1999 (R AUGUSTO CARLOS BAUMAN, 00851 - CEP: 08210-590)

CCM 2.793.686-4- Inicio atv :06/05/1999 (AV ARICANDUVA, 5555 - CEP: 03527-900)

CCM 4.998.476-4- Inicio atv :06/09/2013 (AV MARIA COELHO AGUIAR, 00215 - CEP: 05805-000)

CCM 2.796.363-2- Inicio atv :06/05/1999 (AV MARIA COELHO AGUIAR, 00215 - CEP: 05805-000)

CCM 5.083.486-0- Inicio atv :28/08/2014 (R PELOTAS, 00083 - CEP: 04012-000 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 3.821.684-1- Inicio atv :02/01/2003 (R PELOTAS, 00083 - CEP: 04012-000 - Cancelado em: 03/07/2020)

CCM 2.793.127-7- Inicio atv :12/05/1999 (AV CONSELHEIRO RODRIGUES ALVES, 00065 - CEP: 04014-010)

CCM 2.793.135-8- Inicio atv :12/05/1999 (AV DR FRANCISCO MESQUITA, 01000 - CEP: 03153-001)

CCM 2.793.129-3- Inicio atv :12/05/1999 (AV PAULISTA, 02073 - CEP: 01311-300 - Cancelado em: 13/03/2002)

CCM 3.837.946-5- Inicio atv :10/03/2000 (AV DR GENTIL DE MOURA,58 60 62 64 76 78 86,, 90 - CEP: 04278-000 - Cancelado em: 08/01/2020)

CCM 3.837.939-2- Inicio atv :10/03/2000 (AV STO AMARO, 07237 - CEP: 04701-200)

CCM 4.610.694-4- Inicio atv :25/04/2012 (AV PAULISTA, 2083 - CEP: 01311-940)

CCM 4.610.689-8- Inicio atv :04/05/2012 (R S JOAQUIM, 00069 - CEP: 01508-001)

CCM 5.408.982-4- Inicio atv :04/04/2012 (LG DA CONCORDIA, 00211 - CEP: 03012-010)

CCM 4.610.697-9- Inicio atv :04/05/2012 (R S JOAQUIM, 00069 - CEP: 01508-001)

CCM 4.610.692-8- Inicio atv :04/05/2012 (R S JOAQUIM, 00069 - CEP: 01508-001)

CCM 4.683.309-9- Inicio atv :23/11/2012 (AV NOVE DE JULHO, 05826 - CEP: 01406-200 - Cancelado em: 16/03/2018)

CCM 4.652.930-6- Inicio atv :13/07/2012 (R MARIA CASUSA FEITOSA, s/n - CEP: 04830-000)

CCM 4.652.928-4- Inicio atv :13/07/2012 (R GONCALO SOARES DE FRANCA, 00073 - CEP: 04836-030)

CCM 4.671.156-2- Inicio atv :13/07/2012 (AV ANTONELO MESSINA, 1175 - CEP: 02318-000)

CCM 4.671.151-1- Inicio atv :13/07/2012 (EST DE ITAPECERICA, 8629 - CEP: 05858-003)

CCM 4.577.363-7- Inicio atv :13/07/2012 (AV YERVANT KISSAJIKIAN, 2460 - CEP: 04428-000)

CCM 4.652.966-7- Inicio atv :18/07/2012 (AV ALVARO RAMOS, 02222 - CEP: 03330-001 - Cancelado em: 26/02/2018)

CCM 4.652.933-0- Inicio atv :18/07/2012 (AV DOM PEDRO I, 00781 - CEP: 01552-001)

CCM 4.652.927-6- Inicio atv :18/07/2012 (AV PERI RONCHETTI, 00669 - CEP: 02633-000)

CCM 4.779.040-7- Inicio atv :18/07/2012 (R ELZA GUIMARAES, 00023 - CEP: 02618-010)

CCM 4.652.947-0- Inicio atv :26/07/2012 (R PINHEIRO GUIMARAES, 00398 - CEP: 03141-030)

CCM 4.652.949-7- Inicio atv :26/07/2012 (R AGOSTINHO GOMES, 01492 - CEP: 04206-000)

CCM 4.652.952-7- Inicio atv :26/07/2012 (AV MIGUEL STEFANO, 2029 - CEP: 04301-012)

CCM 4.671.157-0- Inicio atv :26/07/2012 (AV CARLOS LIVIERO, S/N - CEP: 04186-100)

CCM 4.652.954-3- Inicio atv :26/07/2012 (AV JABAQUARA, 01799 - CEP: 04045-003)

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 4.652.931-4- Inicio atv :26/07/2012 (AV CUPECE, 03255 - CEP: 04365-001)

CCM 4.719.391-3- Inicio atv :30/07/2012 (AV ACADEMIA DE SAO PAULO, 00310 - CEP: 08121-400)

CCM 4.652.956-0- Inicio atv :30/07/2012 (R CORIOLANO, 00833 - CEP: 05047-000)

CCM 4.671.148-1- Inicio atv :30/07/2012 (AV TTE LAUDELINO FERREIRA DO AMARAL, 00455 - CEP: 08060-000)

CCM 4.652.958-6- Inicio atv :30/07/2012 (R CLODOMIRO AMAZONAS, 01175 - CEP: 04537-012)

CCM 4.652.932-2- Inicio atv :26/07/2012 (R VITORIA, 00486 - CEP: 01210-000 - Cancelado em: 18/03/2025)

CCM 4.652.960-8- Inicio atv :10/08/2012 (R DOMINGOS DE MORAIS, 02036 - CEP: 04036-000 - Cancelado em: 01/12/2017)

CCM 4.652.963-2- Inicio atv :10/08/2012 (AV CELSO GARCIA, 00151 - CEP: 03015-000)

CCM 4.719.394-8- Inicio atv :10/08/2012 (R BARRA FUNDA, 00678 - CEP: 01152-000)

CCM 4.671.153-8- Inicio atv :10/08/2012 (PC PROF MARIO DOS SANTOS, 00045 - CEP: 05866-120)

CCM 4.652.944-6- Inicio atv :17/08/2012 (AV COTOVIA, 00495 - CEP: 04517-001 - Cancelado em: 12/11/2025)

CCM 4.719.388-3- Inicio atv :17/08/2012 (AV VER ABEL FERREIRA, 00110 - CEP: 03340-000)

CCM 4.652.946-2- Inicio atv :17/08/2012 (R TOBIAS BARRETO, 01016 - CEP: 03176-001)

CCM 4.652.942-0- Inicio atv :17/08/2012 (AV JARDIM JAPAO, 01386 - CEP: 02221-001)

CCM 4.652.943-8- Inicio atv :17/08/2012 (AV SAO MIGUEL, 05757 - CEP: 08070-002)

CCM 4.652.965-9- Inicio atv :17/08/2012 (R JOSE FILIPE DA SILVA, 00372 - CEP: 05372-040)

CCM 4.671.146-5- Inicio atv :03/09/2012 (AV VILA EMA, 00295 - CEP: 03156-001 - Cancelado em: 12/11/2025)

CCM 4.807.325-3- Inicio atv :03/08/2012 (AV SAO MIGUEL, 00000 - CEP: 08070-000)

CCM 4.652.940-3- Inicio atv :03/09/2012 (AV RIO DAS PEDRAS, 00729 - CEP: 03453-000)

CCM 4.671.161-9- Inicio atv :05/09/2012 (AV DR GENTIL DE MOURA, 00078 - CEP: 04278-000)

CCM 4.719.387-5- Inicio atv :05/09/2012 (AV SAPOPEMBA, 11477 - CEP: 03988-010)

CCM 4.719.402-2- Inicio atv :05/09/2012 (R PEDRO DE TOLEDO, 436 - CEP: 04039-001)

CCM 4.719.398-0- Inicio atv :05/09/2012 (R DOS MACUNIS, 56 - CEP: 05444-000 - Cancelado em: 12/11/2025)

CCM 4.652.935-7- Inicio atv :21/09/2012 (EST DAS LAGRIMAS, 1760 - CEP: 04232-000)

CCM 4.731.063-4- Inicio atv :11/10/2012 (R CAP PACHECO E CHAVES, 00313 - CEP: 03126-000)

CCM 4.652.938-1- Inicio atv :03/10/2012 (R DOMINGOS DE MORAIS, 02564 - CEP: 04036-100 - Cancelado em: 01/12/2017)

CCM 4.807.320-2- Inicio atv :03/10/2012 (AV PAULISTA, 02278 - CEP: 01310-300)

CCM 4.652.937-3- Inicio atv :30/10/2012 (R PAMPLONA, 01129 - CEP: 01405-001 - Cancelado em: 18/02/2025)

CCM 4.720.712-4- Inicio atv :03/12/2012 (R PARAPUA, 01365 - CEP: 02831-001)

CCM 5.359.357-0- Inicio atv :05/12/2012 (ES DE TAIPAS, 00355 - CEP: 02991-000)

CCM 4.720.682-9- Inicio atv :03/12/2012 (AV PIRES DO RIO, 02293 - CEP: 08041-000)

CCM 4.719.474-0- Inicio atv :03/12/2012 (R IBITIRAMA, 01171 - CEP: 03133-200 - Cancelado em: 12/11/2025)

CCM 4.720.706-0- Inicio atv :05/12/2012 (AV ITAQUERA, 07288 - CEP: 08295-000)

CCM 4.807.330-0- Inicio atv :05/12/2012 (AV LUIZ DUMONT VILARES, 1160 - CEP: 02085-100)

CCM 4.731.052-9- Inicio atv :07/12/2012 (AV DO CURSINO, 02957 - CEP: 04133-300)

CCM 4.683.315-3- Inicio atv :27/11/2012 (AV PAULISTA, 00302 - CEP: 01310-000 - Cancelado em: 31/01/2019)

CCM 4.731.067-7- Inicio atv :05/12/2012 (AV S JOAO, 00725 - CEP: 01035-100)

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 4.719.470-7- Inicio atv :20/12/2012 (AV DEP EMILIO CARLOS, 2088 - CEP: 02720-200)

CCM 4.720.667-5- Inicio atv :20/12/2012 (EST DO M BOI MIRIM, 909 - CEP: 04905-020)

CCM 4.807.333-4- Inicio atv :20/12/2012 (AV BRIG LUIS ANTONIO, 02576 - CEP: 01402-000)

CCM 4.719.472-3- Inicio atv :20/12/2012 (AV BRIG LUIS ANTONIO, 01621 - CEP: 01317-002)

CCM 4.807.336-9- Inicio atv :20/12/2012 (AV ITAQUERA, 01561 - CEP: 03526-000)

CCM 4.720.714-0- Inicio atv :20/12/2012 (AV CONSELHEIRO CARRAO, 935 - CEP: 03403-000)

CCM 4.807.345-8- Inicio atv :20/12/2012 (AV DA BARREIRA GRANDE, 03783 - CEP: 03916-000)

CCM 4.807.340-7- Inicio atv :20/12/2012 (AV PIRES DO RIO, 03862 - CEP: 08240-000)

CCM 4.807.346-6- Inicio atv :20/12/2012 (AV MARIA LUIZA AMERICANO, 01688 - CEP: 08275-000)

CCM 4.683.314-5- Inicio atv :23/11/2012 (R PEDRO VICENTE, 222 - CEP: 01109-010)

CCM 4.720.693-4- Inicio atv :20/12/2012 (AV RIO BONITO, 2005 - CEP: 04776-003)

CCM 4.719.403-0- Inicio atv :20/12/2012 (EST DE ITAPECERICA, 22560 - CEP: 05858-004)

CCM 4.683.311-0- Inicio atv :27/11/2012 (AV CASPER LIBERO, 00063 - CEP: 01033-001)

CCM 4.683.308-0- Inicio atv :27/11/2012 (R ITINGUCU, 2232 - CEP: 03658-001)

CCM 4.731.061-8- Inicio atv :23/01/2013 (AV OLIVEIRA FREIRE, 01078 - CEP: 08081-470)

CCM 5.047.858-3- Inicio atv :23/01/2013 (AV Mateo Bei, 413 - CEP: 03949-000)

CCM 4.807.348-2- Inicio atv :23/01/2013 (ES ITAQUERA-GUAIANASES, 02000 - CEP: 08420-000)

CCM 4.719.469-3- Inicio atv :23/01/2013 (AV SOUSA BANDEIRA, 00550 - CEP: 03559-000)

CCM 4.720.679-9- Inicio atv :23/01/2013 (ES DO LAGEADO VELHO, 01010 - CEP: 08451-000)

CCM 4.683.313-7- Inicio atv :28/11/2012 (R OSCAR FREIRE, 01225 - CEP: 01426-001 - Cancelado em: 19/11/2025)

CCM 4.807.319-9- Inicio atv :23/01/2013 (R DOUTOR FLAVIO AMERICO MAURANO, 1110 - CEP: 05656-020)

CCM 4.807.314-8- Inicio atv :27/02/2013 (AV SAO MIGUEL, 6924 - CEP: 08070-002)

CCM 4.807.318-0- Inicio atv :27/02/2013 (AV ACOCE, 00458 - CEP: 04075-022)

CCM 4.807.292-3- Inicio atv :15/07/2013 (AV S GUALTER, 00048 - CEP: 05455-000 - Cancelado em: 06/01/2025)

CCM 5.302.812-0- Inicio atv :18/06/2014 (AV DAS CEREJEIRAS, 1150 - CEP: 02124-000 - Cancelado em: 05/11/2025)

CCM 4.807.310-5- Inicio atv :15/07/2013 (R BARAO DE JUNDIAI, 399 - CEP: 05073-010)

CCM 4.807.307-5- Inicio atv :15/07/2013 (AV DOS TAJURAS, 104 - CEP: 05670-000 - Cancelado em: 19/11/2025)

CCM 4.807.296-6- Inicio atv :15/07/2013 (PC ISAI LEINER, 89 - CEP: 05592-140)

CCM 4.807.281-8- Inicio atv :15/07/2013 (AV INDIANOPOLIS, 03213 - CEP: 04063-006)

CCM 4.807.285-0- Inicio atv :15/07/2013 (AV DO IMPERADOR, 03892 - CEP: 08050-000)

CCM 4.915.436-2- Inicio atv :16/08/2013 (AV ENG CAETANO ALVARES, 4237 - CEP: 02413-000 - Cancelado em: 12/11/2025)

CCM 4.980.408-1- Inicio atv :24/09/2013 (AV JABAQUARA, 03060 - CEP: 04046-500 - Cancelado em: 14/04/2025)

CCM 4.980.401-4- Inicio atv :24/09/2013 (AV VILA EMA, 3840 - CEP: 03282-001)

CCM 4.980.411-1- Inicio atv :24/09/2013 (AV REPUBLICA DO LIBANO, 2218 - CEP: 04502-200 - Cancelado em: 05/11/2025)

CCM 4.906.094-5- Inicio atv :03/12/2013 (R TAQUARICHIM, 263 - CEP: 04296-100 - Cancelado em: 05/11/2025)

CCM 4.915.431-1- Inicio atv :21/01/2014 (AV BRIG FARIA LIMA, 01644 - CEP: 01451-001)

CCM 5.657.360-0- Inicio atv :14/04/2014 (R DA REITORIA, 374 - CEP: 05508-220)

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 5.262.437-4- Inicio atv :03/07/2014 (AV SANTA CATARINA, 00287 - CEP: 04635-001)

CCM 5.359.382-0- Inicio atv :03/07/2014 (AV BERNARDINO DE CAMPOS, 358 - CEP: 04004-050)

CCM 5.124.792-5- Inicio atv :03/07/2014 (AV AGUA FRIA, 01105 - CEP: 02333-001)

CCM 5.436.313-6- Inicio atv :03/07/2014 (R AZEVEDO SOARES, 2753 - CEP: 03322-002 - Cancelado em: 10/04/2025)

CCM 5.359.385-5- Inicio atv :03/07/2014 (AV GUARAPIRANGA, 01970 - CEP: 04762-001)

CCM 5.444.998-7- Inicio atv :03/07/2014 (AV RAGUEB CHOHFI, 4679 - CEP: 08380-330)

CCM 5.512.395-3- Inicio atv :03/07/2014 (AV DEPUTADO EMÍLIO CARLOS, 2088 - CEP: 02720-200)

CCM 5.399.816-2- Inicio atv :07/05/2014 (R CINCINATO BRAGA, 301 - CEP: 01333-011)

CCM 5.444.984-7- Inicio atv :03/07/2014 (AV NORDESTINA, 05107 - CEP: 08032-000)

CCM 5.359.365-0- Inicio atv :03/07/2014 (AV AMADOR BUENO DA VEIGA, 01151 - CEP: 03635-000)

CCM 5.359.361-8- Inicio atv :03/07/2014 (AV CARLOS LACERDA, 00680 - CEP: 05789-000)

CCM 5.359.373-1- Inicio atv :18/07/2014 (R DOS ITALIANOS, 00609 - CEP: 01131-000)

CCM 5.359.371-5- Inicio atv :06/02/2015 (R PAES LEME, 00250 - CEP: 05424-010 - Cancelado em: 25/07/2017)

CCM 6.583.348-1- Inicio atv :27/08/2019 (AV DR GENTIL DE MOURA, 00078 - CEP: 04278-000)

CCM 6.583.347-3- Inicio atv :27/08/2019 (AL SANTOS, 00960 - CEP: 01418-002)

CCM 6.583.350-3- Inicio atv :27/08/2019 (AV AMADOR BUENO DA VEIGA, 01161 - CEP: 03635-000)

CCM 6.583.351-1- Inicio atv :27/08/2019 (AV BRIG FARIA LIMA, 01355 - CEP: 01452-919)

CCM 6.586.058-6- Inicio atv :27/08/2019 (AV STO AMARO, 07237 - CEP: 04701-200)

CCM 6.586.070-5- Inicio atv :27/08/2019 (PC DA REPUBLICA, 00309 - CEP: 01045-905)

CCM 6.580.312-4- Inicio atv :14/04/2020 (R HEITOR PENTEADO, 01010 - CEP: 05438-100)

CCM 7.040.478-0- Inicio atv :20/08/2021 (AV DR GASTAO VIDIGAL, 1946 - CEP: 05316-900)

CCM 1.973.084-5- Inicio atv :25/08/2025 (AV STO AMARO, 7237 - CEP: 04701-200)

CCM 1.984.163-9- Inicio atv :11/03/2025 (R VOLUNTARIOS DA PATRIA, 1512 - CEP: 02010-300)

CCM 1.971.760-1- Inicio atv :19/03/2025 (AV AMADOR BUENO DA VEIGA, 1161 - CEP: 03635-000)

CCM 1.983.995-2- Inicio atv :20/03/2025 (AV AMADOR BUENO DA VEIGA, 1161 - CEP: 03635-000)

CCM 1.983.998-7- Inicio atv :20/03/2025 (LG DA CONCORDIA, 211 - CEP: 03012-010)

CCM 1.984.151-5- Inicio atv :31/03/2025 (PC DA SE, 111 - CEP: 01001-000)

CCM 1.993.032-1- Inicio atv :22/04/2025 (AV AMADOR BUENO DA VEIGA, 1161 - CEP: 03635-000)

CCM 1.981.594-8- Inicio atv :22/04/2025 (AV STO AMARO, 7237 - CEP: 04701-200)

CCM 1.984.011-0- Inicio atv :22/04/2025 (R VOLUNTARIOS DA PATRIA, 1512 - CEP: 02010-300)

CCM 1.993.034-8- Inicio atv :24/04/2025 (AV PAULISTA, 302 - CEP: 01310-000)

CCM 1.984.005-5- Inicio atv :25/04/2025 (AV PAULISTA, 302 - CEP: 01310-000)

CCM 1.984.020-9- Inicio atv :06/05/2025 (LG DA CONCORDIA, 211 - CEP: 03012-010)

CCM 0.043.012-9- Inicio atv :16/06/2025 (AV ENG LUIZ CARLOS BERRINI, 550 - CEP: 04571-000)

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é:
REGULAR. CERTIFICAMOS QUE A PRESENTE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA FOI EMITIDA POR FORÇA DE ORDEM JUDICIAL, NOS TERMOS DO SEI 6017.2018/0007447-5.***

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/.
Qualquer rasura invalidará este documento.

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

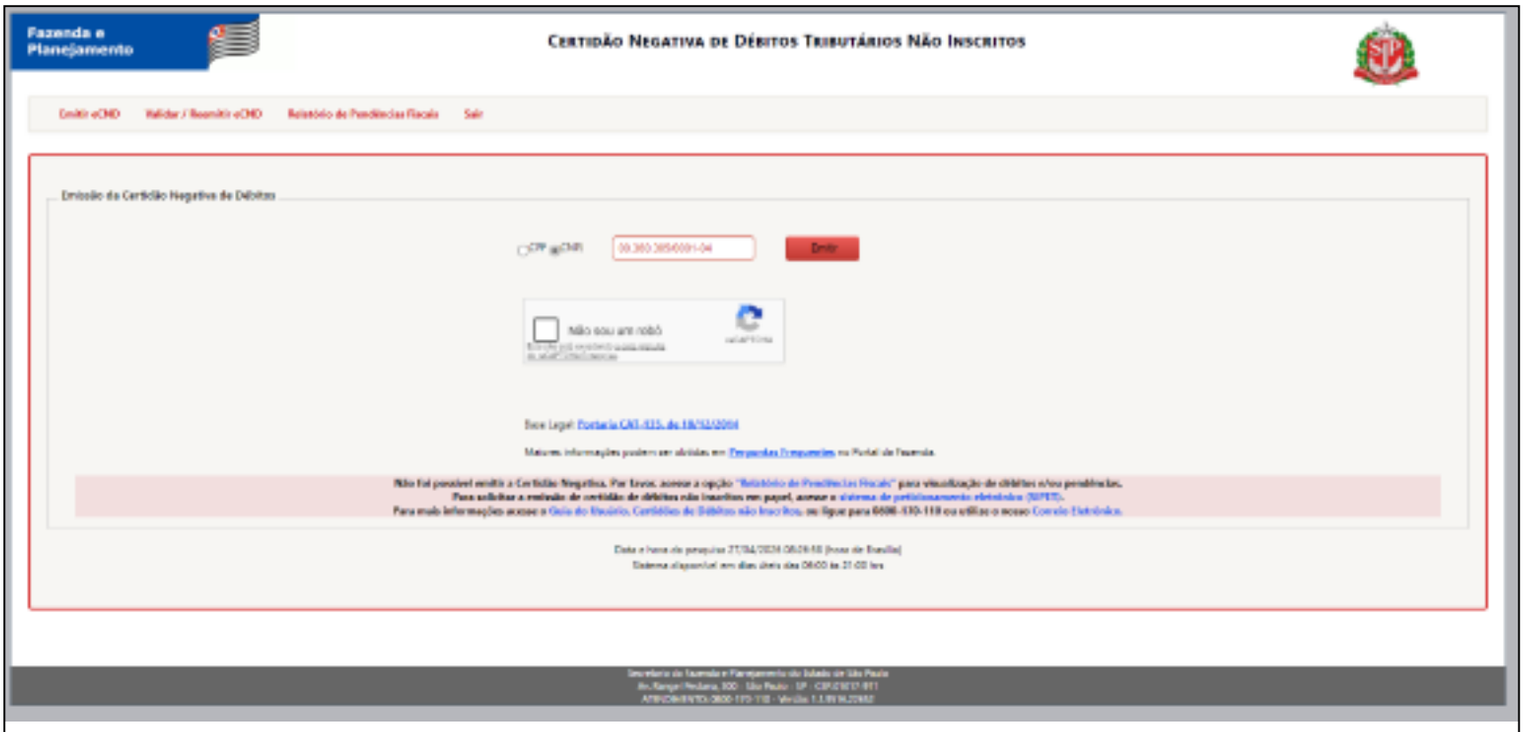
Certidão emitida às 08:25:33 horas do dia 27/04/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 6CCB9FA3

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

Juntada de Documentos

Data e Hora:	27/04/2026 08:33:52
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	155
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	CND ESTADUAL - SEM SUCESSO


Fazenda e Planejamento
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NÃO INSCRITOS
Emitir eCND
Validar / Reemitir eCND
Relatório de Pendências Fiscais
Sair
Emissão da Certidão Negativa de Débitos
CPF
CNPJ
Emitir
Não sou um robô
Base Legal: Portaria CAT-325, de 18/12/2014
Maiores informações podem ser obtidas em Perguntas Frequentes no Portal da Fazenda.
Não foi possível emitir a Certidão Negativa. Por favor, acesse a opção "Relatório de Pendências Fiscais" para visualização de débitos e/ou pendências.
Para solicitar a emissão de certidão de débitos não inscritos em papel, acesse o sistema de peticionamento eletrônico (SPET).
Para mais informações acesse o Guia do Usuário, Certidões de Débitos não Inscritos, ou ligue para 0800-170-110 ou utilize o nosso Correio Eletrônico.
Data e hora da pesquisa 27/06/2024 08:09:48 (hora de Brasília)
Sistema disponível em dias úteis das 06:00 às 21:00 hrs
Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo
Av. Rangel Pestana, 300 - São Paulo - SP - CEP 01017-911
ATENDIMENTO: 0800-170-110 - Versão: 1.1.09.16.20160

Tramitação

Data Hora: 27/04/2026 08:34:42
Usuário: 7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local Origem: CERTIDÕES / ALVARÁ - LETICIA - SEPLAN - SUBLOCAL
Local Destino: SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Após a juntada dos documentos, encaminho para análise.

Tramitação

Data Hora: 29/04/2026 09:29:08
Usuário: 6812 - ANGELICA CRISTINA BALDIN DE LIMA/CHEFE DA SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES
Local Origem: SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES
Local Destino: DIOGO - CONTRATAÇÕES - SUBLOCAL
Despacho: TRAMITAÇÃO

Juntada de Documentos

Data e Hora:	12/05/2026 10:30:23
Usuário:	6803 - DIOGO SOARES DA SILVA/ESCRITURÁRIO
Local:	DIOGO - CONTRATAÇÕES - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	7
Página Início:	159
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	Despacho

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE COMPRAS

PROTOCOLO: 5789/2026
OBJETO: AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS
UNIDADE REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE

ART. 75, INCISOS IX, XIV, XV

1)	**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA:**				
	Item da verificação	**SIM**	**NÃO**	**Fls.**	**Observação:**
	1.1) Há DFD no processo?	☒	☐	7	4782/2026
	1.2) O DFD está registrado no sistema?	☒	☐		
	1.3) Para DFD's incluídos posteriormente a elaboração do PCA conforme Decreto Municipal 8.897/2025 há autorização do Chefe do Executivo?	☐	☐		
1.4) Apontamentos:					

2)	**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:**				
	Item da verificação	**SIM**	**NÃO**	**Fls.**	**Observação:**
	2.1) Houve dispensa do ETP conforme Decreto Municipal n° 8.904/2025?	☐	☒	9 a 14	
	2.2) Há ETP no protocolo?	☒	☐		
	A avaliação do conteúdo contido nos campos abaixo atende aos requisitos da contratação?				
	2.3) Descrição da Necessidade da Contratação	☒	☐		
	2.4) Requisitos da Contratação	☒	☐		
	2.5) Levantamento de Mercado	☒	☐		
	2.5.1) Há atendimento ao art. 44 da Lei 14.133/2021? *Art. 44. Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico*	☐	☐		

	preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa.				
	2.6) Descrição da Solução como um todo	☒	☐		
	2.7) Estimativa das quantidades a serem contratadas	☒	☐		
	2.8) Estimativa do valor da contratação	☒	☐		
	2.9) Justificativas para o parcelamento ou não da solução	☒	☐		
	2.10) Contratações correlatas e/ ou interdependentes	☒	☐		
	2.11) Alinhamento entre a contratação e o planejamento	☒	☐		
	2.12) Resultados pretendidos	☒	☐		
	2.13) Providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato	☒	☐		
	2.14) Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras	☒	☐		
	2.15) Viabilidade da contratação	☒	☐		
	2.16) Responsáveis	☒	☐		
2.17) Apontamentos:					

3)	**TERMO DE REFERÊNCIA**				
	Item da verificação	**SIM**	**NÃO**	**Fls.**	**Observação:**
	3.1) Há TR no protocolo?	☒	☐		
A avaliação do conteúdo contido nos campos abaixo atende aos requisitos da contratação?					
	3.2) Do objeto da contratação	☒	☐		
	3.2.1) Custo estimado	☒	☐		
	3.2.2) Justificativa da aquisição	☒	☐		
	3.2.3) Histórico médio de consumo	☒	☐		
	3.3) Fundamentação da descrição da contratação	☒	☐		

	3.4) Descrição da solução como um todo considerando o ciclo de vida do objeto	☒	☐		
	3.5) Requisitos da contratação	☒	☐		
	3.6) Modelo de Execução do objeto	☒	☐		
	3.7) Modelo de gestão do contrato	☒	☐		**Verificar o recebimento provisório e permanente, valores iguais, o ideal é 15 e 30**
	3.8) Forma e critérios de seleção do fornecedor	☒	☐		**Não tem sentido ser dispensa eletrônica quando no ETP se fala em Inexigibilidade**
	3.9) Justificativa para o parcelamento ou não da solução (somente quando dispensado o ETP)	☒	☐		
	3.10) Adequação orçamentária	☒	☐		
	3.11) Responsáveis	☒	☐		
3.12) Apontamentos:					

4)	**MAPA DE RISCOS**				
	Item da verificação	**SIM**	**NÃO**	**Fls.**	**Observação:**
	4.1) Houve dispensa do mapa de riscos conforme Decreto Municipal n° 8.904/2025?	☐	☒	30	
	4.2) Há mapa de riscos no protocolo?	☒	☐		
	4.3) Apontamentos:				

5)	**JUSTIFICATIVA DO ENQUADRAMENTO NO ARTIGO:**				
	Item da verificação	**SIM**	**NÃO**	**Fls.**	**Observação:**
	5.1) Há justificativa de enquadramento nos artigos?	☒	☐	32 a 33	
	5.2) Apontamentos:				

6)	**HISTÓRICO DE CONSUMO**				
	Item da verificação	**SIM**	**NÃO**	**Fls.**	**Observação:**
	6.1) Há histórico de consumo no protocolo?	☒	☐	36 a 37	
	6.1.1) O histórico de consumo abrange o período de 6 meses anteriores a contratação?	☒	☐		
	6.1.2) O histórico de consumo abrange as informações da unidade gerenciadora (Prefeitura Municipal de Pirassununga)?	☒	☐		
	6.1.3) Nos casos em que não foi possível obter a informação por meio de histórico há declaração no processo?	☐	☐		
	6.2) Apontamentos:				

7)	**PESQUISA DE PREÇOS E PROPOSTA COM FORNECEDORES CONTENDO AS INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL:**				
	PARA PESQUISA DE PREÇOS				
	Item da verificação	**SIM**	**NÃO**	**Fls.**	**Observação:**
	7.1) Pesquisa de Preços	☒	☐	**33 a 34**	
	7.1.1)Utiliza pelo menos três fontes válidas?	☒	☐		
	7.1.2) As fontes estão identificadas e documentadas?	☒	☐		
	7.1.3) Está em conformidade com o art. 8° do Decreto municipal 8.819/2024?	☒	☐		
	7.1.4) O objeto da pesquisa condiz com o objeto do DFD/ PCA e autorização de compras?	☒	☐		
	PARA PROPOSTAS COM FORNECEDOR				
	Se utilizada a pesquisa com fornecedores a mesma deverá ser acompanhada de justificativa da escolha dos fornecedores				
	7.2) Proposta com fornecedores contendo as informações do representante legal	☐	☒		

	7.2.1) As propostas contêm assinatura?	☐	☐		
	7.2.2) As propostas estão vigentes?	☐	☐		
	7.2.3) As propostas têm identificação do fornecedor?	☐	☐		
	7.3) Apontamentos: **A pesquisa no PNCP precisa demonstrar o valor homologado. Nos casos onde houver mais de um item o valor de referência precisa ser indicado.**				

8)	**AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS**				
	Item da verificação	**SIM**	**NÃO**	**Fls.**	**Observação:**
	8.1) Há autorização de compras no protocolo?	☒	☐	57	250/2026
	8.2) Os itens e quantitativos estão compatíveis com o DFD	☒	☐		
	8.3) O subelemento e PCASP foram informados e estão de acordo com a Escrituração Contábil do TCESP?	☒	☐		
	8.4) Apontamentos:				

9)	**QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS:**				
	Item da verificação	**SIM**	**NÃO**	**Fls.**	**Observação:**
	9.1) Há quadro demonstrativo de preços no protocolo?	☒	☐	59	67/2026
	9.2) O quadro está em conformidade com a pesquisa de preços?	☒	☐		
	9.3) Apontamentos:				

10)	**ATA DE JULGAMENTO:**				
	Item da verificação	**SIM**	**NÃO**	**Fls.**	**Observação:**
	10.1) Há ata de julgamento no protocolo?	☐	☒		
	10.2) Apontamentos: **Necessário para qualquer dispensa**				

11)	**CONTRATO SOCIAL:**				
	Item da verificação	**SIM**	**NÃO**	**Fls.**	**Observação:**
	11.1) Há contrato social no protocolo?	☒	☐	61 a 102	

12)	**CERTIDÕES:**				
	Item da verificação	**SIM**	**NÃO**	**Fls.**	**Observação:**
	12.1) CND Receita Federal	☒	☐	104	
	12.2) CND Receita Estadual	☒	☐	155	
	12.3) CND Receita Municipal	☒	☐	137 a 153	
	12.4) CND FGTS	☒	☐	106	**Vencida**
	12.5) CND Trabalhista	☒	☐	108 a 118	
	12.6) CND CEIS/ CNEP	☒	☐	120	
	12.7) CND Apenados TCE-SP	☒	☐	122	

13)	**MINUTA DE CONTRATO:**				
	Item da verificação	**SIM**	**NÃO**	**Fls.**	**Observação:**
	13.1) Há minuta de contrato no protocolo?	☒	☐	124 a 135	
	13.2) Apontamentos:				

14)	**RESERVA DE DOTAÇÃO:**				
	Responsabilidade da Secretaria Municipal de Finanças, EXCETO, nos casos em que as Secretarias possuam contador				
	Item da verificação	**SIM**	**NÃO**	**Fls.**	**Observação:**
	14.1) Há reserva de dotação?	☐	☒		Será encaminhado para Secretaria Municipal de Finanças após sanadas as divergências
	14.2) Apontamentos:				

15)	**CONCLUSÃO DA ANÁLISE:**
	☐ O processo está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os decretos municipais que a regulamentam no Município de Pirassununga, estando apto para continuidade.
	☒ O processo não está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e/ou com os decretos municipais que a regulamentam no Município de Pirassununga, não estando apto para continuidade, devendo ser ajustado.

DIOGO SOARES DA SILVA:03675096106

Assinado digitalmente por DIOGO SOARES DA SILVA:03675096106
ND: C=BR, CN=DIOGO SOARES DA SILVA:03675096106, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.05.12 10:27:14-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2026.1.1

Tramitação

Data Hora: 12/05/2026 10:31:53
Usuário: 6803 - DIOGO SOARES DA SILVA/ESCRITURÁRIO
Local Origem: DIOGO - CONTRATAÇÕES - SUBLOCAL
Local Destino: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Segue para adequação.

Juntada de Documentos

Data e Hora:	14/05/2026 08:07:31
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Qtd. Páginas:	13
Página Início:	168
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	NOVO TR

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação do Programa Caixa Políticas Públicas – Avaliação de Imóveis, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Unidade medida	Quantidade	Valor unit.	Valor total
01	Serviços na modalidade assistência técnica para avaliação de imóveis.	Serviço	1	R$ 431.248,44	R$ 431248,44

1.2 O custo estimado total da contratação é de R$ 431.248,44 (quatrocentos e trinta e um mil e duzentos e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), conforme custos apostos na tabela acima.

1.3. Da justificativa da aquisição: A Administração Pública Municipal de Pirassununga identificou a necessidade de realizar a avaliação técnica do valor de mercado de diversos imóveis urbanos de sua propriedade, localizados em diferentes regiões do município. Esses imóveis possuem distintas características quanto à área de terreno, área construída, localização, tipologia e destinação, sendo atualmente utilizados ou passíveis de utilização em diversas políticas públicas municipais. A inexistência de avaliações atualizadas e tecnicamente fundamentadas desses ativos imobiliários dificulta a adequada gestão patrimonial e a tomada de decisões estratégicas relacionadas à

implementação de políticas públicas. Nesse contexto, torna-se necessária a realização de laudos de avaliação imobiliárias elaboradas com base em metodologia técnica reconhecida, em especial conforme os critérios da ABNT NBR 14.653 – Avaliação de Bens, utilizando preferencialmente o método comparativo direto de dados de mercado.

1.4. Histórico médio de consumo dos últimos 06 meses: não há histórico de consumo por se tratar de item novo, conforme anexo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 As empresas participantes do certame deverão apresentar documentação de Regularidade Jurídica, Fiscal, Social, Trabalhista e Econômico-Financeiro,

nos moldes nos artigos 66, 68 e 69, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Requisitos Mínimos:

4.3.1 Qualificação Técnica

A empresa ou profissional contratado deverá comprovar capacidade técnica para a execução de serviços de avaliação imobiliária, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem experiência na realização de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

4.3.2 Responsabilidade Técnica

Os serviços deverão ser executados por profissional legalmente habilitado, com registro ativo no respectivo conselho profissional competente, tais como:

- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); ou
- Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Deverá ser apresentada a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente aos serviços executados.

4.3.3 Conformidade com Normas Técnicas

As avaliações deverão ser realizadas em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente:

- ABNT NBR 14.653 – Avaliação de Bens (partes aplicáveis);
- demais normas técnicas relacionadas à avaliação imobiliária e engenharia de avaliações.

4.3.4 Escopo Técnico dos Serviços

A prestação dos serviços deverá contemplar, no mínimo, as seguintes atividades:

- análise da documentação imobiliária apresentada pelo Município, incluindo matrículas e demais registros disponíveis;
- caracterização e identificação dos imóveis;
- mapeamento e segregação dos ativos imobiliários;

- vistoria técnica dos imóveis, preferencialmente externa e interna, quando possível;
- levantamento de dados de mercado imobiliário comparáveis;
- aplicação de metodologia adequada para determinação do valor de mercado;
- elaboração de laudos técnicos de avaliação.

4.3.5 Metodologia de Avaliação

A determinação do valor de mercado deverá ser realizada preferencialmente por meio do método comparativo direto de dados de mercado, podendo ser utilizada regressão linear múltipla, conforme previsto na norma técnica aplicável, quando houver disponibilidade de dados suficientes.

4.3.6 Conteúdo Mínimo dos Laudos

Os laudos de avaliação deverão conter, no mínimo:

- identificação e caracterização do imóvel avaliado;
- descrição da localização e características físicas;
- análise da documentação disponível;
- metodologia de avaliação adotada;
- análise de mercado e dados comparativos;
- memória de cálculo;
- valor de mercado estimado;
- registros fotográficos e demais anexos técnicos necessários.

4.3.7 Forma de Execução

Os serviços deverão ser executados sob demanda da Administração Municipal, conforme cronograma ou solicitações emitidas pelo órgão responsável durante a vigência contratual.

4.3.8 Produtos da Contratação

A contratação deverá resultar na entrega de:

- laudos técnicos de avaliação imobiliária devidamente assinados pelo responsável técnico;

- documentação técnica que comprove a metodologia e os dados utilizados;
- registros fotográficos das vistorias realizadas;
- planilhas e memórias de cálculo utilizadas nas avaliações.

4.3.9 Delimitação do Escopo

A contratação deverá abranger apenas imóveis classificados como urbanos, não contemplando imóveis rurais, salvo eventual redefinição do objeto pela Administração.

4.4. DA VISITA TÉCNICA: Não será exigida das licitantes visita técnica obrigatória no local onde serão realizados os serviços. Caso a empresa tenha interesse em conhecer o local onde os serviços serão executados, poderá agendar visita junto ao Responsável, através do telefone (19) 3565-8041 ou pelo e-mail planejamento@pirassununga.sp.gov.br. A visita técnica deverá ser executada por representante da empresa interessada, desde que esteja devidamente credenciado através de instrumento público ou particular de procuração com poderes para praticar a visita. A não apresentação da credencial impossibilitará a realização da visita técnica.

O não comparecimento ou falta de interesse do licitante em realizar a visita técnica, implicará seu pleno conhecimento e total aceitação quanto as condições para a execução dos serviços, não podendo alegar qualquer ignorância e/ou desconhecimento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO OBJETO

5.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com o descrito no item 01 deste Termo de Referência.

5.1.1. Todas as ordens no decorrer da execução dos serviços deverão ser dadas expressamente pelo Senhor Secretário Municipal de Planejamento ou

por seu preposto expressamente nomeado.

5.2. Prazo de vigência contratual e prazo de execução dos serviços: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, observadas as condições estabelecidas nos artigos 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. O prazo para início dos serviços será de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço pela Unidade Requisitante.

5.3.1 A realização das avaliações serão conforme demandas previamente aprovadas pela Secretaria Municipal de Planejamento.

5.4. REQUISITOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO:

5.4.1. Serão condições de aceitabilidade dos serviços, sua execução em total acordo com o discriminado neste Termo de Referência e conferido pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização.

5.4.2. Ocorrendo na execução do objeto contrato incompatibilidades, erros, ou falhas, a Unidade Requisitante não aceitará o mesmo, devendo a Contratada proceder as devidas correções no prazo estipulado pela Administração, sem qualquer ônus ao município.

5.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.5.1. Organizar-se técnica e administrativamente, de modo a cumprir com eficiência o objeto licitado.

5.5.2. Permitir e facilitar à Contratante o acompanhamento e verificação dos serviços em realização, o que não isentará a Contratada de suas

responsabilidades.

5.5.3. Refazer, às suas expensas, os serviços executados com erro ou imperfeição técnica, salvo se decorrentes de informação errônea da Contratante, sem prejuízo das multas contratuais.

5.5.4. As irregularidades deverão ser sanadas de acordo com a indicação da Contratante, no prazo máximo estipulado pela Contratante, contados do recebimento pela Contratada da notificação por escrito.

5.5.5. Responsabilizar-se pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como tomando ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

5.5.6. Comunicar formalmente à Contratante a ocorrência de qualquer anormalidade ou irregularidade nos serviços, bem como, eventuais motivos que impeçam a realização dos trabalhos;

5.5.7. Responsabilizar-se-á civil e criminalmente por todo e qualquer dano causado ao Município ou a terceiros, decorrente da má qualidade ou defeito dos materiais empregados;

5.5.8. Manter preposto, para representá-la na execução do contrato;

5.5.9. Todas as despesas diretas, indiretas, funcionários em geral, combustível, alimentação, estadia, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato, sem qualquer exceção, que incidirem sobre o contrato ou sobre os serviços contratados, encargos sociais, fiscais e o que mais de direito, correrão por conta exclusiva da contratada.

5.5.10. É de responsabilidade da contratada a apresentação e comprovante de recolhimento da ART.

5.5.11. É responsabilidade da contratada civil e criminalmente pelos funcionários registrados e também na área de segurança e saúde do

trabalhador, regida pela Legislação vigente, bem como fornecimento de todos os equipamentos de segurança (EPI´s).

5.5.12. Será de responsabilidade da Contratada apresentação de laudos de segurança exigidos pelo Ministério do Trabalho e Ministério da Previdência Social (PCMAT/PPRA, LTCAT, PCMSO), quando couber.

5.5.13. A contratada responsabilizar-se-á civil e criminalmente por todo e qualquer dano causado ao Município ou a terceiros, decorrente da má qualidade ou defeito dos materiais desde a sua produção, bem como falha, erro ou inobservância das normas legais relativa à execução dos serviços.

5.5.14. Atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos em lei.

5.6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.6.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.6.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado;

5.6.3 Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

5.6.4 Pagar ao contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital da licitação;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:

6.1.1. O objeto contratado deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2. A execução do objeto contratado deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos, obedecido ao disposto nos artigos 26, 27 e 28 do Decreto Municipal nº 8.819/2024, disponível no seguinte endereço: www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos

6.1.2.1. As ocorrências relacionadas à execução do contrato, deverão obedecer ao disposto no artigo 25 do Decreto Municipal nº 8.819/2024, disponível no seguinte endereço: www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos.

6.1.3. A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato, obedecido ao disposto no artigo 24 do Decreto Municipal nº 8.819/2024, disponível no seguinte endereço: www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos.

6.1.4 As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica (e-mail) para esse fim.

6.1.5 A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.6. Ficará o contratado, sujeito às penalidades descritas no campo Sanções Administrativas do edital da licitação, pelo não cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

6.2 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO:

6.2.1. A avaliação da execução do objeto será realizada pelo Fiscal do contrato ou por servidor habilitado, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.2.2. A contratada deverá encaminhar a Nota Fiscal no e-mail do Fiscal do Contrato (planejamento@pirassununga.sp.gov.br).

6.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente, indicados pelo contratado.

6.2.4. O prazo pagamento será indicado pela Secretaria Municipal de Finanças e constará no Edital da licitação em campo próprio.

6.3. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:

6.3.1 Executado, o objeto será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo de homologação detalhado, **em até 15 (quinze) dias úteis,** quando verificado o cumprimentos das exigências de caráter técnico.

b) Definitivamente, pelo Fiscal do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, **em até 30 (trinta) dias úteis** da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório.

6.3.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o Contrato/Termo de Referência.

6.3.3. Constatadas irregulares no objeto, o Fiscal do Contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

6.3.3.1. Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações deste Termo de Referência, determinando sua correção.

6.3.3.2. Determinar sua complementação ou se houver diferença de quantidades ou de partes.

6.3.3.3. As irregularidades deverão ser sanadas pela contratada, no prazo máximo estipulado pela Administração, contados do recebimento por ela da notificação por escrito mantido o preço inicialmente ofertado.

6.4.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.4.4. O recebimento provisório e definitivo também deverão obedecer, no que couber, o disposto no artigo 29 do Decreto Municipal nº 8.819/2024, disponível no seguinte endereço: www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O objeto será contratado mediante ***DISPENSA*** e a modalidade **será indicada pela Seção de Contratações com base na documentação apresentada pelo requisitante no respectivo protocolo do processo de compras.**

7.2. O critério de julgamento será o de menor preço.

7.3. Por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, será realizada consulta aos seguintes cadastros:

7.3.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São

Paulo;

7.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União; e

7.3.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da 6.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Não há necessidade do parcelamento da solução, por se tratar de um único item.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Funcional programática: 04.122.1033-2.055

Ficha: 83

Código de Aplicação: 110.0000

N° do órgão: 05

Fonte e Recurso: Próprio

9.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. RESPONSÁVEIS

Aurélio Palaveri Zamaro
Engenheiro Agrimensor
CPF 259.96.508-13

AURELIO PALAVERI ZAMARO: 25996750813

Assinado digitalmente por AURELIO PALAVERI ZAMARO:25996750813
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16749299000111, OU=videoconferencia, CN=AURELIO PALAVERI ZAMARO:25996750813
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026.05.13 10:00:47-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.4

O futuro fiscal será o responsável pela fase de planejamento (Art. 22 do Decreto Municipal nº 8819/2024).

Pirassununga, 12 de maio de 2026.

_____

Fausto Victorelli Júnior

Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Juntada de Documentos

Data e Hora:	14/05/2026 08:07:55
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Qtd. Páginas:	4
Página Início:	182
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	PESQUISA DE PREÇO NOVO

JUSTIFICATIVA DISPENSA E JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados para **avaliação de imóveis urbanos pertencentes ao Município**, com a finalidade de subsidiar a gestão patrimonial e a implementação de políticas públicas.

A solução pretendida consiste na contratação do **Programa CAIXA Políticas Públicas**, operacionalizado por instituição financeira pública federal, que atua como agente técnico na prestação de serviços de apoio à Administração Pública.

O enquadramento da presente contratação por **dispensa de licitação** encontra fundamento no **art. 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021**, o qual dispõe ser dispensável a licitação para a contratação de bens ou serviços com órgão ou entidade da Administração Pública que possua atribuição legal compatível com o objeto da contratação.

No caso em análise, verifica-se que:

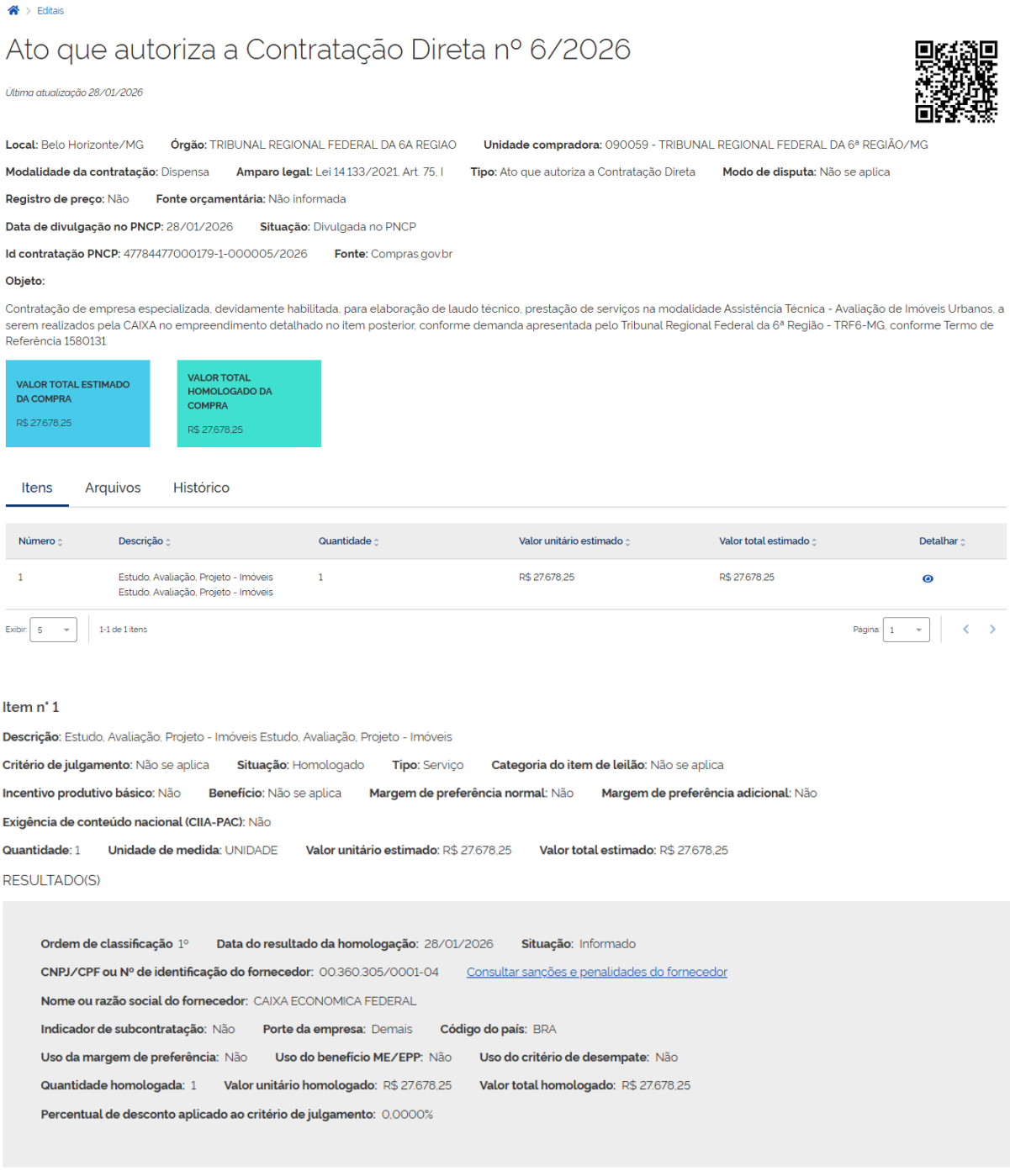
- **Natureza da entidade contratada**
  A instituição a ser contratada integra a Administração Pública Federal, possuindo natureza jurídica de empresa pública, com atuação consolidada no apoio técnico a entes federativos.
- **Compatibilidade institucional com o objeto**
  A prestação de serviços no âmbito do programa em questão está diretamente relacionada às atribuições institucionais da entidade, que incluem a execução de atividades de assistência técnica, avaliação de imóveis e suporte à implementação de políticas públicas.
- **Especialização e estrutura técnica**
  A contratada dispõe de estrutura técnica qualificada e rede credenciada de profissionais especializados, garantindo a execução dos serviços com elevado padrão de qualidade, em conformidade com normas técnicas aplicáveis, especialmente a ABNT NBR 14.653.
- **Interesse público na contratação**
  A contratação permitirá ao Município obter avaliações imobiliárias confiáveis e tecnicamente fundamentadas, essenciais para a correta gestão do patrimônio público, planejamento urbano e tomada de decisões estratégicas relacionadas à implementação de políticas públicas.
- **Vantajosidade da contratação**
  A solução apresenta vantagens relacionadas à segurança técnica, padronização metodológica e credibilidade institucional, reduzindo riscos de questionamentos futuros e conferindo maior robustez aos atos administrativos que dependam das avaliações realizadas.

Variabilidade dos preços no mercado

Ressalta-se que, por se tratar de serviços de **avaliação de imóveis**, os valores obtidos na pesquisa de preços abaixo, tendem a apresentar significativa variação, em razão das particularidades de cada

bem avaliado, tais como **área de terreno, área construída, localização, tipologia e estado de conservação**. Essas variáveis impactam diretamente na complexidade do serviço e na metodologia a ser aplicada, dificultando a obtenção de parâmetros homogêneos e comparáveis no mercado.

PESQUISA DE PREÇO



Editais

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 6/2026

Última atualização 28/01/2026

Local: Belo Horizonte/MG **Órgão:** TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6A REGIAO **Unidade compradora:** 090059 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO/MG

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, I **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica

Registro de preço: Não **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 28/01/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 47784477000179-1-000005/2026 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Contratação de empresa especializada, devidamente habilitada, para elaboração de laudo técnico, prestação de serviços na modalidade Assistência Técnica - Avaliação de Imóveis Urbanos, a serem realizados pela CAIXA no empreendimento detalhado no item posterior, conforme demanda apresentada pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região - TRF6-MG, conforme Termo de Referência 1580131.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA
R$ 27.678,25

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 27.678,25

Itens | Arquivos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Estudo, Avaliação, Projeto - Imóveis Estudo, Avaliação, Projeto - Imóveis	1	R$ 27.678,25	R$ 27.678,25	

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Item nº 1

Descrição: Estudo, Avaliação, Projeto - Imóveis Estudo, Avaliação, Projeto - Imóveis

Critério de julgamento: Não se aplica **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Não se aplica **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 1 **Unidade de medida:** UNIDADE **Valor unitário estimado:** R$ 27.678,25 **Valor total estimado:** R$ 27.678,25

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 28/01/2026 **Situação:** Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 00.360.305/0001-04 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome ou razão social do fornecedor: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Indicador de subcontratação: Não **Porte da empresa:** Demais **Código do país:** BRA

Uso da margem de preferência: Não **Uso do benefício ME/EPP:** Não **Uso do critério de desempate:** Não

Quantidade homologada: 1 **Valor unitário homologado:** R$ 27.678,25 **Valor total homologado:** R$ 27.678,25

Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%

Editais

Ato que autoriza a Contratação Direta nº DL54/2025/2025

Última atualização 20/10/2025

Local: Peritiba/SC **Órgão:** MUNICIPIO DE PERITIBA **Unidade compradora:** 1 - Município de Peritiba

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica

Registro de preço: Não **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 20/10/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 82815085000120-1-000263/2025 **Fonte:** Pública Tecnologia Ltda.

Objeto:

O objeto da presente dispensa de licitação é a prestação de serviços de Assistência Técnica em Avaliação de Imóveis Urbanos, no âmbito do produto "CAIXA Políticas Públicas" do Município de Peritiba.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 22.694,78	R$ 22.694,78

Itens | Arquivos | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Avaliação de Imóvel – Matrícula nº 28.309 – 430,20 m2 – terreno/imóvel para fins de implantação de política pública.	1	R$ 8.261,89	R$ 8.261,89	
2	Avaliação de Imóvel – Matrícula nº 22.036 – 7.802,37 m2 – terreno/imóvel para fins de implantação de política pública	1	R$ 14.432,89	R$ 14.432,89	

Exibir: 5 | 1-2 de 2 itens | Página: 1

Item nº 1

Descrição: Avaliação de Imóvel – Matrícula nº 28.309 – 430,20 m2 – terreno/imóvel para fins de implantação de política pública.

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Não se aplica **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 1 **Unidade de medida:** UN **Valor unitário estimado:** R$ 8.261,89 **Valor total estimado:** R$ 8.261,89

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 20/10/2025 **Situação:** Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 00.360.305/0001-04 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome ou razão social do fornecedor: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Indicador de subcontratação: Não **Porte da empresa:** Não Informado **Código do país:** BRA

Uso da margem de preferência: Não **Uso do benefício ME/EPP:** Não **Uso do critério de desempate:** Não

Quantidade homologada: 1 **Valor unitário homologado:** R$ 8.261,89 **Valor total homologado:** R$ 8.261,89

Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%

Item nº 2

Descrição: Avaliação de Imóvel – Matrícula nº 22.036 – 7.802,37 m2 – terreno/imóvel para fins de implantação de política pública

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Não se aplica **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 1 **Unidade de medida:** UN **Valor unitário estimado:** R$ 14.432,89 **Valor total estimado:** R$ 14.432,89

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 20/10/2025 **Situação:** Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 00.360.305/0001-04 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome ou razão social do fornecedor: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Indicador de subcontratação: Não **Porte da empresa:** Não Informado **Código do país:** BRA

Uso da margem de preferência: Não **Uso do benefício ME/EPP:** Não **Uso do critério de desempate:** Não

Quantidade homologada: 1 **Valor unitário homologado:** R$ 14.432,89 **Valor total homologado:** R$ 14.432,89

Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%

Editais

Ato que autoriza a Contratação Direta nº DL 44/2025

Última atualização 26/06/2025

Local: Saltinho/SC **Órgão:** MUNICIPIO DE SALTINHO **Unidade compradora:** CIN509 - MUNICÍPIO DE SALTINHO

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, IX **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica

Registro de preço: Não **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 26/06/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 01612844000156-1-000061/2025 **Fonte:** Betha Sistemas

Objeto:

CONTRATAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, EMPRESA PÚBLICA FEDERAL QUE DETÉM ATUAÇÃO EXCLUSIVA NO ÂMBITO DO PRODUTO "CAIXA POLÍTICAS PÚBLICAS", PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE SALTINHO, ESTADO DE SANTA CATARINA, COMPREENDENDO: TERRENO URBANO MATRICULADO SOB O Nº 12.388, COM ÁREA DE 362,50 M². TERRENO URBANO MATRICULADO SOB O Nº 12.417, COM ÁREA DE 362,50 M².

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 15.336,96	R$ 15.336,96

Itens | Arquivos | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Assistência Técnica Avaliação de Imóveis Urbanos Terreno 1 – matrícula nº 12.388 – Área de 362,50 m2 Parecer de Assistência Técnica acompanhado do Laudo de Avaliação	1	R$ 7.668,48	R$ 7.668,48	
2	Assistência Técnica Avaliação de Imóveis Urbanos Terreno 2 – matrícula nº 12.417 – Área de 362,50 m2 Parecer de Assistência Técnica acompanhado do Laudo de Avaliação	1	R$ 7.668,48	R$ 7.668,48	

Exibir: 5 | 1-2 de 2 itens | Página: 1

Item nº 1

Descrição: Assistência Técnica Avaliação de Imóveis Urbanos Terreno 1 – matrícula nº 12.388 – Área de 362,50 m2 Parecer de Assistência Técnica acompanhado do Laudo de Avaliação

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Sem benefício **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 1 **Unidade de medida:** UNIDADE **Valor unitário estimado:** R$ 7.668,48 **Valor total estimado:** R$ 7.668,48

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 26/06/2025 **Situação:** Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 00.360.305/0001-04 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome ou razão social do fornecedor: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Indicador de subcontratação: Não **Porte da empresa:** Demais **Código do país:** BRA

Uso da margem de preferência: Não **Uso do benefício ME/EPP:** Não **Uso do critério de desempate:** Não

Quantidade homologada: 1 **Valor unitário homologado:** R$ 7.668,48 **Valor total homologado:** R$ 7.668,48

Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%

Item nº 2

Descrição: Assistência Técnica Avaliação de Imóveis Urbanos Terreno 2 – matrícula nº 12.417 – Área de 362,50 m2 Parecer de Assistência Técnica acompanhado do Laudo de Avaliação

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Sem benefício **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 1 **Unidade de medida:** UNIDADE **Valor unitário estimado:** R$ 7.668,48 **Valor total estimado:** R$ 7.668,48

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 26/06/2025 **Situação:** Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 00.360.305/0001-04 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome ou razão social do fornecedor: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Indicador de subcontratação: Não **Porte da empresa:** Demais **Código do país:** BRA

Uso da margem de preferência: Não **Uso do benefício ME/EPP:** Não **Uso do critério de desempate:** Não

Quantidade homologada: 1 **Valor unitário homologado:** R$ 7.668,48 **Valor total homologado:** R$ 7.668,48

Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%

FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873 AURELIO PALAVERI ZAMARO:25996750813

Assinado digitalmente por FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16749299000111, OU=videoconferencia, CN=FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: 28111991
Data: 2026.05.13 16:44:07-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

Assinado digitalmente por AURELIO PALAVERI ZAMARO:25996750813
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16749299000111, OU=videoconferencia, CN=AURELIO PALAVERI ZAMARO:25996750813
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026.05.13 10:03:50-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.4

Juntada de Documentos

Data e Hora:	14/05/2026 08:41:56
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Qtd. Páginas:	2
Página Início:	187
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	ATA DE JULGAMENTO

ATA DE JULGAMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Número do Processo: 5789/2025
Órgão/Entidade: Município de Pirassununga – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
Objeto: Contratação do serviço de Avaliação de Imóveis.
Fundamento Legal: artigo 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 8.904/2025

Data e Hora da Abertura: 16/04/2026 às 09:30 horas.

Presentes:
Aurélio Palaveri Zamaro e Letícia Haiter Scatolini

I – ABERTURA:
Ás 09:30 horas do dia 16 de abril de 2026, foi declarada aberta a presente sessão de julgamento referente ao processo de Dispensa de Licitação, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para contratação do serviço de Avaliação de Imóveis, em conformidade com o Artigo 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021

II – ANÁLISE DAS PROPOSTAS:

Por se enquadrar no Artigo 75, inciso IX (para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;), foi utilizada somente uma proposta:

Empresa: Caixa Econômica Federal – Programa Caixa Políticas Públicas – Avaliação de Imóveis
CNPJ/CPF: 00.360.305/0001-04
Valor Total Proposto: R$ 431.248,44

Após análise da proposta apresentada, verificou-se que a mesma atende às especificações do objeto definidas no Termo de Referência (TR), seguindo para a fase de Habilitação.

III – ANÁLISE DA HABILITAÇÃO:
Em conformidade com o Artigo 62 da Lei 14.1333/2021, foram verificadas as seguintes certidões e documentos de habilitação do fornecedor melhor classificado na forma global
Regularidade Fiscal Federal: Regular
Regularidade Fiscal Social: Regular.
Regularidade Trabalhista. Regular.
Regularidade Fiscal Municipal: Regular
Regularidade Fiscal Estadual: Regular
Regularidade FGTS: Regular
Certidão Negativa de Impedimento de Contratar com o Poder Público (TCE-SP): Regular.
Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) /Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP): Regular.

Constatou-se que o FORNECEDOR APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE FORMA REGULAR, atendendo a todas as exigências estabelecidas.

IV – JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO:
Considerando o critério de julgamento por menor valor e regularidade da documentação de habilitação:
Empresa: Caixa Econômica Federal – Programa Caixa Políticas Públicas – Avaliação de Imóveis
CNPJ/CPF: 00.360.305/0001-04
Valor Total Proposto: R$ 431.248,44

Pirassununga, 12 de maio de 2026

AURELIO PALAVERI ZAMARO: 25996750813

Assinado digitalmente por AURELIO PALAVERI ZAMARO: 25996750813
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16749299000111, OU=videoconferencia, CN=AURELIO PALAVERI ZAMARO:25996750813
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026.05.14 08:38:55-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2

Aurélio Palaveri Zamaro
Engenheiro Agrimensor
Secretaria de Planejamento

LETICIA HAITER SCATOLINI:45178858875

Assinado de forma digital por LETICIA HAITER SCATOLINI:45178858875
Dados: 2026.05.12 16:19:28 -03'00'

Letícia Haiter Scatolini
Escriturária
Secretaria de Planejamento

Juntada de Documentos

Data e Hora:	14/05/2026 08:42:46
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	190
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	CND FGTS

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.360.305/0001-04
Razão Social: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Endereço: Q SBS QUADRA 4 BLOCO A LOTES 3/4 S/N QUADRA4 / ASA SUL / BRASILIA / DF / 70092-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/04/2026 a 21/05/2026

Certificação Número: 2026042209480419725235

Informação obtida em 12/05/2026 15:33:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Juntada de Documentos

Data e Hora:	14/05/2026 09:44:59
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Qtd. Páginas:	6
Página Início:	192
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	ETP NOVO

976/2026 - Avaliação de imóveis

Informações Básicas

Setor requisitante: Secretaria Municipal de Planejamento

Número do Processo: 5789/2025

Responsável(is): ALBERTO BUZZATTO JEREZ OROZCO

---

1 - Descrição da Necessidade de Contratação

A Administração Pública Municipal de Pirassununga identificou a necessidade de realizar a **avaliação técnica do valor de mercado de diversos imóveis urbanos de sua propriedade**, localizados em diferentes regiões do município. Esses imóveis possuem distintas características quanto à área de terreno, área construída, localização, tipologia e destinação, sendo atualmente utilizados ou passíveis de utilização em diversas políticas públicas municipais.

A inexistência de avaliações atualizadas e tecnicamente fundamentadas desses ativos imobiliários dificulta a adequada gestão patrimonial e a tomada de decisões estratégicas relacionadas à implementação de políticas públicas. Nesse contexto, torna-se necessária a realização de **laudos de avaliação imobiliária elaborados com base em metodologia técnica reconhecida**, em especial conforme os critérios da **ABNT NBR 14.653 – Avaliação de Bens**, utilizando preferencialmente o método comparativo direto de dados de mercado.

A contratação de serviços especializados para **diagnóstico, análise documental, caracterização dos ativos imobiliários, vistoria técnica e elaboração de laudos de avaliação** mostra-se necessária para garantir que o município disponha de informações confiáveis e atualizadas sobre o valor de seus imóveis urbanos.

2 - Previsão da Contratação no PCA

Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual (PCA):

Previsto

Observações:

Previsto sob a DFD 4782/2026

3 - Requisitos da Contratação

A contratação de serviços técnicos especializados para avaliação de imóveis urbanos deverá observar requisitos mínimos de natureza técnica, profissional, operacional e normativa, garantindo a qualidade dos laudos produzidos e a segurança técnica das informações que subsidiarão a gestão patrimonial e as políticas públicas do Município.

1. Requisitos Mínimos

1.1 Qualificação Técnica

A empresa ou profissional contratado deverá comprovar capacidade técnica para a execução de serviços de **avaliação imobiliária**, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem experiência na realização de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

1.2 Responsabilidade Técnica

Os serviços deverão ser executados por **profissional legalmente habilitado**, com registro ativo no respectivo conselho profissional competente, tais como:

- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); ou
- Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Deverá ser apresentada a correspondente **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** ou **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)** referente aos serviços executados.

1.3 Conformidade com Normas Técnicas

As avaliações deverão ser realizadas em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente:

- **ABNT NBR 14.653 – Avaliação de Bens** (partes aplicáveis);
- demais normas técnicas relacionadas à avaliação imobiliária e engenharia de avaliações.

1.4 Escopo Técnico dos Serviços

A prestação dos serviços deverá contemplar, no mínimo, as seguintes atividades:

- análise da documentação imobiliária apresentada pelo Município, incluindo matrículas e demais registros disponíveis;
- caracterização e identificação dos imóveis;
- mapeamento e segregação dos ativos imobiliários;
- vistoria técnica dos imóveis, preferencialmente externa e interna, quando possível;
- levantamento de dados de mercado imobiliário comparáveis;
- aplicação de metodologia adequada para determinação do valor de mercado;
- elaboração de laudos técnicos de avaliação.

1.5 Metodologia de Avaliação

A determinação do valor de mercado deverá ser realizada preferencialmente por meio do **método comparativo direto de dados de mercado**, podendo ser utilizada **regressão linear múltipla**, conforme previsto na norma técnica aplicável, quando houver disponibilidade de dados suficientes.

1.6 Conteúdo Mínimo dos Laudos

Os laudos de avaliação deverão conter, no mínimo:

- identificação e caracterização do imóvel avaliado;
- descrição da localização e características físicas;
- análise da documentação disponível;
- metodologia de avaliação adotada;
- análise de mercado e dados comparativos;
- memória de cálculo;
- valor de mercado estimado;

- registros fotográficos e demais anexos técnicos necessários.

1.7 Forma de Execução

Os serviços deverão ser executados **sob demanda da Administração Municipal**, conforme cronograma ou solicitações emitidas pelo órgão responsável durante a vigência contratual.

1.8 Produtos da Contratação

A contratação deverá resultar na entrega de:

- laudos técnicos de avaliação imobiliária devidamente assinados pelo responsável técnico;
- documentação técnica que comprove a metodologia e os dados utilizados;
- registros fotográficos das vistorias realizadas;
- planilhas e memórias de cálculo utilizadas nas avaliações.

1.9 Delimitação do Escopo

A contratação deverá abranger **apenas imóveis classificados como urbanos**, não contemplando imóveis rurais, salvo eventual redefinição do objeto pela Administração.

4 - Levantamento de Mercado

Opções selecionadas:

- Programa Caixa Políticas Públicas
  - Pontos positivos:
    - Elevado nível de credibilidade institucional
    - Metodologia padronizada e aderente às normas técnicas
    - Rede técnica especializada
    - Apoio à gestão de políticas públicas; implantação de empreendimentos habitacionais; instalação de equipamentos públicos (saúde, educação, assistência social, segurança); gestão estratégica do patrimônio imobiliário público.
    - Redução de riscos técnicos e jurídicos
    - Possibilidade de contratação como assistência técnica especializada.
  - Pontos negativos:
    - Custo potencialmente mais elevado
    - Menor flexibilidade operacional
    - Dependência da estrutura operacional da instituição
    - Escopo restrito em determinadas situações
    - Necessidade de formalização institucional

5 - Consolidação do Levantamento

Primeira alternativa - Programa Caixa Políticas Públicas:

O programa Caixa Políticas Públicas tem como finalidade definir valores de avaliação de imóveis urbanos, visando subsidiar os municípios em suas operações voltadas à implementação e à gestão de políticas públicas. Dessa forma, a Avaliação dos Imóveis Urbanos ofertada como uma assistência técnica da CAIXA, objetiva a subsidiar a tomada de decisão do cliente na implementação de políticas públicas para fins de implantação de unidades/empreendimentos habitacionais e/ou de equipamentos públicos de saúde, educação, lazer, assistência social, segurança e demais ações necessárias à implantação de políticas públicas

Vantagens:

Elevado nível de credibilidade institucional
Metodologia padronizada e aderente às normas técnicas
Rede técnica especializada
Apoio à gestão de políticas públicas; implantação de empreendimentos habitacionais; instalação de equipamentos públicos (saúde, educação, assistência social, segurança); gestão estratégica do patrimônio imobiliário público.
Redução de riscos técnicos e jurídicos
Possibilidade de contratação como assistência técnica especializada.

Desvantagens:
Custo potencialmente mais elevado
Menor flexibilidade operacional
Dependência da estrutura operacional da instituição
Escopo restrito em determinadas situações
Necessidade de formalização institucional

Opção Escolhida

Programa Caixa Políticas Públicas

Justificativa da Opção Escolhida

Após análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade de avaliação do valor de mercado dos imóveis pertencentes ao Município, conclui-se que a contratação por meio do Programa CAIXA Políticas Públicas se apresenta como a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e de segurança jurídica.

No que se refere ao enquadramento jurídico, a presente contratação por **dispensa de licitação** encontra fundamento no **art. 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021**, o qual dispõe ser dispensável a licitação para a contratação de bens ou serviços com órgão ou entidade da Administração Pública que possua atribuição legal compatível com o objeto da contratação.

No caso em análise, verifica-se que os serviços de avaliação imobiliária demandam elevado grau de especialização técnica, utilização de metodologia específica e conhecimento aprofundado do mercado imobiliário, sendo prestados no âmbito de programa institucional estruturado, com características próprias de execução, o que reforça a inviabilidade de competição em condições equivalentes.

Dessa forma, a escolha da solução mostra-se adequada e devidamente justificada, atendendo ao interesse público, à necessidade administrativa identificada e aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e segurança jurídica.

6 - Descrição da Solução Como um Todo:

A solução escolhida para atender à necessidade da Administração Pública Municipal de Pirassununga consiste na contratação dos serviços de Avaliação de Imóveis Urbanos por meio do Programa Caixa Políticas Públicas, ofertado pela Caixa Econômica Federal. Essa solução fundamenta-se na expertise técnica consolidada da Caixa, que conta com uma rede de profissionais especializados e metodologia padronizada e reconhecida nacionalmente, compatível com as melhores práticas do setor e aderente às normas técnicas aplicáveis, especialmente à ABNT NBR 14.653 – Avaliação de Bens. O programa oferece avaliações baseadas, prioritariamente, no método comparativo direto de dados de mercado, utilizando fontes atualizadas e reconhecidas de informações do segmento imobiliário local, o que assegura a consistência dos resultados. Os laudos técnicos elaborados atendem a todos os requisitos essenciais para a gestão eficiente do patrimônio público municipal, incluindo detalhamento da caracterização dos ativos imobiliários, análise documental, vistorias técnicas qualitativas e quantitativas, exposição criteriosa da metodologia empregada, memória de cálculo, registros fotográficos e fundamentação das conclusões sobre o valor de mercado dos imóveis avaliados. Ao adotar essa solução, o Município passa a contar com informações objetivas, confiáveis e atualizadas sobre o valor de seus imóveis urbanos, promovendo maior segurança para tomadas de decisão estratégicas relacionadas à adoção, à ampliação ou à reestruturação de políticas públicas nas áreas de habitação, saúde, educação, assistência social, segurança, lazer e em demais equipamentos públicos. A credibilidade institucional da Caixa e seu histórico de apoio aos entes públicos na implantação de políticas públicas contribuem para a redução de riscos técnicos e jurídicos associados à avaliação patrimonial, além de proporcionar maior transparência e rastreabilidade aos atos administrativos. A estrutura técnica da Caixa assegura que as avaliações sejam realizadas por profissionais devidamente qualificados e registrados nos conselhos competentes, com emissão dos devidos registros de

responsabilidade técnica, cumprindo todas as exigências normativas e legais pertinentes. A entrega dos produtos contratados — laudos de avaliação e documentação técnica de suporte — ocorre de forma estruturada, garantindo a adequada formalização das informações e o atendimento ao interesse público. Com esta solução, o Município de Pirassununga supre a carência identificada de avaliações imobiliárias atualizadas, qualificadas e formalmente reconhecidas, fortalecendo a gestão patrimonial e permitindo que suas ações sejam pautadas por informações técnicas de alto nível, indispensáveis tanto para a gestão cotidiana como para o suporte à tomada de decisões estratégicas de longo prazo, em alinhamento pleno aos requisitos normativos e ao interesse público municipal.

7 - Estimativa do Quantitativo

No total são 51 (cinquenta e um) imóveis a serem avaliados, com distintas área de terreno, localização e área construída.

Observações

A avaliação será realizada conforme demanda da administração, autorizado pelo Secretário da pasta do Planejamento ou substituto nomeado.

8 - Estimativa de Preço

Os quantitativos estão referenciados no(s) anexo(s):

- avaliação de imóveis.csv

9 - Justificativa Para Parcelamento

Não Parcelamento, em virtude do(s) seguinte(s) motivo(s):

- A economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor.

10 - Providências a Serem Tomadas Previamente ao Contrato

- Capacitação dos fiscais e gestores de contratos.

11 - Contratações Correlatas / Interdependentes

Contratações Correlatas / Interdependentes

Não há.

12 - Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

No contexto da contratação de serviços especializados para avaliação de imóveis urbanos pela Administração Pública Municipal de Pirassununga, com base no Programa Caixa Políticas Públicas, é fundamental a análise dos possíveis impactos ambientais relacionados à execução dos serviços, mesmo que o objeto principal da contratação seja a elaboração de laudos técnicos e não envolva diretamente intervenções físicas nos imóveis. Contudo, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, a dimensão ambiental da sustentabilidade deve ser considerada em todas as fases da contratação pública, inclusive nos serviços técnicos. Possíveis Impactos Ambientais O principal impacto ambiental relacionado à contratação está associado às atividades de vistoria e inspeção dos imóveis, que envolvem o deslocamento de equipes técnicas – seja por transporte individual motorizado (automóveis, motocicletas) ou coletivo – e o acesso, em alguns casos, ao interior de edificações e áreas urbanas. Esse deslocamento resulta em emissões de gases de efeito estufa (GEE), consumo de combustíveis fósseis e potencial geração de resíduos em pequena escala (como impressão de documentos, consumo de materiais descartáveis, etc.). Adicionalmente, se as vistorias envolverem imóveis com áreas verdes remanescentes ou edificações históricas, há uma possibilidade, ainda que remota, de impactos decorrentes do acesso humano, como pisoteio de vegetação, perturbação da fauna urbana ou contato inadequado com áreas de interesse ambiental ou cultural. Outro aspecto ambiental diz respeito ao uso racional de recursos naturais durante as atividades de campo e escritório, como consumo de energia elétrica, papel e água. Embora a natureza do serviço seja predominantemente intelectual, o elevado número de imóveis a serem avaliados pode, cumulativamente, potencializar seu impacto ambiental indireto. Por fim, destaca-se a eventual manipulação ou descarte

de documentos, materiais de escritório e resíduos eletrônicos, provenientes da digitalização, impressão e armazenamento das informações nos sistemas da contratada, com potencial geração de resíduos sólidos urbanos. Medidas Mitigadoras Com o objetivo de mitigar esses impactos, a Administração pode adotar um conjunto de ações preventivas e de contingência, tanto em seus requisitos contratuais quanto nas orientações aos profissionais envolvidos. Inicialmente, recomenda-se a priorização do uso de ferramentas digitais e meios eletrônicos para a condução das atividades, promovendo a digitalização de documentos, compartilhamento de informações em formato eletrônico e minimização da necessidade de impressões. Para os registros fotográficos, recomenda-se a utilização de dispositivos eletrônicos que possibilitem a transferência de dados sem impressão, reduzindo significativamente o consumo de papel e de outros insumos. Em relação aos deslocamentos para vistoria, a mitigação pode ser alcançada pela adoção de roteirização otimizada, de modo a reduzir o número de viagens e, consequentemente, as emissões veiculares. Sempre que possível, deve-se encorajar o uso de veículos com menor impacto ambiental, preferencialmente da frota com baixa emissão ou veículos compartilhados. A realização de vistorias externas, quando suficiente ao objeto, ou a utilização de soluções remotas – como vistorias assistidas por videoconferência, especialmente em imóveis com acesso restrito ou previamente mapeados – também contribuem para a minimização dos deslocamentos e, assim, da pegada de carbono associada ao serviço. Durante a execução das vistorias presenciais, é fundamental estabelecer boas práticas de acesso e circulação nos imóveis, evitando danos à vegetação, à fauna e a elementos edificados ou tombados. Recomenda-se treinamento prévio das equipes sobre respeito a áreas verdes, o não acesso a áreas ambientalmente sensíveis sem autorização, bem como a observância das normas de proteção do patrimônio histórico-cultural, caso os imóveis apresentem essa característica. Em relação ao consumo de energia, papel e água, tanto na sede da contratada quanto nas atividades de campo, sugere-se a adoção de procedimentos de uso restrito e racional, como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis (quando possível), equipamentos eletrônicos eficientes, reutilização de folhas para impressões provisórias, destinação adequada de resíduos e reciclagem de todos os resíduos gerados. Deve-se também requerer que a contratada promova a correta destinação dos resíduos eletrônicos e de materiais obsoletos, em conformidade com a legislação ambiental vigente. Além dessas ações, é pertinente incluir nos instrumentos de contratação cláusulas de respeito aos princípios da sustentabilidade, exigindo da contratada a implementação de práticas de gestão ambiental durante a execução dos serviços, bem como evidências de cumprimento dessas práticas em relatórios de acompanhamento ou auditorias. Considerando que a contratação não abrange intervenções construtivas, supressão de vegetação, movimentação de solo nem alteração de uso do solo urbano, ressalta-se que os impactos ambientais previstos são de relativa baixa magnitude e facilmente controláveis com o conjunto de medidas preventivas e corretivas mencionadas. Ainda assim, seu reconhecimento e tratamento demonstram o compromisso da Administração com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental na gestão pública. Dessa forma, ao incorporar tais medidas mitigadoras ao planejamento, acompanhamento e fiscalização do contrato, o Município de Pirassununga fortalece a responsabilidade ambiental de sua atuação, garantindo que mesmo atividades predominantemente técnicas sejam conduzidas de modo eficiente, sustentável e alinhado às diretrizes legais e normativas aplicáveis à gestão pública contemporânea.

13 - Resultados Pretendidos

Resultados Pretendidos

- Atendimento da necessidade registrada no Título 1 deste Estudo Técnico Preliminar.
- Ganho em termos de:
  - Economia.
  - Potencial de execução de política pública.
  - Segurança institucional.
  - Otimização processual.

14 - Posicionamento Conclusivo Sobre a Viabilidade da Contratação

Em face dos dados e análises expostas nas seções pretéritas deste documento, consigna-se a viabilidade da contratação, de forma a atender a necessidade em tela.

Anexos:

- Proposta de Negócio Pirassununga - Avaliação imóveis.pdf
- Subsídios ao Cliente para Contratação do CPP.pdf

gov.br
Documento assinado digitalmente
FAUSTO VICTORELLI JUNIOR
Data: 14/05/2026 09:39:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

AURELIO PALAVERI ZAMARO: 25996750813

Assinado digitalmente por AURELIO PALAVERI ZAMARO:25996750813
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16749299000111, OU=videoconferencia, CN=AURELIO PALAVERI ZAMARO:25996750813
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026.05.14 08:56:28-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.4

Tramitação

Data Hora: 14/05/2026 09:45:38
Usuário: 7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local Origem: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Local Destino: SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Após correções, encaminho para providências.

Juntada de Documentos

Data e Hora:	15/05/2026 15:23:13
Usuário:	6803 - DIOGO SOARES DA SILVA/ESCRITURÁRIO
Local:	SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES
Qtd. Páginas:	2
Página Início:	200
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	Indicação da modalidade

FORMULÁRIO DE INDICAÇÃO DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA/SP

LEI FEDERAL 14.133/2021

DECRETOS MUNICIPAIS: 8.819/2024, 8.820/2024, 8.821/2024, 8.904/2025 E 8.905/2025

1) IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

- Número do Processo Administrativo: 5789/2025
- Unidade requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
- Objeto da contratação: AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

2) DADOS PARA ANÁLISE

- Natureza do objeto:
  - ☐ Bens;
  - ☒ Serviços Comuns;
  - ☐ Serviços Especiais;
  - ☐ Serviços Contínuos
  - ☐ Serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra;
  - ☐ Serviços não contínuos (ou por escopo)
  - ☐ Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;
  - ☐ Obras;
  - ☐ Serviços de Engenharia:
  - ☐ Outros.

- Valor estimado da contratação: R$ 431.248,44.

- Fonte de recursos: **01 – TESOURO**

3) SUGESTÃO DA FORMA DE CONTRATAÇÃO:

☐ Licitação

☐ Concorrência

☐ Pregão

☐ Concurso

☐ Leilão

☐ Diálogo competitivo

☒ Contratação Direta

☒ Dispensa de Licitação

Art. 75, inciso IX da Lei n° 14.133/2021

☐ Inexigibilidade

Art. 74, inciso, alínea da Lei n° 14.133/2021

4) FUNDAMENTAÇÃO SUGERIDA:

A contratação da Caixa Econômica Federal para a avaliação dos 51 imóveis urbanos pode ser devidamente justificada com base no **art. 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021**, uma vez que o objeto visa à prestação de serviços técnicos especializados por uma instituição integrante da Administração Pública (empresa pública federal), criada para esse fim específico e que detém expertise consolidada em engenharia de avaliações. Conforme detalhado no processo, o preço ofertado encontra-se compatível com os valores de mercado e a natureza do serviço é essencial para subsidiar políticas públicas de planejamento urbano e gestão patrimonial do Município, preenchendo assim os requisitos legais de economicidade, eficiência e pertinência temática da entidade contratada.

5) RESPONSÁVEIS

Análise da Seção de Contratações:

DIOGO SOARES DA SILVA:03675096106

Assinado digitalmente por DIOGO SOARES DA SILVA:03675096106
ND: C=BR, CN=DIOGO SOARES DA SILVA:03675096106, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.05.15 15:22:18-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2026.1.1

Diogo Soares da Silva

Escriturário da Seção de Contratações

Juntada de Documentos

Data e Hora:	15/05/2026 15:25:46
Usuário:	6803 - DIOGO SOARES DA SILVA/ESCRITURÁRIO
Local:	SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES
Qtd. Páginas:	2
Página Início:	203
Documento:	PARECER / DESPACHO / COMUNICADO / HOMOLOGAÇÃO
Descrição:	Despacho

PROTOCOLO 5789/2025

À SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Encaminhamos este protocolo para elaboração da reserva de dotação e outras providências pertinentes a mesma. Após, que o protocolo seja remetido à ***Procuradoria-Geral do Município*** para análise jurídica e sendo aprovado, que siga para homologação conforme Decreto Municipal n° 8.908/2025, e por fim à Seção de Material para processamento.

As informações contidas na tabela ao fim da página visam auxiliar na elaboração da reserva.

PROTOCOLO 5789/2025

À PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Considerando que foi realizada a análise da documentação e da fundamentação apresentada pela unidade requisitante.

Encaminho para parecer jurídico e sendo aprovado que siga para homologação conforme Decreto Municipal n° 8.908/2025, por fim à Seção de Material para processamento.

Abaixo segue a referência da documentação no protocolo para continuidade:

Documento	**Juntado em fls.**	**Forma e critério de seleção de fornecedor informado pelo requisitante e observações**
Documento de Formalização de Demanda	7	4782/2026
Estudo Técnico Preliminar	192 a 197	
Termo de Referência	168 a 180	
Mapa de riscos	30	
Justificativa do enquadramento no artigo	32 a 33, 182	
Histórico de consumo	36 a 37	
Pesquisa de preços	183 a 185	
Proposta vinculada	39 a 55	

Autorização de Compra	57	250/2026
Quadro Demonstrativo de Preços	59	67/2026
Ata de julgamento	187 a 188	
Contrato social	61 a 102	
CND Receita Federal	104	
CND Receita Estadual	155	
CND Receita Municipal	137 a 153	
CND FGTS	190	
CND Trabalhista	108 a 118	
CND CEIS/ CNEP	120	
CND Apenados TCE-SP	122	
Minuta de Contrato (se houver)	124 a 135	
Nota de Reserva		Responsabilidade da Secretaria Municipal de Finanças
Indicação da forma de contratação sugerida	200 a 201	
Outros documentos mencionados no processo		

Atenciosamente

Pirassununga, 15 de maio de 2026.

DIOGO SOARES DA SILVA:03675096106

Assinado digitalmente por DIOGO SOARES DA SILVA:03675096106
ND: C=BR, CN=DIOGO SOARES DA SILVA:03675096106, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.05.15 15:25:04-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2026.1.1

Diogo Soares da Silva

Escriturário da Seção de Contratações

Tramitação

Data Hora: 15/05/2026 15:26:33
Usuário: 6803 - DIOGO SOARES DA SILVA/ESCRITURÁRIO
Local Origem: SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES
Local Destino: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Segue para realizar a reserva orçamentária.

Tramitação

Data Hora: 18/05/2026 09:27:39
Usuário: 1540 - MARIA DE LOURDES CABRAL/ESCRITURÁRIA
Local Origem: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Local Destino: SEÇÃO DE CONTABILIDADE
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: De ordem do Sr Secretário Municipal de Finanças, encaminho os autos para os devidos fins.

Tramitação

Data Hora: 18/05/2026 10:48:04
Usuário: 478 - AMÉLIA CRISTINA GONÇALVES MACHADO/SUBCHEFE DE SEÇÃO
Local Origem: SEÇÃO DE CONTABILIDADE
Local Destino: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Informo que na ficha indicada não tem saldo de dotação para atender o solicitado.

Tramitação

Data Hora: 18/05/2026 10:59:50
Usuário: 1540 - MARIA DE LOURDES CABRAL/ESCRITURÁRIA
Local Origem: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Local Destino: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: De ordem do Sr Secretário Municipal de Finanças, encaminho os autos para os devidos fins e conhecimento do despacho da Seção de Contabilidade.

Tramitação

Data Hora: 08/06/2026 16:04:19
Usuário: 6933 - FAUSTO VICTORELLI JUNIOR/SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Local Origem: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Local Destino: SEÇÃO DE CONTABILIDADE
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Por se tratar de um contrato com período superior a um ano, solicito que seja levado em consideração o valor constado na DFD encartada no processo.

Juntada de Documentos

Data e Hora:	08/06/2026 16:57:18
Usuário:	478 - AMÉLIA CRISTINA GONÇALVES MACHADO/SUBCHEFE DE SEÇÃO
Local:	SEÇÃO DE CONTABILIDADE
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	211
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	juntada da reserva de dotação n. 1441/2026.
Assinatura:	Assinado digitalmente em 09/06/2026 13:49:45 por LUIZ HENRIQUE DOS REIS com o Certificado:LUIZ HENRIQUE DOS REIS:11530016835

Município de Pirassununga
Prefeitura Municipal de Pirassununga

Rua Galício Del Nero, 51
CEP : 13.631-002

CNPJ: 45.731.650/0001-45

NOTA DE RESERVA

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
05.01.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Reserva

Centro de Custos	Evento:	Número:	Folha:
01 - TESOURO	11 - FORNECEDOR	001441	1

Data	Requisição	Processo	Documento
03/06/2026		5789	

Dotação

Natureza da Despesa:	Ficha:	Classificação Funcional:
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000083	04.122.1033-2.055

Vínculo
01 - TESOURO

Solicitante

Razão Social / Fornecedor	CNPJ / CPF	Banco	Agência	Conta Bancária

Endereço	Cidade	Telefone

Valores

Dotação Autorizada	Reservado Anterior	Reserva	Saldo Atual
		144.000,00	

Histórico

Reserva de dotação
Reserva de dotação solicitada às fls. 7, 179 e 209.

Por Extenso

*******(cento e quarenta e quatro mil reais) *******

Autorização

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de atendimento aos artigos 16 e 17 da Lei Federal de Responsabilidade Fiscal nº101/2000 que a aquisição de OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO é da Fonte de Recurso: TESOURO, conforme a Reserva Orçamentária: 1441, não se caracteriza como aumento de despesa de caráter continuado, estando ainda de acordo com o Plano Plurianual aprovado pela Lei Municipal: 06544/2025 de 19 DE DEZEMBRO DE 2025, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pela Lei Municipal: 06498/2025 de 17 DE JUNHO DE 2025 e pela Lei Orçamentária Anual aprovada pela Lei Municipal: 06548/2025 de 23 DE DEZEMBRO DE 2025, sendo que existem recursos financeiros, sendo que a rubrica ficará assim consignada:
05.01.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Despesa: 83
Categoria Econômica: 3.3.90.39
Rubrica Orçamentária: 04 - 122 - 1033 - 2.055 - F01

Assinado de forma digital por LUIZ HENRIQUE DOS REIS, CPF nº 115.300.168-35 em 09/06/2026 às 13:49:35 (GMT-03:00)

Tramitação

Data Hora: 08/06/2026 16:58:51
Usuário: 478 - AMÉLIA CRISTINA GONÇALVES MACHADO/SUBCHEFE DE SEÇÃO
Local Origem: SEÇÃO DE CONTABILIDADE
Local Destino: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Encaminho os autos à Secretaria Municipal de Finanças para assinar a reserva de dotação n. 1441/2026.
Após assinatura, tomar as devidas providências.

Tramitação

Data Hora: 09/06/2026 13:51:55
Usuário: 7572 - LUIZ HENRIQUE DOS REIS/ASSESSOR DE SECRETARIA
Local Origem: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Local Destino: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Concluídas as ações no âmbito desta Secretaria de Finanças, encaminho os presentes autos para as providências pertinentes. Atenciosamente,

Tramitação

Data Hora: 09/06/2026 14:46:12
Usuário: 4973 - JULIANA MARTINS DE SOUZA/AJUDANTE DE SERVIÇOS DIVERSOS
Local Origem: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Local Destino: ASSESSORIA DAVIDSON - P.GERAL - SUBLOCAL
Despacho: TRAMITAÇÃO

Tramitação

Data Hora: 09/06/2026 14:51:37
Usuário: 6801 - DAVIDSON DIEGO FIORELLI/ASSESSOR DE SECRETARIA
Local Origem: ASSESSORIA DAVIDSON - P.GERAL - SUBLOCAL
Local Destino: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Aqui por engano.

Tramitação

Data Hora: 09/06/2026 15:00:21
Usuário: 4973 - JULIANA MARTINS DE SOUZA/AJUDANTE DE SERVIÇOS DIVERSOS
Local Origem: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Local Destino: PROCURADOR - DR. VALTER CASTRO - SUBLOCAL
Despacho: TRAMITAÇÃO

Juntada de Documentos

Data e Hora:	10/06/2026 08:51:31
Usuário:	1279 - VALTER TADEU CAMARGO DE CASTRO/PROCURADOR
Local:	PROCURADOR - DR. VALTER CASTRO - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	5
Página Início:	218
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	Manifestação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

Proc. 5789/2025.

Senhor Procurador:

Nascem os autos com pedido de lavra da Secretaria Municipal de Planejamento, requerendo em apertada síntese, análise jurídica quanto a futura contratação da Caixa Econômica Federal – Programa Caixa Políticas Públicas – para prestação de serviços técnicos especializados de avaliação de imóveis urbanos , por intermédio do Programa Caixa Políticas Públicas, para realização de avaliações técnicas de 51 imóveis urbanos pertencentes ao Município, pelo valor estimado de R$ 431.248,44.

Compulsando os autos verifica a existência de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Mapa de Riscos, justificativa de enquadramento legal, pesquisa de preços, proposta da Caixa Econômica Federal, documentação de habilitação e análise da Seção de Contratações, ***a qual sugere a contratação direta mediante dispensa de licitação com fundamento no artigo 75, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021.***

É a síntese do necessário.

Passo a manifestação.

Antes de adentrar no mérito é de bom alvitre salientar que, a análise jurídica limita-se aos aspectos legais da contratação, sem adentrar em

questões de conveniência, oportunidade ou aspectos técnicos, cuja responsabilidade compete aos setores requisitantes e técnicos competentes.

O objeto consiste na prestação de serviços técnicos especializados de avaliação imobiliárias destinadas à gestão patrimonial municipal e à implementação de políticas públicas. O Estudo Técnico Preliminar demonstra a necessidade administrativa da contratação, a inexistência de avaliações atualizadas dos imóveis municipais e a relevância dos laudos técnicos para subsidiar desapropriações, alienações, regularizações fundiárias, planejamento urbano e demais atos de gestão patrimonial.

Observa-se que a solução escolhida foi o Programa Caixa Políticas Públicas, ofertado pela Caixa Econômica Federal, instituição integrante da Administração Pública Federal, que possui estrutura técnica especializada para elaboração de avaliações imobiliárias em conformidade com a ABNT NBR 14.653.

Quanto ao enquadramento jurídico, verifica-se que a contratação pode ser fundamentada no artigo 75, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a dispensa de licitação para contratação de bens ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico ou possua atribuição legal compatível com o objeto contratado.

No caso concreto, a Caixa Econômica Federal é empresa pública federal integrante da Administração Pública indireta da União, possuindo atribuições institucionais relacionadas à assistência técnica aos entes federativos e

à execução de programas voltados ao desenvolvimento urbano, habitacional e patrimonial, circunstância devidamente demonstrada nos autos.

Além disso, a justificativa elaborada pela unidade requisitante evidencia a compatibilidade institucional entre as atribuições da Caixa e o objeto pretendido, destacando sua especialização técnica, metodologia padronizada, credibilidade institucional e capacidade operacional para execução do serviço.

Registra-se que, embora em versões preliminares do ETP tenha sido mencionada a hipótese de inexigibilidade prevista no artigo 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a instrução processual posteriormente foi adequada para adoção da hipótese de dispensa prevista no artigo 75, inciso IX, entendimento que se mostra juridicamente mais apropriado ao caso concreto, uma vez que a contratação decorre da natureza jurídica da entidade contratada e de sua atribuição institucional compatível com o objeto.

Verifica-se, ainda, que a Seção de Contratações concluiu pela conformidade do procedimento com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com os decretos municipais regulamentadores, entendendo o processo apto à continuidade.

Todavia, há aspecto relevante que demanda observação prévia à formalização da contratação. Consta manifestação da Seção de Contabilidade informando inexistência de saldo na dotação orçamentária indicada para suportar a despesa.

Nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como dos artigos 18 e 72 da Lei nº 14.133/2021, a contratação somente poderá prosseguir após a demonstração da existência de disponibilidade orçamentária e financeira suficiente para suportar a despesa pretendida, mediante complementação, remanejamento ou indicação de dotação adequada pela Secretaria Municipal de Finanças.

Assim, embora não se vislumbrem óbices jurídicos quanto à modalidade de contratação pretendida, a formalização do ajuste fica condicionada à regularização da cobertura orçamentária necessária.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria manifesta-se FAVORAVELMENTE à contratação direta da Caixa Econômica Federal, por intermédio do Programa Caixa Políticas Públicas, com fundamento no artigo 75, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, por estarem presentes os requisitos legais para a dispensa de licitação e demonstrada a compatibilidade institucional da entidade contratada com o objeto pretendido.

Contudo, a continuidade do procedimento e eventual homologação ficam condicionadas à prévia regularização da reserva orçamentária, diante da informação constante dos autos acerca da insuficiência de saldo na dotação **inicialmente indicada.**

Após o atendimento dessa exigência, não havendo outros apontamentos pelos setores competentes, os autos poderão prosseguir para homologação e demais providências administrativas cabíveis.

É como opino sub censura.

Pirassununga, 10 de junho de 2026.

Valter Tadeu Camargo de Castro.

Procurador Municipal.

Tramitação

Data Hora: 10/06/2026 08:53:15
Usuário: 1279 - VALTER TADEU CAMARGO DE CASTRO/PROCURADOR
Local Origem: PROCURADOR - DR. VALTER CASTRO - SUBLOCAL
Local Destino: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Secretaria da Procuradoria. Encaminhar os autos ao i. Procurador para que tome conhecimento do quanto externado, homologando se for o caso.

Tramitação

Data Hora: 10/06/2026 10:13:38
Usuário: 6151 - JULIANA CRISTINA DA SILVA PIRES/ESCRITURÁRIA
Local Origem: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Local Destino: PROCURADOR GERAL - DR. VALTER CIAMPI - SUBLOCAL
Despacho: TRAMITAÇÃO

Tramitação

Data Hora: 10/06/2026 10:45:58
Usuário: 7349 - VALTER CIAMPI NETO/PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Local Origem: PROCURADOR GERAL - DR. VALTER CIAMPI - SUBLOCAL
Local Destino: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: ACOLHO e RATIFICO os termos do parecer jurídico de fls. 218/222, encaminho os autos para ciência.
Considerando a manifestação da Seção de Contabilidade acerca da insuficiência de saldo na dotação orçamentária indicada para suportar a despesa pretendida, encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Finanças para adoção das providências necessárias à regularização da cobertura orçamentária, mediante complementação, remanejamento ou indicação de dotação adequada. Após pela continuidade.

Tramitação

Data Hora: 15/06/2026 11:18:59
Usuário: 7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local Origem: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Local Destino: SEÇÃO DE MATERIAL
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Conforme despacho da Procuradoria de fls.218/222 e Reserva de fls.211, encaminho para providências.

Tramitação

Data Hora: 15/06/2026 14:54:41
Usuário: 7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local Origem: SEÇÃO DE MATERIAL
Local Destino: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Segue para homologação e ratificação do parecer.

Juntada de Documentos

Data e Hora:	23/06/2026 13:39:12
Usuário:	7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local:	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	229
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	homologação

Processo 5789/2025

À Seção de Material,

Homologo e ratifico manifestação da Procuradoria-Geral do Município de fls 218 a 222.

Tomar as devidas providências.

FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873

Assinado digitalmente por FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16749299000111, OU=videoconferencia, CN=FAUSTO VICTORELLI JUNIOR:04449187873
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: 28111991
Data: 2026.06.23 12:17:28-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

Secretária Municipal de Planejamento

Tramitação

Data Hora: 23/06/2026 13:39:37
Usuário: 7193 - LETÍCIA HAITER SCATOLINI/ESCRITURÁRIA
Local Origem: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Local Destino: SEÇÃO DE MATERIAL
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Após homologação do Secretário, encaminho para providências.

Tramitação

Data Hora: 23/06/2026 13:40:11
Usuário: 7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local Origem: SEÇÃO DE MATERIAL
Local Destino: CARINA - SEÇÃO DE MATERIAL - SUBLOCAL
Despacho: TRAMITAÇÃO

Juntada de Documentos

Data e Hora:	24/06/2026 09:54:09
Usuário:	7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local:	CARINA - SEÇÃO DE MATERIAL - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	233
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	Aviso de contratação direta

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

OBJETO: Contratação do Programa Caixa Políticas Públicas – Avaliação de Imóveis.

Protocolo n° 5789/2025.
Dispensa n° 37/2026.
Homologação 23/6/2026.

Torna-se público que o Município de Pirassununga realizará Dispensa de Licitação, na hipótese do art. 75, inciso IX, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

O texto integral do Termo de Referência (contendo todas as informações sobre a contratação) e Justificativas encontram-se à disposição dos interessados na Internet, no site https://pirassununga.sp.gov.br/Publicacoes/Dispensas/2026/Dispensa/

Pirassununga, data na assinatura.

CLAUCIA CARINA GALLO:17161360838

Assinado digitalmente por CLAUCIA CARINA GALLO:17161360838
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16749299000111, OU=videoconferencia, CN=CLAUCIA CARINA GALLO:17161360838
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026.06.24 09:53:13-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.4

CLAUCIA CARINA GALLO

CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL

Juntada de Documentos

Data e Hora:	24/06/2026 11:24:55
Usuário:	7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local:	CARINA - SEÇÃO DE MATERIAL - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	235
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	Comprovante de envio da modalidade ao PNCP

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 5789/2025

Última atualização 24/06/2026

Local: Pirassununga/SP **Órgão:** MUNICIPIO DE PIRASSUNUNGA

Unidade compradora: 2 - Prefeitura Municipal de Pirassununga

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, IX

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 24/06/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 45731650000145-1-000187/2025 **Fonte:** Grupo Assessor

Objeto:

CONTRATAÇÃO DO PROGRAMA CAIXA POLÍTICAS PÚBLICAS - AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

Nome	Data/Hora de Inclusão	Tipo	Baixar
2026-AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - 37_26	24/06/2026 - 11:02:54	Aviso de Contratação Direta	
TR-SERVICOS-modelo_atualizado-SECAO_DE_CONTRATACOES_1	24/06/2026 - 11:02:55	Termo de Referência	
etp_report_20260514_0851199721002_assinado	24/06/2026 - 11:02:55	Estudo Técnico Preliminar	
Mapa_de_Riscos	24/06/2026 - 11:02:56	Mapa de Riscos	

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

Juntada de Documentos

Data e Hora:	24/06/2026 11:25:25
Usuário:	7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local:	CARINA - SEÇÃO DE MATERIAL - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	237
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	Comprovante de envio da modalidade ao Tribunal - AUDESP

Licitação

Município: **Pirassununga**
Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

Nova Licitação | Voltar

Dados Iniciais | Dados Adicionais | Lote/Item | Ratificação | Declaração de existência de recursos | LRF | Parecer técnico-jurídico/Audiência | Contratação Direta | Autorização

Tipo prestação

É Adesão a Ata de Registro de Preços de Outro Órgão?* Não

Essa licitação possui órgãos participantes e os ajustes poderão ser realizados por esses órgãos?* Não

Modalidade de licitação

Modalidade de licitação :* Contratacao Direta - Dispensa de

Código licitação: * 2026000000084

Nº do processo administrativo: * 5789

Ano do processo administrativo: * 2025

Divisão do objeto

A licitação é: * Única

Tipo de Objeto:* Compras e Servico

Objeto da licitação:* Outras prestacoes de servico

Descreva o objeto da licitação:* CONTRATA O DO PROGRAMA CAIXA POL TICAS P BLICAS - AVALIA O DE IM VEIS

Justificativa para contratação: Legisla o: LEI FEDERAL-14133/2021 Inciso: 75-IX

Valor total estimado da licitação - R$:* 431.248,44

Ajustes da licitação

Incluir Ajuste

Código da licitação	Código do ajuste	Instrumento			

Juntada de Documentos

Data e Hora:	24/06/2026 11:29:36
Usuário:	7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local:	CARINA - SEÇÃO DE MATERIAL - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	239
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	Comprovante de envio ao site do município

Prefeitura Municipal
PIRASSUNUNGA

Nome Crescente Ordenar

Name	Last modified	Size
1 - 2026-AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - 37_26.pdf	24-Jun-2026 11:27	115K
2 - etp_report_20260514_0851199721002_assinado.pdf	24-Jun-2026 11:27	199K
3 - Mapa_de_Riscos.pdf	24-Jun-2026 11:27	595K
4 - TR-SERVICOS-modelo_atualizado-SECAO_DE_CONTRATACOES_1.pdf	24-Jun-2026 11:27	168K
5 - OE.pdf	24-Jun-2026 11:27	187K

Juntada de Documentos

Data e Hora:	24/06/2026 11:30:02
Usuário:	7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local:	CARINA - SEÇÃO DE MATERIAL - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	241
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	Ordem de empenho

Prefeitura Municipal de Pirassununga

Endereço: RUA GALICIO DEL NERO 51 CEP: 13.631-904 Bairro: CENTRO
Cidade: PIRASSUNUNGA - SP Fone: (19)3565-8032 Fax: CNPJ: 45.731.650/0001-45

ORDEM DE EMPENHO - PARCELAMENTO

Processo: 5789 / 2025 **Nº Licitação:** 37 **Data de Ratificação:** 23/06/2026
Modalidade: Compra por Dispensa **Parcela:** 1 **Data da Parcela:** 23/06/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DO PROGRAMA CAIXA POLÍTICAS PÚBLICAS – AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Cond. Entrega: CONFORME TERMO DE REFERENCIA

Cond. Pagamento **Data** **Valor**
CONFORME TERMO DE REFERENCIA

Ficha: 83 **Reserva de Dotação:** 1441 **Data da Reserva:** 23/06/2026
Centro de Custo: 050100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTC
Ação: 2055 - MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA GESTÃO SEPLAN
Elemento: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Subelemento: 33.90.39.05 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
PCASP: 332315100000000 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
Aplicação: 1100000 - GERAL
Fonte de Recurso: 01 - TESOURO
Item de Despesa: 11 - FORNECEDOR
Convênio:

Fornecedor: 306 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CNAE:
Tipo: JURÍDICA **Documento:** 00.360.305/0001-04
Endereço: SBS QUADRA 4 BLOCO A LOTE 3 4 0 Bairro: CENTRO Cep: 7009297C
Cidade/Estado: BRASILIA - DF **Fone:** 1935653150 **Fax:**
E-Mail: ag0334@caixa.gov.br

Gestora Req.: 2 - Prefeitura Municipal de Pirassununga
Solicitação/Ano: 250 / 2026
Nº Requisição:
Local Entrega: 18 - RUA GALÍCIO DEL NERO **Bairro:** CENTRO
Destino:

Item	Código	Descrição	Qtde.	Unid.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	68129	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS MUNICIPAIS.	1	SV	144.000,0000	144.000,0000

Desc. Detalhada: Serviços na modalidade assistência técnica para avaliação de imóveis.

Total a Empenhar => **144.000,00**

Tramitação

Data Hora: 24/06/2026 11:31:03
Usuário: 7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local Origem: CARINA - SEÇÃO DE MATERIAL - SUBLOCAL
Local Destino: SEÇÃO DE CONTABILIDADE
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Segue para emissão de empenho com data de 23/6. OE em ordem 37.

Juntada de Documentos

Data e Hora:	25/06/2026 10:11:57
Usuário:	4793 - FLAVIA SOBREIRA RITA PARKER/ESCRITURÁRIA
Local:	SEÇÃO DE CONTABILIDADE
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	244
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	OE às fls. 241 - Empenho 3038.2026 Caixa Economica Federal

Prefeitura Municipal de Pirassununga

CENTRO DE REGIÃO - C.N.P.J 45.731.650/0001-45 - ESTADO DE SÃO PAULO

Fone: 19-35658000 - Fax: 19-35658000

Rua Galício Del Nero, 51, Centro- CEP: 13631002

DATA	NOTA DE EMPENHO Nº 3038 / 2026	GLOBAL	PROCESSO Nº	FICHA Nº
23/06/2026			5789	000083

INTERESSADO		CGC/CPF
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	0306	00.360.305/0001-04

ENDEREÇO	CIDADE
SBS QUADRA 4 BLOCO A LOTE 3 4 0	BRASILIA/DF

LICITAÇÃO	CONTRATO	VIGENCIA DO CONTRATO
DISPENSA LICIT -		

LOCAL DE ENTREGA:

ORGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	05.01.00 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	Nº P/A - OE	PROJETO OU ATIVIDADE
04	122	1033	2.055	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA GESTÃO SEPLAN

CATEGORIA ECÔNOMICA	IDENTIFICAÇÃO
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSOS	DESCRIÇÃO
01	TESOURO

APLICAÇÃO	DESCRIÇÃO
110.0000	GERAL

SUB - ELEMENTO	DESCRIÇÃO
33903905	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

PRAZO PARA PAGAMENTO

CONFORME TERMO DE REFERENCIA

DOTAÇÃO ATUAL	1.958.112,00
EMP. ANTERIOR	949.156,48
VALOR DO LANÇAMENTO:	144.000,00
SALDO	805.156,48

Valor do Empenho ------> R$ 144.000,00

VALOR POR EXTENSO: (cento e quarenta e quatro mil reais)

ITEM	QUANT.	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL UNIDADE	TOTAL
1		SV	CONTRATA DE SERVIÇO DE ASSISTÊNC TÉCNICA PARA A AVALIAÇÃ	144.000,00	144.000,00
Local de Entrega Bco: Ag. : C/C: Tipo Conta.:					144.000,00

LIBERADO EM: _____/_____/_____

PAGUE-SE A IMPORTÂNCIA CONSTANTE DA PRESENTE

DATA _____/_____/_____

Fernando Lubrechet

Prefeito municipal

Tramitação

Data Hora: 25/06/2026 10:13:56
Usuário: 4793 - FLAVIA SOBREIRA RITA PARKER/ESCRITURÁRIA
Local Origem: SEÇÃO DE CONTABILIDADE
Local Destino: SEÇÃO DE MATERIAL
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Correspondente a OE às fls. 241, encaminho às fls. 244 o Empenho 3038.2026 Caixa Economica Federal para ciência e demais providências.

Tramitação

Data Hora: 25/06/2026 11:11:11
Usuário: 7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local Origem: SEÇÃO DE MATERIAL
Local Destino: CARINA - SEÇÃO DE MATERIAL - SUBLOCAL
Despacho: TRAMITAÇÃO

Juntada de Documentos

Data e Hora:	26/06/2026 09:43:53
Usuário:	CLAUCIA CARINA GALLO
Local:	CARINA - SEÇÃO DE MATERIAL - SUBLOCAL
Nome Arquivo:	2026-06-25 - Diário Eletrônico nº 155 - 25 de Junho de 2026.pdf
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	248
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	Publicações - DOE e IOM
Nome Arquivo:	D 37_26 - 7d90a0ee-58e4-4188-9544-db9d36ccd83a.pdf
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	249
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	Publicações - DOE e IOM

Prefeitura Municipal de Pirassununga
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
www.pirassununga.sp.gov.br

Pirassununga, 25 de Junho de 2026 | Ano 13 | Nº 155

EDITAL

Edital: 33/26. Processo Administrativo: 4525/25. Pregão Eletrônico: 25/26. Objeto: Locação de equipamentos BIPAP/CPAP. O Edital será disponibilizado nos sites http://www.pirassununga.sp.gov.br, www.bll.org.br e www.gov.br/pncp, no dia 26 de junho de 2026. A data início para envio das propostas eletrônicas será 26 de junho de 2026. A abertura da Sessão Pública será às 09:00 horas do dia 15 de julho de 2026. Pirassununga, 25 de junho de 2026. Sandra R. Fadini Carbonaro – Chefe da Seção de Licitação.

EXTRATO DE CONTRATO II

Edital: 60/25. Processo Administrativo: 4399/2025. Credenciamento: 01/25. Objeto: Credenciamento de empresas especializadas em serviços de exames laboratoriais relacionados na tabela SIGTAP. Proponentes: 04. Gestora do Contrato: Andreia Souza de Farias. Cargo: Enfermeira. Contrato n° 046/2026. Credenciado: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PIRASSUNUNGA. Valor: R$ 211.915,22 (duzentos e onze mil, novecentos e quinze reais e vinte e dois centavos). Assinatura: 25/06/2026. Vigência: de 25/06/2026 a 08/12/2026. Solange Aparecida Martins – Secretária Municipal da Saúde. Fernando Lubrechet – Prefeito.

Seção de Material

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Processo Administrativo: 5036/2025. **Modalidade:** Pregão Eletrônico n° 52/25. **Ata de Registro de Preços n°** 175/2025. **Compromissária:** RAVI E-COMMERCE LTDA. **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº:** 652/2026**. Período da contratação:** 25/06/2026. **Valor:** o valor total da contratação é de R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais). **Ata de Registro de Preços n°** 176/2025. **Compromissária:** MAGBA E-COMMERCE LTDA. **AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO Nº:** 653/2026**. Período da contratação:** 25/06/2026. **Valor:** o valor total da contratação é de R$ 67.630,00 (sessenta e sete mil, seiscentos e trinta reais). **Ata de Registro de Preços n°** 171/2025. **Compromissária:** ZEUS COMERCIAL EIRELI. **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº:** 654/2025**. Período da contratação:** 25/06/2026. **Valor:** o valor total da contratação é de R$ 40.930,00 (quarenta mil, novecentos e trinta reais). **Objeto:** Registro de preços de pneus, câmaras de ar e protetores para os veículos da Prefeitura de Pirassununga. - Fernando Lubrechet - Prefeito Municipal.

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

Edital nº 25/26. **Processo Administrativo:** 2278/26. **Fundamentação:** Art. 75, Inciso II, da Lei nº 14.133/21. **Objeto:** Aquisição de aparelho GNSS GEODÉSICO RTK. O Edital será disponibilizado nos sites http://pirassununga.sp.gov.br, www.bll.org.br e www.gov.br/pncp, no dia 26 de junho de 2026. A data início para envio das propostas eletrônicas será 26 de junho de 2026. A abertura da Sessão Pública será no dia 1º de julho de 2026 às 9 horas. – Fausto Victorelli Junior – S.M. de Planejamento.

Processo Administrativo: 5789/2025. **Modalidade:** Dispensa de Licitação n° 37/26, Lei n° 14.133/2021 Artigo 75, Inciso IX. **Proponentes**: 1 (um). **Homologação e Ratificação:** 23/06/26. **Empresa Adjudicada:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Valor:** R$ 431.248,44 (quatrocentos e trinta e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos). **Condições de Fornecimento:** conforme Termo de Referência. **Objeto:** Contratação do Programa Caixa Políticas Públicas – Avaliação de Imóveis. - Fausto Victorelli Junior. - Secretário Municipal de Planejamento.

Processo Administrativo: 2328/22. **Modalidade:** Dispensa de Licitação nº 131/22, Lei 14.133/21. **Contrato nº** 34/22. **Locador:** RODRIGO TREVISAN PISTORI. **Apostilamento:** fica alterado o Gestor do Contrato para Deise Armelinda Lozano, Escriturára, lotada na S. M. de Assistência e Desenvolvimento Social. **Homologado em:** 23/6/2026. **Objeto:** locação de imóvel situado à Rua Pereira Bueno,452, Centro, nesta cidade, para uso exclusivo do CREAS. - Fernando Lubrechet – Prefeito Municipal.

Processo Administrativo: 3615/26. **Modalidade:** Inexigibilidade nº 14/26, Lei 14.133/21, artigo 74, inciso II. **Homologação e Ratificação:** 24/6/2026. **Empresa adjudicada:** L.L Produções Artísticas e Edições Ltda**. Valor:** R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). **Objeto:** Contratação de show artístico da dupla Lucas e Luan para apresentação na 26ª Semana Nenete de Música Caipira – Eduardo Augusto Pretel Lopes – Secretaria Municipal de Turismo.

Processo Administrativo: 3434/26. **Modalidade:** Inexigibilidade nº 15/26, Lei 14.133/21, artigo 74, inciso II. **Homologação e Ratificação:** 24/6/2026. **Empresa adjudicada:** Fortunate SM Produções artísticas Ltda**. Valor:** R$ 90.000,00 (noventa mil reais). **Objeto:** Contratação de show artístico da Sula Miranda para apresentação na 26ª Semana Nenete de Música Caipira – Eduardo Augusto Pretel Lopes – Secretaria Municipal de Turismo.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Publicado na Edição de 26 de junho de 2026 | Caderno Municípios | Seção Atos Municipais

D 37/26

Processo Administrativo: 5789/2025. **Modalidade:** Dispensa de Licitação nº 37/26, Lei nº 14.133/2021 Artigo 75, Inciso IX. **Proponentes**: 1 (um). **Homologação e Ratificação:** 23/06/26. **Empresa Adjudicada:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Valor:** R$ 431.248,44 (quatrocentos e trinta e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos). **Condições de Fornecimento:** conforme Termo de Referência. **Objeto:** Contratação do Programa Caixa Políticas Públicas – Avaliação de Imóveis. - Fausto Victorelli Junior. - Secretário Municipal de Planejamento.

Este documento pode ser verificado pelo código 2026.06.25.3.1.444.1.20.1944127 em https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

Tramitação

Data Hora: 26/06/2026 09:45:03
Usuário: 7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local Origem: CARINA - SEÇÃO DE MATERIAL - SUBLOCAL
Local Destino: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Segue para instrumentalização. Minuta de contrato juntada na ordem 19.

Tramitação

Data Hora: 26/06/2026 10:41:53
Usuário: 6151 - JULIANA CRISTINA DA SILVA PIRES/ESCRITURÁRIA
Local Origem: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Local Destino: INSTRUMENTALIZAÇÃO - P.GERAL - SUBLOCAL
Despacho: TRAMITAÇÃO

Tramitação

Data Hora: 26/06/2026 14:42:52
Usuário: 7635 - JULIANA AMARAL/ESCRITURÁRIA
Local Origem: INSTRUMENTALIZAÇÃO - P.GERAL - SUBLOCAL
Local Destino: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Tendo em vista a necessidade de instrumentalização do Contrato, retornam os autos para juntada de minuta contratual atualizada, contemplando a cláusula de gestão contratual, para regular prosseguimento do feito.

Tramitação

Data Hora: 26/06/2026 14:57:40
Usuário: 4993 - RAQUEL AVELAR DE BESSA STILLI/ATENDENTE SOCIAL
Local Origem: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Local Destino: SECRETÁRIO - PLANEJAMENTO - SUBLOCAL
Despacho: TRAMITAÇÃO

Tramitação

Data Hora: 03/07/2026 10:35:40
Usuário: 6933 - FAUSTO VICTORELLI JUNIOR/SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Local Origem: SECRETÁRIO - PLANEJAMENTO - SUBLOCAL
Local Destino: SEÇÃO DE MATERIAL
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Solicito que seja respondido o pedido de fls.252

Tramitação

Data Hora: 03/07/2026 16:04:39
Usuário: 7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local Origem: SEÇÃO DE MATERIAL
Local Destino: CARINA - SEÇÃO DE MATERIAL - SUBLOCAL
Despacho: TRAMITAÇÃO

Tramitação

Data Hora: 08/07/2026 15:40:30
Usuário: 7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local Origem: CARINA - SEÇÃO DE MATERIAL - SUBLOCAL
Local Destino: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Após atualização da minuta contratual, retornar para Procuradoria para que seja instrumentalizado o contrato.

Tramitação

Data Hora: 10/07/2026 10:28:17
Usuário: 4993 - RAQUEL AVELAR DE BESSA STILLI/ATENDENTE SOCIAL
Local Origem: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Local Destino: SECRETÁRIO - PLANEJAMENTO - SUBLOCAL
Despacho: TRAMITAÇÃO

Juntada de Documentos

Data e Hora:	13/07/2026 09:53:56
Usuário:	6933 - FAUSTO VICTORELLI JUNIOR/SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Local:	SECRETÁRIO - PLANEJAMENTO - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	12
Página Início:	259
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	MINUTA ATUALIZADA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXXXXX/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA/ SP E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DESTINADOS A APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Pelo presente instrumento particular, de um lado Prefeitura Municipal de Pirassununga, CNPJ nº 45.731.650/0001-45 doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fernando Lubrechet, inscrito no CPF sob o nº 190.434.078-44, residente e domiciliado em Pirassununga/SP e, de outro lado, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, doravante denominada CONTRATADA, Empresa Pública de Direito Privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida atualmente pelo Estatuto Social aprovado pela Ata da Assembleia Extraordinária em 16/07/2018, com publicação no DOU em 05/09/2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27/12/2016 e suas alterações, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília – DF, no SBS, Quadra 4 Lotes 3/4, Edifício Matriz I, neste ato representada Gerente de Filial, Márcio Antônio de Paula Capato, brasileiro, CPF nº 183.369.038-95, conforme Substabelecimento de Procuração PROT.062477, lavrada em notas do 2 Tabelião de Notas e Protesto de Brasília – Distrito Federal, no livro 3620-P, fls. 40, em 17/02/2025, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº XXXX, referente à Dispensa de Licitação nº XXXX/20XX, com fundamento no caput do Art. 75, Inciso IX da Lei 14.133/2021, sendo regido pelas seguintes cláusulas:

CONDIÇÕES GERAIS

I – OBJETO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1 – O presente Contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Assistência Técnica, no âmbito do produto “CAIXA Políticas Públicas”, conforme detalhado nos “Anexo I – Detalhamento dos Serviços” e “Anexo II – Detalhamento dos Preços”, sendo esses anexos integrantes deste Contrato.

1.1 – O escopo dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA, bem como a documentação a ser apresentada pelo CONTRATANTE e a formalização da entrega do produto constam no “Anexo I – Detalhamento dos Serviços”.

1.2 – O detalhamento dos preços dos serviços consta no “Anexo II – Detalhamento dos Preços”.

1.3 – Não é objeto deste Contrato nem responsabilidade da CONTRATADA a fiscalização técnica da execução das obras e serviços públicos, incluindo a verificação de itens que são afetos unicamente à relação entre CONTRATANTE e empresas executoras, como suficiência de equipamentos e materiais alocados nas obras e serviços, manutenção adequada de diário de obras e de canteiro de obras e verificação de itens de qualidade, atividades essas que são de responsabilidade exclusiva do profissional (engenheiro ou arquiteto) do CONTRATANTE identificado na respectiva ART/RRT registrada no CREA/CAU de competência.

II – ENDEREÇOS

Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATANTE: Rua Galício Del Nero, 51 – Centro- Pirassununga/SP.CEP: 13.630-900.
Endereço eletrônico do CONTRATANTE: assessoria@pirassununga.sp.gov.br
Endereço para entrega de correspondências à CONTRATADA: Avenida Independência 3415 - Bairro Alemães - Piracicaba/SP. CEP: 13416.240.
Endereço eletrônico da CONTRATADA: gigovpk@caixa.gov.br.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

1 – Os serviços descritos no “Anexo I – Detalhamento dos Serviços” deverão ser executados pela CONTRATADA de forma direta, podendo, na medida da necessidade, ser parcialmente executados de forma indireta, permanecendo a responsabilidade da CONTRATADA.

1.1 – A CONTRATADA, ao prestar os serviços técnicos destinados a apoiar a implantação de políticas públicas, está amparada pelo art. 173 da Constituição da República quanto a explorar atividade econômica, e por disposição expressa em seu Estatuto Social quanto seu objeto social de prestar serviços de assessoria, consultoria, administração e gerenciamento de atividades econômicas e de políticas públicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2 – A CONTRATADA iniciará a prestação dos serviços detalhados no “Anexo I – Detalhamento dos Serviços” em até 7 (sete) dias corridos após o recebimento da documentação técnica e ordem de início para o serviço a ser prestado no momento, ambos apresentados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto deste Contrato, são obrigações das partes:

3.1 – DO CONTRATANTE:

I. Encaminhar documentação técnica à CONTRATADA que permita a prestação dos serviços ora contratados, de acordo com relação de documentos fornecida pela CONTRATADA;
II. Atestar o recebimento do serviço e encaminhar à CONTRATADA o documento com o ateste de recebimento assinado, no prazo previsto na Cláusula Quarta;

III. Definir o enquadramento legal/específico para a efetivação da presente contratação e a opção pela prévia realização ou não de eventuais certames licitatórios;

IV. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, no que for cabível, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação por ela efetuada;

V. Notificar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços;

VI. Efetuar o pagamento da tarifa conforme estipulado na Cláusula Quinta deste Contrato;

VII. Indicar formalmente preposto para representar o CONTRATANTE durante a vigência do contrato;

VIII. Exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato por meio do representante especialmente designado, comunicando previamente à CONTRATADA a metodologia a ser utilizada;

IX. Indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços e garantir o acesso seguro da CONTRATADA nas dependências do CONTRATANTE ou local da intervenção;

X. Não utilizar, por si e por seus prepostos, o nome ou a logomarca da CONTRATADA sem sua prévia autorização, respondendo civil e criminalmente pela inobservância desta obrigação;

XI. Providenciar a publicação do extrato deste Contrato na imprensa oficial e dos eventuais aditivos ou termo de rescisão, na forma da lei.

3.2 – DA CONTRATADA:

I. Elaborar, em conjunto com o CONTRATANTE, a programação dos serviços a serem prestados, objeto do presente termo;

II. Manter, durante todo o Contrato, equipe técnica regular, qualificada e suficiente para a prestação dos serviços aqui descritos;

III. Executar integralmente os serviços contratados, nos prazos ajustados, por meio de pessoas tecnicamente capacitadas;

IV. Não empregar, na realização dos serviços objeto do presente Contrato, pessoas físicas ou jurídicas envolvidas nos projetos, serviços e obras licitados pelo CONTRATANTE, para a execução da intervenção elencada e definida, devendo prestar os serviços por intermédio de profissionais devidamente habilitados, selecionados e qualificados, na forma da legislação aplicável;

V. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas neste ato;

VI. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

VII. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na prestação dos serviços, que ponha em risco a segurança e a qualidade dos serviços e sua execução, dentro do prazo pactuado;

VIII. Comunicar ao CONTRATANTE os eventuais casos fortuitos ou de força maior, que possam impedir ou atrasar a consecução do objeto deste Contrato;

IX. Manter, por si e por seus prepostos, completo sigilo sobre os dados, informações, documentos e pormenores fornecidos pelo CONTRATANTE, bem como a não divulgar a terceiros quaisquer informações relacionadas com o objeto deste Contrato, exceto quanto aos órgãos legalmente incumbidos de fiscalização, sem a prévia autorização dada pelo CONTRATANTE, por escrito, obrigando-se, também, a não utilizar o nome ou a logomarca do CONTRATANTE sem sua prévia autorização, respondendo civil e criminalmente pela inobservância destas obrigações;

X. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste Contrato;

XI. Encaminhar ao CONTRATANTE o laudo de avaliação, acompanhado do documento para o ateste do recebimento, após a execução de cada serviço.

XII. No caso de serviço de Acompanhamento, fornecer ao CONTRATANTE relatório consolidado, conforme periodicidade previamente definida entre as partes, acompanhado da pertinente documentação sobre a evolução das obras e/ou serviços, resumindo todas as análises e acompanhamentos realizados no período;
XIII. No caso de serviço de Acompanhamento, informar ao CONTRATANTE toda e qualquer impropriedade e/ou irregularidade que puder ser constatada durante as vistorias de acompanhamento, podendo sugerir as correções necessárias para o fiel cumprimento das intervenções no âmbito do projeto de que trata a Cláusula Primeira, sendo de responsabilidade exclusiva do CONTRATANTE adotar as providências cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DO PRODUTO E ATESTE DE RECEBIMENTO

4 - Após a execução de cada serviço, a CONTRATADA encaminhará ao CONTRATANTE o laudo de avaliação com a conclusão da prestação do serviço, acompanhado de documento para o ateste de recebimento e informações sobre o pagamento.

4.1 – O CONTRATANTE tem o prazo de 10 (dez) dias corridos para manifestar-se sobre o ateste de recebimento do serviço e apresentar o documento de ateste assinado à CONTRATADA ou a contestação da prestação do serviço.

4.1.1 – A CONTRATADA considerará a entrega do produto como aceita pelo CONTRATANTE após encerramento do prazo previsto sem manifestação do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA TARIFA E FORMA DE PAGAMENTO

5.4.2 - Caso não haja tarifa a ser paga no mês subsequente, caberá o pagamento dos valores devidos correspondentes à retenção não comprovada pelo CONTRATANTE, até 30 (trinta) dias após o prazo legal previsto.

5.4.2.1 – Os valores devidos serão atualizados nos termos do item 5.5 deste contrato observado(s) o(s) respectivo(s) mês(es) de competência da(s) retenção(ões) não comprovada(s).

5.4.3 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) deve ser calculado pela alíquota aplicável ao tipo de serviço prestado, conforme disposto na lei municipal onde o serviço foi efetivamente realizado.

5.5 – O pagamento após o prazo estabelecido no item 5.2 sujeitará o CONTRATANTE ao pagamento de juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, e de atualização mensal do valor cobrado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou índice oficial que vier a substituí-lo, calculado a partir do 1º dia útil subsequente ao vencimento até a data da efetivação do pagamento, aplicando-se como base o índice do mês anterior ao da cobrança.

5.6 – Ocorrendo inadimplência por parte do CONTRATANTE por período superior a 30 (trinta) dias corridos, a contar do vencimento da obrigação, a CONTRATADA notificará o CONTRATANTE para efetuar a quitação do débito devidamente corrigido, no prazo de até 30

(trinta) dias corridos, findo esse prazo a CONTRATADA poderá suspender a execução de todos os serviços firmados neste Contrato.

5.7 – A prestação dos serviços, pela CONTRATADA, poderá ser encerrada nos atrasos superiores a 60 (sessenta) dias corridos do vencimento da obrigação.

5.8 – Caso o CONTRATANTE desista do contrato, antes da conclusão de todos os serviços contratados, fica obrigado a pagar os serviços já executados à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6 – Os preços dos serviços poderão ser reajustados somente após 1 (um) ano da vigência deste Contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou índice oficial que vier a substituí-lo.
6.1 – O reajuste dos preços dos serviços é realizado mediante termo de apostilamento, sendo dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7 – As despesas com o presente Contrato correrão à conta dos recursos alocados no orçamento do CONTRATANTE (por meio do Programa de Trabalho XXXX, Natureza de Despesa XXXX e Nota de Empenho XXXXNEXXXXXX, emitida em XX de XXXXXXX de XXXX), em conformidade com (especificar o documento orçamentário)..

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8 – O presente Contrato terá a duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante Termos Aditivos.

8.1 – Eventual impedimento das partes para cumprir as etapas e o prazo contratual deve ser alegado, por escrito, no mínimo 30 (trinta) dias antes do término da vigência.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9 – No curso da execução deste Contrato caberá ao CONTRATANTE fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento, diretamente ou por quem vier a indicar, conforme Art. 117 da Lei nº 14.133 de 2021.

9.1 – O representante do CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10 – Este Contrato é passível de alteração na quantidade dos serviços já contratados, restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e alteração do prazo de vigência, devendo ser observado o disposto no Art. 124 da Lei nº 14.133/2021no que for aplicável.

10.1 – A solicitação de alteração contratual deverá ser acompanhada de justificativa.

10.2 – No caso de acréscimo de atividades ou serviços a serem prestados pela CONTRATADA, a alteração é precedida de reavaliação do preço pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

11 – A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas na legislação aplicável, garantida a defesa prévia.
11.1 – Constituem motivo de rescisão do Contrato, independentemente de interpelação judicial:
I. Descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
II. Lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
III. Atraso injustificado no início do serviço;
IV. Paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
V. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
VI. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
VII. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
VIII. Supressão de serviços, por parte do CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) permitido na Lei 14.133/2021;

IX. Atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos dos pagamentos devidos pela CONTRATADA, salvo em caso de calamidade pública grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

X. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

XI. Não liberação, por parte do CONTRATANTE, da área, local ou objeto para execução do(s) serviço(s), nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto
11.2 – Havendo a rescisão do Contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA relativamente à prestação dos serviços contratados.
11.3 – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos de VII a X, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

12 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução deste Contrato deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

12.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, nos endereços descritos no item de CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13 – Incumbir-se-á o CONTRATANTE da publicação do extrato deste Contrato e subsequentes termos aditivos, de acordo com o disposto no Art. 94 da Lei 14.133/2021, correndo às despesas por conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14 – Fica estabelecido que os casos omissos serão resolvidos entre as partes respeitados o objeto do presente contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei 14.133/2021, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

15 – O presente contrato é celebrado de acordo com a lei 14133/21, com fundamento no caput do Art. 75, Inciso IX.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – – DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD

16 – Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO GESTOR DO CONTRATO

17 – Fica nomeado como Gestor do presente Contrato o Servidor AURÉLIO PALAVERI ZAMARO, CPF 259.967.508-13, Engenheiro Agrimensor, Lotado no Departamento de Engenharia na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.
17.1. No desempenho de suas atividades é assegurado ao gestor do contrato o direito de verificar a perfeita execução do presente Contrato em todos os termos e condições.
17.2. Em caso de alteração do Gestor do Contrato indicado pelo órgão competente, a mesma poderá ser feita por meio de decreto e/ou apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18 – Fica eleito o Foro da Justiça Federal de , Seção Judiciária para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

_____	_____
Assinatura do CONTRATANTE	Assinatura da CONTRATADA
Nome: Fernando Lubrechet	Nome: Márcio Antônio de Paula Capato
CPF: 190.434.078-44	CPF: 183.369.038-95

Testemunhas

_____	_____
Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

ANEXO I – DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

1 MODALIDADE(S) CONTRATADA(S)

Assistência Técnica

2 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Nome da Modalidade

Avaliação de Imóveis

2.1.1 Objetivo

Avaliação de Valor de Mercado para Imóveis Urbanos

2.1.2 Escopo do Serviço

O escopo de serviços previstos no âmbito do programa Caixa Políticas Públicas tem como finalidade definir valores de avaliação de imóveis urbanos, visando subsidiar os municípios em suas operações voltadas à implementação e à gestão de políticas públicas.

2.1.3 Documentos a serem apresentados pelo CONTRATANTE

Matrícula Atualizada do Imóvel e demais documentos considerados necessários à execução do serviço.

2.1.4 Conclusão do Serviço

Os serviços serão realizados sob demanda do contratante dentro do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços. A cada avaliação, será entregue um laudo de avaliação de imóvel, a ser desenvolvido no formato e conforme metodologia adotada pela CAIXA.

ANEXO II – DETALHAMENTO DOS PREÇOS

1 PAGAMENTO DA TARIFA

Os serviços serão pagos pelo Contratante após o recebimento do Ofício de Cobrança e Guia de Pagamento, conforme disposto na Cláusula Quinta deste Contrato de Prestação de Serviço.

2 PREÇOS

2.1 – Empreendimento/Localidade

Avaliação de cinquenta e um imóveis urbanos, da Comarca de Pirassununga, visando subsidiar o cliente em suas operações voltadas à implementação e à gestão de políticas públicas, no município de Pirassununga/SP.

2.2 – Os preços dos serviços praticados no âmbito deste Contrato de Prestação de Serviços serão os seguintes:

2.2.1 Terrenos

Local	Área do terreno	Matrícula	Logradouro Rua/Avenida/Via	Valor do investimento
Posto De Monta	175,63	46266	Felippe Malaman	R$ 6.328,65
Vila Malachias	241,90		Joaquim Jorge Port	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20714	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20459	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20713	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20491	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20534	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20460	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20715	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20709	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20695	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20450	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20688	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20693	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	250,00	20687	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Vila São Judas Tadeu	330,25		Francisco Pereira Oliveira	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	332,60	20696	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	332,60	20494	Joaquim Do Marco	R$ 6.328,65
Jardim Residencial Margarida	332,60	20710	Mario C. D'elia	R$ 6.328,65
Jardim Ferrari II	332,62	32049	Milton Machado Franco	R$ 6.328,65
Vila Pinheiro	352,00	1527	Angelo Aldriguetti	R$ 6.328,65
Pesqueiros Cach.Emas	380,53	32536	Paulo Furlan	R$ 6.328,65
Jardim Brasília	700,00	20782	Antenor Pereira	R$ 6.328,65
Vila Paulista Desmembramento	1.362,01	41004	Brigadeiro Haroldo Coimbra Veloso	R$ 6.328,65
Jardim Cachoeira	1.615,00		Major Levy	R$ 6.328,65

Desm. Cap. Antonio J. Mendes	1.681,13	38868	Engenheiro Antonio Carlos Marucci	R$ 6.328,65
Jardim Petrópolis	1.885,00		Pereira Bueno	R$ 6.328,65
Jardim Santa Rita	2.479,58	49301	Felipe Boller Junior	R$ 8.310,61
Vila São Bento	2.979,50	18094	São Lucas	R$ 8.310,61
Polo Ind. Guilherme Muller Filho	3.000,00	35147	Hideo Miamoto	R$ 8.310,61
Polo Ind. Guilherme Muller Filho	3.000,00	35148	Hideo Miamoto	R$ 8.310,61
Posto De Monta	3.462,29	46956	Vicente Sgambatti	R$ 8.310,61
Posto De Monta	3.779,71	46960	Presidente Medici	R$ 8.310,61
Jardim Santa Rita	5.016,24	32281	Eng. Josias De Oliveira	R$ 8.310,61
Posto De Monta	5.065,59	46961	Francisco Eugenio Malaman	R$ 8.310,61
Recanto Dos Colibris	6.632,56	17920	05 Do Recanto Dos Colibris	R$ 8.310,61
Polo Industrial Orlando Poggi	9.000,00	39977	José Rosim	R$ 8.310,61
Posto De Monta	11.539,70	40015	Liduíno Postal	R$ 15.207,60
Posto De Monta	11.539,70	40015	Liduíno Postal	R$ 15.207,60
Posto De Monta	11.539,70	40015	Liduíno Postal	R$ 15.207,60

2.2.2 Terrenos com construção

Loteamento	Área do terreno	Área de construção	Matrícula	Logradouro	Precificação
Vila Brasil	200,50	99,00	20475	Santa Catarina	R$ 8.310,61
Jardim Morumbi	958,57	181,95		Antenor Pereira	R$ 8.310,61
Jardim Brasilia	2.347,48	248,65		Projetada Do Jd Brasilia	R$ 10.883,65
Centro	1.939,94	259,00	T7351	Newton Prado	R$ 10.883,65
Jardim Brasilia	3.784,80	323,07		Antenor Pereira	R$ 10.883,65
Centro	372,00	656,00	T10262	Duque De Caxias	R$ 8.310,61
Centro	372,00	656,00	T10262	Duque De Caxias	R$ 8.310,61
Jardim Santa Rita	3.237,58	850,27	49600	Felipe Boller Junior	R$ 10.883,65
Polo Industrial Orlando Poggi	97.979,01	1.738,49	27344	Maria Silveira Therense	R$ 18.289,65
Jardim Brasilia	7.517,21	1.872,99		Antenor Pereira	R$ 18.289,65
Posto De Monta	40.843,21	4.977,00	40268	Germano Dix	R$ 18.289,65

Modalidade(s)	Descrição(s)	Serviço(s)			Valor
		N°	Marco (Entrega)	Prazo de Conclusão	
Assistência Técnica	Avaliação de imóveis urbanos	51	Entrega de um laudo de avaliação de imóvel por imóvel	30 dias corridos por laudo	R$ 431.248,44 (Quatrocentos e Trinta e Um Mil, Duzentos e Quarenta e Oito Reais e Quarenta e Quatro Centavos)

Tramitação

Data Hora: 13/07/2026 09:55:53
Usuário: 6933 - FAUSTO VICTORELLI JUNIOR/SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Local Origem: SECRETÁRIO - PLANEJAMENTO - SUBLOCAL
Local Destino: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Após juntada da minuta atualizada, encaminho para providências.

Tramitação

Data Hora: 13/07/2026 10:09:40
Usuário: 7192 - LUIS HENRIQUE DIAS DE MORAES/ESCRITURÁRIO
Local Origem: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Local Destino: INSTRUMENTALIZAÇÃO - P.GERAL - SUBLOCAL
Despacho: TRAMITAÇÃO

Juntada de Documentos

Data e Hora:	14/07/2026 15:57:04
Usuário:	7635 - JULIANA AMARAL/ESCRITURÁRIA
Local:	INSTRUMENTALIZAÇÃO - P.GERAL - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	274
Documento:	
Descrição:	E-mail.

PMP - Pirassununga

Assunto	**Termo Referente Protocolo 5789/2025**
De	<contratos.procuradoria@pirassununga.sp.gov.br>
Para	Seção de Material <material@pirassununga.sp.gov.br>
Data	2026-07-14 15:55

- 061-2026. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Prot. 5789-2025. PLANEJAMENTO.pdf(~627 KB)

Prezados, boa tarde!

Segue para continuidade, com a ressalva de que compete ao Gestor Contratual verificar a regularidade e a exatidão das informações constantes do termo.

--
Procuradoria Geral do Município

Prefeitura Municipal de Pirassununga

(19) 3565.8028

" Esta mensagem é reservada e sua divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de uso é proibida e depende de previa autorização conforme políticas da Prefeitura Municipal de Pirassununga, legislação vigente e Lei Geral de Proteção de Dados. O remetente utiliza o correio eletrônico no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo a Prefeitura de Pirassununga de qualquer responsabilidade por utilização indevida. Se você recebeu esta mensagem por engano, favor eliminá-la. "

Tramitação

Data Hora: 14/07/2026 15:57:44
Usuário: 7635 - JULIANA AMARAL/ESCRITURÁRIA
Local Origem: INSTRUMENTALIZAÇÃO - P.GERAL - SUBLOCAL
Local Destino: SEÇÃO DE MATERIAL
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Segue para continuidade.

Juntada de Documentos

Data e Hora:	14/07/2026 16:44:36
Usuário:	7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local:	SEÇÃO DE MATERIAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	277
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	Solicitação de assinatura

PMP - Pirassununga

Assunto	**Fwd: Termo Referente Protocolo 5789/2025**
De	<material@pirassununga.sp.gov.br>
Para	Planejamento <planejamento@pirassununga.sp.gov.br>
Data	2026-07-14 16:41

- 061-2026. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Prot. 5789-2025. PLANEJAMENTO.pdf(~627 KB)

Boa tarde!

Segue anexo para coleta das assinaturas do ordenador de despesa, duas testemunhas e do gestor, com a ressalva de que compete ao Gestor Contratual verificar a regularidade e a exatidão das informações constantes do termo.

Após, devolver para continuidade dos trâmites.

At.te,

Carina.

-------- Mensagem original --------

Assunto: Termo Referente Protocolo 5789/2025
Data:2026-07-14 15:55
De:contratos.procuradoria@pirassununga.sp.gov.br
Para: Seção de Material <material@pirassununga.sp.gov.br>

Prezados, boa tarde!

Segue para continuidade, com a ressalva de que compete ao Gestor Contratual verificar a regularidade e a exatidão das informações constantes do termo.

--
Procuradoria Geral do Município

Prefeitura Municipal de Pirassununga

(19) 3565.8028
" *Esta mensagem é reservada e sua divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de uso é proibida e depende de previa autorização conforme políticas da Prefeitura Municipal de Pirassununga, legislação vigente e Lei Geral de Proteção de Dados. O remetente utiliza o correio eletrônico no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo a Prefeitura de Pirassununga de qualquer responsabilidade por utilização indevida. Se você recebeu esta mensagem por engano, favor eliminá-la.* "
" *Esta mensagem é reservada e sua divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de uso é proibida e depende de previa autorização conforme políticas da Prefeitura Municipal de Pirassununga, legislação vigente e Lei Geral de Proteção de Dados. O remetente utiliza o correio eletrônico no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo a Prefeitura de Pirassununga de qualquer responsabilidade por utilização indevida. Se você recebeu esta mensagem por engano, favor eliminá-la.* "

Tramitação

Data Hora: 14/07/2026 16:46:37
Usuário: 7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local Origem: SEÇÃO DE MATERIAL
Local Destino: CARINA - SEÇÃO DE MATERIAL - SUBLOCAL
Despacho: TRAMITAÇÃO

Juntada de Documentos

Data e Hora:	22/07/2026 15:46:34
Usuário:	7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local:	CARINA - SEÇÃO DE MATERIAL - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	1
Página Início:	280
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	Convocação para assinatura

PMP - Pirassununga

Assunto	**Convocação para assinatura do contrato**
De	<material@pirassununga.sp.gov.br>
Para	<gigovpk02@caixa.gov.br>
Data	2026-07-22 15:36

- 061-2026. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Prot. 5789-2025. PLANEJAMENTO.pdf(~1.3 MB)

Boa tarde!

Segue anexo contrato para ser assinado digitalmente nas páginas 8 e 15, pois são documentos distintos.

Após, retornar para coleta da assinatura do prefeito.

At.te,

Carina.

" Esta mensagem é reservada e sua divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de uso é proibida e depende de previa autorização conforme políticas da Prefeitura Municipal de Pirassununga, legislação vigente e Lei Geral de Proteção de Dados. O remetente utiliza o correio eletrônico no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo a Prefeitura de Pirassununga de qualquer responsabilidade por utilização indevida. Se você recebeu esta mensagem por engano, favor eliminá-la. "

Juntada de Documentos

Data e Hora:	24/07/2026 13:01:05
Usuário:	7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local:	CARINA - SEÇÃO DE MATERIAL - SUBLOCAL
Qtd. Páginas:	5
Página Início:	282
Documento:	JUNTADA DE DOCUMENTO
Descrição:	Manifestação da contratada

PMP - Pirassununga

Assunto	**Fwd: Acertos minuta contratual - GIGOVPK 2953/2025 - CPP Avaliação de Imóveis - Pirassununga/SP**
De	<material@pirassununga.sp.gov.br>
Para	Contratos Procuradoria <contratos.procuradoria@pirassununga.sp.gov.br>
Cópia	urbanismo.fausto sec planejamento <urbanismo.fausto@pirassununga.sp.gov.br>, Planejamento <planejamento@pirassununga.sp.gov.br>
Data	2026-07-24 12:49

- CPP - PIRASSUNUNGA MINUTA CONTRATO.docx(~78 KB)
- 061-2026. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Prot. 5789-2025. PLANEJAMENTO.pdf(~1.3 MB)

Boa tarde!

Segue nos e-mail´s abaixo os apontamentos da contratada para ajuste do contrato.

At.te,

Carina.

-------- Mensagem original --------

Assunto: Fwd: Acertos minuta contratual - GIGOVPK 2953/2025 - CPP Avaliação de Imóveis - Pirassununga/SP
Data:2026-07-24 09:30
De:urbanismo.fausto@pirassununga.sp.gov.br
Para: Material <material@pirassununga.sp.gov.br>

Prezados(as), bom dia!

Tendo em vista a solicitação de acertos na minuta contratual, envio para ações e providências cabíveis para darmos andamento no processo licitatório.

Atenciosamente,

Fausto.

-------- Mensagem original --------

Assunto: Acertos minuta contratual - GIGOVPK 2953/2025 - CPP Avaliação de Imóveis - Pirassununga/SP
Data:2026-07-23 14:57
De:GIGOVPK02 - Gestão de Contratos Carteira A <gigovpk02@caixa.gov.br>
Para:'urbanismo.fausto' <urbanismo.fausto@pirassununga.sp.gov.br>, "'fausto.victorelli.fvj@gmail.com'" <fausto.victorelli.fvj@gmail.com>, "'planejamento@pirassununga.sp.gov.br'" <planejamento@pirassununga.sp.gov.br>, 'assessoria' <assessoria@pirassununga.sp.gov.br>
Cópia:GIGOVPK02 - Gestão de Contratos Carteira A <gigovpk02@caixa.gov.br>, GIGOVPK - GE Governo Piracicaba/SP <gigovpk@caixa.gov.br>, GIGOVPK06 - Caixa Políticas Públicas <gigovpk06@caixa.gov.br>

E-mail classificado como #PUBLICO

À

Prefeitura de Pirassununga

Prezados (as),

1 Após verificações, identificamos que a minuta em anexo suprimiu itens do modelo original (CPP Pirassununga Minuta Contrato), o que alterou a numeração das cláusulas e, por consequência, itens citados no modelo e repassados à minuta ficaram incorretos.

2 No intuito de ajustarmos o documento para novo envio a esta GIGOV Piracicaba, pedimos:

- inclui o item de Condições Gerais (na minuta enviada foi inserido como Cláusula Primeira), inclusive, com inclusão do quadro que poderá ser preenchido citando anexo com relação dos imóveis a serem avaliados;
- incluir os item 5, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4 e 5.4.1 constantes no modelo original, pois foram suprimidos da minuta encaminhada e há outros itens que fazem menção aos mesmos (item 6.2 e 6.4 da minuta enviada);
- inserir no Anexo I e Anexo II relação de imóveis a serem avaliados para maior detalhamento dos serviços e preços, sendo que no Anexo II, item 1 está citada a Cláusula Quinta sendo que na minuta encaminhada seria a Cláusula Sexta, considerando as alterações realizadas por esse município.

3 Com relação ao Contrato ou Atos Jurídicos Análogos - Termo de Ciência e de Notificação, informamos que a CAIXA Econômica Federal considerando tratar-se de empresa pública, não realiza assinatura desses termos.

4 Tendo em vista os ajustes solicitados, permanecemos à disposição para contato e apoio nos acertos com a tempestivdade necessária, considerando o vencimento da proposta.

Respeitosamente,

Rosana Cristina Pizzócaro Menconi

Assistente

Gerência Executiva de Governo Piracicaba/SP

Contato: Teams 3019 0623

Léia Aparecida Dias da Silva Ferreira

Coordenador (a) de Filial

Gerência Executiva de Governo Piracicaba/SP

Márcio Antônio de Paula Capato

Gerente de Filial

Gerência Executiva de Governo Piracicaba/SP

De: GIGOVPK02 - Gestão de Contratos Carteira A <gigovpk02@caixa.gov.br>
Enviada em: quinta-feira, 13 de novembro de 2025 07:32
Para: urbanismo.fausto <urbanismo.fausto@pirassununga.sp.gov.br>; fausto.victorelli.fvj@gmail.com; planejamento@pirassununga.sp.gov.br; assessoria <assessoria@pirassununga.sp.gov.br>
Cc: GIGOVPK02 - Gestão de Contratos Carteira A <gigovpk02@caixa.gov.br>; GIGOVPK - GE Governo Piracicaba/SP <gigovpk@caixa.gov.br>
Assunto: GIGOVPK 2953/2025 - CPP Avaliação de Imóveis - Pirassununga/SP

E-mail classificado como #PUBLICO

À

Prefeitura Municipal de Pirassununga

Assunto: Documentos, Certidões e Minuta de contrato de proposta de Avaliação de imóveis.

Referente: Prestação de serviços via programa CAIXA Políticas Públicas.

Prezados,

1 Conforme acordado com o Sr. Fausto, segue anexo proposta revalidada e certidões atualizadas, para auxílio da instrução do processo de contratação.

2 Caso necessitem de documentos complementares aos apresentados, nos colocamos à disposição para atendimento.

Atenciosamente,

Érick Moura Fabbri Petrilli
Supervisor de Filial
Gerência Executiva de Governo Piracicaba/SP
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Otoniel Pereira da Costa

Coordenador de Filial
Gerência Executiva de Governo Piracicaba/SP
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Márcio Antônio de Paula Capato

Gerente de Filial
Gerência Executiva de Governo Piracicaba/SP

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

De: Erick Moura Fabbri Petrilli
Enviada em: terça-feira, 21 de outubro de 2025 08:56
Para: urbanismo.fausto ; fausto.victorelli.fvj@gmail.com
Cc: GIGOVPK02 - Gestão de Contratos Carteira A
Assunto: Fw: Documentos, Certidões e Minuta de contrato de proposta de Avaliação de imóveis - Pirassununga

E-mail classificado como #PUBLICO

Bom.dia. Sr. Fausto.

Reenvio conforme vossa solicitação via fone na data de hoje.

At.te

Erick

Obter o Outlook para Android

From: GIGOVPK02 - Gestão de Contratos Carteira A <gigovpk02@caixa.gov.br>
Sent: Thursday, September 4, 2025 5:16:00 PM
To: 'assessoria@pirassununga.sp.gov.br' <assessoria@pirassununga.sp.gov.br>; 'gabinete@pirassununga.sp.gov.br' <gabinete@pirassununga.sp.gov.br>; 'governo@pirassununga.sp.gov.br' <governo@pirassununga.sp.gov.br>; 'planejamento@pirassununga.sp.gov.br' <planejamento@pirassununga.sp.gov.br>; urbanismo.fausto@pirassununga.sp.gov.br <urbanismo.fausto@pirassununga.sp.gov.br>
Cc: GIGOVPK02 - Gestão de Contratos Carteira A <gigovpk02@caixa.gov.br>; Erick Moura Fabbri Petrilli <erick.petrilli@caixa.gov.br>; Cleber Edilson Sartori <cleber.sartori@caixa.gov.br>; GIGOVPK - GE Governo Piracicaba/SP <gigovpk@caixa.gov.br>
Subject: Documentos, Certidões e Minuta de contrato de proposta de Avaliação de imóveis - Pirassununga

E-mail classificado como #PUBLICO

À

Prefeitura Municipal de Pirassununga

Assunto: Documentos, Certidões e Minuta de contrato de proposta de Avaliação de imóveis.

Referente: Prestação de serviços via programa CAIXA Políticas Públicas.

Prezados,

1 Considerando o interesse dessa administração na prestação de serviços referentes às Avaliações dos imóveis municípios, apresentamos em anexo documentos para auxílio da instrução do processo de contratação.

2 Caso necessitem de documentos complementares aos apresentados, nos colocamos à disposição para atendimento.

3 Encaminhamos ainda, minuta do contrato de prestação de serviços para análise e preenchimento. Caso o município entenda necessária qualquer alteração na minuta, solicitamos a gentileza de nos informar quais cláusulas necessitam de alterações para análise posterior da CAIXA.

4 Nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimento necessários, nem como para envio de qualquer documentação adicional.

Atenciosamente

Otoniel Pereira da Costa

Coordenador de Filial

Gerência Executiva de Governo de Piracicaba/SP

Márcio Antonio de Paula Capato

Gerente de Filial

Gerência Executiva de Governo de Piracicaba/SP

" Esta mensagem é reservada e sua divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de uso é proibida e depende de previa autorização conforme políticas da Prefeitura Municipal de Pirassununga, legislação vigente e Lei Geral de Proteção de Dados. O remetente utiliza o correio eletrônico no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo a Prefeitura de Pirassununga de qualquer responsabilidade por utilização indevida. Se você recebeu esta mensagem por engano, favor eliminá-la. "
" Esta mensagem é reservada e sua divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de uso é proibida e depende de previa autorização conforme políticas da Prefeitura Municipal de Pirassununga, legislação vigente e Lei Geral de Proteção de Dados. O remetente utiliza o correio eletrônico no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo a Prefeitura de Pirassununga de qualquer responsabilidade por utilização indevida. Se você recebeu esta mensagem por engano, favor eliminá-la. "

Tramitação

Data Hora: 24/07/2026 13:02:51
Usuário: 7113 - CLAUCIA CARINA GALLO/CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL
Local Origem: CARINA - SEÇÃO DE MATERIAL - SUBLOCAL
Local Destino: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Despacho: TRAMITAÇÃO
Despacho Detalhado: Segue para adequação do contrato, conforme solicitado pela contratada.

Tramitação

Data Hora: 24/07/2026 13:12:26
Usuário: 7192 - LUIS HENRIQUE DIAS DE MORAES/ESCRITURÁRIO
Local Origem: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Local Destino: INSTRUMENTALIZAÇÃO - P.GERAL - SUBLOCAL
Despacho: TRAMITAÇÃO